

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

HUDSON CAMPOS NEVES

**MILITANTES E ESPAÇOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA EM SANTA CATARINA
DURANTE A DITADURA MILITAR: O ENGAJAMENTO DE COMUNISTAS NO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (1964-1985)**

FLORIANÓPOLIS

2023

HUDSON CAMPOS NEVES

**MILITANTES E ESPAÇOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA EM SANTA CATARINA
DURANTE A DITADURA MILITAR: O ENGAJAMENTO DE COMUNISTAS NO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (1964-1985)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Neves, Hudson Campos

MILITANTES E ESPAÇOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA EM
SANTA CATARINA DURANTE A DITADURA MILITAR: : O
ENGAJAMENTO DE COMUNISTAS NO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (1964-1985) / Hudson Campos
Neves. -- 2023.

269 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

1. História Política. 2. Ditadura Militar. 3. História de Santa
Catarina. 4. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 5. Movimento
Democrático Brasileiro (MDB). I. Lohn, Reinaldo Lindolfo . II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

HUDSON CAMPOS NEVES

**MILITANTES E ESPAÇOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA EM SANTA CATARINA
DURANTE A DITADURA MILITAR: O ENGAJAMENTO DE COMUNISTAS NO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (1964-1985)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História, do
Centro de Ciências Humanas e da Educação, da
Universidade do Estado de Santa Catarina –
Udesc.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo L. Lohn

BANCA EXAMINADORA

Reinaldo Lindolfo Lohn, Dr.
Orientador
FAED/UEDESC

Membros:

Mariana Rangel Joffily, Dra.
UEDESC

Emerson César de Campos, Dr.
UEDESC

Mateus Gamba Torres, Dr.
UnB

Paulo Rogério Melo de Oliveira, Dr.
UNIVALI

Cristiani Bereta da Silva, Dra.
UEDESC

Marcio Roberto Voigt, Dr.
UFSC

Florianópolis, 13 de julho de 2023.

Dedico este trabalho à memória de meu pai
Osmar Lopes Neves (1957-2020).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Stela, apoio fundamental em todas as dimensões. Desde sempre.

Às minhas irmãs Úrsula e Íris; aos meus cunhados Toby e Freddy; ao meu sobrinho Ludovic e minha afilhada Waylla, por todo incentivo e torcida para que essa caminhada chegasse a um bom final.

À minha companheira Jocemara, que ao longo desses anos aguentou comigo os percalços dessa jornada, que foram muitos. E me ajudou a acreditar que era possível ir até o fim.

Ao meu padrinho, Alexandre, e à minha madrinha, Ana, sempre carinhosos e grandes incentivadores dos meus estudos.

Ao prof. Reinaldo, pela orientação segura - fundamental para que o projeto de pesquisa inicial se transformasse neste trabalho, e pela imensa paciência que teve, nos momentos mais difíceis pelos quais passei, me reconduzindo ao caminho da pesquisa.

À profª Cristiani Bereta, presença importante em um momento crítico desta jornada. Agradeço também pelas contribuições na banca de qualificação.

À profª Mariana Joffily e ao professor Waldir Rampinelli, pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos professores membros do PPGH da UDESC pela compreensão que tiveram ao longo deste processo. Sua sensibilidade me permitiu ter o prazo necessário para levar o trabalho até o final.

Aos amigos Carlos Alberto, Cristina, Daniel, Fábio, Gabriel, Geovanni, Izaías e Thiago de Oliveira.

Aos colegas do LEC, Amanda, Guilherme, Victor, Vinícius e Victória.

Aos colegas de turma do doutorado em história do PPGH/2017.

Ao Piter Kerscher, secretário do PPGH.

Ao Alzemi Machado, dedicado funcionário da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

À Barbara Trierveiler da Silveira, que gentilmente me apresentou ao seu tio, Vilson Rosalino da Silveira.

Ao Rafael Motta, filho de João Roberto Motta, que me apresentou ao Gerônimo Wanderley Machado.

Ao prof. Remy Fontana, que me recebeu gentilmente em sua casa e compartilhou comigo muitas histórias.

Ao Wilson Rosalino, Gerônimo Machado, Nildo Martins e à Clair Castilhos por compartilharem um pouco de suas trajetórias comigo. Sem suas memórias esse trabalho não existiria.

Agradeço também aos professores Mariana Joffily, Emérson César de Campos, Mateus Gamba Torres e Paulo Rogério Melo por aceitarem o convite para fazer parte da banca.

Por fim, essa tese foi escrita dentro da UDESC, no LEC. A estrutura deste laboratório reuniu as condições ideais para a realização deste trabalho, desde aspectos materiais (como bons equipamentos e espaço) e também por ser um ambiente de grande estímulo intelectual, pois em boa parte do tempo que passei no Laboratório trabalhando na pesquisa e escrita deste texto estive na presença do Prof. Reinaldo e tendo ao fundo a biblioteca do Prof. Luiz Felipe Falcão (1950-2020). Considero importante este registro.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender como a militância comunista, durante a última ditadura militar (1964-1985), ocupou diferentes espaços, particularmente aqueles delineados pela institucionalidade possível no âmbito do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Toma-se a escala de referência das trajetórias pessoais, sociais e políticas de alguns militantes comunistas opositores ao regime autoritário que viviam em Santa Catarina, no Sul do Brasil, mais especificamente na cidade de Florianópolis. A investigação procurou identificar na escala da vida de tais militantes até que ponto o processo histórico da ditadura foi percebido fora do que se convencionou considerar de centro político do país, a partir de uma mudança de perspectiva. O trabalho está situado no campo de estudos da História do Tempo Presente e seu recorte temporal tem por referência o ano de 1964, momento em que ocorre o golpe de estado que inaugurou o regime militar, e se estende até o ano de 1985, ano em que, depois de 21 anos, um civil assume o cargo de Presidente da República. Utilizou-se como fontes os depoimentos orais de quatro militantes com diferentes inserções e aproximações com organizações comunistas e com o partido da oposição consentida ao regime autoritário. O acesso aos indícios fornecidos pelas memórias desses indivíduos possibilitou a construção de uma narrativa histórica que abordou diferentes formas de atuação de uma dupla militância contra o regime, ou seja, tanto no âmbito da esquerda organizada especialmente em torno do Partido Comunista Brasileiro quanto em seu movimento tático de engajamento no MDB, o partido opositor admitido pela legislação repressiva, como forma de manter suas atividades políticas. Procura-se compreender e articular os processos e eventos políticos que constituem o enredo da ditadura militar com a escala de observação da experiência social e política de militantes que atuaram distantes dos grandes centros de decisão nacionais. Além destes depoimentos, também foram utilizados como fontes o periódico *O Estado* e os documentos coletados do Fundo do Serviço Nacional de Informações, que reúne material produzido pelo aparato de repressão política relativos aos Estados do Paraná e Santa Catarina, disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Propõe-se como tese compreender a maneira como a dupla militância, clandestina e institucional, constituiu aspectos da experiência de uma singular forma de oposição ao regime autoritário. Na escala de observação de suas trajetórias e experiências pessoais e coletivas, foi possível acentuar aspectos da militância política desenvolvida durante o regime ditatorial pouco perceptíveis em leituras abrangentes.

Palavras-chave: História Política; Ditadura Militar; História de Santa Catarina; Partido Comunista Brasileiro (PCB); Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the communist militancy, during the last military dictatorship (1964-1985), took over different roles, particularly those marked by the permitted institutionalized spectrum of the Democratic Brazilian Movement (MDB) party. A scale of reference based on personal, social and political trajectories of some of those communist militants that opposed the authoritarian regime and, that lived in the City of Florianopolis, Santa Catarina, in the South of Brazil, was used as a tool to investigate and to identify up to what point the historical process of the dictatorship had an impact outside of what was considered the political centre of the country at that time, by means of switching the perspective. This work is placed under the field of study of History of Present Time and the period considered starts from 1964, when the Brazilian Dictatorship was established after a coup d'état by the Brazilian Armed Forces, up to 1985, the year that a civilian President takes over after 21 years of dictatorship ruling. The material source used for this work came from the oral interview of four militants that had some involvement and/or connections with communist associations and with the political party that was allowed to exist by the authoritarian regime. The accessibility to the information provided by the memory of those individuals allowed the construction of the historical narrative that covers the various ways that the dual militancy acted against the authoritarian regime, both by the left wing organization that surrounded the Brazilian Communist Party as well as by the tactical involvement to engage with the Democratic Brazilian Movement, the opposition party accepted by the repressive legislation as a way of continuing with their political activities. In order to understand and to articulate the political processes and events that were part of the military dictatorship narrative, a scale of observation of the social and political experiences of the militants that were active outside the main national central regions was used. In addition to those witnesses' statements, information collected from the periodical *O Estado*, as well as documents from the Fundo do Serviço Nacional de Informações, an organization that archives all the material published by the political repressive system in place at the States of Parana and Santa Catarina that are available at the Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas from the University of the State of Santa Catarina. This work examines how both the clandestine and institutional dual militancy have influenced the many aspects of the experience of one single form of resistance and opposition to the authoritarian regime. As part of the scale of observation of both personal and collective journey and experiences of some of the people involved, it is possible to delineate some aspects of the opposition to the dictatorial regime that were not obvious in broader readings.

Keywords: Political History; Military Dictatorship; History of Santa Catarina; Brazilian Communist Party (PCB); Brazilian Democratic Movement (MDB).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Panfleto utilizado pelo PCB, na campanha de 1985	252
------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC/SNI	Agência Central/Serviço Nacional de Informações
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional (Partido Político)
ASIs	Assessorias de Segurança e Informações
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
CC	Comitê Central
CE	Comitê Estadual
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CM	Comitê Municipal
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DI-GB	Dissidência da Guanabara
DOI-CODI	Destacamento de Operações Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DSIs	Divisões de Segurança e Informações
FFAA	Forças Armadas
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IDCH	Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
IEPES	Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
IHTP	Instituto de História do Tempo Presente
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
JK	Juscelino Kubitschek
JMDB	Juventude do Movimento Democrático Brasileiro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (Partido Político)
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro

MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OBAN	Operação Bandeirantes
OBV	Operação Barriga-Verde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RM	Região Militar
SC	Santa Catarina
SNI	Serviço Nacional de Informações
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UCE	União Catarinense de Estudantes
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFE	União Florianopolitana de Estudantes
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional do Estudantes

UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O GOLPE DE 1964 IMPACTA A TRAJETÓRIA DE UM JOVEM ESTUDANTE: OS PRIMEIROS PASSOS DE GERÔNIMO MACHADO NA POLÍTICA (1964-1969)	46
2.1	O GOLPE DE 1964: ESTREITAMENTO DO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS	46
2.2	O ANO DE 1966: FILIAÇÃO AO MDB E O OCASO DE UMA OPOSIÇÃO MAL CONSENTIDA	58
2.2.1	As eleições de novembro de 1966: último suspiro do trabalhismo catarinense	68
2.3	A APROXIMAÇÃO COM O PCB	82
2.3.1	O PCB em Santa Catarina (1947-1967)	86
2.3.2	A linha política do PCB adotada em 1967 e seus reflexos em Santa Catarina	88
3	A BUSCA POR NOVOS ESPAÇOS DE MILITÂNCIA: A ATUAÇÃO COMUNISTA NA JMDB (1970-1978)	97
3.1	A CONJUNTURA POLÍTICA EM 1975: A RETIRADA DE VILSON ROSALINO RUMO AO EXÍLIO	97
3.1.1	A repressão desarticula o PCB catarinense: novembro de 1975	110
3.2	A MILITÂNCIA CLANDESTINA NA LEITURA DO SNI: CONEXÕES ENTRE O PCB E O “PARTIDO DAS OPOSIÇÕES” EM SANTA CATARINA.....	118
3.3	A FABRICAÇÃO DO ARGUMENTO DA “COMUNIZAÇÃO DO MDB”	123
3.4	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PCB CATARINENSE NOS ANOS 1970: PAPEL DESTACADO NA JMDB	141
3.4.1	Outras juventudes do MDB: desenvolvimento desigual e rede de influências	150
4	TEMPOS DE LIBERALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: DA NOVEMBRA DA À PRIMEIRA ELEIÇÃO DO “PCB LEGAL” (1979-1985)	157
4.1	NOVOS MILITANTES ENTRAM EM CENA: A NOVEMBRA DA COMO UM SINALIZADOR DO ENFRAQUECIMENTO DA DITADURA	160
4.2	ANTIGOS MILITANTES TAMBÉM ENTRAM EM CENA: O RETORNO DOS EXILADOS COMUNISTAS	176
4.3	O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE PCB E PMDB	188
4.3.1	O engajamento no interior de um partido em disputa	191
4.3.2	A visão política de Jaison Barreto: fragmentos de um discurso oposicionista	209
4.4	AS ELEIÇÕES DE 1982: A MILITÂNCIA COMUNISTA SOB O DESLOCAMENTO DO PROGRESSISMO NO PMDB	219
4.4.1	A eleição de Clair Castilhos: afirmação de princípios, abertura para o diálogo e novos horizontes de militância	232

4.5	LEGALIZAÇÃO DO PCB E O DESENGAJAMENTO NO PMDB	243
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
	REFERÊNCIAS	259

1 INTRODUÇÃO

No dia 28 de agosto de 1979 foi sancionada no Brasil a chamada Lei da Anistia pelo então presidente da república, general João Batista Figueiredo. Depois de idas e vindas e de um acalorado debate público em torno da necessidade da anistia política, o que mobilizou um amplo movimento da sociedade, o governo autoritário impôs uma legislação sobre o tema¹. Esta lei sofreu contestações ao longo do tempo e ainda é criticada por acobertar juridicamente funcionários do Estado que se envolveram com torturas e assassinatos ou quaisquer outros crimes considerados políticos. Ainda assim, no contexto de sua publicação, o marco legal reabilitou politicamente diversas lideranças, remontando ao ano de 1961, ainda antes do golpe que impôs a ditadura. A partir de sua vigência, muitos brasileiros que haviam saído do Brasil em função da ação repressiva perpetrada por agentes a serviço do Estado brasileiro puderam retornar e voltar a atuar politicamente.

Nos meses que se seguiram à aprovação desta lei, o catarinense Vilson Rosalino da Silveira encontrou uma situação de segurança jurídica que lhe permitiu retornar e recomeçar uma trajetória em seu país. Formado em Engenharia Elétrica no ano de 1973, dois anos depois fazia parte do quadro de docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quando foi obrigado a buscar exílio na França. Sua militância política estava ligada ao proscrito e ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida ao regime. Rosalino foi um exemplo, dentre muitos cidadãos brasileiros, que tiveram algum tipo de engajamento político entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 e que, por força das circunstâncias, foram impelidos a abandonar o Brasil, como em seu caso, deixando para trás família, amigos, emprego, partido, enfim, muito do que havia construído até 1975, para proteger sua integridade física e até mesmo sua vida, da ação violenta desenvolvida sistematicamente pelos agentes da repressão.²

Outro catarinense, Gerônimo Wanderley Machado, por sua vez, também foi atingido pelo regime militar. Ele havia se filiado ao MDB nos primeiros anos de existência da legenda e, posteriormente, passou a militar também no PCB. No início dos anos de 1970 formou-se em Direito e também em Economia pela UFSC, quando se afastou de seu emprego no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) para fazer pós-graduação na França. Isso se deu antes que

¹ Sobre os debates em torno da Lei da Anistia, ver artigos de Carlos Fico (2010), intitulado “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’” e de Daniel Aarão Reis (2010), “Ditadura, anistia e reconciliação”.

² Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

uma nova onda repressiva se abatesse sobre os comunistas brasileiros, em 1975. Porém, enquanto estava fora do país, a repressão pressionou o banco em que Gerônimo trabalhava para que o demitisse por conta de suas ligações com o PCB. Isso teve duas consequências. Foi cortada a ajuda de custo que o banco remetia a Gerônimo Machado para que pudesse se manter fora do país enquanto estudava e, o pior, perdeu o emprego.³ Essa não era a primeira vez que o regime militar atingia Gerônimo Machado. Antes deste episódio ele já havia sido prejudicado em 1973, quando iria se tornar professor na UFSC, mas foi impedido por decisão do reitor da instituição por conta de alegadas “atividades subversivas” nos tempos do movimento estudantil.

Para Gerônimo Machado a Lei da Anistia também criou um ambiente de segurança jurídica, que o encorajou a reivindicar seu antigo emprego. A existência desta legislação, embora seja questionada até os dias atuais por conta de ter estabelecido um tratamento assimétrico entre militantes ligados a grupamentos políticos de esquerda e os agentes da repressão, permitiu, a partir de sua promulgação, que pessoas como Vilson Rosalino e Gerônimo Machado pudessem pôr os pés no Brasil sem receio de serem perseguidos. Além disso, permitiu a ambos que reivindicassem algumas reparações – como, por exemplo, reaver seus antigos empregos.

Pouco tempo após a aprovação da Lei da Anistia, o governo militar impôs uma reforma partidária, em dezembro de 1979. Com esta reforma, os partidos que tiveram existência legal durante o período ditatorial deixaram de existir: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o MDB. Abriu-se a possibilidade para que novos partidos fossem organizados legalmente a partir daquele período. Vilson Rosalino e Gerônimo Machado, ambos comunistas e militantes do clandestino PCB, seguiram as orientações de seu partido e se filiaram ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que havia sido criado em 15 de janeiro de 1980. E contribuíram para a construção e fortalecimento desta agremiação oposicionista, enquanto procuravam manter viva a possibilidade de legalização do PCB em algum momento no futuro.

Clair Castilhos Coelho, por sua vez, desde o ano de 1973 vivia em Santa Catarina. Gaúcha de Santana do Livramento, mudou-se para Criciúma quando seu esposo passou a trabalhar naquele município como médico na Secretaria de Estado de Saúde. Na época trabalhava em um órgão federal, sendo farmacêutica no Instituto Nacional de Previdência Médica e Assistência Social (INAMPS), e tal situação permitia que fosse transferida sob a justificativa de acompanhar o cônjuge. Formada em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em fevereiro de 1975 mudou-se com sua família,

³ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

constituída por esposo e filha, para a capital do Estado, Florianópolis. Em 1976, foi admitida por concurso público para o cargo de professora da UFSC. E foi neste contexto, durante sua atuação nesta Instituição, no contato com os estudantes, que passou a se aproximar do MDB.

Clair Castilhos era comunista, tendo sido próxima da órbita de influência de uma organização dissidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), embora neste momento de ingresso na legenda oposicionista não tivesse vínculo com um dos partidos clandestinos. A partir da reforma partidária de 1979, contribuiu também para o fortalecimento do PMDB em Santa Catarina. Foi neste partido que iniciou uma trajetória política importante na cidade, tendo sido a primeira mulher eleita para o cargo de vereadora na história da capital catarinense.⁴ O crescimento do partido em Santa Catarina, com grande capilaridade em todo o Estado, seus diferentes grupos internos, e a dimensão adquirida pela eleição direta para governador do Estado ocorrida em novembro de 1982, foram fundamentais para a emergência de novos atores políticos, e também de novas pautas.

O florianopolitano Nildo José Martins, no ano de 1979, era um estudante de graduação na UFSC, matriculado no curso de História. Aproximou-se do PCB por meio do movimento estudantil, entre 1976 e 1977. Foi ativo nas atividades promovidas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entre a promulgação da Lei da Anistia e a reforma partidária, Nildo Martins participou de um importante evento político ocorrido em Florianópolis: um protesto popular contra o regime que ocorreu durante a visita do general-presidente João Figueiredo à cidade, em 30 de novembro de 1979, e que tomou dimensões surpreendentes. Um acontecimento que passou para a posteridade com o nome de Novembrada. Ele, que desde aquela época já era um artista plástico habilidoso, também era encarregado de distribuir exemplares do periódico comunista *A Voz Operária*. Nildo Martins levava exemplares do jornal para o interior do estado.⁵ No início dos anos 1980, seguindo as orientações de seu partido, o PCB, também se filiou ao PMDB.

Enquanto Wilson Rosalino e Gerônimo Machado, recém-chegados ao Brasil, procuravam reorganizar suas vidas depois de anos vivendo na Europa, e Clair Castilhos lecionava na UFSC, no Departamento de Saúde Pública, Nildo Martins construía uma trajetória no campo oposicionista a partir do movimento estudantil. Posteriormente ele foi enviado pelo seu partido, o PCB, para estudar na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no segundo semestre de 1982.

⁴ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

⁵ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Em comum, temos quatro trajetórias de militantes comunistas que viveram no Brasil, mais especificamente numa capital brasileira, em Florianópolis, situada na periferia do eixo econômico mais dinâmico do país, ao longo da última ditadura militar (1964-1985) e que, diante das dificuldades impostas pelo regime autoritário, se engajaram politicamente na oposição legalizada ao regime militar, no MDB.

Neste trabalho, pretende-se apontar, discutir e considerar que tais trajetórias são indícios relevantes de formas de convivência e oposição ao autoritarismo que passaram pela construção de espaços políticos que permitiram a dupla militância de comunistas em Santa Catarina que atuaram no âmbito do MDB e seus desdobramentos posteriores. Vidas e trajetórias pessoais e coletivas foram afetadas de diferentes maneiras, seja na tomada de decisões políticas ou em questões profissionais e pessoais.

Especialmente, no cruzamento entre experiências pessoais e coletivas, é possível identificar a prática de um tipo de militância político-partidária e ideológica com características próprias, afetada tanto por se alinharem a organizações comunistas proscritas e perseguidas quanto por sua atuação legalizada. Assim, pretende-se compreender a maneira como a dupla militância, clandestina e institucional, constituiu experiências singulares de oposição ao regime autoritário. Na escala de observação de suas trajetórias e experiências pessoais e coletivas, é possível acentuar aspectos do enfrentamento ao regime ditatorial pouco perceptíveis em leitura abrangentes. Compreende-se aqui, a partir do que propõe Eric Hobsbawm (1998, p. 244), que uma narrativa histórica voltada para o tempo presente ou para o vivido “supõe que uma experiência individual de vida também seja uma experiência coletiva”, o que diz respeito aos momentos históricos marcantes e sua vivência na escala da vida pessoal.

Considerando tal problemática e apontando a possibilidade de interrogá-la na forma de uma tese assim delineada, o trabalho traz os resultados de uma investigação que procura contribuir com o conhecimento histórico a respeito da última ditadura militar (1964-1985), tomando como referência o ponto de vista de um grupo de militantes comunistas que viveu em boa parte do período na capital de Santa Catarina, Florianópolis. Para pensar essas trajetórias utilizaremos aqui a noção delineada por André Luís Figueiredo Salles (2019) que entende a militância política enquanto uma metodologia voltada para produzir ações coletivas com o objetivo de provocar alterações nas normas sociais vigentes. E essa metodologia, que podemos entender aqui também como a expressão de um conjunto de práticas sociais e políticas, privilegia certos espaços de atuação para alcançar seus objetivos. Entre os principais espaços que são privilegiados pela militância política figuram os partidos políticos e seus diretórios, entre outros movimentos, como os sindicatos e o movimento estudantil. Sabe-se que as

diferentes tendências de esquerda que enfrentaram de diversos modos a ditadura militar, debatiam então a importância ou não da organização da militância sob a forma partido. Na grande “constelação” das esquerdas brasileiras, mesmo organizações revolucionárias tinham em seu horizonte “uma visão clássica de partido” como estrutura capaz de articular as lutas sociais empreendidas (RIDENTI, 1993, p. 37).

Neste sentido, pensar a militância política significa também privilegiar na reflexão histórica, seus espaços de atuação. Afinal, é nestes espaços coletivos organizados que a ação política se potencializa. Partindo destas considerações, o objetivo desta pesquisa foi o de estudar a militância comunista e seu engajamento no Movimento Democrático Brasileiro, procurando responder sobre como se deu este engajamento ao longo do tempo, a partir da escala de referências de ativistas e opositores ao regime autoritário que realizaram ações e deslocamentos tendo como ponto de partida o território catarinense. Considerando que a oposição ao regime militar surge junto com a deflagração do golpe e que já havia uma atuação militante comunista naquele período, nosso recorte temporal se inicia no ano de 1964 se alongando até 1985, quando um civil assume a presidência da república e ano em que os partidos comunistas são legalizados. Este período abrangeu a longa estadia destes militantes no Movimento Democrático Brasileiro, bem como em seus próprios partidos e organizações. Para tal, a investigação contou com o registro dos depoimentos de Vilson Rosalino, Gerônimo Wanderley Machado, Clair Castilhos Coelho e Nildo José Martins. Foi acessando as memórias destes indivíduos, por meio de depoimentos orais, que procuramos compreender a dinâmica dessa dupla militância política durante o regime autoritário, e perceber também até que ponto os grandes eventos políticos que constituem o enredo da transição política foram ou não significativos dentro dessa escala de observação.

Diferentes áreas de conhecimento, particularmente no âmbito das Ciências Humanas, analisam a ditadura militar a partir de uma escala de análise abrangente. No entanto, a abordagem historiográfica pode contribuir para a investigação da temática ao variar as escalas de observação, bem como destacar ritmos sociais diversos, o que pressupõe discutir marcos cronológicos definidos. Diante disso, cabe aqui sugerir a necessidade de uma análise que possa se complementar à escala nacional, a qual busca uma ênfase no centro do poder político, situado em Brasília e nas principais cidades do Sudeste brasileiro, o eixo formado por São Paulo e Rio de Janeiro.

O historiador Jacques Revel (1998), tem contribuições importantes que irão servir de fundamental suporte teórico para este trabalho. Ele argumenta que desde a década de 1970 a historiografia foi despertada pela busca de alternativas à hierarquia de prioridades estabelecida

pelas até então predominantes abordagens estruturalistas, movimento que foi, nas palavras do autor, de “excepcional fecundidade”. Cita como exemplo algumas experiências que se desenvolveram paralelamente à notória micro-história italiana. Ainda que com premissas e por caminhos diferentes, observa, houve na Alemanha o desenvolvimento da “História da vida cotidiana”, enquanto nos Estados Unidos difundiu-se a antropologia interpretativa de Clifford Geertz e, na França, a história social desenvolvida pela escola dos Annales (REVEL, 1998). Ao apontar esses exemplos o autor é cauteloso em sua argumentação, evitando sugerir que houvesse unidade de perspectivas nessas experiências. Porém, ressalta que entre elas havia em comum o fato de guardarem uma postura crítica com relação às abordagens macrosociais, todas elas se esforçando para dar “à experiência dos atores sociais [...] uma significação e importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes, que durante muito tempo pareceram ser os únicos a chamarem atenção dos historiadores” (REVEL, 1998, p. 10), dessa forma, convidando aos historiadores da época a um reexame sobre suas convicções a respeito da construção do social.

Se no início havia certa desordem nessas experiências, com o tempo foram delineando seus próprios rumos. Desse momento em diante, ficaria cada vez menos possível explicar grandes fenômenos, tais como a industrialização, por exemplo, como processos capazes de se impor sobre os comportamentos dos grupos e indivíduos. Dessa forma, o autor sublinha (REVEL, 1998, p. 10-11) que a identidade de um grupo, profissão ou classe “não pode ser mais considerada evidente por si só ou não pode mais ser definida apenas com base na descrição estatística de propriedades comuns, independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem”. Aos poucos, foi se consolidando o entendimento de que o uso de outras perspectivas de análise traria ganhos para a pesquisa histórica, juntamente com novos desafios. Um deles, cabe dizer, diz respeito à articulação entre a experiência individual e a ação coletiva. Portanto, não se trata de fazer uma história do excepcional, do singular. Mas, de valorizar pontos de vista a partir das trajetórias individuais, buscando o conhecimento histórico pelo pressuposto de que a experiência individual também participa do que podemos chamar de “grande” história.

O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou [...], da escala de observação – em que escolhemos nos situar. Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornaram por isso menos importantes, mas são construídos de maneira diferentes. (REVEL, 1998, p. 12-13)

Considerando essa possibilidade de abordagem, tendo em vista o objeto do presente estudo, ou seja, trajetórias de militantes políticos que atuaram ao longo da ditadura militar, é possível compreender que uma análise empreendida com tal perspectiva, realizada a partir de um ponto alternativo de observação, pode trazer elementos para contribuir com o entendimento e a reflexão a respeito de um processo histórico comumente abordado na escala de observação nacional. Esta tende a privilegiar o centro do país e a perder de vista o conhecimento disponível a respeito de uma história política regional. Nesse sentido, partindo das trajetórias individuais, pretende-se reconstruir em torno delas seus contextos diferenciados, mobilizando diferentes fontes históricas, mencionadas adiante.

O historiador Bernard Lepetit (1998), que também participou desses debates com Jacques Revel e outros importantes historiadores franceses, elaborou uma reflexão a respeito do uso dos jogos de escala na História. Sua reflexão contribui no sentido de discutir a própria noção de escala e sua possível apropriação no âmbito de uma escrita da História, a partir do cotejamento com outras áreas do conhecimento. O manejo de diferentes escalas tem implicações no conjunto de informações que se poderá aferir, por um lado, de um determinado objeto a ser estudado. Mas não se trata somente de obter mais informações. A contraparte é o grau de generalização que se irá lidar, na medida em que ajustamos a “lente” através da qual olhamos o objeto. Em suas palavras, “escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado” (LEPETIT, 1998, p. 90-91).

Discutindo as possíveis contribuições teórico-metodológicas da micro-história, Lepetit (1998), sem necessariamente aproximar-se desta, o autor considera que a escala não tem a ver com o pesquisador, necessariamente, mas com os atores estudados. No entanto, fazer uso de um jogo de escalas nos remeterá a um sistema de contextos no qual se inscrevem os jogos sociais, buscando uma “cartografia dinâmica”, evitando uma contextualização imóvel, que seria a única válida para quaisquer dos personagens e processos em foco:

A ambição dessa cartografia dinâmica é localizar e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem aos vários territórios sociais. Quanto ao princípio do funcionamento social, ele é por seu lado único e só privilegia uma única escala, a do microscópio, na qual operam os processos causais de que dependem todos os outros. (LEPETIT, 1998, p. 88)

Dessa forma, não é de se surpreender que acontecimentos vivenciados por parte dos indivíduos que foram foco deste trabalho, tais como a chamada Operação Barriga-Verde (OBV), ação policial e repressiva que atingiu militantes comunistas de Santa Catarina em 1975, ou a mencionada Novembrada, em 1979, e seus contextos, tenham se mostrado com um nível

de densidade absolutamente desconcertante para suas vidas. No entanto, quando a perspectiva adotada é a macrossocial, tais eventos, caros à realidade regional, possuem referências que geralmente são curtas, e quando muito ocupam uma ou duas linhas, ou mesmo são deixados de lado.⁶

Cabe sublinhar que Lepetit (1998, p. 100) considera que “nenhuma escala desfruta de um privilégio especial”. Não há hierarquias entre fenômenos visíveis a uma escala macro ou aos visíveis em uma escala micro. A relevância em se lançar mão do uso de diferentes escalas de observação se situa no aprimoramento do conhecimento histórico, na medida em que se demonstra a complexidade do real, afinal, “os princípios da dinâmica social são plurais e se apresentam à leitura segundo configurações causais diferentes”. Fazer uso de diferentes escalas de observação talvez nos permita compreender melhor o que escreveu o prof. Luiz Felipe Falcão (2014, p. 113) a respeito do engajamento militante na década de 1970:

Vivenciar aqueles tempos foi, confirmam vários tipos de documentos, coexistir com a angústia, o sofrimento e o medo, ou com o conformismo, a inércia e mesmo a simpatia aberta para com o regime, mas foi ao mesmo tempo se deixar contagiar pela esperança, pelo desprendimento e pela determinação, o que afetou pessoas comuns de um modo incomum e, decerto, abriu oportunidades inesperadas para pessoas excepcionais.

Considerando estes aspectos teórico-metodológicos, não se trata de deixar de tomar por base alguns marcos fundamentais em uma escala macrossocial. A ditadura militar teve seu início em abril de 1964, após um golpe civil-militar que derrubou o então presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro. Poucos dias após o golpe, o general Castelo Branco, imposto pelo comando militar golpista, teve seu nome homologado pelo Congresso Nacional e assumiu o controle do Estado em nome do novo bloco de poder encabeçado pelos militares, mas com amplos apoios civis, indo de empresários, setores liberais, das classes médias urbanas, passando por instituições religiosas e movimentos de extrema-direita. Imediatamente após a posse de Castelo foram sendo implementadas, gradualmente, medidas que alargaram o escopo autoritário do regime. O arco de organizações e indivíduos perseguidos e tendo suas atividades sendo restringidas pelo novo regime foi bastante amplo: desde militares e demais funcionários públicos, sindicatos, professores, estudantes, militantes de esquerda, movimentos sociais e

⁶ No clássico de Thomas Skidmore, “*Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*”, no tópico “Descompressão sob ameaça” (1988, p. 39-48) é mencionado o enfrentamento do governo aos pecebistas numa escala de observação que salienta o que seria o PCB nacional, dando ênfase ao desaparecimento de membros do Comitê Central e as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Em síntese: a questão da presença pecebista no MDB é sublinhada, mas a Operação Barriga-Verde (novembro de 1975) sequer foi mencionada. No capítulo que trata da presidência de João Figueiredo, o episódio da Novembrada (novembro de 1979) também não foi mencionado.

partidos políticos. A ditadura militar iniciada em abril de 1964 iria se alongar por mais de duas dezenas de anos, o que incluiu um longo processo de transição política para a transferência do poder a políticos civis na década de 1980.

A transição política tem como baliza geralmente mencionada o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), a partir da decisão de operar a distensão do regime, e o processo se alonga por mais de uma década, comportando disputas pelos sentidos da abertura política anunciada por João Figueiredo (1979-1985). Isso constituiu o que seria o gradual afrouxamento dos mecanismos repressivos e de censura e a reorganização da vida política, com a retirada de vetos à participação de diferentes agentes. Se a decisão pela distensão e pela abertura veio “pelo alto”, por iniciativa da cúpula militar, seus ritmos e desdobramentos seriam definidos numa relação dialética entre o poder militar e os movimentos de oposição ao regime.

Entre estes movimentos, o MDB assume inicialmente um protagonismo de destaque. Nas eleições parlamentares de 1974, evento que deveria estar sob controle do regime e não gerar qualquer surpresa, o partido da oposição legalizada conseguiu vocalizar, pelos discursos de seus líderes e pela sua propaganda partidária, temas relevantes para parcelas cada vez maiores da população, tais como a importância de redemocratizar o país e o combate à injustiça social. O peso de seu protagonismo na abertura política pode ser aferido nos desempenhos eleitorais do partido entre os anos de 1974 e 1986.

No entanto, outros atores importantes surgiram ao longo destes anos de transição política, para além do partido oposicionista. São diversos movimentos sociais, que também assumem importante protagonismo dentro da abertura política, a partir de 1978, como o movimento sindical, em especial na região de forte industrialização no ABC paulista, o movimento pela Anistia, setores da Igreja Católica e associações de bairro. Embora o horizonte da abertura não fosse necessariamente o de democratizar o Estado brasileiro, as presenças desses atores neste processo histórico, seu crescimento e fortalecimento, capilaridade e capacidade de mobilização de massas, fizeram com que esta direção fosse levada em consideração.

A transição assim constituída teve um momento decisivo com a eleição, ainda que por via indireta, por meio do Colégio Eleitoral, do político oposicionista Tancredo Neves, do PMDB. Sua eleição significava o retorno do poder para as mãos de um civil depois de 21 anos de sucessivos governos militares. Sabe-se que Tancredo Neves não assumiu o governo por conta da deterioração de seu estado de saúde e posterior falecimento, o que implicou na posse de José Sarney, que durante quase todo o período dos governos militares fez parte da base de sustentação política do regime. De todo modo, um governo civil seria o momento decisivo no

processo de superação da ditadura militar, ainda que não necessariamente fosse o único horizonte perseguido pelos opositores ao regime. Se considerarmos que durante o processo de transição surgiram novos atores em condições de barganhar com a elite dirigente do regime militar, pois eram capazes de mobilizar as massas, e podemos tomar o movimento “Diretas-Já”, entre 1983 e 1984, como um exemplo, este governo assumia num contexto de uma pressão a favor da democratização.

Assim, cabe destacar que não se trata de considerar que a transição fosse necessariamente uma democratização, dado que esta envolve disputas e ações sociais que ampliavam os limites estritos estabelecidos pela distensão e pela abertura. Um processo mais amplo que teve a constituição de 1988 como referência, bem como a eleição direta de um presidente, ocorrida em 1989. De todo modo, tomaremos o ano de 1985 como o ano da “troca de guarda”, uma referência no processo de transição política. O ano em que os militares se retiraram do controle do Estado brasileiro.

A partir de tais referências necessárias, cabe observar que este trabalho foi construído como um desdobramento de uma trajetória de pesquisa iniciada em meu mestrado, cuja dissertação levou o título de “Mídia Impressa e democracia: um estudo de caso sobre a eleição de 1985, em Florianópolis”, defendida em abril de 2016. Para a elaboração daquele trabalho tive um contato mais próximo com a história política de Santa Catarina enquanto tema de estudo, embora a documentação explorada fosse constituída por jornais. A importância do PMDB enquanto uma força política relevante, naqueles primeiros anos da década de 1980, é peça central para compreender a dinâmica das disputas políticas em Santa Catarina e também os resultados eleitorais posteriores. Houve um acúmulo de forças bastante substancial pelo partido naqueles anos, que teve seu ápice nas eleições gerais ocorridas em 1986. Nas eleições ocorridas em Santa Catarina no ano de 1985, que marcavam o retorno de eleições diretas para a escolha de prefeitos e prefeitas em capitais de estado, áreas de segurança e estâncias hidrominerais, algo que não ocorria desde a imposição do ato institucional n. 3 (BRASIL, 1966a), o PMDB venceu em todas elas:⁷ em Florianópolis, capital do estado, bem como nos municípios de fronteira. No ano seguinte, 1986, o PMDB venceu a eleição para o governo estadual, com Pedro Ivo Campos, e também elegeu os dois senadores por Santa Catarina, sendo eles Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin, bem como a maioria dos deputados federais eleitos pelo estado. Para a Assembleia Legislativa, o PMDB fez 19 das 40 cadeiras, sendo que o Partido

⁷ No ano de 1985 ocorreram, em Santa Catarina, eleições para o cargo de Prefeito nos seguintes municípios: Florianópolis, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, São José do Cedro e São Miguel do Oeste.

Democrático Social (PDS) fez 12, o Partido da Frente Liberal (PFL) 6, enquanto Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT), cada qual, conseguiu uma cadeira. Embora o tema da dissertação de mestrado não fosse o PMDB, nascia ali grande curiosidade em compreender uma legenda que, posteriormente, e muito rapidamente, deixou de representar um símbolo de esperança para constituir-se em peça de um sistema político rotineiro e desacreditado. Em particular, as informações disponíveis sobre a derrota de Jaison Barreto na eleição para governador de Santa Catarina, em 1982, nas condições em que ficaram registradas, especialmente no trabalho de Itamar Aguiar (1991), fizeram despertar o interesse por compreender as relações políticas no interior daquele partido. Aquela derrota eleitoral trouxe minhas atenções para as diferentes alas do partido e suas visões políticas – especialmente a composição da então conhecida como “ala progressista”⁸.

Quando foi iniciada a pesquisa para a tese de doutorado, cujo objetivo inicial envolvia o estudo da transição do MDB para o PMDB catarinense, especialmente no âmbito do que se convencionou chamar de “ala progressista”, num recorte temporal que cobria as legislaturas 1979-1982 e 1983-1986, tendo como fonte principal depoimentos orais, surgiram muitos percalços. Seguramente, um dos principais obstáculos foi a recusa de alguns dos membros do antigo PMDB em conceder depoimentos para a pesquisa. Houve casos em que questões de saúde afetaram os potenciais depoentes, impedindo que os mesmos ocorressem. Em outros casos, acredito que as recusas diziam respeito a certo incômodo com um passado vinculado ao PMDB e possam ter se dado por conta de um contexto amplamente desfavorável a legenda. Iniciei os contatos com os possíveis depoentes em 2018, aproximadamente dois anos após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), mas ainda em contexto político bastante tenso no país. Aquele episódio, como é de conhecimento geral, teve como seus principais operadores figuras do PMDB, como o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e também a figura do então vice-presidente Michel Temer. Um período em que se deu a formalização do giro neoliberal dado pelo partido com a publicização do programa “Ponte para o futuro”⁹. Creio que estes, bem como outras situações bastante negativas protagonizadas por

⁸ Sobre isso cf. a dissertação de Itamar Aguiar, “*As eleições em 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*”, defendida na UFSC, em 1991.

⁹ A economista Laura Carvalho, docente da USP, em artigo publicado na Folha de São Paulo em 10 de dezembro de 2015, afirmou a respeito do referido programa que: “As propostas partem do diagnóstico de que o ajuste fiscal conjuntural é insuficiente, pois os direitos adquiridos pela sociedade brasileira no período de redemocratização já não caberiam no Orçamento público. Em vez de traçar caminhos para sanar os problemas fiscais pela via do crescimento econômico, da preservação de empregos e da redução da conta de juros, o programa do PMDB começa com a flexibilização de leis trabalhistas e o fim da obrigatoriedade de gastos com saúde e educação”. O artigo intitulado “Pontes para o passado” está disponível em:

figuras que ocupavam posições importantes no interior da burocracia do partido, como Romero Jucá e Geddel Vieira Lima, possam ter desestimulado a alguns dos antigos membros a animar-se em falar a respeito de seu passado ligado ao PMDB, expressando algum desencanto pelos posicionamentos que a legenda havia tomado naqueles anos. Aquele partido, que nas décadas de 1970 e 1980 havia abrigado importantes lideranças que estabeleceram combates a favor da abertura política e em defesa da redemocratização do país, entre os anos 2014-2018 foi controlado por lideranças que protagonizaram o triste papel de articuladores da deposição de uma presidente eleita pelo voto popular. Outro obstáculo encontrado no andamento da pesquisa sobre o PMDB catarinense, este intransponível, foi o falecimento de alguns membros partido, especialmente o caso ex-senador Jaison Tupy Barreto, ocorrido em 2021.

No entanto, dois dos antigos membros do MDB/PMDB se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Entre eles se destacou o fato de que ambos eram membros do antigo PCB e que atuavam também no MDB, ao longo da década de 1970, tendo posteriormente atuado no PMDB. Os mencionados casos de Vilson Rosalino da Silveira e Gerônimo Wanderley Machado. Dada a disposição em contribuir com a pesquisa acadêmica, bem como o apreço demonstrado pelo ofício dos historiadores, pelo passado de suas trajetórias pessoais e pela importância de registrar suas memórias, pude perceber uma grande riqueza nesses dois depoimentos. Depois de registrar estes dois depoimentos, também foram registrados os depoimentos de Clair Castilhos e de Nildo José Martins. E a partir deles a ênfase da investigação deixou de recair sobre os partidos MDB/PMDB e passou a se concentrar na atuação de militantes comunistas catarinenses que atuavam no MDB, desenvolvendo uma dupla militância num período marcado pelo autoritarismo. Foram os elementos contidos em seus depoimentos que fizeram deslocar o recorte temporal da pesquisa, que originalmente estava situada entre 1979-1986, para 1964-1985. Levaram também a uma readequação do problema de pesquisa. O que originalmente seria uma pesquisa a respeito de partidos políticos e culturas políticas passou a ser uma análise de um processo histórico, tomada a partir dos espaços de militância evocados por estes sujeitos.

A pesquisa que resultou no trabalho elaborado neste texto dialoga com estudos situados no campo de estudos denominado de História do Tempo Presente. Quando mencionamos esta expressão, História do Tempo Presente, fazemos referência a uma abordagem que vem se consolidando no campo da história desde o final da década de 1970, a começar pelas abordagens matriciais europeias, especialmente francesas, chegando a uma

grande variedade e riqueza de possibilidades no século XXI. Embora inovadora em relação à estrutura disciplinar moderna da historiografia, as investigações sobre o presente foram comuns entre aqueles que se ocupavam de refletir sobre seu tempo, desde épocas remotas, pois como nos afirma o historiador Carlos Fico (2012, p. 69), “a história do tempo vivido foi amplamente praticada durante a Antiguidade, a Idade Média e a Idade Moderna, chegando mesmo ao século XIX [...]”. No entanto, com o cientificismo e a busca por uma suposta objetividade, no século XIX, houve uma breve interdição do presente no trabalho do historiador. Tornou-se praticamente um cânone disciplinar a atitude segundo a qual a análise justa de um determinado contexto exigiria o distanciamento temporal e o encerramento de seus efeitos, único meio para obter a objetividade científica. Assim, o tempo presente foi sacrificado nas análises historiográficas.

Considerando-se as mudanças em aspectos teórico-metodológicos da pesquisa historiográfica, esta interdição é refutável: “a aproximação supostamente ‘objetiva’ de seu tema, que vitimaria especialmente o historiador do tempo presente, torna-se uma quimera, já que o estabelecimento da verdade seria impossível para qualquer sujeito diante de seja lá qual for o seu objeto” (FICO, 2012, p. 94). Neste sentido, um determinado acontecimento ocorre uma única vez no tempo e no espaço. Nada pode recuperá-lo exatamente como ocorrido naquele determinado momento no tempo/espaço. A própria percepção deste hipotético acontecimento seria variável entre testemunhas oculares. No entanto, ele pode ser narrado através de um esforço imaginativo do historiador, a partir dos vestígios, de seus rastros, o que por si só impõe limitações: por haver lacunas, poderá haver versões sobre ele, e a partir dos vestígios encontrados, diferentes interpretações. Respeitando as fontes, com uma metodologia clara e rigorosa, pode-se fabricar uma versão plausível sobre um determinado acontecimento ou processo, mas sempre enquanto um esforço imaginativo calcado numa materialidade que remeta ao que se pretende narrar. Ou seja: em um processo dessa natureza, onde a imaginação daquele que escreve cumpre um papel relevante, e devemos considerar sempre a interferência de sua subjetividade, acreditar que esta arte engenhosa, a escrita da história, possa ser realizada com objetividade científica sugere, ao menos, uma conclusão equivocada.

Ainda a respeito da crítica atual à busca pela objetividade, a qual exerceu influência entre os historiadores do século XIX e XX, o historiador François Bédarida (2006), ao defender a abordagem historiográfica do presente, não deixa de acentuar a necessidade de buscar o rigor disciplinar:

não obstante, e sem cair, assim espero, no *ubris*, declaro abertamente que a despeito de tudo a busca da verdade deve ser explicitamente considerada regra de ouro de todo

historiador digno desse nome. Alfa e ômega desse ofício. Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. Chama vacilante e frágil da noite, mas que apesar de tudo ilumina nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas. (BÉDARIDA, 2006, p. 222)

No entanto, a interdição a que se refere Carlos Fico (2012) influenciou gerações de historiadores e afastou historiografia do presente, a partir do século XIX. Somente no século XX é que o presente seria reconsiderado na operação historiográfica. François Dosse (2012, p. 8) afirma que, “um dos aspectos inovadores da escola dos *Annales*, instituída por Marc Bloch e Lucien Febvre, foi o de reintroduzir a história ao presente”. Portanto, após a interdição ocorrida no século XIX, somente na década de 1930 o presente retorna, pois a metodologia dessa escola reconhece que é através das questões do presente que se deve investigar o passado. “Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico” (DOSSE, 2003, p. 100). Entretanto, assinala Dosse (2012), no período do segundo pós-guerra, prevaleceram abordagens em que a identificação de estruturas fixas nos processos sociais concentrou a atenção da maior parte dos estudiosos nos centros mais influentes do mundo ocidental, acarretando o privilégio de certas temáticas e objetos:

o estudo de permanências, de invariantes do modelo estrutural e para a longa duração, como o definiu Fernand Braudel. Os estudos históricos se voltaram fortemente para a análise dos períodos medievais e modernos, deixando de lado a história do tempo presente. Isto se acentuou ainda mais entre os anos 1950 e 1970, pelo fato de passarmos da história quase imóvel de Braudel à “história imóvel” tal como definiu Emmanuel Le Roy Ladurie (1978). O resultado foi um longo eclipse do tempo presente, reduzido à insignificância. (DOSSE, 2012, p. 9)

Posteriormente, um grupo de historiadores franceses, orientados por Réne Rémond, na Universidade de Paris 10, trazem o presente, novamente, de volta à história, resgatando o político para o centro de suas análises¹⁰. Com isso percebemos que a relação da história com o presente remonta a uma longa tradição e que, ao contrário do que se imagina, a interdição *rankeana*, ocorrida no século XIX, afastou o presente por algumas décadas apenas, das análises em história. Portanto, refletir sobre o presente não é em si uma novidade. No entanto, ele – o presente – retorna para o fazer dos historiadores, no que chamamos agora de História do Tempo Presente, em condições específicas.

O período da Segunda Guerra é fundamental para compreendermos o que vem a ser a História do Tempo Presente. Depois de terminado o conflito, que durara de 1939 a 1945 e levou

¹⁰ Jean-Pierre Rioux (1999, p. 47), afirma que “[...] foram os historiadores do político que sempre estiveram na vanguarda da história do tempo presente”.

à morte dezenas de milhões de pessoas, assim como deixou países destruídos e, também, marcas profundas nas sociedades que participaram do mesmo, observa-se um esforço em alguns países europeus para estudar este evento, organizar e reunir arquivos, com depoimentos, etc. Isto se deu com a criação de centros de pesquisa em diversos países europeus como França, Holanda, Itália e Alemanha. No entanto, a escrita da histórica ligada a esses centros de pesquisa foi “marcada pela história política tradicional, a produção dessa fase deu visibilidade à história recente, mas foi significativamente distinta da que viria a ser produzida no final do século XX” (FICO, 2012, p. 70). O impacto provocado pela Segunda Guerra Mundial criou uma necessidade de compreensão do presente, sobretudo para aquelas sociedades. Esta seria uma primeira etapa desta retomada do presente. A segunda está relacionada às tentativas de renovação da disciplina, contexto no qual está inserido o fato de que “na França, em 1978, o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial se transformou em Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), laboratório sob direção de François Bédarida. O mesmo ocorreu em outros países da Europa” (DOSSE, 2012, p. 10).¹¹

A ideia segundo a qual o Tempo Presente teria início com os fatos traumáticos do século XX, relacionados à Segunda Guerra, sugere uma baliza temporal motivada por processos que foram iniciados e que ainda não se encerraram – no entanto vinculados a uma “matriz” histórica assentada neste evento histórico. Assim, se pensamos no caso da Europa no pós-guerra, haveria questões não resolvidas, sequelas, desencadeadas pelo conflito, que provocaram uma presença constante do passado no presente. Neste sentido, a memória das pessoas que vivenciaram estes eventos cumpriria um papel relevante no fazer do historiador para tentar compreender estes processos, o que por sua vez impõe aos historiadores que pesquisam a História do Tempo Presente a necessidade de possuírem um arcabouço teórico sólido com relação à metodologia de História Oral e seus debates sobre memória. No entanto, cabe observar, “os historiadores do tempo presente recusam reduzir a operação historiográfica a uma simples extensão e expressão da memória” (DOSSE, 2012, p. 16). Dito de outra forma: nesta

¹¹ Importante observar que, partindo do conceito regimes de historicidade, proposto por François Hartog (2013), no século XX há uma crise na ordem do tempo em que o regime de historicidade moderno gradativamente perde força enquanto um regime dominante e, aos poucos, toma seu lugar um novo regime em que o presente é preponderante, diante das demais dimensões temporais. Um presente onipresente. E o futuro, que no regime moderno era motivo de otimismo, sendo inclusive chamado por Rousso (2016, p. 23) de “regime de historicidade futurista”, no regime presentista se apresenta enquanto ameaça. Aqui, no regime presentista, as pessoas têm medo do futuro e vivem as voltas com passados que não passam. Rousso apresenta uma divergência com Hartog: para o primeiro, o regime presentista começa a substituir o regime moderno já nos anos 1970 (o IHTP é criado em 1978), por conta de processos históricos que se relacionam com este período. Hartog (2013) compreende que esta mudança de regimes se dá com a queda do Muro de Berlin, em 1989. Sendo assim, convém observar, para Rousso (2016) a História do Tempo Presente não é um sintoma do presentismo, mas uma reação.

concepção inicial de História do Tempo Presente a História do Oral pela dimensão memorial que possui ocupa um espaço importante dentro desta abordagem historiográfica. Mas, como veremos adiante, a compreensão do que vem a ser a História do Tempo Presente não ficou restrita a esta compreensão do que viria a ser o tempo presente – como uma temporalidade iniciada na Segunda Guerra Mundial.

A definição acima, que percebe a História do Tempo Presente como uma periodização com início nos eventos traumáticos ocorridos durante a Segunda Guerra, até os dias atuais, limita os objetos de estudos disponíveis. Assim, o tempo presente tal como apresentado na historiografia seria uma dimensão própria ao território europeu e em alguns lugares localizados ao redor do mundo ocidental. Mas, a noção de eventos traumáticos poderia ser aplicada a outros contextos, como, por exemplo, as ditaduras militares na América Latina. Dessa forma, superaríamos a ideia de uma “matriz” histórica do tempo presente assentada na Segunda Grande Guerra¹² e deslocaríamos o tempo presente para a noção de eventos traumáticos, cada vez menos a uma periodização estanque, definida à priori. Isso não significa, de alguma forma, que a Segunda Guerra deixe de ser considerada um processo divisor de águas e de grande influência para o século XX, mas conforme François Dosse (2012), abordar o tempo presente como uma articulação entre diferentes temporalidades e experiências sociais que convivem na contemporaneidade:

o historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente “fechar” os registros históricos. Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de “tempo presente” que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. (DOSSE, 2012, p. 11)

Essa “acepção extensiva” do conceito, à qual o autor se refere, torna-se fundamental para fazer a articulação, por exemplo, entre o contexto histórico brasileiro e a História do Tempo Presente. Partindo do pressuposto de que esta abordagem, para além da noção de processos traumáticos, que envolve os eventos violentos, pode ser considerada de forma mais ampla, outros processos históricos, não necessariamente relacionados com trauma e violência, e novos objetos surgem enquanto possibilidade de pesquisa. Se considerarmos a História do Tempo Presente a partir da noção de um passado ainda presente e inacabado ou, recuperando a expressão utilizada pelo autor supracitado, de “contemporâneo não contemporâneo”, de um

¹² Para o autor “a ideia de uma ‘matriz do tempo presente’, que consistiria na Segunda Guerra Mundial, seria hoje obsoleta” (DOSSE, 2012, p. 16).

processo histórico não encerrado, ampliamos as possibilidades e os objetos que podem ser estudados para compreendermos questões relacionadas ao Tempo Presente. Isto é fundamental para refletirmos sobre a temática que envolve o objeto do presente estudo, sem buscar uma definitiva apreciação acerca das discussões que dizem respeito à extensão da violência perpetrada pelo regime autoritário no Brasil em comparação com outras ditaduras congêneres na América Latina e até que pontos categorias como “trauma” que permanece ou a de “frustração” acerca pela incapacidade social e política para superar uma transição inacabada e imposta pelos próprios militares seriam operacionais para uma abordagem historiográfica adequada (FICO, 2013, p. 483). Na Argentina, a História do Tempo Presente, que é conhecida por “História Recente”, utiliza-se da noção de eventos traumáticos. Franco e Lvovich (2017, p. 191), em artigo em que refletem sobre a expansão dos estudos em História Recente no país vizinho, afirmam: “entendemos que a história recente se refere a processos históricos cujas consequências diretas conservam ainda fortes efeitos sobre o presente, em particular em áreas muito sensíveis, como o atropelamento dos direitos humanos mais elementares”.

Seja como um processo traumático ou como conjunto de desdobramentos em aberto, ainda em nosso presente, sabe-se que foram desencadeadas durante a ditadura militar questões que constituem camadas de temporalidade que fazem parte do tempo presente brasileiro e dos limites entre democracia e autoritarismo. Como afirma o historiador Carlos Fico (2013, p. 477), “o golpe de 64 foi o evento chave da história recente do país, porque mostra essa tradição de autoritarismo brasileiro que existe até hoje e esse apoio da sociedade às medidas autoritárias”. Um evento que pode ser citado como exemplo, é a Lei da Anistia. Aprovada em agosto de 1979, em seu texto observamos a inclusão da obscura noção de “crimes conexos” que, neste contexto, impossibilitava a tomada de medidas legais contra os agentes do Estado que torturaram cidadãos. Ao mesmo tempo, a lei “exetua” aqueles que foram condenados por “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”¹³. Estes foram julgados e condenados, no entanto, os agentes torturadores, esquecidos, sequer julgados, beneficiados por um silêncio profundo (REIS, 2010, p. 180). Os desdobramentos dessa questão estão colocados atualmente em nossa sociedade. Ela está longe de ser encerrada. A noção de processos históricos não encerrados abre a perspectiva para refletirmos sobre outras questões, além desta observada neste parágrafo, fundada na noção de trauma.

As memórias registradas nos depoimentos coletados para a elaboração do presente estudo trazem ricos elementos para tal reflexão. Na trajetória dos depoentes ganharam

¹³ Texto da Lei n. 6.683/1979, com as mudanças ocorridas posteriormente (BRASIL, 1979).

proeminência traços do autoritarismo vigente ao longo do regime autoritário, bem como, em contrapartida, as movimentações que eram realizadas por estes indivíduos no sentido de lidar com as medidas autoritárias e de projetarem saídas para suas condições e seus projetos políticos. Com o golpe militar ocorrido em abril de 1964, a atuação dos comunistas, que já era clandestina, passou a enfrentar outros perigosos obstáculos. Entre os comunistas, em Santa Catarina, manter reuniões clandestinas do PCB, procurando organizar o partido, formando Comitês Municipais, durante algum tempo, mesmo diante da repressão, implicava em uma forma singular de militância política.

Atuar na legenda legalizada, o MDB, procurando ter alguma influência na arena política do período, a favor da revogação da legislação repressiva e de formas de abertura política, delineia uma atuação que visava a superação do regime autoritário. Mas poderia ser percebida enquanto uma forma de acomodação? Uma vez que tal escolha implicava fortalecer a oposição legalizada, elegendo seus candidatos, contribuindo para gerar dividendos eleitorais para o MDB, uma força política que foi construída nos termos impostos pela ordem autoritária. Tomar certas decisões naquela conjuntura não era tarefa fácil. Afinal, a decisão de auxiliar o MDB a se fortalecer, um partido construído na ordem autoritária, mas que por outro lado contribuía para manter viva no horizonte a expectativa de legalizar o PCB. Essas memórias possuem camadas de tempo. Neste sentido, é importante considerarmos as observações de Rousso (2016, p. 237):

Fazer a história do tempo presente é, ao contrário, postular que o presente possui uma espessura, uma profundidade, que ele não se reduz a uma soma de instantaneidades que se compreenderá repentinamente. Como toda boa história, trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante, ou, para usar um vocabulário laciano, que tenta instituir um pouco de simbólico onde o imaginário invadiu tudo: é uma das tarefas essenciais da história, e uma das missões mais importantes da história do tempo presente.

Conforme mencionado anteriormente, a investigação para a elaboração deste trabalho envolveu a obtenção de um conjunto de depoimentos orais. Sobre as fontes orais convém algumas observações importantes. Os depoimentos registrados estão em afinidade com a proposição de Alberti (2005), para com o uso de fontes orais. A autora observa que é importante selecionar atores que exerceram diferentes papéis, no contexto que se procura pesquisar, considerando o potencial qualitativo dos depoimentos, e não uma questão quantitativa, voltada apenas para obter um determinado número de depoentes. Embora as trajetórias dos depoentes guardem algumas semelhanças entre si, há também muitas particularidades. Os depoentes, embora todos tenham cursado curso superior, o fizeram em áreas diferentes e em épocas

diferentes. Clair Castilhos, que foi professora universitária e atuava em movimentos sociais, foi eleita vereadora em 1982 e atuou no parlamento municipal durante quase toda a década de 1980. Wilson Rosalino era professor da UFSC quando conseguiu escapar da Operação Barriga-Verde, em novembro de 1975, e teve uma experiência em Paris, onde fez um curso de Economia Política e trabalhou numa grande empresa estatal de energia. Em seu retorno ao Brasil, conseguiu reaver seu emprego, esteve muito atuante na reconstrução partidária. Tanto a do PMDB, quanto, posteriormente a do PCB. Gerônimo W. Machado, por sua vez, embora sua trajetória se cruze com a de Rosalino em diferentes momentos, especialmente na atuação partidária, é oriundo de outros campos do conhecimento, e veio a se tornar professor universitário somente na década de 1980. Em 1975, enquanto Rosalino lecionava na UFSC, Machado era funcionário de um banco. Nildo Martins inicia sua atuação política no movimento estudantil, na época de universidade. Aproximadamente uma década depois que Gerônimo Machado esteve no movimento estudantil, e vários anos após Wilson Rosalino atuar neste segmento. Embora estes indivíduos tenham frequentados espaços em comum, como a universidade, por exemplo, os períodos nem sempre coincidem, e os campos do saber, dentro da universidade são outros, o que certamente implica em bagagens diferentes.

As entrevistas tiveram um corte temático. De uma maneira geral, as interrogações propostas aos depoentes procuravam suscitar memórias de um período de suas vidas em que eles tiveram algum tipo de atuação político partidária, visando encontrar elementos que remetessem a suas respectivas militâncias e seus espaços de atuação. Tais provocações, em quase todos os casos, fez emergir memórias situadas em um período de suas vidas situado em um período de cada trajetória que iniciava no antigo segundo grau, se estendendo por uma ou duas décadas.

Importante considerar que as fontes orais mobilizam uma metodologia particular e, neste sentido, há um cuidado que se deve tomar quando se pretende utilizá-las, que reside na diferença entre história e memória. Conforme nos alerta Alberti (2005, p. 170), “cabe ao pesquisador estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas”¹⁴. Dito de outra forma, não se pode tomar o depoimento enquanto uma

¹⁴ O historiador Jean-Jaques Becker (2006) assume posição parecida com Alberti (2005). Afirma aquele pesquisador que “[...] ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores. Pode-se até apostar que certo relato conhecido sobre a grande Guerra foi em grande parte uma reconstituição em função das posições antimilitaristas assumidas por seu autor mais tarde...” (BECKER, 2006, p. 28).

revelação do real. Nesta direção, devemos seguir a orientação de Rémond (2006, p. 208) quando afirma que “é preciso estender o método histórico à crítica dos depoimentos”.

Alberti (2005, p. 183-184) também chama a atenção para o fato de que o depoimento deve ser visto, assim como toda fonte histórica, enquanto um “documento-monumento”. Este, por sua vez, tem como “característica a intencionalidade, uma vez que é constituído para perpetuar a recordação, como é o caso das obras comemorativas da arquitetura e das esculturas coladas em praça pública”. A autora ainda ressalta que “o pesquisador que trabalha com entrevistas de história oral como fontes deve ser capaz de ‘desmontá-las’, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las com pleno conhecimento de causa”.

O historiador Henry Rousso (2006), por sua vez, ao tratar do tema da memória, observa algumas questões que considera fundamentais no que diz respeito ao seu uso como fonte histórica. Observa o autor que ao lidarmos com a memória temos uma dupla tarefa. A primeira delas, tem a ver com procurar restabelecer a verdade histórica, cercando os depoimentos com outras fontes de informação, as mais diversas possíveis:

descrever a configuração de um fato ou a estrutura perene de uma prática social, de um partido político, de uma nação ou mesmo, hoje em dia, de uma entidade continental (pensamos aqui em novas histórias da Europa), em suma, fazer uma história positiva ainda que seja ilusão descrever ou explicar o que “realmente aconteceu”. (ROUSSO, 2006, p. 97)

Neste sentido, o presente trabalho além de mobilizar dois diferentes acervos documentais – além das fontes orais – contendo cada um tipo diferente de fonte, para serem cotejadas junto aos depoimentos, também se valeu do uso de fontes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), como resultados eleitorais e Atas de Convenção Partidária, bem como o registro de informações em publicações acadêmicas que eventualmente abordassem os assuntos tratados nos depoimentos.

O segundo ponto abordado por Rousso (2006, p. 97) trata da necessidade de se questionar a memória de maneira a expor a evolução das representações do passado ao longo do tempo: “em outras palavras, o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender”. A respeito desse ponto, considero importante acentuar que, com o cotejamento entre os depoimentos e outras fontes, especialmente jornais, muitas vezes foi possível verificar se os depoimentos são coerentes com os fatos e sentidos contidos em sua narrativa ou se “evoluíram” ao longo do tempo, agregando novos elementos ou alterando determinados fatos ou posições políticas. E a conclusão é que pude verificar uma grande coerência entre os depoimentos e as informações

obtidas em outras fontes. Uma segunda questão é que com relação aos aspectos investigados neste trabalho, tais como as trajetórias dos militantes e seus espaços de militância, de uma maneira geral, o que foi dito nos quatro testemunhos sugere uma coerência com os eventos ocorridos.

Nos casos de Vilson Rosalino e Gerônimo Machado pude comparar os depoimentos concedidos a mim entre 2019 e 2021 com os trechos utilizados por Celso Martins (2006), e há grande semelhança entre eles. Os depoimentos registrados por este autor para a elaboração de seu livro remontam a meados da década de 1990. Com exceção de pequenos detalhes que ficaram pelo caminho, no que diz respeito às dimensões e aos objetivos da investigação, não se pode apontar desvios significativos. Curiosamente, o que foi dito pelos depoentes a respeito dos espaços coletivos de atuação, notadamente seus partidos, guardam uma incrível coerência com os depoimentos obtidos por Jaci Guilherme Vieira (1994) junto a outros militantes comunistas de Santa Catarina, em investigação desenvolvida no início dos anos de 1990. Seja com o que foi possível comparar entre os testemunhos dos depoentes, seja com outros depoimentos concedidos por eles próprios ou até mesmo com depoimentos concedidos por antigos correligionários, ao menos no que é objeto de reflexão deste trabalho, foi possível observar convergências nos relatos.

Além dos depoimentos orais registrados, o esforço de investigação mobilizou dois outros acervos documentais para cotejar com os testemunhos e ampliar algumas discussões: o jornal impresso *O Estado*, com grande circulação e influência entre as décadas de 1960 e 1970, e o acervo contido no Fundo do Serviço Nacional de Informações, relativos aos estados do Paraná e Santa Catarina, sob a guarda do Instituto de Documentação em Ciências Humanas (IDCH) da Udesc/FAED, documentação produzida pelos órgãos de repressão.

O periódico catarinense *O Estado*, foi utilizado neste trabalho para estabelecer uma comparação entre alguns elementos trazidos pelos depoentes, e em alguns destes casos, aprofundar a discussão a respeito dos diferentes contextos que são evocados nos depoimentos. A abordagem da documentação procurou dialogar com as discussões historiográficas correntes acerca deste tipo de fonte histórica, considerando o que aponta a historiadora Tânia de Luca (2008, p. 139):

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.

Para melhor compreender a maneira como o conteúdo veiculado nessa fonte é organizado, suas prioridades, convém explicitar que a forma como a fonte impressa é entendida, no presente trabalho, é demarcada pelas contribuições trazidas pelo historiador Jean-Nöel Jeanneney (1996). Este autor considera de grande importância a compreensão do processo decisório dentro de uma determinada mídia: “o que é preciso descrever, em suma, é a decisão na imprensa escrita e no rádio-televisão. A imbricação dos fios e a incerteza das pistas explicam (mas não são um consolo) que os historiadores do político não se tenham preocupado muito com isso”. Portanto, uma mídia periódica muito embora seja uma fonte riquíssima, é percebida neste trabalho dentro dessa circunstância: é elaborada a partir de determinados interesses que podem ser melhor compreendidos se a “decisão” estiver descrita corretamente. Dessa forma, cabe observar que o periódico catarinense *O Estado*, ainda que existisse desde o longínquo ano de 1915, durante nosso recorte de pesquisa (1964-1985), foi propriedade de um político e empresário muito influente e ocupante de posições centrais e dominantes nas relações políticas institucionais em Santa Catarina ao longo de boa parte do século XX, Aderbal Ramos da Silva¹⁵. Ele comprou o periódico em 1945, portanto, as decisões e posturas editoriais do periódico obedeceram, em todo o período mencionado, aos interesses de um importante quadro das elites políticas de Santa Catarina (BUDDE, 2013).

É importante considerar que o periódico, na construção narrativa diária que realiza, traz um conjunto de informações a respeito sobre as disputas políticas, sobre o estado de Santa Catarina, sobre demandas regionais, e também informa os leitores sobre os políticos, seus partidos, seus programas de governo e também sobre suas articulações – se estivermos tratando de períodos eleitorais. No entanto, por trás de cada notícia, cada fragmento de realidade que é interpretado e construído em forma de texto, passa por uma seleção e uma hierarquização discursiva, além de algum tipo de qualificação para cada questão abordada.

O periódico organiza, nas páginas sobre política, uma polifonia de vozes, de diversos atores, na forma que seus editores, muitas vezes pressionados pelos superiores, ou pelo dirigente do periódico, entendem como a mais adequada para expor tais fragmentos daquela realidade. Estabelecido este ponto, surge outra questão levantada por Jeanneney (1996, p. 221-222):

não ratifico uma visão demasiado desencarnada das relações da imprensa com os poderes, essa visão da qual um Philippe Simonnot, durante algum tempo jornalista do

¹⁵ Aderbal Ramos da Silva, o “Deba”, durante o período democrático (1945-1964) foi eleito para duas legislaturas como deputado federal, sendo a primeira 1946-1951, e a segunda em 1955-1959. Um ano após assumir como deputado federal, venceu a eleição para governador de Santa Catarina, governando de 1947-1951, quando foi sucedido pelo udenista Irineu Bornhausen. Após o segundo mandato como deputado federal, Aderbal Ramos não disputou mais eleições, mas continuou exercendo grande influência política em seu partido, até sua morte em janeiro de 1985.

Le Monde (e levado por sua especialização de economista?) se tornou o mais eficaz defensor: a de um universal *do ut des*, de um jogo de trocas congelado, em que cada um dos protagonistas calcularia cientificamente os valores trocados e o conteúdo da permuta. Nada mais estranho à vida real que essa interpretação abstrata que não leva em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, *desencarna*.

Tal consideração é muito importante, pois as ligações da família Ramos com o Estado são umbilicais. Assim como sugere Jeanneney (1996) as relações entre os poderes e a imprensa, neste caso em específico, estão demasiadamente *encarnadas*. Esta família política fez parte do que se convencionou chamar de oligarquias, que em Santa Catarina controlaram o estado de Santa Catarina ao longo de quase todo o século XX.¹⁶ Durante o período democrático (1945-1964), era explícito que o periódico *O Estado* era um instrumento do Partido Social Democrático (PSD) de Aderbal, em suas disputas políticas. Ele usava o jornal para auxiliar seu partido nas disputas com a União Democrática Nacional (UDN), organização política que em Santa Catarina era comandada pela família Bornhausen. Tal situação ganha complexidade a partir do Ato Institucional (AI) nº 2, de 1965 (BRASIL, 1965a), imposto pelo governo Castelo Branco, pois com a extinção dos partidos do período democrático, as oligarquias catarinenses tiveram que se acomodar em uma mesma legenda: a ARENA, onde a princípio, Ramos e Bornhausen estariam de um mesmo lado; e o MDB de outro. Em linhas gerais tal leitura é possível de ser feita. Nesse caso, o MDB não seria favorecido nas páginas deste veículo de comunicação. A princípio, não. Mas, de acordo com o contexto, seja para ganhar legitimidade enquanto veículo de comunicação que passa a querer construir outra imagem – e superar a fase do “panfleto político”, seja para aumentar sua vendagem, em momentos que o MDB passa a ser um partido melhor votado nas eleições, enfim, em diversas circunstâncias esta fonte periódica também trouxe informações importantes sobre os movimentos do partido opositor.

Outro aspecto a respeito desta fonte tem a ver com a abrangência de sua circulação. Neste sentido, Budde (2013) salienta que por volta de meados da década de 1970, *O Estado* foi o primeiro impresso a conseguir circular por todo o território de Santa Catarina, exercendo uma hegemonia que só seria contestada em meados da década seguinte, com a fundação do Diário Catarinense.

¹⁶ Mais informações sobre as relações entre as oligarquias catarinenses, seus partidos e sua atuação econômica ver: MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH/CFH; UFSC, 1998, 182 p.

Entre os anos de 1964 e 1970, o jornal foi investigado por meio de um levantamento sistemático em todas as edições publicadas e disponíveis na Biblioteca Pública de Santa Catarina. A fonte foi particularmente explorada no primeiro capítulo deste trabalho, proporcionando elementos para a narrativa histórica. Trata-se de um periódico de tiragem diária (com exceção das segundas-feiras). Com relação ao período que envolve as décadas de 1970 e 1980 (até 1985), a investigação desta fonte concentrou-se nas edições diárias publicadas apenas nos semestres em que aconteceram eleições (1972, 1974, 1976, 1978, 1982, 1985). De maneira geral, o procedimento consistiu em um rastreamento de notícias, notas, editoriais e colunas em que fosse possível identificar contextos, processos, fatos ou personagens mencionados nos depoimentos.

Este trabalho mobiliza ainda documentos disponíveis no acervo do Fundo do Sistema Nacional de Informações, relativo aos estados do Paraná e Santa Catarina, com acesso por meio do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) da UDESC. É um acervo robusto, que conta com 7.561 documentos elaborados pela comunidade de informações. Constam nesse acervo diferentes tipos de documentos, tais como informações, informes, relatórios e lista de presos. Grande parte desses documentos foi produzida entre os anos de 1975 e 1990. Os documentos estão digitalizados e os arquivos estão dispostos, de maneira geral, de acordo com o ano em que foram elaborados, em ordem crescente. É importante ressaltar que não se pretende fazer um estudo da repressão a partir dessas fontes. Esse acervo é mobilizado com o objetivo de responder, primeiramente a uma questão: eram os militantes comunistas monitorados pelo Sistema Nacional de Informações (SNI)? A resposta para esta pergunta foi positiva. Foi possível encontrar registros neste acervo de situações onde constavam alguns destes militantes ou documentos elaborados sobre alguns deles. Partindo dessa questão, uma segunda se impôs: como a comunidade de informações via esses militantes? Procurando responder a essas questões, foram encontradas algumas fontes anexadas aos documentos da repressão que permitiram lançar alguma luz sobre a atuação dos comunistas catarinenses na Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB).

Num primeiro momento, foi realizada uma triagem nesses documentos que começou, em termos cronológicos, com os mais antigos e foi evoluindo para os mais recentes. Tal triagem foi possível, pois os documentos guardam uma coerência interna, pela articulação de seus conteúdos com as informações contidas em seus cabeçalhos. De maneira geral, nesses cabeçalhos há os campos data, assunto, origem, avaliação, difusão e anexo. O campo “origem” menciona a agência em que foi elaborado. Na grande maioria das vezes a origem dos documentos encontrados neste fundo documental possuem origem em “ACT”, neste caso

Agência Curitiba. “Avaliação”, por sua vez, é um campo em que são expostos o grau de confiabilidade das informações.

Penna Filho (2008), que estudou os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão criado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e coordenado pelo SNI¹⁷, com o intuito de monitorar opositores do regime que viviam fora do país, traz uma contribuição sobre este item. Afirma o autor:

Os documentos do CIEX seguiam a padronização instituída pelo SNI que determinava um modelo geral para elaboração e classificação de documentos. Assim, os informes eram avaliados pelo grau de confiabilidade das informações neles contidas e recebiam uma sigla correspondente, sendo que nesse sistema a avaliação A1 indicava, para os padrões do SNI, uma fonte cem por cento segura, enquanto que a avaliação C3, já correspondia a uma fonte bem menos confiável (as avaliações eram A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2 e C3). (PENNA FILHO, 2008, p. 86),

O item “difusão” indica para quais agências foram remetidas cópias do documento. Por exemplo, o documento “Inquérito 49/75 – SR/DPF/SC, envolvendo militantes do PCB em Santa Catarina” (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b), que foi elaborado na Agência Curitiba, teve difusão para “AC/SNI”, que significa Agência Central/Serviço Nacional de Informações. Por fim, o item “anexo” é relevante, pois eventualmente eram anexados aos documentos elaborados pela comunidade de informações, arquivos importantes. No documento citado acima, há em “anexo” uma “cópia do relatório feito pela Superintendência Regional do DPF/SC (46 folhas)”. Outras vezes, entre os anexos figuram panfletos recolhidos em eventos sindicais ou ainda distribuídos nas portas de Igrejas e em eventos partidários, etc. Há muitos anexos que são fontes relevantes, e muitas das vezes essas fontes anexadas não são elaborações da comunidade de informações e que dificilmente seriam encontradas fora desse arquivo. Portanto, com bases nessas informações contidas nos cabeçalhos dos documentos, foi feita a triagem que mencionei acima.

Os temas abordados por esses diferentes documentos são bem variados e cobrem os estados do Paraná e Santa Catarina. Trata-se de assuntos considerados relevantes pelos órgãos

¹⁷ O SNI foi criado em 13 de junho de 1964. Pouco mais de dois meses após o golpe ocorrido em 1º de abril daquele ano, que destituiu o presidente João Goulart. Segundo o decreto-lei nº 4.341 que criou o SNI: “1. O SNI é um órgão da Presidência da República. 2. O objetivo do SNI é supervisionar e coordenar as atividades de informação e contra-informação, com particular destaque e atenção à questão da segurança nacional, em todo território brasileiro. 3. O SNI deve informar o presidente sobre os assuntos que dizem respeito à segurança nacional, assim como a atividade dos ministérios, das empresas estatais e das organizações paraestatais. 4. O SNI deve criar o Sistema Nacional de Informações e acertar as conexões necessárias com os governadores dos estados, com empresas privadas e com as administrações municipais. 5. O SNI deve recolher, avaliar e integrar a informação e, além disso, atuar como assessor do Conselho de Segurança Nacional e coordenar o planejamento das atividades da Secretaria-Geral do CSN (Conselho Nacional de Segurança). 6. O SNI deve promover a difusão da informação necessária aos ministérios” (STEPAN, 1986, p. 26-27).

de segurança. Desde as ações das diversas organizações comunistas, prontuários de políticos, relatórios sobre as Operações Marumbi e Barriga-Verde, políticos da ARENA e do MDB, conflitos agrários, fraudes financeiras, investigações em curso envolvendo prefeitos, tráfico de armas, tráfico de cigarro, compilações de dados econômicos relacionados a estes estados. Com a aproximação dos últimos anos da década de 1970, surgem novos movimentos sociais e novos atores que também passam a ser monitorados: como movimentos a favor dos direitos humanos, sobre a anistia, movimento sindical, a ação de membros da Igreja Católica, movimentos em defesa da saúde pública, entidades estudantis. São monitorados também periódicos da imprensa alternativa, pronunciamentos de políticos com críticas ao governo federal, órgãos públicos e a suposta “infiltração comunista” nos quadros de funcionários, eleições para reitor, eleições para entidades de representação estudantil, etc.

Foram explorados aproximadamente 5.300 documentos, de maneira que os documentos referentes ao período que coincide com o recorte cronológico desta pesquisa, entre 1974-1985, tivessem sido avaliados. Desse corpo de documentos avaliados, aproximadamente 500 foram selecionados como tendo alguma relevância para a pesquisa. Nesse grupo, uma pequena proporção tem relação direta com os depoentes ou suas organizações políticas, mencionam seus nomes ou de seus partidos, e uma grande parte está relacionada com lideranças do MDB e ARENA, articulações eleitorais, eleições, criação de novos partidos (após a Reforma Partidária).

Importante pontuar que o uso desses documentos pressupõe um debate bastante cuidadoso. Creio que, de forma geral, mesmo os documentos do tipo “informações”, cujas fontes dos agentes da comunidade de informações não necessariamente provém de interrogatórios policiais, nos quais possivelmente fossem empregadas diferentes formas de tortura, devem ser tratados com muita sensibilidade e cuidado. Cabe considerar o que nos afirma Penna filho (2008, p. 86):

O maior problema é que mesmo os documentos avaliados como A1 pelos agentes não podem e não devem ser considerados de forma alguma como plenamente confiáveis pelos historiadores ou pesquisadores que trabalham com essas fontes. Todas elas necessitam, sempre que possível, confirmação por meio de cruzamentos de dados ou utilização de dados complementares com o cotejamento de outras fontes.

Portanto, há que se ter cautela com o uso das informações contidas nestes documentos. Outrossim, poderemos saber muitas coisas a partir desses documentos, mesmo levando em consideração eventuais imprecisões e distorções. Uma parte considerável dessas “informações” a respeito dos depoentes desta pesquisa pode ser cotejada com seus depoimentos, ou mesmo em outras fontes.

Como exemplo, podemos considerar o informe nº 176/420/ARJ/82 (AGÊNCIA CURITIBA, 1982, p. 2), cujo assunto é “Escola de quadros do Partido Comunista da União Soviética”. O documento possui avaliação A-1, e foi elaborado na Agência do Rio de Janeiro, sendo difundido para outras agências, como por exemplo a Agência Central, Agência Curitiba, Agência São Paulo, Agência Salvador e Agência Campo Grande. A data de elaboração do documento é de agosto de 1982. Seu conteúdo versa a respeito de um grupo de brasileiros que seriam enviados para a URSS para fazer um curso de formação política. E, de maneira geral, as agências regionais para as quais a Agência do Rio de Janeiro encaminhou cópias do documento, eram regiões do Brasil de onde vinham os militantes que iriam fazer a viagem. Vejamos abaixo:

1. Viagem na segunda quinzena de agosto para MOSCOU/URSS com o objetivo de cursarem a ESCOLA DE QUADROS DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (PCUS), os seguintes brasileiros:
 - RIO DE JANEIRO; LUIZ FERNANDO TARANTO MARTINS.
 - SANTA CATARINA; ROGÉRIO TEIXEIRA FIGUEIREDO e NILDO MARTINS.
 - BAHIA; SEBASTIÃO AMARAL DO COUTO.
 - GÓIAS; PAULO ROBERTO DA SILVA.
 - MATO GROSSO DO SUL; VÂNIA VIEGAS DE FREITAS, VERA LÚCIA FAUSTINO e PAULO MARCONDES ESSELI.
 - SAO PAULO: JORGE UCHOA FILHO, VALENTIN CARLOS DANTAS, ANTONIO FERREIRA FILHO, MARGARIDA MARIA SILVEIRA BARRETO, CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES e LUIZ OLATTI, conhecido como LUIZ METALÚRGICO.
2. Os elementos acima citados foram indicados pelo PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) e deverão retomar ao país em fevereiro de 1983. (AGÊNCIA CURITIBA, 1982, p. 2)

Antes mesmo de ter contato com este documento, por meio do depoimento concedido por Nildo Martins obtive a informação a respeito desta viagem:

A campanha do Jaison Barreto teve o apoio total do Comitê Estadual do PCB. Todos os dirigentes estaduais do PCB trabalharam nas eleições de 1982. Depois de tanta luta pelas eleições diretas que o Partido participou e tal. O Jaison Barreto foi o candidato e estava ciente disso, que os comunistas estavam colaborando com ele, em todo estado. Lembro que em 1982 o partido me ofereceu um curso em Moscou. Eu saí em plena campanha do Jaison Barreto aqui. Eu saí e não vi o resultado final. Eu fui pra Moscou estudar. Eu e uma delegação de brasileiros. E a gente levou daqui o Álvaro Ventura, que foi candidato a Deputado Federal em 1946 pelo Partido, ele foi com a gente de Portugal pra Moscou. Eu fui estudar em Moscou. Em 1982.¹⁸

No documento do SNI consta que o mês de saída dos militantes foi agosto de 1982 e o retorno em fevereiro do ano seguinte. Nildo Martins afirma em seu depoimento que saiu do Brasil em plena campanha eleitoral de 1982. A eleição para governador, em 1982, ocorreu no dia 15 de novembro, mas é possível que em agosto já houvesse movimentações de campanha. Não há precisão, mas tanto a memória de Martins quanto a informação do SNI coincidem no

¹⁸ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

período em que a teria ocorrido a saída do Brasil: o segundo semestre de 1982. Havia se passado 39 anos entre a viagem para a URSS e o depoimento que Nildo Martins gentilmente me concedeu, no centro de Florianópolis, em novembro de 2021. Não seria de causar estranheza a identificação de algumas imprecisões neste relato. A informação do SNI aponta que o período de estadia na União Soviética seria de seis meses. Em outro trecho, sobre esta viagem, Martins lembra: “[...] então o Partido me ofereceu um curso, pela minha militância no Partido. Aí eu fui pra Moscou estudar. Fiquei estudando lá um ano. Curso de formação política, que chama. Gente do mundo inteiro estava lá”. O jornalista e historiador Celso Martins (1995), em seu livro “Os Comunas”, afirma o seguinte sobre a viagem do velho comunista catarinense Álvaro Ventura para URSS:

Em pouco tempo já tinham feito os devidos contatos com o Partido Comunista da União Soviética, para que Álvaro fosse levado a Moscou para tratamento e cirurgia das cataratas. Santa Catarina ficaria responsável por acompanhar o ex-deputado até lá, sendo aproveitada a ida dos estudantes Rogério Figueiredo e Nildo José Martins, escalados desde o início daquele ano de 1982 par um curso de seis meses no Instituto Lenin. Em meados de agosto os três partiram. (MARTINS, 1995, p. 240)

O autor, que escreveu boa parte de seu livro no ano de 1994, transcreveu, na forma de anexo, uma carta de Álvaro Ventura para seu filho, que estava no Brasil (1995, p.245). A missiva estava datada de 27 de agosto de 1982, e teria sido escrita por Ventura em Moscou. No entanto Álvaro Ventura, Rogério Figueiredo e Nildo Martins, antes de chegarem na URSS, estiveram em Portugal, como se pode ler ao final do trecho do depoimento de Nildo Martins já citado. Celso Martins (1995, p. 241) menciona um evento da estadia em Portugal:

Em Lisboa, Álvaro, Rogério e Nildo ficaram num hotel velho, de um bem situado membro do Partido Comunista Português. Nildo Martins é que lhe dava banhos diários numa antiga banheira, ajudava a secar e vestir. Só depois é que os dois estudantes saíam para providenciar os documentos de viagem a Moscou.

Se a missiva de Ventura estava datada de 27 de agosto de 1982, e levando em consideração que ele viajou junto com Nildo Martins e Rogério Figueiredo, é plausível que a viagem tenha se dado na segunda quinzena de agosto como apontou o referido documento do SNI.

Triangulações como esta, feita acima, podem ser uma forma de averiguar se os conteúdos dessas informações possuem algum lastro com a realidade, e se possuem, qual seu grau de precisão. Por outro lado, há documentos que trazem informações que sabidamente foram obtidas por meio de torturas. Tais situações, no caso de Santa Catarina, estão vinculadas com a Operação Barriga-Verde.

Neste sentido, a historiadora Mariana Joffily (2014a; 2009) compartilhou importantes considerações metodológicas a respeito de arquivos sensíveis, a partir da experiência que teve ao pesquisar documentos da Operação Bandeirantes (Oban) e do Centro de Operações de Defesa Interna – Departamento de Operações de Informações (DOI-CODI) de São Paulo. Pode-se inferir, a partir da leitura de seu artigo “A ‘verdade’ sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos” (JOFFILY, 2014a), que a análise e uso desse tipo de documentação é importante, mas que, no entanto, devemos considerar certas particularidades que envolvem o processo de fabricação de tais documentos. Há que se considerar os tipos de questionamentos que fazemos a estes documentos, afinal, “qual é a verdade passível de ser extraída de documentos gerados em um contexto de perseguição política, campo no qual é comum a sobrevalorização da suspeita, e o uso distorcido de informações sobre o oponente, com vistas à auto-sustentação do regime autoritário”? (JOFFILY, 2014a, p. 4). A autora nos alerta para o fato de que os documentos elaborados pela repressão não mencionam elementos relacionados com a prática da tortura. Para obter informações sobre as torturas, há que se buscar em fontes mais adequadas, procurar outros documentos que possam dialogar com os interrogatórios, por exemplo.

Sobre os interrogatórios e as torturas no âmbito da OBV, tanto o trabalho de Celso Martins (2006) quanto o de Jaci Guilherme Vieira (1994) – importantes referências neste trabalho para os estudos sobre a OBV – adotaram caminho semelhante ao sugerido pela autora, pois levaram em consideração além de arquivos da repressão, os depoimentos de vários dos militantes que foram presos em Santa Catarina, trazendo assim importantes contribuições para este trabalho.¹⁹

Nos documentos encontrados no Fundo do SNI que estão neste trabalho, não há registros sobre os interrogatórios em si. No entanto, há ao menos dois relatórios elaborados a partir de informações obtidas nos interrogatórios, e estão situadas no âmbito da OBV (1975). Se, por um lado, Joffily (2014a; 2009) traz orientações metodológicas para os arquivos produzidos diretamente a partir dos interrogatórios, a partir de informações relativas à dinâmica de sua produção, por outro a autora também faz considerações sobre o conteúdo que teria sido dito pelos interrogados. E é justamente o conteúdo das supostas declarações dos interrogados que estão sistematizadas nos relatórios mencionados anteriormente.

Esperar de um único acervo resposta para as indagações que se vão formulando em torno do objeto de estudo é desenvolver uma postura ingênua. Mesmo porque, as fontes tendem a encaminhar nossa visão para determinados rumos, nem sempre os mais indicados para chegar aos resultados desejados. Se os interrogatórios

¹⁹ Sobre isso ver também o trabalho de Eliton Felipe de Souza, denominado “Memórias da Operação Barriga-Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina” (2016).

preliminares e demais documentos que os cercam, por representarem um dos núcleos da atividade repressiva e terem sido majoritariamente produzidos sob tortura impõem-se aparentemente como material adequado para compreender as engrenagens da repressão política, não é tarefa simples escrutiná-los. Isso porque, resultado de atividades persecutórias, esse tipo de documento nos orienta em direção aos depoentes e não aos interrogadores. A tendência inicial é imergir nos meandros das organizações de esquerda, na descrição das ações políticas. Nesse rumo, duas séries de indagações insistem em se fixar. Em primeiro lugar, conhecer a identidade daqueles que sustentaram a carga da violência sem expor nada de significativo e dos que não resistiram e revelaram informações importantes. Em segundo, procurar encontrar verdades no emaranhado das informações ali contidas. (JOFFILY, 2014a, p. 10)

São relevantes as observações da autora. Como os relatórios foram construídos a partir das informações obtidas nos interrogatórios, há informações nos mesmos que nos remetem ao universo da esquerda clandestina, em Santa Catarina. E, pelas condições em que foram produzidas tais informações, é muito difícil levá-las em consideração enquanto detalhes fáticos e plausíveis para além da dinâmica em que foram produzidas. Dito de outra forma, os conteúdos dos relatórios obtidos a partir dos interrogatórios revelam a leitura que a comunidade de informações fazia sobre os comunistas catarinenses e, sozinhos, não podem servir de base para documentar trajetórias de militantes e organizações políticas em si, dado que tinham o intuito de acusar e incriminar.

Por fim, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro deles, aborda o período que vai de 1964 a 1969 e utiliza como fontes o depoimento de Gerônimo Wanderley Machado, e o periódico *O Estado*. Este capítulo discute os primeiros espaços de militância pelos quais transitou Machado, em sua juventude, sua filiação ao MDB, e posteriormente ao PCB. Aborda também a abrangência das medidas autoritárias dos governos Castelo Branco e Costa e Silva, e o impacto que provocou no recém organizado MDB de Santa Catarina, se configurando enquanto um período de estreitamento dos espaços de militância.

O segundo capítulo, foi construído em torno do depoimento de Vilson Rosalino, e também utiliza algumas passagens do depoimento de Machado, bem como documentos do Fundo do Sistema Nacional de Informações e edições de *O Estado*. O recorte temporal vai de 1970 a 1978. São discutidos elementos ligados à trajetória de Rosalino, como sua atuação na JMDB, no Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES) até o momento de sua saída do Brasil, ocorrida em novembro de 1975. Analisa também ramificações da juventude emedebista, que continuou a existir mesmo após a OBV. Este capítulo procura demonstrar os diferentes espaços onde os comunistas atuaram no período mais difícil de sua militância e problematiza a maneira como foi construída a argumentação elaborada pelos agentes da repressão para emplacar a ideia de “comunização do MDB”.

O terceiro capítulo, utiliza depoimentos de Nildo Martins, Gerônimo Machado, Vilson Rosalino e Clair Castilhos e edições do periódico *O Estado*. Seu recorte temporal vai de 1979 até 1985. Este capítulo discute a ampliação das ações da militância comunista entre as medidas de liberalização e democratização promovidas pelo regime militar. Seus vínculos com os movimentos de rua, como a novembrada e suas ações no interior do recém organizado PMDB, passando pela eleição de 1982, onde obtiveram resultados importantes, chegando até o ano de 1985, quando ocorre a legalização das legendas comunistas.

2 O GOLPE DE 1964 IMPACTA A TRAJETÓRIA DE UM JOVEM ESTUDANTE: OS PRIMEIROS PASSOS DE GERÔNIMO MACHADO NA POLÍTICA (1964-1969)

Este capítulo tem por objetivo discutir como os acontecimentos políticos decorrentes do golpe estado ocorrido no Brasil em abril de 1964 afetaram a trajetória de Gerônimo Wanderley Machado, que naquela conjuntura era um jovem estudante secundarista da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. E, tomando por referência os espaços políticos que ele frequentava, as escolhas que poderia ou foi obrigado a fazer, procurou-se compreender as implicações do processo político que se desdobrou do golpe e da subsequente ditadura militar a partir de uma perspectiva local.

Para tal, além do depoimento concedido por Gerônimo, foram utilizadas como fontes a coleta de informações e análise de conteúdo do periódico catarinense *O Estado*, do período. A crônica política do período permite compreender como a dimensão nacional da construção do regime autoritário corresponde a uma escala regional em que as relações políticas de então ganham contornos próprios. Evidentemente, não se trata de procurar alguma trajetória profundamente dissonante em um quadro marcado pela restrição às alternativas políticas em meio a um Estado autoritário. Mas, considera-se necessário situar como as redes políticas em âmbito regional afetaram vidas e trajetórias, sendo este um elemento indispensável para compreender e analisar o alcance da ditadura. O noticiário de um importante jornal local aparece, então, como documento propício a possibilitar variações de escalas de observação de um processo que afetou a dinâmica das opções políticas então disponíveis.

2.1 O GOLPE DE 1964: ESTREITAMENTO DO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS

O depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado traz diversos elementos que remetem a uma longa trajetória política, cujos primeiros acontecimentos estão relacionados ao tempo em que ele foi estudante secundarista e o país passava por um período de intenso acirramento da luta política, que culminaria no golpe de estado ocorrido no dia 1º de abril de 1964. Como dito, Machado é catarinense e nasceu no ano de 1942, no município de Palhoça – atualmente faz parte da região da Grande Florianópolis. Reconhecido por seu vínculo com o Partido Comunista Brasileiro, sua trajetória em diversos momentos foi entrecruzada pelas disputas e escolhas que envolveram a construção partidária dos comunistas locais em sua interação com os acontecimentos nacionais. No ano de 1985, para citar um exemplo, compôs junto com seu correligionário, Vilson Rosalino, a chapa que disputou a eleição para a prefeitura

de Florianópolis, candidatando-se ao cargo de vice-prefeito. Aquela era a primeira eleição direta para prefeituras de capitais estaduais brasileiras desde o ano 1965. Quando perguntado sobre o início de sua atuação política, Machado afirmou o seguinte:

Eu entrei na universidade em 1967. Até 1967 eu militei muito com o pessoal da UNE, com os estudantes universitários, no DCE e na UCE. Eu fui da União Florianopolitana dos Estudantes (UFE), lá no começo dos anos 60, fui do grêmio estudantil do Instituto Estadual de Educação, militei na União Catarinense dos Estudantes Secundários (UCES), viajamos pelo estado todo, em congressos, fui a congressos nacionais de estudantes secundaristas, como o da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), em 1963, em Curitiba e, sempre, em contato com as turmas de universitários, na UCE e DCE da UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina]. A nossa Universidade estava em formação. Ela começou em 1960. Eu era uma liderança muito jovem e inexperiente no movimento estudantil secundarista. Mas, estava junto com os secundaristas e acompanhava os universitários. Estava junto, presente, conheci todas as lideranças universitárias da capital e do Estado. Assim como as secundaristas e nacionais, da UNE. Fizemos vários eventos com as turmas da UNE, inclusive com o Centro Popular de Cultura, o CPC. Mas aí veio a ditadura, em 1964. [...] ²⁰

Machado compreende o início de sua trajetória política já no ensino secundário e salienta seu vínculo com diferentes organizações secundaristas como a União Florianopolitana de Estudantes (UFE), a União Catarinense de Estudantes (UCE), e com a União Nacional de Estudantes (UNE). No início dos anos 1960, ainda no período democrático, muitas organizações sociais de diferentes tipos, como sindicatos, organizações de trabalhadores do campo, em diferentes regiões do país possuíam uma atuação bastante ativa. O mesmo se dava com o movimento estudantil, como é o exemplo da UNE. Interessante observar que o movimento estudantil naquele período, segundo o que se pode depreender do trecho acima, era bastante ativo em Santa Catarina. Desses espaços em que Machado transitava em sua juventude, percebe-se que havia um interesse em acompanhar o desenrolar dos acontecimentos políticos de sua época. E, também, em participar da tomada de decisões e na construção política. O depoimento não menciona qualquer vínculo com o movimento comunista, ao menos no início da trajetória política do ativista. Isso nos leva a crer que o interesse político de Machado estivesse voltado para uma atuação mais difusa no âmbito das esquerdas, atravessando diferentes frentes e posicionamentos no período, entre as quais o trabalhismo brasileiro, com suas figuras públicas de grande notoriedade, então muito em evidência, como o caso do então presidente João Goulart ou de Leonel Brizola, além de algumas lideranças do trabalhismo catarinense.

Ainda sobre o que considera ser o início de sua atuação na política, Machado afirmou:

²⁰ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

[...] no dia 31 de março de 1964, eu estava presente, numa reunião, com todas as lideranças estudantis e sindicais, daqui, na sede da UCE, à noite. E já tínhamos rumores do golpe de estado. Isto era, na noite de 31 de março de 1964. Já sabíamos dos rumores do golpe de estado, estávamos atentos para isso. E aí as lideranças fizeram uma reunião na sede da UCE, ali, na Rua Álvaro de Carvalho, para organizar o que fazer no dia seguinte, contra o golpe militar e eu estava lá, junto, presente. Acompanhei tudo. É claro, eu sem expressão, insignificante. Possivelmente fosse o único, ou um dos pouquíssimos representantes das lideranças estudantis secundaristas. Mas estava lá com as lideranças antigas e mais experientes. Para aprovar uma atitude, uma decisão, para resistir, no dia seguinte, 1º de abril de 1964, contra o golpe de estado que se sabia que estava em andamento. E aí de fato saímos a rua no dia seguinte. O golpe de estado se consumou e foi vitorioso. Dispersaram-se todos. Em seguida, imediatamente, vieram as prisões e cassações de todos. Prenderam todos. A ditadura acabou com os partidos, com os sindicatos, com as organizações estudantis. Criou-se um sistema partidário. Em 1965 e 1966. [...].²¹

Há um importante elemento no trecho acima: a memória da véspera do golpe ocorrido em 1º de abril de 1964. Sobre este acontecimento, Machado salienta que diferentes lideranças acompanhavam o desenrolar daquela conjuntura com bastante atenção. É bastante significativo quando ele menciona: “já tínhamos rumores do golpe de estado”.

Machado se coloca em segundo plano no evento narrado. Mas, em sua elaboração, não deixa de mencionar a existência daquela reunião. Haveria resistência caso os rumores se confirmassem? A resposta viria em questão de horas. A coalizão golpista triunfou em todo território nacional. As informações disponíveis e aquelas que compõem partes das memórias de Gerônimo Machado são contundentes, especialmente quando menciona a vitória do golpe. Dispersão. Prisões. Cassações. Sua leitura aponta para um reposicionamento de forças políticas que começa a acontecer imediatamente após o golpe. Tais elementos evocados pelas memórias do depoente podem ser aferidos se analisarmos outra importante fonte do período, o periódico *O Estado*.²²

No segundo dia de abril de 1964, qualquer leitor em Florianópolis que tivesse em mãos a edição daquele dia do periódico *O Estado* poderia perceber o curso de algumas dessas movimentações mencionadas no testemunho de Machado. Já na primeira página do periódico, a manchete “João Goulart renunciou ontem à Presidência da República” trazia alguns dos contornos daquele evento desencadeado na virada do dia 31 de março para o dia 1º de abril. Logo abaixo, vinha a notícia:

²¹ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

²² Segundo Leani Budde (2013, p. 39-41) Aderbal Ramos da Silva comprou o periódico em 1945, quando era dirigido por Altino Flores, através da intermediação de Sidney Nocetti. A autora salienta que este periódico, por volta de meados da década de 1970, foi o primeiro impresso a conseguir circular por todo o território de Santa Catarina, exercendo uma hegemonia que só seria contestada em meados da década seguinte, com a fundação do Diário Catarinense.

GUANABARA 1, (OE) – Às 17 horas de hoje foi confirmada a renúncia do Sr. João Goulart a presidência da República. O ex-presidente viajou de avião para o sul do país. Desconhece-se o seu destino. Às 18:30 horas vários aviões deslocaram-se da Guanabara com destino a Brasília, levando vários deputados e senadores para a reunião no Congresso, em que será empossado na presidência da República, o Deputado Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados e sucessor legal do sr. João Goulart.²³

Neste importante periódico catarinense, que era de propriedade de Aderbal Ramos da Silva²⁴, ainda na primeira página, é possível visualizar com destaque uma mensagem do então governador de Santa Catarina, o também possedista e tio de Aderbal, o industrial Celso Ramos²⁵. Na mensagem, intitulada “Ao Povo Catarinense”, o governador reafirmou qual era o seu alinhamento político de maneira muito explícita naquela conjuntura:

O Estado que me confiou, em processo democrático, as responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me mantive, relativamente ao comunismo: repulsa intransigente e formal. [...] Entendo que as legítimas aspirações populares, reclamadas como imperativo de justiça social, têm condições de se efetivarem como ocorreu com outros povos, dentro da dinâmica de nosso sistema democrático. Conhecidos e recentes acontecimentos, verificados no país, evidenciam, entretanto, sem deixarem margem a dúvidas, que a infiltração vermelha em determinados e altos círculos de influência nacional, cada hora e cada vez mais intensa e mais extensa, alcançou nos últimos dias, de forma direta e agressiva, a disciplina das forças armadas, atingindo organicamente os princípios da hierarquia. [...] Com a certeza e a tranquilidade de, neste momento histórico, poder interpretar o pensamento e a vontade da esmagadora maioria dos catarinenses, radicalmente contrária à vietização da grande Pátria, solidarizo-me, sem reticências, no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática, confiante em que a solução que desejamos seja ainda uma exaltação da lei. [...]²⁶

O então governador catarinense usou de diversos argumentos para tentar fundamentar sua posição. Seja ao reafirmar sua “repulsa” ao que compreendia como sendo o “movimento comunista” ou por acreditar que o desenvolvimento econômico e social pudesse ocorrer nos marcos da democracia liberal, seja fazendo referências aos tensionamentos ocorridos naquele mês de março de 1964 nas Forças Armadas, ou até mesmo o receio de haver uma “vietização” do país, referindo-se ao conflito do Vietnã. Estando – segundo suas palavras – alinhado “à maioria dos catarinenses”, Celso Ramos procurava rapidamente reiterar publicamente sua

²³ *O Estado*, 02 de abril de 1964, p. 1.

²⁴ Aderbal Ramos da Silva, o “Deba”, durante o período democrático (1945-1964) foi eleito para duas legislaturas como deputado federal, sendo a primeira 1946-1951, e a segunda em 1955-1959, sempre pelo Partido Social Democrático (PSD). Um ano após assumir como deputado federal, venceu a eleição para governador de Santa Catarina, governando de 1947-1951, quando foi sucedido por Irineu Bornhausen, da União Democrática Nacional (UDN). Após o segundo mandato como deputado federal, Aderbal Ramos não disputou mais eleições, mas continuou exercendo grande influência política em seu partido, até sua morte em janeiro de 1985.

²⁵ O ex-governador Celso Ramos era tio de Aderbal Ramos da Silva. Durante o período democrático, a família Ramos constituía a facção dominante no PSD catarinense.

²⁶ *O Estado*, 02 de abril de 1964, p. 1.

adesão às forças políticas que derrubaram o presidente João Goulart. Nota-se ainda, como se pode ler logo abaixo da referida mensagem, que a mesma foi elaborada já no dia 1º de abril. Goulart mal havia sido deposto.

Nesta edição do periódico, é possível observar também notícias cujos títulos são bem elucidativos, todas na primeira página, todas favoráveis ao golpe ocorrido, tais como “Presidente do TJ do Paraná Lança Manifesto”, “Alegria nas ruas de São Paulo com a Vitória da Democracia”, “Em Curitiba Comemorada a Vitória da Liberdade” ou ainda “Universitários com a Legalidade pela Democracia”, acompanhadas da seguinte nota elaborada pelos acadêmicos de Direito da Universidade Mackenzie:

[...] “Nós acadêmicos democráticos, da Faculdade Mackenzie, brasileiros, herdeiros das conquistas dos nossos antepassados, herdeiros da dignidade inspiradora de todos os atos de bravura e patriotismo, responsáveis pela manutenção desta liberdade, conquistada com sacrifícios ingentes, vimos chegar o momento decisivo da luta contra os inimigos do regime. Após vários considerandos concluem os acadêmicos pedindo o afastamento legal do presidente João Goulart como solução para a crise com que se defronta o país”. Depois de aprovada a conclamação os presentes dirigiram ultimatum ao presidente do Diretório Central da Universidade para que desligue da União Nacional dos Estudantes e da União Estadual dos Estudantes, que, segundo os manifestantes está dominada pelos comunistas, inimigos da liberdade e da democracia.²⁷

Nesta primeira página do periódico uma polifonia de vozes foi organizada de maneira a explicitar a adesão do grupo político do governador ao golpe, bem como a reforçar uma ideia de amplo apoio social ao evento ocorrido. A “família Ramos”, um arranjo de forças que circundavam um núcleo oligárquico, não apenas controlava o maior partido político do Estado, o Partido Social Democrático (PSD), como tinha influência em diferentes setores empresariais e controlava grande parte da imprensa.²⁸ O periódico também atuou de maneira a difundir mensagens dos militares, ao publicar o “Manifesto do Comandante da Quinta Região Militar”. E atuou também para posicionar os agentes políticos diante deste evento estruturador do campo político, que foi o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Neste sentido, se delineia quem está do lado da dita “revolução” e quem não está, quem são aqueles que devem ser combatidos. Entre os inimigos, as entidades estudantis mencionadas por Machado em seu depoimento, como a UNE, por exemplo.

²⁷ *O Estado*, 02 de abril de 1964, p. 1.

²⁸ Sobre a trajetória político-partidária da família Ramos ver capítulos II e III de: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGCS/CFH; UFSC, 1988. 278 p.

Realinhamentos. Dispersão. Prisões. Esta mesma edição *O Estado* noticia alguns episódios envolvendo prisões de opositores. Seja de ministros do governo deposto ou casos de menor repercussão:

JUREMA PRESO

RIO, 1 (OE) – O Ministro da Justiça Abelardo Jurema, se encontra preso na sede da Escola Superior de Guerra, na Praia Vermelha. A situação na Guanabara tende a normalizar-se nas próximas horas. O exército e a Polícia Militar, além de forças da Marinha ocupam a cidade mantendo a ordem.²⁹

Posicionadas na mesma página com as notícias que exaltavam a deposição de Goulart, pelo menos três notícias a respeito de prisões ocorridas no contexto do golpe. Além do Ministro Abelardo Jurema, mencionado na nota acima, temos “DOPS prende comunistas na Guanabara”, que trata da prisão de integrantes do Comando Geral dos Trabalhadores e de 40 “agitadores comunistas”, bem como da ocorrência de “Prisões em São Bernardo do Campo” que atingiram um cidadão considerado comunista.

Desde o início de seu depoimento é perceptível seja através dos espaços políticos que o depoente frequentou, bem como no desenvolvimento de sua visão política, o campo político ao qual Machado procura se vincular desde sua juventude. Ele se posiciona, grosso modo, à esquerda. Ele vivenciou tais eventos, e os observou a partir de um ponto de vista de um cidadão que se identificava com um campo político que foi derrotado com o golpe de 1964. Mesmo vivendo numa capital distante das principais cidades brasileiras, sentiu as consequências daquele processo histórico. Suas escolhas, sua vida, foram afetadas por tais acontecimentos.

Os acontecimentos posteriores à deposição de João Goulart evidenciam que um período de dificuldades se anunciava para todos aqueles que eventualmente viessem a se colocar numa posição de contestação. A partir daquele momento a atuação política de Machado, e a de qualquer sujeito que não aderisse ao novo bloco de poder deveria ser rodeada de cuidados. Dez dias após os eventos narrados por Machado, o general Castelo Branco assumiria o poder por meio de uma eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional.³⁰ O primeiro general-presidente do regime militar liderou um governo que cometeu inúmeras violências contra instituições, contra organizações sociais e contra cidadãos.

Para termos um melhor entendimento sobre este período, convém estabelecermos um diálogo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021). Em obra em que analisa a última

²⁹ *O Estado*, 02 de abril de 1964, p. 1.

³⁰ O gal. Humberto de Alencar Castello Branco assumiu o poder no dia 11 de abril de 1964.

ditadura militar ocorrida no Brasil (1964-1985) à luz de perspectivas do tempo presente, este autor tece algumas considerações a respeito do governo Castelo Branco:

O presidente general Castelo Branco buscou cultivar a imagem de liberal e amigo de artistas e intelectuais, tendo às vezes protegido alguns deles da repressão. Essa imagem seria recuperada anos depois, quando um setor da ditadura começou a traçar planos de abertura política. Mas a verdade é que durante o governo de Castelo Branco houve cassações, suspensão temporária do Congresso, demissões, prisões, tortura. Além disso, foi o grande responsável por institucionalizar a ditadura conferindo-lhe suas estruturas essenciais, inclusive a organização baseada em retórica e compromisso precário com as instituições liberais. (MOTTA, 2021, p. 104)

O autor traz alguns dados impressionantes, que demonstram como o autoritarismo e diversas arbitrariedades foram rotineiros durante os primeiros anos da ditadura militar. Afirma Motta (2021) que nos primeiros dias após o golpe 40 deputados federais perderam seus mandatos. E que até a metade daquele ano outros parlamentares passaram pela mesma situação. Centenas de lideranças de movimentos sociais também perderam direitos políticos, bem como houve intervenções em sindicatos, sendo que somente em abril de 1964 tinham sido nomeados pelo novo governo 235 interventores. Que nesses sindicatos não poderiam participar de suas eleições pessoas que tivessem qualquer vínculo com a esquerda. Foi no governo Castelo Branco que ocorreu o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O autor sublinha também que houve um expurgo no serviço público, civil e militar. Trata-se do caso de milhares de cidadãos que foram exonerados ou aposentados compulsoriamente. Somente nos primeiros dias após o golpe foram realizadas um número de prisões na grandeza dos milhares, situado entre 30 mil e 50 mil pessoas.

Motta (2021) considera que com a Constituição de 1967, elaborada sob as determinações de Castelo, há a incorporação de três importantes elementos para a institucionalização da ditadura. O primeiro deles seria a manutenção da eleição indireta para presidente da República, que era uma forma de excluir o voto popular (do qual os militares tinham desconfiança) da principal decisão envolvendo a questão da sucessão do principal cargo de poder do país. Em segundo lugar, a incorporação da Lei de Segurança Nacional, por sua vez baseada nos conceitos contidos na doutrina de segurança nacional, e que definia que crimes políticos seriam julgados a partir de então por um Tribunal Militar, e não mais pela justiça comum. E, por fim, a Lei de Imprensa, que tinha por objetivo “amedrontar” os meios de comunicação, induzindo-os à “autocensura”. Esta constituição entrou em vigor no dia 15 de março de 1967, quando tomou posse como presidente da República, o marechal Costa e Silva. Portanto, a atuação política durante estes primeiros anos de ditadura não era uma tarefa simples, a depender do campo político que se estivesse vinculado.

Diante dessa conjuntura, quando perguntado a respeito dos primeiros anos do regime militar e com a clandestinidade imposta ao Movimento Estudantil, Gerônimo Machado contou:

Criou-se o MDB, a oposição legal, com os corajosos que aceitaram entrar no MDB e eu fui um deles. Como disse, fui um dos primeiros jovens filiados ao MDB, em 1966. Filiei-me, formalmente. Mas, a essa altura, eu não tinha nenhum contato com nenhuma força política e ideológica. Nem com o PTB do Brizola e do Jango, da época. Que foi extinto, também, nem com o PCB que era a esquerda clandestina e ilegal. Mas eu me filiei ao MDB. E aí tive uma militância distante, não tinha expressão nenhuma, estava totalmente isolado, com o fim do Movimento Estudantil. Naquele tempo da ditadura, tudo era muito ruim. Em 1966 eu terminei o curso secundário. Fiz o vestibular para a Universidade e entrei na UFSC, em 1967. Fui para o curso de Direito, Faculdade de Direito e simultaneamente fiz o vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas. Elas eram Faculdades isoladas e independentes.³¹

Interessante observar que em seu testemunho Machado salienta não ter nenhuma ligação partidária orgânica até aquele momento, ainda que fosse com um partido influenciado por diferentes correntes de opinião e posicionamentos, tal qual o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Deslocado, em função da conjuntura, de seu principal espaço de atuação, que era o Movimento Estudantil, em um contexto em que concluía o ensino secundário, a filiação ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que abria possíveis espaços oposicionistas no âmbito da ditadura, foi uma opção possível. Sabe-se que este partido foi criado em função das medidas impostas pelo Ato Institucional Número 2 (AI-2), de 1965 (BRASIL 1965a), que extinguiu o regime partidário existente no país desde 1945, estabelecendo novas regras para a criação de partidos, o que levaria ao funcionamento ao longo do regime de apenas dois partidos. Os apoiadores do regime autoritário, amplamente majoritário, organizaram-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Restaram aos oposicionistas, com muitas dificuldades, abrigarem-se na legenda do MDB. Sobre as dificuldades de se organizar a legenda oposicionista Kinzo (1988, p. 29) afirma que,

[...] um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou quem não queria correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente. [...] Além disso, grande parte dos políticos que se opuseram ao golpe de 1964 já havia sido banida da vida política do país. O primeiro ato institucional decretado pelo Supremo Comando da Revolucionário cancelara os mandatos e suspendera os direitos políticos de 50 deputados federais e nove suplentes, entre os quais havia 25 do PTB e 12 pertencentes aos partidos menores, de orientação trabalhista e reformista. [...] No entanto, o MDB surpreendeu a ARENA e, em meados de dezembro de 1965, preencheu os pré-requisitos para sua formação, o que ocorreu quando o senador Aarão Steinbruck concordou em ser o vigésimo senador a assinar o documento de criação do partido.

³¹ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

Por mais que a questão partidária tivesse sido reorganizada sob uma legislação imposta pelo Governo Castelo Branco, a partir de um de seus famigerados Atos Institucionais, o MDB era o único espaço institucional em que parlamentares opositores poderiam atuar na legalidade.³²

O MDB foi legalmente reconhecido como uma organização partidária pela justiça eleitoral em 24 de março de 1966.³³ No entanto, em Santa Catarina demoraria mais algum tempo até que a organização regional estivesse formalizada. Nas páginas do periódico *O Estado*, há uma referência a esse tema na edição do dia 19 de abril de 1966:

MDB Instala Comissão Sábado

Será instalado solenemente às 17 horas do próximo sábado, no plenário da Assembleia Legislativa, a Comissão Diretora Regional do Movimento Democrático Brasileiro, seção de Santa Catarina. Entre os vários próceres políticos que comparecerão dia 23 à referida solenidade, já confirmaram suas presenças os deputados Doutel de Andrade, Paulo Macarini e Laerte Ramos Vieira. Fazem parte da Comissão Diretora do MDB catarinense os Srs. Doutel de Andrade, Paulo Macarini, Evilásio Caon, Walmor de Oliveira, Rodrigo Lobo, Haroldo Ferreira, Genir Destri, Adão Pante, João Destri, Lourenço Brancher, Waldemar Menegotto, José Eliomar da Silva, Benjamin Margarida, Manoel Negreiros, José Bueno Leites, Olice Caldas, Jorge Feliciano, Manoel Dias, José Rocha, Cid Pedroso, Domingos Valente Junior, Atecir Guidi, João Colodel, Manoel Corrêa, Antônio Dias, Victor Vidal dos Santos, Bráuleo Ribas da Cruz, Amauri Cabral Neves, Cristaldo Catarinense Araújo, Francisco Assis Soares, Murilo Magno Vieira, Victor Jense, Otto Mariath, Antônio Luiz da Silva, Sergio Brito, José Sandri Sobrinho, Francisco Libardoni, Abílio Santos, João Amaral e Percy João de Borba.³⁴

Importante salientar que há uma presença importante de lideranças trabalhistas nestes primeiros anos de existência do MDB, em Santa Catarina. Portanto, o MDB em que Gerônimo Machado alega ter se filiado é um partido que continha importantes vínculos e compromissos com as classes trabalhadoras catarinenses. Diferentes fontes dão relevância para a liderança exercida pela figura do deputado federal Armino Marcílio Doutel de Andrade, tanto em sua atuação na Câmara dos Deputados quanto na organização do MDB catarinense. Em notícia veiculada na edição do dia 26 de abril de 1966, uma terça-feira, pode-se verificar que o partido foi, enfim, formalizado em terras catarinenses:

MDB instala-se oficialmente

³² Para visualizar a sequência cronológica dos atos institucionais, os respectivos anos de publicação de cada ato, bem como seus respectivos conteúdos, ver: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 30 de ago. de 2022. Ademais, cabe lembrar que o Ato Institucional n. 2 extinguiu todos os partidos existentes na data de sua publicação, em 27 de outubro de 1965 (BRASIL, 1965a). As regras para a organização de novos partidos foram publicadas no Ato Complementar n. 4, de 20 de novembro de 1965 (BRASIL, 1965b).

³³ Fonte: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>. Acesso em: 07 de março de 2023.

³⁴ *O Estado*, 19 de abril de 1966, p. 8.

Foi instalado no último sábado, às 3 horas da tarde, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, o Movimento Democrático Brasileiro, Secção de Santa Catarina. A instalação teve caráter oficial, havendo comparecido grande número de membros da Comissão Diretora do referido partido, além de parlamentares estaduais e Federais. [...] ³⁵

A criação do diretório regional ocorreu no sábado, dia 23 de abril de 1966. A notícia ainda menciona o acontecimento de uma eleição, com voto secreto, para o preenchimento da executiva regional do partido, com os seguintes cargos: 1 presidente, 3 vices, 1 secretário geral, 1 tesoureiro e 5 vogais. Em uma pequena nota, em outro ponto desta mesma página, lemos que o “gabinete executivo” ficou preenchido com os seguintes nomes: presidente – Doutel de Andrade; vice-presidência – Laerte Vieira, Genir Destri e Henrique de Arruda Ramos; tesouraria – Haroldo Ferreira; vogais – Paulo Macarini, Evilásio Caon, Rodrigo Lobo, Walmor de Oliveira e Germano Amorim. A nota não menciona quem teria sido o “secretário-geral”. ³⁶

Machado tem algumas memórias deste período:

O PTB sempre foi forte, em Santa Catarina, no estado todo. Tanto que... Não sei se em 1962 ou 1963, o vice-governador foi do PTB. Chico Dall’Igna. Que foi cassado pela ditadura. Ele foi eleito vice, se não me engano, na chapa de Celso Ramos. Isso foi em 1962. Quando a ditadura impediu a eleição direta de 1965, entrou o Ivo Silveira, que foi Prefeito de Palhoça. Mas, aí a ditadura já tinha desestruturado tudo. Não lembro mais quem foi o vice do Ivo Silveira. ³⁷

Há algumas imprecisões neste trecho do depoimento. O vice de Celso Ramos foi o petebista Doutel de Andrade. O mandato desta chapa durou de janeiro de 1961 até janeiro de 1966. Na sequência, Ivo Silveira (PSD) assumiu o governo estadual, em coligação com Francisco Dall’Igna (PTB). Quando o depoente afirma que o “PTB sempre foi forte em Santa Catarina”, faz-se necessária uma leitura mais pormenorizada daquele contexto.

Neste sentido, um diálogo com a dissertação do cientista político Yan Carreirão, que estudou a estrutura partidária catarinense no período democrático, será relevante para a compreensão das disputas políticas em que o depoente se viu entrelaçado na década de 1960. Carreirão (1988, p. 60-64) observa que o PTB, quando foi fundado e ao longo das décadas de 1940 e 1950, não era um partido influente neste estado. Havia dois grandes partidos, a UDN e o PSD, que por sua vez estavam vinculados com as grandes famílias políticas e empresariais do

³⁵ *O Estado*, 26 de abril de 1966, p. 8.

³⁶ Lenzi (1983, p. 340) observa que o a Comissão Provisória do MDB, em Santa Catarina, era formada por Laerte Ramos Vieira, Walter Ziguelli, Germano Amorim e Henrique de Arruda Ramos, e o Gabinete Executivo, segundo foi aprovado pelo TRE na data de 02 de junho de 1966, tinha como secretário Walter Ziguelli. Os demais nomes coincidem com a notícia veiculada no periódico, com exceção de Germano Amorim, que não consta entre os vogais. Vieira, Ziguelli e Amorim, no período democrático, faziam parte da UDN, e Henrique Ramos, do PSD.

³⁷ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

estado: a família Konder-Bornhausen e a mencionada família Ramos. O PTB, nestes primeiros anos, tinha uma estrutura bastante diminuta, quando comparada com estas duas grandes organizações. O autor traz alguns dados que ilustram o que se afirma. Diz que na eleição de 1945, o PTB obteve apenas 6% dos votos para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa. Em 1947, o partido lançou candidatos a prefeito em apenas 6 dos 45 municípios onde houve eleições, em Santa Catarina. Não obteve sucesso em nenhuma dessas candidaturas. Com relação as eleições para as Câmaras Municipais, o partido lançou candidatos em apenas 8 municípios, elegendo apenas 2 vereadores, dentro de um universo de 445 vereadores eleitos em 1947. Partindo desses dados, Carreirão (1988, p. 60-61) conclui que o partido tinha uma estrutura pequena em Santa Catarina.

Nas eleições de 1950, o autor observa algum crescimento em nível municipal. Se em 1947 o partido não havia eleito nenhum prefeito, na eleição seguinte o PTB conseguiu 05 prefeituras, num universo de 45 municípios. E nas Câmaras Municipais elegeu 45 vereadores num universo de 445. Nas eleições municipais de 1960 o PTB catarinense elegeu prefeitos, sem coligações, em dois municípios e, com coligações, em outros 12.

Carreirão (1988, p. 61) também chama a atenção para o fato de que o PTB tinha como seu principal dirigente, desde a sua fundação, um membro da família Ramos: tratava-se de Saulo Ramos.³⁸ Levando em consideração tal fato, bem como o nome de outros dirigentes do período – ao menos em termos da cúpula partidária – que a atuação do partido tivesse uma atuação considerada moderada em Santa Catarina. Nas palavras do autor, “o PTB não imprimiu, no início de sua existência um tom marcadamente reformista a seu discurso e à sua prática”.

Porém, houve um ponto de inflexão na trajetória do partido. Ao longo da década de 1950, a legenda vinha sendo dirigida por Saulo Ramos, e, a partir de 1956, por Acácio Garibaldi – que fazia parte do grupo político de Saulo. Neste sentido, a vinda de Doutel de Andrade é o ponto de virada na atuação do PTB no estado. Segundo afirma Carreirão (1988, p. 67) “Se antes as principais lideranças estaduais do PTB situavam-se numa posição mais moderada, a partir daí o PTB catarinense estará mais próximo das posições reformistas (de esquerda) que predominavam em Estados como RJ e RS”. Ele chega em Santa Catarina no ano de 1958, e também é eleito como deputado federal pela legenda. Foi o único candidato a deputado federal do PTB catarinense eleito naquele pleito. Segundo Lenzi (1983, p. 175), a partir de uma leitura

³⁸ Saulo Ramos era médico de formação, era primo de Celso Ramos, de Nereu Ramos e Aristiliano Ramos. Foi deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1951-1955) e senador (1955-1963), sempre pelo PTB. Segundo observa Lenzi (1983), Nereu Ramos foi o articulador do PSD em Santa Catarina e Aristiliano era uma figura influente dentro da UDN. Sendo Saulo o fundador do PTB em Santa Catarina, o autor sublinha que a família Ramos foi a articuladora do jogo político estadual, no período democrático.

dos votos na legenda, o sul do estado, especialmente a região de Laguna foi a que mais contribuiu, com 13.805 votos, seguida de São Francisco do Sul, com 11.193 votos, Itajaí, com 9.828 votos e oeste, com 4.997 votos.

Doutel de Andrade é um quadro ligado à ala reformista do partido. Na disputa pelo controle do diretório estadual do PTB catarinense, em 1959 Doutel vence Acácio Garibaldi – nome ligado a Saulo Ramos – e se consolida na direção deste partido regional. Ele havia sido enviado para Santa Catarina por João Goulart e era um nome bem posicionado na estrutura nacional do PTB. Tinha assumido o posto de Secretário Geral da Executiva Nacional do partido, em 1955.

Político em ascensão naquela conjuntura, Goulart era o vice-presidente da República ao longo do mandato de Juscelino Kubstchek, e vinha procurando fortalecer as bases regionais do PTB, visando uma eventual campanha para a Presidência da República. O político gaúcho controlava alguns órgãos federais ligados ao Ministério do Trabalho e usou esta estrutura para, na leitura de Lenzi (1983, p. 174), alimentar “o clientelismo político-partidário, engordando a sigla petebista, e, conseqüentemente, as lideranças estaduais e municipais”. Tais conexões com a máquina administrativa federal teriam contribuído para o rápido fortalecimento do nome de Doutel de Andrade em Santa Catarina. Segundo informações contidas no trabalho de Carreirão (1988, p. 63), João Goulart teria repassado a Doutel o controle do Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência (SAMDU), dos institutos previdenciários, como Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) e Instituto de Aposentadorias e Pensões de Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETEC), órgãos com boa inserção na região carbonífera.³⁹

Apesar da mudança na direção estadual do partido, o recorte regional dotava o PTB de singularidades próprias. Por exemplo, na região carbonífera, no sul do estado, o partido era forte e atuava próximo dos sindicatos – muito atuantes naquela região. O trabalhismo também era forte na região de Joinville, onde produziu algumas lideranças, como Rodrigo Lobo, por exemplo. Por outro lado, em Blumenau, e no Vale do Itajaí, de uma forma geral, o trabalhismo não obteve muita força.

³⁹ Órgão criado no Estado Novo, em 1936, sofreu expansão após 1945, e passou a financiar a construção de moradias populares. Em 1966, fundido a outros órgãos, transformou-se no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Já o IAPETEC assim como o IAPI também sofreu uma expansão no período posterior a 1945 e passou a financiar a construção de habitações populares. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/institutos-de-aposentadoria-e-pensoes>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

Portanto, de maneira geral, o PTB nem sempre foi forte em Santa Catarina, é importante frisar. Embora sua influência viesse crescendo ao longo do período democrático, e isso redundasse em aumento de sua relevância, por um lado, como instrumento das classes trabalhadoras catarinenses, e por outro, na disputa política entre UDN e PSD.

Segundo o estudo de Carreirão (1988, p. 64-65), o partido chegou a se coligar com a UDN em alguns momentos⁴⁰. Porém, o partido com o qual PTB se coligou mais frequentemente foi o PSD. Tais coligações se davam geralmente nas disputas majoritárias, tendo ocorrido somente uma coligação PTB-PSD para uma eleição proporcional, no ano de 1954. O autor alega não ter dados para analisar eventuais coligações para as Câmaras Municipais. O PTB, ao se perceber enquanto “fiel da balança”, diante dos dois maiores partidos, negociava as alianças a partir dessa condição. A principal tática eleitoral do partido na década de 1960, visando obter crescimento eleitoral, foi apoiar o PSD em eleições para o governo do estado em troca de receber apoio dos pessedistas nas disputas para prefeito. No pleito para o governo do estado ocorrido em 1958, Celso Ramos foi derrotado por Irineu Bornausen, da UDN, por uma diferença de aproximadamente 26 mil votos. Em terceiro lugar, Gomes de Oliveira, do PTB, com 55.556 votos. A partir do momento que Doutel começa a dirigir o partido, o PSD torna a vencer as eleições estaduais, contando com o apoio dos trabalhistas, e o PTB passa a vencer mais eleições para prefeito, chegando ao seu maior número, 12 prefeituras, sendo a maioria delas com o apoio dos pessedistas.

2.2 O ANO DE 1966: FILIAÇÃO AO MDB E O OCASO DE UMA OPOSIÇÃO MAL CONSENTIDA

Apesar da referida imprecisão contida no depoimento de Machado, é interessante notar a permanência de alguns de seus fragmentos de memória. Por exemplo, a figura do “Chico” Dall’Igna e a influência do PTB no estado de Santa Catarina, nas reminiscências do depoente. Ainda que Machado afirme não ter vínculos com os partidos do período democrático, ele frequentava espaços identificados com um campo político no qual o PTB tinha certa

⁴⁰ Um exemplo ocorreu nas eleições estaduais de 1950. Segundo Carreirão (1988, p. 145), Irineu Bornhausen, da UDN, vence a eleição para o governo do estado com o apoio de setores do PTB (no caso, a ala majoritária do partido, liderada por Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira). A UDN apoiou o petebista Carlos Gomes de Oliveira na eleição para o Senado, que saiu vitorioso. Já nas eleições de 1954, o PTB (ao menos sua ala majoritária) alia-se ao PSD, sendo que cada partido venceu uma das vagas para o Senado: Nereu Ramos pelo PSD e Saulo Ramos pelo PTB.

predominância. No campo político ao qual ele se vinculava, o PTB era influente. Era importante.

Há uma linha de continuidade entre o trabalhismo catarinense e os primeiros anos do MDB, embora neste também houvesse a presença de políticos oriundos do PSD e também da UDN.

Se investigarmos a fundação do MDB catarinense, atentando a seus organizadores, tal vínculo ficará mais evidente. Neste sentido, cabe observarmos outras informações sobre o contexto de fundação do MDB, que podem ser verificadas por meio de um depoimento de um importante membro do partido, em Santa Catarina, com forte atuação nos bastidores: o advogado Saulo Vieira.

No ano de 2016 Vieira concedeu uma entrevista para o jornal de Joinville, *A Notícia*⁴¹. Ele foi assessor da bancada do antigo PTB, tendo inclusive atuado nessa condição junto ao vice-governador Francisco Dall’Igna e também participou da fundação do MDB. Na entrevista que concedeu menciona alguns aspectos importantes e que dialogam com as memórias de Gerônimo Machado. Em especial quando é questionado sobre o processo de fundação do partido. Como podemos verificar no trecho abaixo:

Num fim de semana, Doutel e eu saímos para o Sul de Santa Catarina. No outro ia com o Paulo Macarini para o Oeste; no seguinte no Vale do Rio do Peixe. Tudo em busca de nomes para criar o partido nos municípios. Eram necessários apenas sete eleitores para criar o MDB. Em muitos municípios não encontramos sequer sete nomes. Todos tinham medo da ditadura. E não era em lugar pequeno. Isto aconteceu em Criciúma, o que foi surpreendente. Eu e Doutel passamos um dia inteiro em Criciúma e só conseguimos três nomes. Foi um impacto, porque era a base do Doutel, a força dos mineiros. Já em Içara, ao lado, no primeiro contato, Manoel Dias conseguiu sete eleitores.⁴²

⁴¹ (Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/o-pmdb-quebrou-a-dominacao-politica-e-foi-decisivo-na-construcao-de-sc-saulo-vieira>. Acesso em: 07 de março de 2023). Saulo Vieira foi Chefe da Casa Civil no Governo do pemedebista Pedro Ivo Campos (1987-1990). Faleceu no dia 1º de dezembro de 2019. Em nota sobre seu falecimento publicada no site do MDB catarinense, Saulo Vieira foi tratado com reverência pelas contribuições dadas ao MDB ao longo de sua vida e, com destaque para o fato de o mesmo ter sido fundador do partido em Santa Catarina (Fonte: <http://mdb-sc.org.br/morre-saulo-vieira-um-dos-fundadores-do-mdb-em-sc/>. Acesso em: 08 de março de 2023). A nota reforça a importância de Saulo na organização do MDB em Santa Catarina: “Doutor Saulo’, como era conhecido pelos emedebistas, percorreu o estado para mobilizar futuros companheiros em torno da criação do diretório catarinense do então recém-nascido MDB, em 1966. Apaixonado pelo 15, era um exímio articulador político e conselheiro das principais lideranças catarinenses da legenda”.

⁴² Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/o-pmdb-quebrou-a-dominacao-politica-e-foi-decisivo-na-construcao-de-sc-saulo-vieira>. Acesso em: 07 de março de 2023

Nas memórias deste antigo quadro, fundador do MDB, emergem, de largada, os nomes de Doutel de Andrade, Paulo Macarini⁴³ e Manoel Dias⁴⁴. Todos vinculados ao PTB, sendo que Doutel e Macarini exerciam mandatos de deputado federal. Manoel Dias havia sido cassado de seu cargo de vereador em Içara, após o golpe de 1964. De certa maneira, se reproduziu em Santa Catarina uma tendência verificada a nível nacional, em que a maioria dos membros do antigo PTB, formaram a base do que viria a ser o “partido das oposições”.

Na sequência, quando perguntado a respeito dos “expoentes” do partido naquele contexto de fundação, Saulo Vieira respondeu da seguinte maneira:

O Doutel era o farol. Envolvido com a liderança em Brasília só vinha nos fins de semana. O sr. Cristaldo Araújo, dirigindo sua Vemaguete velha, andava por todo o Estado. Tivemos o Pedro Ivo no norte, o Lazineho no Vale, o Ivo Knoll na região de Rio do Sul, o Haroldo Ferreira na área de Canoinhas. Eu acompanhei tudo porque era chefe de gabinete da vice-governança. Já tinha colaborado com a liderança do PTB na Assembleia. Tinha como líder o Evelásio Caon. O PTB foi o leito, o berço do MDB. Onde o PTB era forte foi mais fácil fundar o MDB.⁴⁵

Interessante perceber neste trecho o envolvimento de algumas lideranças políticas e suas respectivas regiões de atuação. Saulo Vieira, em outro trecho da mesma entrevista também chama a atenção para uma importante liderança do norte do estado, mais especificamente a região de Joinville: Rodrigo Lobo. Este chegou a assumir o cargo de senador na legislatura de 1956-1962, pois havia sido eleito como suplente de seu correligionário e então dirigente regional do PTB, Saulo Ramos.

A liderança de Doutel de Andrade também é relembrada no depoimento de Gerônimo Machado:

⁴³ Nascido em Capinzal, Santa Catarina, no ano de 1932, Paulo Macarini se formou em Direito, em 1957, e foi eleito vereador em sua cidade natal para período de 1957-1963, pelo PTB. Em 1962 elegeu-se deputado federal, pelo PTB. Foi reeleito para a Câmara Federal na legislatura seguinte (1967-1970), no entanto foi cassado no contexto de vigência do AI n. 5, em dezembro de 1968, tendo perdido seus direitos políticos por um período de dez anos. Candidatou-se como suplente de Pedro Ivo Campos, na chapa do PMDB para o Senado, nas eleições de 1982. Naquela ocasião, a chapa do PMDB ficou em segundo lugar. Foi derrotada pela chapa do PDS, encabeçada por Jorge Bornhausen. Tornou a se eleger em 1986, com o deputado federal, pelo PMDB. Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1107-Paulo_Macarini. Acesso em: 08 de março de 2023.

⁴⁴ Manoel Dias nasceu em Criciúma, Santa Catarina, em 1938. Iniciou na política institucional no município vizinho, Içara, quando se elegeu para vereador em 1962, pelo PTB. Foi cassado após o golpe de estado, tendo posteriormente readquirido seus direitos políticos. Foi eleito em 1966, para deputado estadual, pelo MDB. No entanto, foi novamente cassado em 1969, perdendo seus direitos políticos por 10 anos. Tornou a se candidatar para uma cadeira na Assembleia Legislativa, nas eleições de 1982. Mas seu partido, o PDT, não obteve representação naquele pleito. Em 1985, Dias foi candidato a vice-prefeito, na disputa ocorrida em Florianópolis. Seu partido de então, o PDT, coligou-se com o PDS reeditando a “Aliança Social-Trabalhista”, tendo como cabeça de chapa o então deputado estadual Francisco de Assis.

⁴⁵ Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/o-pmdb-quebrou-a-dominacao-politica-e-foi-decisivo-na-construcao-de-sc-saulo-vieira>. Acesso em: 07 de março de 2023

[...] O Doutel de Andrade foi uma liderança que veio do PTB. Ele foi uma liderança importante, em SC. Ele era carioca... Ou era a mulher dele que era carioca. Mas ele foi muito bem votado aqui. Era uma candidatura muito expressiva, em SC. Que continua a história do PTB. Ele vinha do tempo do PTB que foi tornado ilegal e clandestino, pela ditadura civil e militar.⁴⁶

A trajetória de Doutel de Andrade, bem como a de outros nomes identificados com o trabalhismo catarinense foi obscurecida com o passar do tempo. Ao longo da década de 1970, outras lideranças emergiram no MDB para a disputa política no contexto da oposição à ditadura. A conjuntura havia mudado. E, grosso modo, foram tais nomes – que emergiram durante década de 1970 – que se consagraram como desafiadores do regime e fiadores da redemocratização. Na década de 1980, Doutel irá continuar sua trajetória, mas não mais em Santa Catarina. Em 1983 ele assumiu a presidência nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), já que Leonel Brizola havia deixado o cargo para assumir o Governo do Rio de Janeiro. Veio a disputar a eleição de 1986, no Rio de Janeiro, tornando-se suplente de deputado federal. Chegou a assumir uma cadeira de deputado federal, no ano de 1989. Doutel de Andrade faleceu em 1991, pouco antes de terminar seu mandato de deputado.

Ainda sobre os eventos ocorridos na época em que deixou de atuar no Movimento Estudantil, narra Gerônimo Machado:

Em 1964 e em 1965 eles acabaram com todos os partidos, também. Só que esse povo todo que era do PTB e da esquerda, em geral, foi para o MDB. Eu fui, como te disse, intuitivamente. Os meus vínculos eram intuitivos. Eu percebia algumas coisas, mas não tinha nada de formal, naquela época. No começo da ditadura, todo mundo foi preso. Mas eu fui para o MDB, me inscrevi no MDB, no “livro preto” do Aluizio Piazza... O meu nome está lá!⁴⁷

O ano de 1966 foi mais um ano difícil para as forças políticas ligadas às classes trabalhadoras em Santa Catarina. Era um ano eleitoral. O pleito que se avizinhava estava marcado para o dia 15 de novembro e o MDB havia se organizado recentemente no estado. Se, por um lado, imediatamente após o golpe de 1964, o PCB catarinense havia sofrido uma intensa perseguição, praticamente liquidando com o partido, por outro, os trabalhistas do MDB, em questão de tempo, seriam empurrados para fora do tabuleiro político partidário. Além da violência persecutória engendrada pelas facções no poder contra os comunistas, ocorreram muitas remoções e demissões de trabalhadores ocorridas durante o governo Castelo Branco e diversas cassações de mandatos de parlamentares, em diferentes momentos no período inicial da ditadura. Esse foi um dos mecanismos utilizados para enfraquecer o trabalhismo.

⁴⁶ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

⁴⁷ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

Gerônimo Machado filiou-se ao MDB em um momento em que o partido enfrentava dias difíceis, justamente quando procurava se organizar, criar alguma capilaridade no interior do estado. Foi um período crítico. Mesmo aqueles cidadãos que viviam numa cidade distante dos grandes centros de poder do país, como era o caso de Florianópolis, sendo identificados ou vinculados a grupos políticos considerados inimigos do regime viviam um período de grande instabilidade e incertezas. Toda e qualquer organização política construída por atores do campo oposicionista poderia deixar de existir de uma hora para outra, ou sofrer desfalques irreversíveis.

Podemos ter uma ideia da tensão daqueles dias, recorrendo à crônica política registrada no jornal *O Estado*. No segundo semestre do ano de 1966, um conjunto de notícias começou a circular através deste periódico, sugerindo que estava para ser publicada outra lista de cassações sob a égide de Castelo Branco. Para um jovem recém filiado ao partido, como era o caso de Machado, a evolução daquela conjuntura estreitava as vias de atuação política. Primeiro foi o movimento estudantil. Agora, era o seu novo partido que iria entrar na mira dos donos do poder.

Das listas de banidos da política institucional que seriam publicadas a partir de meados de julho de 1966, a primeira liderança trabalhista a ser cassada foi o vice-governador de Santa Catarina, Francisco Dall’Igna. Eleito pelo PTB para o cargo, na eleição de 1965, na chapa com Ivo Silveira, do PSD, seu mandato deveria se estender de janeiro de 1966 até março de 1971. No entanto, foi abreviado por uma decisão do governo Castelo Branco.

Dias antes deste acontecimento, na edição de 17 de julho, há uma manifestação de Doutel de Andrade no periódico *O Estado*, na qual demonstrava preocupações com os rumores de uma nova lista de parlamentares que seriam cassados, apesar da confiança depositada na construção de seu partido. Já se sabia que algo estava por vir. As informações, de alguma forma, circulavam:

Doutel organiza MDB e não teme cassações
Esperamos constituir, até segunda feira vindoura, cerca de uns 120 Diretórios Municipais do Movimento Democrático Brasileiro, habilitando as oposições catarinenses, assim, a cumprir no dia 15 de novembro a parte que lhe compete na luta pela reintegração do país no regime democrático. [...] ⁴⁸

Doutel acreditava que seu partido poderia derrotar a ARENA, o partido da ditadura, nos futuros pleitos e nutria, aparentemente, alguma esperança de que o sistema político partidário que se organizava a partir das decisões vindas do alto, estivesse em disputa. E talvez estivesse. No entanto, a correlação de forças a favor dos militares naquela conjuntura lhes

⁴⁸ *O Estado*, 17 de julho de 1966, p. 8.

deixava em condições de praticamente ignorar as reivindicações da oposição. Porém, ele pensava que o MDB poderia demonstrar força na eleição de novembro e isso seria um passo importante na reconstrução democrática. Acreditava também no trabalho de organização partidária que vinha desenvolvendo juntamente com outras lideranças na construção do MDB, em Santa Catarina. No entanto, não tardou a abordar o tema que vinha há algum tempo preocupando os políticos emedebistas:

AS CASSAÇÕES

O sr. Doutel de Andrade não se furta a comentar as recentes notícias segundo as quais estaria iminente a cassação do seu mandato parlamentar:

- As cassações são atos de força destituídos de qualquer requisito de legalidade. Pessoalmente, entendo que somente o povo tem poderes, nos regimes democráticos, para conferir e cassar mandatos, ouvida sempre a Justiça Eleitoral. Fora disso, é o arbítrio, a violência, a iniquidade. Quanto a mim, devo dizer que o mandato só me interessa na medida em que possa funcionar como efetivo instrumento de luta em favor do bem estar do povo e da emancipação do país. Não me seduzem os seus aspectos puramente sociais ou meramente formais. [...] ⁴⁹

Depreende-se que havia uma expectativa com relação a uma possível perda de mandato. A princípio cogitava-se que um dos alvos seria o mandato do próprio Doutel. O vice-governador Dall'Igna é mencionado em outra reportagem nesta mesma edição, sem registro de que estivesse sob ameaça. Ele estava trabalhando, viajando por Santa Catarina junto ao governador Ivo Silveira. A comitiva governamental passava pelo município de Brusque, onde foram a um banquete realizado no “Clube de Caça e Tiro ‘Araújo Brusque’”. O governo de Santa Catarina tinha recém-inaugurado uma ligação da rede de energia elétrica em uma localidade em Brusque, chamada Poço Fundo. O nome do vice-governador era pouco mencionado no periódico. E nunca associado a possíveis cassações de mandatos.

No entanto, Doutel de Andrade, que era vice-líder do MDB na Câmara, tinha uma postura crítica com relação ao governo Castelo Branco. Isso acabava pondo seu nome em evidência. Seu mandato ficava exposto em função da atividade parlamentar opositora:

ESTAGNAÇÃO E CAOS SOCIAL

[...] Decorridos mais de dois anos da chamada ‘Revolução’, o marechal Castelo Branco a utilizar-se de instrumentos discricionários e ditatoriais, o que vemos é a estagnação do desenvolvimento e a ameaça iminente do caos social, na forma, entre outras, da alta intolerável do custo de vida e ao desemprego crescente. A verdade é que resultou em completo fracasso o Governo instalado em abril de 1964. Não há palavras, não há construção dialética capaz de ocultar esta triste realidade. [...] ⁵⁰

⁴⁹ *O Estado*, 17 de julho de 1966, p. 8.

⁵⁰ *O Estado*, 17 de julho de 1966, p. 8.

Parecia possível manter alguma mobilização crítica no parlamento diante do cenário que se apresentava, àquela altura, desfavorável para o regime autoritário. As colocações de Doutel iam além da mera retórica. Se observarmos alguns dados econômicos do período ficará evidente que a população passava por dificuldades reais.

No entendimento do economista Paul Singer (2014), na década de 1960, durante 05 anos, o país enfrentou problemas econômicos importantes. Houve um ciclo de baixa no capitalismo brasileiro que teria começado no ano de 1963 e se estendido até o ano de 1967. Começa justamente no ano em que o governo João Goulart implementou o Plano Trienal, com o intuito de frear um processo inflacionário crescente que havia herdado de governos anteriores. O governo Jango precisava reduzir a marcha deste processo. E procurou fazê-lo enfrentando aqueles que, na leitura de seu Ministro do Planejamento, o economista desenvolvimentista Celso Furtado, eram os dois principais focos de pressão inflacionária: o primeiro deles era um déficit orçamentário (do governo federal) e o segundo, uma dificuldade crescente no balanço de pagamentos. O primeiro foco seria combatido, através do Plano Trienal, a partir de um maior controle nas despesas do governo. Tal medida visava uma redução drástica no déficit orçamentário. Se na previsão para o ano de 1963 o déficit alcançaria a cifra de 774,9 bilhões de cruzeiros, a partir das medidas de contenção de despesas prevista no Plano, haveria uma redução deste valor previsto para 300 bilhões, portanto um corte de 474,9 bilhões de cruzeiros. Tal medida seria atingida cortando subsídios ao trigo, petróleo e recursos destinados a investimentos governamentais. O segundo foco inflacionário era decorrente da necessidade de se importar componentes que eram utilizados nas indústrias que foram instaladas no país, a partir da década de 1950, como por exemplo de automóveis, caminhões, eletrodomésticos, etc. Segundo Singer (2014), tais componentes precificados em dólar, gerava uma despesa alta. Esses componentes eram mais caros do que importar estes bens prontos, como no período em que não eram fabricados no Brasil. Tal situação era agravada pois o país, que necessitava importar tais componentes para a sua indústria, exportava basicamente produtos primários (que naquela conjuntura estava com os preços em queda), e ainda pelo fato de que as empresas estrangeiras instaladas no país, remetiam seus lucros para suas respectivas matrizes em dólar.

Neste sentido, a inflação dos anos do governo João Goulart ficou registrada da seguinte maneira: 1962 – 55%; 1963 – 62,44%; 1964 – 69,26%. Com o retorno ao presidencialismo, a partir de 1963, e sem receber ajuda externa, o governo Goulart se viu pressionado pelo contexto político a abrir mão da política econômica recessiva, e foi, assim, deixando de lado o Plano Trienal. Sobre a inflação, Singer (2014) também observa que havia uma outra questão envolvendo a alta demanda por bens de consumo, relacionadas aos trabalhadores da indústria –

que recebiam salários mais elevados. Analisando retrospectivamente, o receio de Celso Furtado de que a inflação pudesse chegar a 100%, encaminhando o país para um quadro de hiperinflação, não se concretizou. Isso teria se dado, segundo Singer, justamente por causa do Plano Trienal. No entanto, a economia entrou em recessão. Na sequência, os dados do crescimento do PIB, do período: final do governo Juscelino Kubitschek: 1958 – 10,8%; 1959 – 9,8%; 1960 – 9,4%; governo Jânio Quadros/João Goulart: 1961 – 8,6%; governo João Goulart: 1962 – 6,6%; 1963 – 0,6%.

Uma das facetas da imposição da ditadura militar a partir de 1964 foi um outro tipo de encaminhamento do problema da inflação, sob o governo Castelo Branco.⁵¹ A principal preocupação do novo governo ao buscar a estabilização dos preços foi o controle sobre os ganhos do trabalho. Fortes contenções salariais foram as primeiras medidas econômicas, atacando os sindicatos e impedindo greves. Isso se mostrou um importante fator de desequilíbrio a favor dos empregadores, pois limitaria o poder de barganha das classes trabalhadoras nas disputas envolvendo a relação entre capital e trabalho. O regime mostrou a que veio quando da breve retomada de um movimento sindical combativo em 1968, quando lançou mão de meios repressivos violentos. Antes disso, a ditadura já havia imposto reformas nas leis trabalhistas com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), facilitando para os empresários a demissão de trabalhadores.⁵² Ainda assim, o índice de preços do ano de 1965 registrou nova alta, alcançando 71,42%. Por outro lado, as perdas salariais contribuíram para uma menor demanda, o que finalmente provocou uma queda na inflação para o ano de 1966, mas que ainda permanecia num patamar elevado: 54,87%. No ano seguinte, houve uma nova queda no índice: 34,14%. Portanto, a inflação foi sendo lentamente reduzida com base na restrição aos salários. A redução do preço do trabalho favoreceu a iniciativa privada, que retomou investimentos, impactando no crescimento econômico: em 1965 – 2,4%, em 1966 – 6,7%, em 1967 – 4,2%.

Para além destes números, convém também tomarmos nota das considerações de Singer (2014, p. 187) sobre este processo:

⁵¹ Singer (2014, p. 186) chama atenção para o fato de que embora os economistas “cepalinos” tenham sido derrotados com o advento do golpe ocorrido em 1964, naquela conjuntura, de maneira geral se aceitava o fato de que o Estado deveria ter um papel ativo na economia, visando o desenvolvimento econômico. E que a ofensiva neoliberal só viria nos anos 1980.

⁵² “Quando a opção pelo FGTS foi instituída, muitos trabalhadores tentaram optar pelo regime anterior, mas não conseguiram porque a ‘livre’ opção pelo FGTS foi transformada em obrigação pelos empregadores. Em poucos anos, a grande maioria dos empregados estava no FGTS, e os patrões tinham mais facilidade para demitir, pois a indenização já estava paga de antemão mediante os depósitos mensais no Fundo” (SINGER, 2014, p. 189).

[...] Se o governo militar fosse de esquerda, teria escolhido como vítimas os empresários, impondo-lhes um único reajuste de preços por ano, o valor sendo limitado à inflação do ano anterior, acrescida da metade da inflação vindoura, subestimada pelo Ministério da Fazenda. Como os empresários são responsáveis por um número de preços maior do que os afetados pelos salários, a hipótese aventada poderia ter levado à queda da inflação mais depressa do que a opção adotada pelo governo militar.

Portanto, as escolhas do governo Castelo Branco para controlar a inflação recaíam sobre a imensa maioria de trabalhadores do país e favorecia a concentração de riquezas no setor empresarial. Era um modelo de crescimento econômico que penalizava as classes trabalhadoras. Impedidas de fazer greve, poucos instrumentos restavam às classes trabalhadoras. Isso abria espaço para a combatividade de alguns políticos que procuravam vocalizar uma posição crítica com relação à situação estabelecida. Dessa forma, as colocações de Doutel de Andrade dialogavam profundamente com o cotidiano de milhares de brasileiros.

A seleção brasileira de futebol havia sido derrotada por Portugal pelo placar de 3 a 1, em jogo pela fase de grupos da Copa do Mundo da Inglaterra. Tal assunto, acompanhado por uma imponente foto do treinador Vicente Feola, tomou boa parte da metade superior da primeira página de *O Estado* na edição de 20 de julho de 1966. No entanto, este não foi o único assunto do dia: boa parte da extensão desta primeira página foi preenchida com outra notícia desalentadora. Houve, no dia anterior, uma lista de políticos que perderam seus mandatos:

Enquanto Brasil perde, o Governo cassa 19 – OE – O Presidente Castelo Branco, assinou ontem à tarde novos atos cassando mandatos e suspendendo direitos políticos de diversos políticos do Brasil. Foram cassados os mandatos dos parlamentares estaduais: José Acrel Faria Acre; Candido Norberto dos Santos, Osmar Lautenscheiller, Frederico Ludwig e Vilmar Correia Taborda, deputados estaduais do Rio Grande do Sul. Francisco Roberto Dalligna, vice-governador de Santa Catarina. Jair Mazuke, vice-prefeito de Caxambu e Rubens de Castro Bontempo, vice-prefeito de Petrópolis em exercício. O ex-governador Nilton Bello do Maranhão teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. [...] ⁵³

Em diferentes estados da federação foram cassados políticos com cargos em diferentes níveis da administração, seja estadual ou municipal, bem como do legislativo. Os quatro deputados estaduais do Rio Grande do Sul que foram cassados pertenceram a partidos oposicionistas como o PTB e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR)⁵⁴. Em alguma medida, a presença do vice-governador catarinense nesta notícia foi surpreendente. No periódico não houve maiores elaborações a respeito deste acontecimento. As eleições de 1965,

⁵³ *O Estado*, 20 de julho de 1966, p. 1.

⁵⁴ O MTR foi um partido fundado a partir de uma dissidência do PTB do Rio Grande do Sul, em 1960. Foi extinto em outubro de 1965, em decorrência do AI-2. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-trabalhista-renovador-mtr>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

ocorridas ainda sob a vigência da estrutura partidária anterior ao AI-2, registraram a vitória do PSD em aliança com o PTB. Logo após as eleições, o mecanismo autoritário imposto praticamente obrigou a convivência no mesmo partido de apoio ao regime, a ARENA, dos antigos partidários do PSD e da UDN, como grande bloco direitista comprometido com os militares.⁵⁵ Restaria aos integrantes do PTB de Santa Catarina o isolamento ou adesão a um dos partidos recém-criados. O arranjo imposto pela ditadura reverberou em Santa Catarina com um grande pacto entre pessedistas e udenistas que teve na cassação do vice-governador uma de suas bases.

Francisco Dall’Igna nasceu no Rio Grande do Sul, estado onde se formou em medicina na respectiva Universidade Federal, no ano de 1954. No entanto sua atuação profissional e posteriormente, política, se desenvolveu no município catarinense de Brusque. Atuou no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), de Brusque, no ano de 1957⁵⁶. Consta nos registros da Câmara Municipal, que no ano de 1958, nesta mesma cidade, ele foi eleito vereador para atuar na legislatura de 1959-1962.⁵⁷ Em 1962, Dall’Igna concorreu a uma cadeira para a Assembleia Legislativa, sendo eleito com 4.643 votos. Dessa forma, compondo uma bancada que contava com 06 deputados petebistas, num total de 45 cadeiras.⁵⁸ Sua eleição para vice-governador ocorreu no ano de 1965, quando compôs a chapa com o pessedista Ivo Silveira. Pela legislação vigente na época, era possível acumular os cargos. Num intervalo de poucos anos, o médico Francisco Dall’Igna teve uma ascensão rápida no campo político, tornando-se uma liderança do trabalhismo catarinense.

No entendimento de Lenzi (1983, p. 343-344), Dall’Igna teria feito um comentário, publicado no periódico florianopolitano *A Gazeta*, em que criticava a possibilidade de que parlamentares pudessem ser cassados para favorecer o governo no processo de eleição indireta. O político, segundo a declaração, abominaria tal hipótese. O autor confirma, inclusive, que essa era uma das finalidades das cassações de mandatos. Seja para assegurar maioria legislativa ao governo ou para eliminar “focos de resistência antirrevolucionária”, bem como bloquear o crescimento de líderes carismáticos que pudessem atrapalhar a consolidação do bloco de poder que assumiu o estado brasileiro após o golpe de 1964.

⁵⁵ Um importante estudo sobre a ARENA cf. livro de Lúcia Grinberg (2009), intitulado “*Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional: ARENA (1965-1979)*”.

⁵⁶ Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/285-Francisco_Dall_Igna. Acesso em: 30 de março de 2023.

⁵⁷ Fonte: https://www.camarabusque.sc.gov.br/web/legislaturas_anteriores.php. Acesso em: 30 de março de 2023.

⁵⁸ Fonte: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1786068/resultado_eleicao_arquivo_1962_1.pdf. Acesso em: 30 de março de 2023.

De todo modo, a trajetória política de Dall’Igna foi interrompida naquele contexto. Ele retornou a suas atividades como médico e se afastou da vida político partidária. Este episódio gerou alguns desdobramentos. Logo começaram as tratativas no interior da ARENA para substituir o vice-governador cassado. Foi uma oportunidade para acomodar a convivência forçada entre os antigos PSD e UDN, amenizando divergências (LENZI, 1983). Os derrotados na eleição de 1965 passavam imediatamente a fazer parte do governo, culminando na eleição indireta de Jorge Konder Bornhausen, integrante da oligarquia que se opunha há décadas aos Ramos, que na época tinha 28 anos, para ocupar o cargo.⁵⁹ Na votação em que Jorge Bornhausen foi eleito para o cargo, ocorrida no dia 09 de março de 1967, foram registrados 32 votos a favor de sua eleição, nenhum contrário. A pequena bancada emedebista havia se retirado do plenário.

Foi publicada em *O Estado* uma carta de despedida enviada por Francisco Dall’Igna ao governador Ivo Silveira, na edição do dia 24 de julho. O documento registrava a seguinte frase: “rendo-me ao direito da força, mas não a força do direito”. Aparentemente, Dall’Igna se resignava com a situação imposta e tecia diversos elogios ao seu companheiro de chapa, o então governador catarinense, reafirmando a defesa das eleições livres e diretas. Mostrava-se “plenamente recompensado” porque seu “violento afastamento” poria fim à “discriminação contra Santa Catarina”. Isso significava que sua presença no governo, até então, bloqueava o acesso do governo catarinense a recursos federais, ficando “nas gavetas dos Ministérios, uma injustiça que clama aos céus”.⁶⁰

2.2.1 As eleições de novembro de 1966: último suspiro do trabalhismo catarinense

As cassações de julho não seriam as últimas daquele ano. O governo Castelo Branco protagonizaria pelo menos mais uma lista de proscritos, dessa vez visando o período eleitoral que se aproximava. Dessa forma, o governo dava vazão ao seu ímpeto de querer sanear o Poder Legislativo.

No dia 07 de setembro, de 1966, uma quarta-feira, há uma pequena nota na metade interior da primeira página de *O Estado* que anuncia o seguinte:

Lacerda é o primeiro do listão

⁵⁹ Para que sua eleição fosse possível, a ARENA operou para mudar a constituição estadual no ponto em que o texto impunha como pré-requisito para assumir tal cargo a idade mínima de 35 anos. Após a alteração da Constituição, passa a ser pré-requisito a idade mínima de 35 anos para o cargo de governador, e de 25 anos para vice-governador (LENZI, 1983, p. 349-350).

⁶⁰ *O Estado*, 24 de julho de 1966, p. 8.

Rio 6 (OE) – O ex-governador Carlos Lacerda encabeçará a nova lista de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos que será divulgada pelo governo federal. A informação partiu de círculos políticos cariocas na manhã de hoje, acrescentando que com a decisão, o governo pretende mudar o atual quadro nacional e que a medida possui fim exclusivamente político, para a repressão de excessos.⁶¹

Começava a circular a notícia que outra lista de proscritos estava por vir. A princípio uma pequena notícia, sem maiores desdobramentos. Mas, com o passar dos dias, o tema vai se consolidando até encontrar um dramático desfecho. As eleições também estavam no horizonte. Faltavam dois meses para o pleito. Na sexta-feira daquela semana, o periódico noticiava a respeito deste tema:

Rádio e TV dão horários a candidatos
BRASÍLIA, 8 (OE) – De acordo com a legislação eleitoral as emissoras de rádio e TV cederão gratuitamente horários para a propaganda dos candidatos aos diversos postos eletivos. Na próxima semana o Tribunal Superior Eleitoral divulgará as instruções que disciplinarão a campanha através das emissoras.⁶²

O mundo político vinha se articulando há algum tempo, de olho no período eleitoral. Procedimentos comuns aos períodos eleitorais já estavam sendo tomados, como no exemplo acima. No entanto, o governo federal, sob o comando de Castelo Branco, vinha preparando um novo ataque a seus opositores – e que afetaria em especial o MDB catarinense.

A manchete desta edição do periódico estava elaborada da seguinte maneira: “Castelo Branco não abre mão de Atos”. Ainda na primeira página, ao lado de uma grande fotografia que mostrava o governador Ivo Silveira junto ao comandante do 5º Distrito Naval, o Contra-Almirante José de Carvalho Jordão, desfilando pelas comemorações ocorridas no dia da Independência, seguia o texto que dava continuidade à principal matéria do dia:

RIO, 8 (OE) – O governo não admite a revisão de nenhum dos Atos Institucionais e complementares que baixou e muito menos dos artigos 14 e 15 do ato institucional número dois, que permite cassar mandatos e suspender direitos políticos, foi o que declarou o presidente Castelo Branco à Ministros e parlamentares em conversa informal. O chefe da nação entende que o governo revolucionário propôs executar missão revolucionária no soerguimento e recuperação nacional, o que será cumprido à risca até o fim. [...] ⁶³

O periódico deu destaque a esta questão, pois aparentemente havia algum desconforto com o tema. O conteúdo do artigo 14 do AI-2 (BRASIL, 1965a) explicitava o ataque frontal ao oposicionismo institucional: “ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de

⁶¹ *O Estado*, 07 de setembro de 1966, p. 1.

⁶² *O Estado*, 09 de setembro de 1966, p. 1.

⁶³ *O Estado*, 09 de setembro de 1966, p. 1.

vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo” (BRASIL, 1965a). E era complementado com o conteúdo do art. 15:

No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. (BRASIL, 1965a)

Eram os artigos que viabilizavam a cassação de parlamentares, entre outras medidas que os militares entendiam como “saneadoras”. O periódico, bem como parte do campo político, vinha questionando a vigência desses artigos. Passado algum tempo desde a consolidação do governo militar, após o golpe de 1964, surgiam divergências entre o governo dos militares e frações dos segmentos políticos que lhe apoiavam, aí incluída a burguesia. Em algum momento este aparentava ser o caso de certos interesses locais da família Ramos – proprietária de *O Estado*. Naquele contexto havia duas grandes questões de fundo: de um lado, a sucessão presidencial, cuja eleição indireta estava marcada para o dia 03 de outubro, e de outro, a elaboração de uma nova Carta Constitucional.

O editorial daquele dia, intitulado “Revogação ou Outorga” parecia indicar algumas divergências entre o periódico, leia-se o comando do antigo PSD catarinense, e o governo federal. De maneira muito cuidadosa, os argumentos vão sendo desenvolvidos:

Ao que tudo indica, o Governo Federal não parece disposto a revogar os artigos 14 e 15 do Ato Institucional nº 2, que permitem ao Executivo cassar mandatos parlamentares e suspender direitos políticos. Esta reivindicação dos congressistas para o Legislativo poder votar com tranquilidade e segurança a nova Constituição Brasileira, não tem sensibilizado o Presidente da República que, nos últimos dias, deixou transparecer em conversas com políticos mais chegados os seus propósitos de manutenção dos poderes extraordinários de que dispõe. [...] ⁶⁴

O editorial segue com o argumento de que a oposição teria “uma série de razões”, de naturezas variadas, para defender a revogação dos referidos itens do AI-2 (BRASIL, 1965a), mas que a ARENA também defendia a revogação, para “manter a dignidade do Congresso” num momento importante, pois após o 15 de novembro a casa receberia o texto da nova constituição. Portanto, ambos os partidos, inclusive o presidente da Câmara Federal, o arenista Aduino Cardoso, seriam favoráveis à revogação. Afinal, seria difícil para o Congresso apreciar o texto da nova Constituição sob a ameaça de cassações a qualquer momento. O editorial não deixava de expressar loas a Castelo Branco, observando que a revogação não seria um ato de fraqueza, mas, pelo contrário, seria sinal de que o movimento de 1964 estaria alcançando seus

⁶⁴ *O Estado*, 09 de setembro de 1966, p. 4.

objetivos. Por fim, um último argumento seria o de que a revogação poderia aliviar a tensão havida entre os presidentes do Senado e o da Câmara dos Deputados.

Assim, restava nítido que haveria cassações e que, no interior do bloco de apoio ao regime militar, havia divergências com relação a este tema. O periódico vocalizava um conjunto de interesses, neste caso em específico, os de uma família que na história política de Santa Catarina se constituiu enquanto uma das oligarquias que durante aproximadamente um século buscou o controle da política local.

No entanto, havia ainda um movimento secundário, que não recebeu o destaque dado ao tema mencionado acima, mas que acabará tendo grande importância no desenrolar dos acontecimentos daquele período, em Santa Catarina. O periódico abria espaço, nesta mesma página, para os movimentos do ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK), na notícia “JK pergunta Pela Constituição e Quer Redemocratizar”. Com grande destaque, a opinião do ex-presidente sobre o processo político em curso tornava-se uma notícia relevante, considerando suas posições sobre a nova Carta e sua preocupação com a “reforma constitucional”. O jornal O Estado alinhava-se abertamente ao ex-presidente desde antes do golpe, defendendo sua eventual candidatura às eleições presidenciais previstas, mas que deixaram de ocorrer em 1965 por imposição do regime. JK teria enviado cartas a algumas lideranças políticas, entre elas “Doutel de Andrade e Vieira de Melo”⁶⁵, bem como para Amaral Peixoto, Gustavo Capanema, Afonso Arinos e Israel Pinheiro, para se manter informado sobre “o quadro pré-eleitoral”. JK, segundo a nota, apoiava uma reforma constitucional, mas que recolocasse o país no caminho da democracia, e que fosse elaborada por uma Assembleia eleita para este fim.

Portanto, uma das grandes lideranças da oposição, embora cassado e vivendo fora do país, manifestava sua leitura da política e procurava influenciar, de alguma maneira, o processo em curso. E o periódico da família Ramos reverberava a amplitude de sua voz. Além disso, discretamente informava que o ex-Presidente trocava cartas com o líder trabalhista Doutel de Andrade.

Logo abaixo, na coluna “Bastidores”, outra “voz” oposicionista ganhava espaço:

A manifestação do deputado Vieira de Melo confirma a notícia ainda no Rio, segundo a qual está virtualmente formada a “frente ampla pela restauração democrática”, destinada a arregimentar, sob a influência dos principais líderes banidos pela Revolução – Juscelino, Jânio, Goulart e Lacerda – todas as forças políticas que se opõem ao governo do marechal Castelo Branco. Antes que o sr. Carlos Lacerda revelasse sua disposição de estender a mão aos seus tradicionais inimigos, a direção nacional do MDB procurou abrir caminho para essa aliança, promovendo a absorção

⁶⁵ O deputado Vieira de Melo, oriundo do PSD baiano, foi o primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados (KINZO, 1988, p. 30).

dos paredistas da seção da Guanabara contra a vontade expressa da direção do partido naquele Estado. [...] ⁶⁶

Estava sendo montada uma frente ampla pelas cúpulas do antigo sistema partidário proscrito pela ditadura e *O Estado* indicava sua importância. ⁶⁷ É uma conjuntura em que diferentes atores políticos se colocavam em movimento, ainda que diante de um poder executivo, arbitrário, violento e agigantado diante dos demais poderes. O próprio periódico *O Estado*, ao dar legitimidade a diferentes vozes oposicionistas, naquele momento, apresentava algumas divergências com relação ao governo que ajudou a consolidar.

Em meados de setembro, o periódico noticiava na primeira página: “ARENA e MDB já tem horário nas emissoras” ⁶⁸. A questão continua tendo relevância nas páginas de *O Estado*. Uma semana depois, numa terça-feira, a corrida eleitoral ganhou novos contornos: “ARENA e MDB lançam candidatos”. ⁶⁹ Entre vários postulantes a uma cadeira na Assembleia Legislativa, Jaison Tupy Barreto, ⁷⁰ um ainda desconhecido médico, lançava-se pela primeira vez numa disputa eleitoral. Na chapa emedebista que pleiteava espaço na Câmara dos Deputados, o destaque era dado ao principal líder do partido naquela conjuntura:

DOUDEL CANDIDATO À REELEIÇÃO

O deputado Doutel de Andrade encabeça a chapa do MDB para a Câmara Federal, que será completada com os seguintes nomes: Doutel de Andrade, Laerte Vieira, Paulo Macarini, Jorge Ritzmann, Luiz Benjamin Pereira, Olice Caldas, Aderbal Almeida, Waldemar Rupp, Otto Mariath, Abelardo Rupp, Eugênio Doin Vieira, Tupy Barreto. ⁷¹

⁶⁶ *O Estado*, 09 de setembro de 1966, p. 4. O termo “paredistas” é uma referência aos adeptos do “Paredê”, que significava “Partido da Renovação Democrática”. Foi uma tentativa de Carlos Lacerda para organizar um grupo político oposicionista ao governo do Marechal Castelo Branco, ainda no ano de 1965. No entanto, a ideia não prosperou.

⁶⁷ Skidmore (1988, p. 114-115) observa que a Frente Ampla, uma iniciativa de Carlos Lacerda para se reposicionar no jogo político entre fins de 1966 e início de 1967, havia lançado um documento (sem as assinaturas de João Goulart e Juscelino Kubitschek) onde divulgava os objetivos do movimento. Seriam eles: “volta do país à democracia e retorno ao nacionalismo e à independência em política externa. A política econômica não devia mais permanecer na condição de refém do FMI. Salários mais altos determinariam demanda interna mais forte, reduziriam o desemprego e consequentemente aumentariam o controle do Brasil sobre seu destino econômico. Em resumo, o objetivo era pressionar o presidente eleito Costa e Silva a fazer concessões econômicas exatamente do tipo que os castelistas temiam”.

⁶⁸ *O Estado*, 14 de setembro de 1966, p. 1.

⁶⁹ *O Estado*, 20 de setembro de 1966, p. 1.

⁷⁰ Jaison Tupy Barreto recebeu na eleição de 15 de novembro de 1966, 3.685 votos. Não foi eleito, mas ficou como suplente, uma vez que seu partido obteve representação na Assembleia Legislativa, obtendo 11 das 45 cadeiras em disputa. A ARENA ficou com as outras 34 cadeiras.

⁷¹ *O Estado*, 20 de setembro de 1966, p. 1. Curiosamente o nome “Tupy Barreto”, ao final da lista de candidatos a deputado federal coincide com o nome do pai do candidato a deputado estadual Jaison Tupy Barreto. Tupy (pai), que era Delegado de Polícia em Santa Catarina, tendo atuado em várias regiões do estado, tinha uma trajetória partidária vinculada a UDN, tendo sido inclusive convocado – na sua condição de suplente de deputado estadual – para a 3ª legislatura (1955-1959). Ele foi eleito para a 4ª legislatura (1960-1963) (Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/879-Tupy_Barreto. Acesso em: 20 de março de 2023). Entre os candidatos que disputaram a eleição de 1966, não consta o nome de Tupy Barreto (Fonte: <https://apps.tre->

O então deputado federal, eleito pelo proscrito PTB catarinense, Doutel de Andrade, em seu trabalho de organização do MDB no estado, era figura certa na eleição de 15 de novembro e havia a expectativa de que fosse reeleito. No entanto, em paralelo ao desenvolvimento das articulações eleitorais e à proximidade do pleito, crescia uma incerteza entre os atores políticos, especialmente do campo oposicionista. E tal incerteza era causada pela lista de cassações que, em algum momento, o governo Castelo Branco iria publicar. Importante ressaltar que ao longo do mês de setembro não houve a publicação de notícias em *O Estado* que vinculassem nomes do MDB catarinense à futura lista de cassados, prometida pelo governo.

Em 27 de setembro o editorial do periódico dava como certa uma nova leva de cassações de parlamentares. Sob o título “Novas Cassações”, lemos o seguinte:

Já ultrapassam a fase de conjecturas e estão praticamente definidas as intenções do Governo Federal em promover novas cassações de mandatos parlamentares, tanto na área federal como nos Estados, entre o período de 3 de outubro, após a eleição do Marechal Costa e Silva para a Presidência da República, e 15 de novembro, data em que se realizarão em todo o País as eleições para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Dizem credenciados porta-vozes do Planalto que as cassações não terão caráter político e, sim, de limpeza geral nas áreas parlamentares. Isto, aliás, vem confirmar o que há tempos atrás dissera o deputado Teódulo de Albuquerque, anunciando na ocasião que não estavam encerradas as cassações por parte do Governo Federal, com base nos Atos Revolucionários. [...] ⁷²

Na sequência do texto há conjecturas sobre se o ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, estaria entre os cassados. Entre os que defendiam punições a Lacerda, havia o argumento que sugeria que a associação de Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, no movimento em favor da frente ampla continha um potencial foco de instabilidade para o governo. Afinal, Lacerda poderia liderar uma campanha a favor de uma anistia aos punidos pela “revolução”, o que poria o governo Castelo Branco em grandes dificuldades. Por fim, o editorial avalia a partir da posição do presidente do Senado, Áureo de Moura Andrade, que havendo uma “limpeza geral”, enfim o governo poderia revogar o artigo 15, do AI-2 (BRASIL, 1965a). De outro lado, havia a posição do presidente da Câmara, Adauto Cardoso, para quem a cassação de parlamentares poderia agudizar a crise com o Congresso. Portanto, como podemos ver, o assunto é tratado com grande interesse, abrindo espaço para interlocutores de diferentes posições. Mas, havia incertezas sobre contra quem recairiam as cassações e suas possíveis consequências.

sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc165339/resultado_eleicao_arquivo_1966_139_2.pdf. Acesso em: 20 de março de 2023).

⁷² *O Estado*, 27 de setembro de 1966, p. 4.

Àquela altura o periódico dava mostras de apoiar que o general Costa e Silva fosse o sucessor de Castelo Branco, e dava espaço para políticos que se posicionavam a favor da “normalização democrática”.⁷³ Nisso, o jornal catarinense parecia acompanhar a posição do periódico O Estado de S. Paulo, para quem Costa e Silva aparecia como uma esperança de liberalização diante das medidas discricionárias de Castelo Branco. Contudo, o posicionamento do jornal catarinense era motivado por seu apoio a Juscelino Kubitschek, enquanto o grande matutino conservador paulistano apoiava Carlos Lacerda.

No dia seguinte, 28 de setembro, a manchete do periódico era contundente: “Castelo aguarda eleição e cassações”:

[...] Enquanto isso fontes ligadas ao ministério da Justiça, informaram que o presidente Castelo Branco não considera encerrado o período de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Acrescentaram que a nova lista será divulgada após o pleito de 3 de outubro atingindo mais de cem pessoas entre deputados federais e estaduais de pelo menos seis Estados da Federação, bem como jornalistas, professores e estudantes. [...] ⁷⁴

A eleição para presidente estava próxima. Estava agendada para a semana seguinte. E a nova leva de cassações ganhava contornos mais nítidos: bastava o término da definição da sucessão de generais no comando da ditadura, bem como já se tinha uma boa noção de sua abrangência. O periódico⁷⁵, ainda na primeira página, dava voz a importantes contrapontos com relação ao tema das cassações, “Adauto não crê em cassações no Congresso” ou “Montoro acha cassações injustificáveis”. Mas, àquela altura as forças militares que governavam o país demonstravam não dar importância para posicionamentos dos parlamentares, mesmo que fossem apoiadores de primeira hora do golpe de 1964.

O ritual político criado pelo regime para legitimar a sucessão entre generais ocorreu na semana seguinte, no dia 03 de outubro, uma segunda-feira. Na ocasião, o general Costa e Silva foi homologado de forma indireta, por meio do Congresso, para ser o sucessor de Castelo

⁷³ Em editorial publicado no dia 03 de setembro, chega-se a mencionar: “Na entrevista que o Presidente do Senado Federal deu à imprensa da Capital, evidenciou-se a sua preocupação pelo retorno do País à normalidade democrática e às garantias individuais. Disse o sr. Moura Andrade que este é, realmente, o grande esforço que se está fazendo no plano nacional e que só com a reconstitucionalização total o País estará instrumentalizado para prosseguir no seu caminho de desenvolvimento. Afirmando só acreditar na liberdade e na democracia, repudiando qualquer outra forma de disciplina para a vida do povo brasileiro, acha o senador Auro Moura Andrade que o Governo do Marechal Costa e Silva se deverá instalar sob a égide de uma Constituição respeitada, que assegure plenamente os direitos dos cidadãos” (*O Estado*, 23 de setembro de 1966, p. 4). O senador Auro de Moura Andrade ficou nacionalmente conhecido ao declarar a vacância da Presidência da República, na sequência do golpe de 1964, quando o presidente João Goulart ainda se encontrava em território nacional. A sessão parlamentar ocorreu na madrugada do dia 02 de abril.

⁷⁴ *O Estado*, 28 de setembro de 1966, p. 1.

⁷⁵ *O Estado*, 28 de setembro de 1966, p. 1.

Branco na Presidência da República. Assumiria o cargo no dia 15 de março de 1967.⁷⁶ A partir deste acontecimento, estava aberta a possibilidade da lista de cassados ser publicada a qualquer momento – e é plausível imaginar que tal situação elevou tensões entre os quadros oposicionistas.

No fim daquela semana, na sexta-feira, mais uma vez o periódico traz como manchete o tema das cassações: “Castelo vai fazer outros inelegíveis”. Neste texto, figuram no horizonte as eleições parlamentares marcadas para o dia 15 de novembro. Antes dessa data seria publicada a lista com os indivíduos que estivessem citados ou indiciados nos Inquéritos Policial-Militares (IPM) abertos:

[...] O empenho do governo – esclareceu hoje fonte categorizada – é o de impedir, por meios legais que a 15 de novembro se elejam elementos comprometidos com a corrupção e a subversão. Sabe-se que no IPM dos “pombos-correios” estão envolvidos alguns parlamentares oposicionistas, cujas cartas dirigidas ao sr. João Goulart foram apreendidas em poder do sr. Pedro Braga. [...] ⁷⁷

Os futuros cassados são tratados de antemão como “comprometidos com a corrupção e a subversão”. Se há algumas semanas falava-se em cassações de “parlamentares, jornalistas, professores e estudantes”, após a eleição de Costa e Silva o cerco vai se fechando em torno, sobretudo, de parlamentares oposicionistas. E, dessa forma, uma decisão do núcleo dirigente que comandava o Governo Federal irá acertar em cheio a organização da oposição institucional em Santa Catarina.

Já no dia 12 de outubro, na primeira página de *O Estado*, dividindo a metade superior da página com uma fotografia, a seguinte manchete: “Primeiro listão sai impugnando”, sob a qual segue o texto abaixo:

RIO, 11 (OE) – Até sábado o SNI e setores militares, deverão encaminhar para a Justiça Eleitoral, a lista de impugnações de inúmeras candidaturas ao pleito de 15 de novembro. Serão atingidos os Estados do Rio Grande do Sul, Minas, São Paulo, Guanabara e Pernambuco. Em São Paulo, o deputado Arnaldo Cerdeira figurará na lista. No Estado gaúcho, poderão ser efetuadas 12 impugnações pelo SNI. Além dessas impugnações o governo federal pretende efetuar novas cassações de mandados e suspensão de direitos políticos, com base no Ato número dois afim de banir da vida pública todos os elementos considerados indesejáveis. [...] ⁷⁸

Curiosamente, políticos de Santa Catarina não aparecem entre os prováveis focos de impugnações. De todo modo, alguns nomes de políticos já eram dados como certos na lista e o

⁷⁶ O candidato da ARENA, Marechal Costa e Silva, foi eleito com 295 votos. A bancada do MDB se absteve, com exceção do deputado Anísio Rocha, que votou na candidatura arenista e, na sequência, foi expulso do partido. *O Estado*, 05 de outubro de 1966.

⁷⁷ *O Estado*, 07 de outubro de 1966, p. 1.

⁷⁸ *O Estado*, 12 de outubro de 1966, p. 1.

tempo ia se estreitando. O periódico publicou um alerta a todos aqueles que pretendessem assinar o manifesto a favor da “frente ampla”:

ADVERTÊNCIA

Fontes da presidência da República informaram por seu turno, que o governo poderá aplicar “a punição revolucionária” (cassação de mandatos ou suspensão de direitos políticos) a elementos ainda não atingidos que assinem, ao lado dos ex-presidentes cassados, o manifesto constitutivo da frente ampla, não estando livre da sanção nem o sr. Carlos Lacerda.⁷⁹

É importante sublinhar mais este aspecto do governo Castelo Branco. A facção dominante assumiu o controle do Estado, inicialmente, com o intuito de desarticular o campo da esquerda e seus projetos de reformas. Seja com relação à esquerda mais ligada à institucionalidade, encarnada no PTB, ou a esquerda comunista. No entanto, até a figura de Carlos Lacerda, apoiador de primeira hora do golpe de 1964, vinha sendo advertido dos riscos que corria, caso continuasse se posicionando de forma crítica ao governo. Aparentemente, os denominados pelo regime como “indesejáveis”, “corruptos e comprometidos com a subversão”, no segundo semestre de 1966, seriam prioritariamente os apoiadores da frente ampla e qualquer liderança que mantivesse algum contato com ela.

Ainda naquela edição, em matéria que abordava a leitura que o deputado Aduino Cardoso fazia daquela conjuntura, intitulada “Aduino sustenta que governo não cassa ninguém”, novos nomes surgem para a futura lista de Castelo. Segundo o texto, o deputado arenista acreditava firmemente que ninguém seria cassado, situando tais elocubrações no “reino da fantasia”. Mas, em dado momento da matéria, surge o seguinte:

[...] Embora se tenha comentado nas rodas políticas que, em caso de cassações de deputados, os mais provavelmente atingidos seriam os srs. Osvaldo Lima Filho, Doutel de Andrade, Renato Archer e João Herculino, foi possível saber agora que o mais provável é que sejam cassados os deputados Milo Camarozano, de São Paulo, e Nei Maranhão, de Pernambuco. O primeiro está envolvido num caso de fraude eleitoral e o segundo processado por homicídio. [...] ⁸⁰

Havia nas páginas de *O Estado* algumas hipóteses a respeito dos possíveis nomes que iriam figurar na lista de cassados. O nome de Doutel de Andrade foi cogitado. O principal organizador do MDB catarinense, liderança trabalhista da ala reformista do extinto PTB, poderia estar na mira do governo federal. O desfecho desta questão não tardaria a se tornar conhecido. Já na edição do dia seguinte, uma pequena nota no alto da primeira página informava

⁷⁹ *O Estado*, 12 de outubro de 1966, p. 1.

⁸⁰ *O Estado*, 12 de outubro de 1966, p. 4.

que os rumores sobre o destino do político trabalhista se confirmaram – o que deixaria o arenista Aduino Cardoso “estupefato”:

DOUTEL CASSADO

RIO, (OE) – O presidente Castelo Branco com base no Ato Institucional nº 2, cassou na noite de ontem e suspendeu os direitos políticos por dez anos dos seguintes deputados: Doutel de Andrade de Santa Catarina, Sebastiao Paes de Almeida de Minas Gerais, Cesar Prieto do Rio Grande do Sul, Abraão Fidelis de Moura de Alagoas, e mais o prefeito de Uruguaiana no Rio Grande do Sul e outros deputados estaduais.⁸¹

Nas vésperas da data limite de inscrição dos candidatos para a eleição que ocorreria no mês seguinte, no dia 15 de novembro, o MDB de Santa Catarina perde aquele que provavelmente seria o seu principal candidato. Dessa forma, o governo Castelo impunha mais um ato arbitrário e debilitava o partido opositor na Câmara dos Deputados, bem como também causava dificuldades para o fortalecimento do MDB em Santa Catarina.

Importante liderança, articulador e organizador do partido no estado, presente nas memórias de Gerônimo Machado, na época em que este jovem militante havia se filiado ao MDB, segundo pode-se aferir em notícia publicada na edição do dia 14 de outubro, foi cassado por conta de ter mantido algum diálogo com o ex-presidente João Goulart, no âmbito da construção da frente ampla. Machado chegava ao MDB catarinense justamente num período em que a legenda deixava de contar com o legado trabalhista.

Tal episódio envolvendo a cassação de Doutel de Andrade e de outros parlamentares, teria ainda alguns desdobramentos dramáticos, pois houve reação no Congresso. De alguma maneira, ao longo das semanas anteriores, circulava nos meios políticos a informação de que não haveria cassações. Posicionamentos como os do arenista Aduino Cardoso, que aparentavam não levar a sério as notícias a respeito das futuras cassações, podem ter contribuído para que se consolidasse um entendimento, em frações do Congresso, de que tais indicativos não passariam de boatos, ainda que a fonte periódica examinada apontasse em outra direção.⁸²

Outrossim, o posicionamento do presidente da Câmara dos Deputados Aduino Cardoso não teria sido motivado apenas por uma convicção pessoal do parlamentar. Cardoso confiava

⁸¹ *O Estado*, 13 de outubro de 1966, p. 1.

⁸² Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, Aduino Cardoso era um político próximo ao governo Castelo Branco. Apoiador do golpe de 1964, Cardoso presidiu o “Bloco Parlamentar Revolucionário”, grupo político que dava sustentação ao novo regime. Foi assessor do Chefe do Gabinete Civil de Castelo Branco, Luís Viana Filho. Chegou a ser convidado, em outubro de 1965 para assumir uma vaga no STF, a qual teria declinado para continuar atuando na institucionalidade partidária. Em março de 1966, Cardoso foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Fonte: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-adiuto-lucio>. Acesso em: 24 de março de 2023.

no que teria ouvido do general Castelo Branco no início daquele segundo semestre de 1966, garantindo que não haveria mais cassações, exceto por via da Justiça Eleitoral.⁸³

Em decorrência da decisão do governo, no dia 13 de outubro, Adauto Cardoso interrompeu sua licença – pois estava em campanha eleitoral – e retornou para Brasília para reassumir seu cargo de presidente da Câmara. E o fez justamente por causa das cassações.⁸⁴ Houve reações em diversos pontos do país. A manchete de *O Estado* anunciava que a decisão tomada por Castelo Branco não seria absorvida pelo parlamento sem questionamentos: “Cassações repercutem e reações são violentas”:

[...] Violentas manifestações contrárias à medida estão sendo feitas por parlamentares e políticos do país. Foi igualmente violenta a reação do MDB mineiro ante a cassação de Paes de Almeida. Um deputado da extinta UDN, afirmou que a cassação de Sebastião Paes de Almeida é injustificável e “que o presidente Castelo Branco deveria tirar a máscara de uma vez e se apresentar como ditador de um povo que sofre dia a dia, com o regime implantado no país” [...].⁸⁵

Por fim, ainda havia uma sinalização de que outras listas poderiam ser publicadas, cassando outros deputados, bem como jornalistas e professores. O parlamento foi constrangido com a lista de cassações. Isso criava um universo de incertezas o campo político como um todo. Para os setores que apoiaram o golpe de 1964 e imaginaram que, após os expurgos iniciais, o país voltaria a uma “normalidade democrática”, mas sem a predominância da aliança PTB-PSD, tal momento parecia cada vez mais distante do presente, em meados de outubro de 1966.

Na edição do dia 16 de outubro, *O Estado* volta suas atenções para mais um lance do governo Castelo Branco: a proposta de incorporação do mecanismo das eleições indiretas para a presidência da República e para governadores de Estado na futura Carta Constitucional. Importante salientar que para uma família política com considerável força eleitoral no território catarinense, como era o caso dos Ramos, a eleição indireta para governador implicaria que a sucessão para o governo estadual dependeria de um entendimento na bancada do partido

⁸³ Segundo notícia veiculada no periódico *O Estado*, em 16 de agosto de 1966 (p. 4), intitulada “Para Adauto o jogo está feito”, lê-se que: “as duas outras garantias foram enumeradas assim pelo sr. Adauto Cardoso: [...] 1 - O Ato Complementar n. 20, que estabeleceu as cédulas individuais, foi a última modificação das regras eleitorais e a este respeito há uma afirmação solene do ministro da Justiça, perante a Câmara, plenamente confirmada pelo presidente Castelo Branco, e 2 - as impugnações de candidatos obedecerão rigorosamente às recomendações da legislação vigente e serão processadas dentro do mecanismo da Justiça Eleitoral. Isso significa que, igualmente, não procedem os receios manifestados por alguns oposicionistas, segundo os quais está o MDB ameaçado de um hipotético ato, destinado a ampliar os casos de inelegibilidades. Não somente esse ato não será editado, como ainda é exato que autoridades militares não poderão surpreender qualquer candidato, em nenhum ponto do Território Nacional, com impugnações temidas, pois as arguições de inelegibilidades são feitas segundo as prescrições da lei e sempre perante a Justiça Eleitoral. [...]”

⁸⁴ *O Estado*, 14 de outubro de 1966, p. 1.

⁸⁵ *O Estado*, 14 de outubro de 1966, p. 1.

governista, obedecendo certamente a correlação de forças na Assembleia Legislativa, para decidir quem seria o candidato do partido.

A sucessão estadual deixaria de ser resolvida numa disputa majoritária pelo voto popular, como havia sido até a eleição do pessedista Ivo Silveira, quando este venceu o pleito em 03 de outubro de 1965, derrotando o candidato da UDN, Antônio Carlos Konder Reis.⁸⁶ Considerando que a família Ramos controlava politicamente o governo estadual desde o início da década de 1960, com Celso Ramos e Ivo Silveira, este apadrinhado por Aderbal Ramos da Silva, certamente que não figurava entre as prioridades políticas da família alterar a forma de seleção dos governantes de Santa Catarina.⁸⁷ Esta questão certamente era vista como mais um ponto de discórdia entre o periódico e o governo militar.⁸⁸

Ainda nesta edição do dia 16 de outubro, há mais um fragmento da questão envolvendo o tema das cassações. O deputado federal Doutel de Andrade foi à Câmara dos Deputados com a intenção de proferir um discurso, posicionando-se diante daquele ato arbitrário do governo federal, que em uma canetada extinguiu um mandato eleito pelo voto popular nas eleições de 1962⁸⁹. No entanto, por meio do uso da força, Doutel de Andrade foi impedido de expressar-se:

Doutel preso ao dirigir-se à Câmara
O ex-deputado do MDB de Santa Catarina Doutel de Andrade, que teve seu mandato cassado e suspenso os seus direitos políticos, em virtude de um ato do Presidente Castelo Branco, foi preso por voltas das 11 horas de ontem, quando se dirigia à Câmara Federal, onde pretendia fazer um pronunciamento político. Agentes do DOPS detiveram o ex-líder trabalhista e, até as últimas horas de ontem, seu paradeiro era desconhecido. [...] ⁹⁰

Durante alguns dias a questão ainda foi noticiada pelo periódico. Especialmente por conta do fato dos deputados cassados passarem a “morar” nas dependências da Câmara dos

⁸⁶ Na eleição de 1960, Celso Ramos (PSD, coligado com PTB e PDC) derrotou o Irineu Bornhausen (UDN, coligado com PTN e PSP). O resultado final foi 95.740 votos contra 81.313.

⁸⁷ O posicionamento do periódico *O Estado* com relação a esta medida, pode ser melhor avaliado no editorial “O retrocesso das indiretas”, publicado na edição do dia 14 de outubro de 1966, p. 4. O texto é firme e critica duramente a manutenção da ideia de eleições indiretas que, por sua vez, havia sido inserida no anteprojeto da nova Carta Constitucional.

⁸⁸ Inicialmente, a eleição indireta para o cargo de presidente da república e vice-presidente havia sido instituída no Ato institucional nº 2, de outubro de 1965 (BRASIL, 1965a). E a eleição indireta para o cargo de governadores e vice-governadores havia sido instituída no Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966 (BRASIL, 1966a). No caso da eleição indireta de governadores, o texto deste AI sublinha que a eleição era decidida pelos parlamentares de cada respectiva Assembleia Legislativa (BRASIL, 1966a).

⁸⁹ Doutel de Andrade, que havia sido vice-governador de Santa Catarina durante o governo Celso Ramos (1961-1966), se reelegeu deputado federal no pleito de 1962, sendo o segundo mais votado do estado, com 37.393 votos, perdendo apenas para Joaquim Ramos, do PSD, que obteve 46.654 votos. Em 1962 o PTB catarinense elegeu apenas dois deputados. Além de Doutel, Paulo Macarini foi eleito com 12.579 votos.

⁹⁰ *O Estado*, 16 de outubro de 1966, p 1.

Deputados. Na edição do dia seguinte, um breve esclarecimento a respeito da situação que envolvia Doutel e os agentes do DOPS:

Câmara é o novo lar dos cassados, onde dormem, comem e meditam [...]. O deputado Doutel de Andrade, foi levado ontem pela DOPS a sede do Departamento Federal de Segurança Pública, onde prestou esclarecimento de interesse da 'segurança nacional'. De sábado para domingo os três parlamentares cassados dormiram em camas cedidas pelo serviço da Câmara. Os deputados ainda permanecem no interior da Câmara.⁹¹

Os deputados recém cassados conseguiram direito à palavra na Câmara, em sessão realizada no dia 17 de outubro. Este teria sido um dos últimos episódios envolvendo a remoção de Doutel do tabuleiro político. Em edição do dia 18, na notícia que acompanhava a manchete do dia, lemos o seguinte:

[...] Quando o senhor Doutel de Andrade ocupava a Tribuna da Casa, dizendo que não reconhecia no Governo do Presidente Castelo Branco qualquer autoridade para cassar mandatos parlamentares e para suspender direitos políticos além de outras duras críticas ao Chefe do Executivo, o Presidente da Câmara viu-se obrigado a tocar a campainha por três vezes, solicitando ao representante catarinense que moderasse as suas palavras. As intervenções da Mesa deram-se também, quando o sr. Doutel de Andrade chamou o Marechal Castelo Branco de "hipócrita e traidor da Pátria".⁹²

Os posicionamentos do parlamentar cassado foram noticiados com frequência naqueles dias tensos⁹³. Por outro lado, a situação causada por Adauto Cardoso, por ter dado voz aos cassados, abriu mais uma crise entre os poderes legislativo e executivo. Tal fato levaria o governo Castelo Branco a pôr o Congresso em recesso.

Para não desaparecer completamente em sua agência política, Doutel de Andrade tenta uma última cartada, lançando o nome de sua esposa, Lígia Doutel de Andrade, para ocupar seu lugar como candidata do MDB para a Câmara Federal. Segundo noticiou *O Estado*, a partir do momento em que ficou decidida sua candidatura, Lígia teria imediatamente passado a organizar viagens ao interior do estado. Seria a primeira vez que uma mulher tinha chances reais de conquistar uma vaga no legislativo federal por Santa Catarina. Aguardava-se que sua campanha fosse lançar um manifesto contra a cassação do mandato de seu esposo⁹⁴.

O tempo era curto. Restavam menos de 30 dias para as eleições de novembro. Além do vale do Itajaí, nas semanas seguintes a candidata Lígia seguiu visitando localidades no

⁹¹ *O Estado*, 18 de outubro de 1966, p. 1.

⁹² *O Estado*, 18 de outubro de 1966, p. 1.

⁹³ Ver, por exemplo, *O Estado*, p. 4 da edição do dia 18 de outubro, matéria com o título: "Doutel inflama-se e diz que ainda é deputado". Segundo a notícia, o deputado teria dito que só sairia morto das dependências da Câmara dos Deputados.

⁹⁴ *O Estado*, 21 de outubro de 1966, p. 8.

interior do estado, como Rio do Sul e Ibirama.⁹⁵ O periódico acompanhou com certa atenção a candidatura emedebista. Na edição do dia 23, trouxe em destaque na primeira página uma foto da candidata em campanha, sob o título: “candidata, sim senhor”. E no geral, em pequenas notas como esta seguir: “A bonita, elegante e inteligente Sra. Lígia Doutel de Andrade, está em atividades com sua campanha, para ocupar uma cadeira na Câmara Federal”⁹⁶.

Na eleição do dia 15 de novembro, o MDB catarinense conseguiu ampliar sua representação na Câmara dos Deputados. Numa eleição em que estavam aptos a votar um conjunto de 787.719 eleitores, o número de votantes foi de 667.117 pessoas. A abstenção foi de 15%. De acordo o resultado oficial, publicado pelo Tribunal Regional Eleitoral, o partido obteve três cadeiras naquele pleito. Em 1962, havia conquistado apenas duas. No entanto, a ARENA, conquistou 11 vagas para a Câmara Federal. Os emedebistas eleitos foram, em primeiro lugar Lígia Doutel de Andrade, com 43.495 votos. Foi seguida pelo então deputado federal Paulo Macarini, com 41.060 votos, e por Eugênio Doin Vieira, com 18.705 votos⁹⁷. Doutel de Andrade, que vinha aumentando sua votação desde sua primeira eleição como deputado federal em Santa Catarina, ocorrida em 1958, conseguiu orientar sua base eleitoral a votar em sua esposa, na impossibilidade de sua candidatura⁹⁸.

Para a Assembleia Legislativa, foram 34 cadeiras para o partido governista e 11 para a oposição. O mais votado foi o trabalhista Genir Destri, de Joaçaba, com 11.567 votos. Entre os eleitos figuram nomes como os de Pedro Ivo Campos, Evilásio Caon e Manoel Dias. No Senado, o ex-governador Celso Ramos foi eleito com 380.245 votos, derrotando dois candidatos do MDB, Cid Pedroso, com 81.228 votos e Brazilio Celestino de Oliveira, com 102.572 votos. As duas candidaturas juntas, obtiveram um total de 183.800 votos. A vitória da ARENA foi avassaladora⁹⁹.

Importante ressaltar que a bancada federal emedebista não chegaria a concluir a legislatura para a qual havia sido eleita. Por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (BRASIL,

⁹⁵ *O Estado*, 25 de outubro de 1966, p. 1.

⁹⁶ *O Estado*, 26 de outubro de 1966, p. 2.

⁹⁷ Um dos filhos do primeiro casamento de Doin Vieira, nascido em 1958, viria a ser governador de Santa Catarina algumas décadas depois: Paulo Afonso Evangelista Veira.

⁹⁸ Segundo Gollo (2006, p. 124), em biografia que escreveu sobre Doutel de Andrade, “afastado da atividade parlamentar, Doutel de Andrade não abandonou a política, antes fez da sua esposa Lígia deputada em seu lugar, com 45 mil votos, confirmando sua expectativa de consagração nas urnas. Mesmo vista como continuidade do marido na Câmara, a franzina Lígia Doutel de Andrade mostrou coragem e dignidade diante da permanente ameaça de violência, mesmo física, até a cassação também do seu mandato pelo Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968”.

⁹⁹ Fonte: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc165339/resultado_eleicao_arquivo_1966_139_2.pdf. Acesso em: 28 de março de 2023.

1968), a ditadura desta vez sob o comando de Costa e Silva, no início do ano de 1969, cassou os mandatos dos deputados federais Paulo Macarini e Eugênio Doin Vieira, suspendendo ainda seus direitos políticos por um período de dez anos.¹⁰⁰ Seus nomes estavam incluídos numa lista que atingiu 39 parlamentares. A representante emedebista remanescente, Lídia Doutel de Andrade, por sua vez, perdeu seu mandato alguns meses depois, no contexto de publicação do Ato Institucional Número 12 (AI-12), no dia 30 de setembro de 1969 (BRASIL, 1969c).¹⁰¹ Entre os deputados estaduais eleitos em 1966, pelo MDB, no ano de 1969 também foram cassados Genir Destri, Manoel Dias (novamente) e Evilásio Caon.

Este sistema político-partidário foi sendo organizado pela ditadura a partir dos primeiros Atos Institucionais, posteriormente incorporados à Constituição de 1967. Além da violência simbólica contida no ato de tornar extintos os partidos que existiam no país já há 20 anos, não permitiu que o sistema bipartidário pudesse se desenvolver com o mínimo de autonomia. Era frágil e limitado. As forças políticas oposicionistas tiveram imensas dificuldades para se organizar no MDB naqueles primeiros anos da ditadura. As inúmeras listas de parlamentares cassados, além de pôr em sobressalto boa parte do campo político, desarticularam com a espinha dorsal do trabalhismo emedebista.

2.3 A APROXIMAÇÃO COM O PCB

No ano em que Gerônimo Machado se filiou ao MDB, 1966, ao menos duas das principais lideranças trabalhistas no estado foram impedidas de atuar no campo político, sendo afastadas do jogo político-eleitoral por 10 anos. Embora não registre possuir vínculos efetivos com lideranças ou grupos ligados ao MDB, a filiação ao partido, além de materializar um envolvimento fugaz, supria uma necessidade de participação do jogo político, em algum nível, depois de inviabilizada sua atuação no movimento estudantil secundarista. Daí que mais uma opção política deixava de estar disponível para Machado.

Apesar da ausência, portanto, de um vínculo orgânico com o MDB, sua relação com este partido teve desdobramentos. Diante dos percalços impostos ao partido, sua ligação com o partido assumiria formas distintas. O papel que o MDB teria na vida de Gerônimo Machado mudaria, em pouco tempo, segundo narrou:

¹⁰⁰ *O Estado*, 17 de janeiro de 1969, p. 1.

¹⁰¹ O Ato Institucional n. 12 (BRASIL, 1969c) foi decretado pela junta militar que assumiu o controle do Estado brasileiro quando do afastamento, por motivos de saúde, do Mar. Costa e Silva ocorrido em 30 de agosto de 1969.

[...] Matriculei-me na Universidade, no início de 1967 e logo conheci o João Roberto Motta [...]. E o Motta veio do Sul, da zona do carvão, de Criciúma e Içara, zona mineira que era muito famosa, aqui, por sua ação sindical e por sua representação de esquerda, no Partido Comunista, etc. E o Mottinha veio de lá. E fizemos o vestibular juntos. No primeiro dia que eu o encontrei na faculdade, de cara nós convergimos... Eu que já tinha uma militância importante, desde 1959 e 60... Ora, isso, agora, já é 1967... Então eu já estava bem atinado com muita coisa, quando cheguei à universidade. Encontrei o Mottinha e juntou-se, como dizia a minha mãe, “a fome e a vontade de comer”.¹⁰²

Este trecho é bastante significativo. O ano de 1967 marca uma virada na vida de Machado. A entrada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a amizade com Roberto Motta irão agregar à trajetória de Machado um conteúdo político diverso, a partir do qual sua atuação no combalido MDB passará a se subordinar a outra linha política: a do PCB.

Roberto Motta foi um dos organizadores do PCB em Santa Catarina no período pós-1964. Segundo o historiador e jornalista Celso Martins (2006, p. 108-112), Roberto Motta nasceu em Criciúma em março de 1947: seu pai trabalhava nas minas de carvão desta cidade e sua mãe era dona de casa. Transferiu-se para Florianópolis com 18 anos para continuar seus estudos. E logo passou a se envolver com o movimento estudantil. No ano de 1967 Motta era o secretário do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito. Morou inicialmente no centro de Florianópolis, na avenida Mauro Ramos, mas em seguida se mudou para outro endereço, na rua Presidente Coutinho, onde dividia a residência com Gerônimo Machado. Martins se refere que, já naquela época, existia um “grupo do PCB” entre os estudantes universitários, e este grupo era formado, além de Roberto Motta, por outros jovens, como Vladimir Amarante, Gerônimo Machado e algumas pessoas próximas como Munir Chamone, estudante de Medicina, Nelson Wedekin, cursando Direito, e Getúlio Kalinowski. Motta, já nesta época de movimento estudantil, era considerado uma liderança com grande capacidade de organização e de articulação política.

A filiação de Machado ao MDB significou, assim, sua aproximação com militantes comunistas. Era um contexto em que o PCB vinha fazendo um trabalho de arregimentação entre jovens universitários e a atuação destes no “partido das oposições” se configurará enquanto uma alternativa política para muitos que foram impedidos de atuar no âmbito da legalidade institucional. A aproximação de Machado com o PCB marca também, neste contexto, enquanto universitário dos cursos de Direito e Economia, o retorno ao Movimento Estudantil:

Encontramo-nos, e a partir daí eu me formalizei, me legalizei no PCB clandestino, no começo de 1967, com o Mottinha e por causa do Mottinha. Aí era eu, Motinha, Alécio Verzola, Vladimir Amarante. E passei a conhecer toda a estrutura formal e

¹⁰² Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

clandestina, as células do PCB. É claro que a gente foi, digamos, trabalhando com o MDB, votando sempre nos candidatos autênticos do MDB: Jaison Barreto, Walmor de Luca, Murilo Canto, Maneca Dias. Enfim, todo esse povo da ala autêntica do MDB. Mas a gente, pessoalmente, sem muito vínculo... [...] ¹⁰³

Depois de alguns meses filiado ao MDB, Machado iniciou sua trajetória no PCB. E tal aproximação se dá num contexto em que passa a haver certa cooperação entre o MDB e o PCB clandestino:

[...] O nosso vínculo era com a luta universitária de 1967. Contra a reforma Universitária. Contra o plano MEC-USAID. Contra o plano Áticon, de reforma da universidade. Contra a ditadura militar. Contra a carestia. Pelas palavras de ordem que desciam do PCB e que passavam pelo MDB. Da época. Então a gente estava formalizado no MDB e era formalizado, clandestinamente, no PCB. Que era ilegal. O partido era ilegal e clandestino. E aí, encontramos a nossa militância. Sempre votando na Oposição. Nossa opção política sempre, no PCB era com os candidatos do MDB, o que era a nossa saída formal. ¹⁰⁴

Foi um período agitado para o movimento estudantil. Ainda segundo as observações de Celso Martins (2006), no ano seguinte houve um “turbilhão político” provocado pela morte do estudante Edson Luís Lima Souto, em uma manifestação no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. Entre as repercussões desta tragédia há a mobilização em favor de uma greve geral estudantil e a realização, em 26 de junho, da passeata dos cem mil. Partindo de depoimentos de Gerônimo Machado concedidos em 1995 e 1996 à Martins (2006), a respeito destes acontecimentos, o pesquisador afirma:

Tudo isso repercutiu em Florianópolis, onde se realizaram diversas passeatas que saíam da sede da União Catarinense dos Estudantes (UCE), na rua Álvaro de Carvalho, passando pela Felipe Schmidt e chegando até a praça XV de novembro, ganhando então a frente da Catedral Metropolitana. ‘Às vezes pintava algum badernaço, vidros da Prefeitura e Câmara quebrados em algumas ocasiões’, recorda Gerônimo. Vladimir Amarante aproveitava essas ocasiões para recitar seus poemas e alguns de Vladimir Maiakovski. ‘Algumas bandeiras dos EUA foram queimadas, muitos vivas a Guevara e Fidel e grandes manifestações durante a morte e enterro do estudante Edson Luís’, acrescenta a mesma fonte. ‘Tudo isso embalado pelos movimentos de massa dos estudantes de Praga, Paris e Roma’.

Neste mesmo ano ocorreu o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, em São Paulo, em 12 de outubro. Machado foi um dos estudantes catarinenses detidos naquela ocasião, segundo contou à Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC), em depoimento registrado no ano de 2015 (AURAS; FARINES; TUYAMA, 2021). Ao todo, 14 estudantes da UFSC participaram do Congresso e foram detidos.

¹⁰³ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

¹⁰⁴ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

Martins (2006) nos leva a entender que houve um aumento no controle por parte das forças de segurança sobre os estudantes, no final de 1968, ainda antes do decreto que instituiu o AI-5 (BRASIL, 1968).¹⁰⁵ Alguns estudantes foram detidos no dia anterior ao da visita de Costa e Silva a Florianópolis, que estava agendada para o dia 05 de dezembro, e foram soltos um dia após. Eram detidos preventivamente, especialmente aqueles estudantes que já tinham passagem por terem sido fichados por conta do episódio em Ibiúna, ou que estivessem eventualmente organizando algum ato de protesto na data da vinda de alguma autoridade à Santa Catarina. Conforme relatou Machado em depoimento concedido à CVM/UFSC (2021, p. 326):

[...] Eu já tinha ficha, já era fichado e trabalhava no BESC, que era meu emprego na época. [...], era funcionário do BESC. [...] Aí depois daquilo, o que aconteceu foi o seguinte: a cada vez que havia qualquer evento na cidade, iam dois policiais me recolher lá no BESC. Aí chegavam lá, isso depois dali de 1968, quase toda semana ocorria isso. Na verdade, a violência com relação a mim, [...] era me recolher, [...] levava pra delegacia. [...] Ficava lá sob os cuidados deles, tomando um chá de cadeira. [...] Nós éramos uma ameaça ao Estado Nacional. [...] Então era tirar a gente do circuito. Como eu tinha trabalho certo e endereço, eles iam lá, me pegavam e me levavam pra lá pra uma delegacia daquelas. [...] Não tinha nada formal, não tinha nenhuma ordem, não tinha nenhum papel, não tinha que assinar nada. Aí me liberavam, começava o trabalho normal. Depois, mais alguns dias à frente, uma semana depois ou duas, novamente ocorreria aquele tipo de evento. Isso vai até 1971, 72, 73.

Após as prisões em Ibiúna, do AI-5 e, também, do decreto-lei 447 de fevereiro de 1969, a atuação no movimento estudantil ficou muito prejudicada (BRASIL, 1968; 1969a)¹⁰⁶. Esses eventos causaram uma desorganização na atuação dos comunistas em âmbito universitário. Após o final de sua gestão com presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFSC, Roberto Motta sai de Santa Catarina e passa a viver na cidade de Porto Alegre. Somente após seu retorno a Florianópolis é que o PCB irá se reorganizar.

Machado também relatou à CMV/UFSC (2021, p. 326) que no ano de 1969 tinha participado da organização de uma chapa para disputar o DCE da UFSC, junto com alguns camaradas, como Marcos Cardoso, Sérgio Bonson e Celso Wiggers, entre outros. Mas, no dia da eleição, ele e os companheiros citados acima são impedidos de participar do processo

¹⁰⁵ Ridenti e Antunes (2007) apontam que tanto o Movimento Estudantil quanto o Movimento Operário, nos anos 1960, buscavam se viabilizar enquanto uma alternativa ao PCB – eram críticos de sua linha política tida como moderada. No fim, não conseguiram se tornar uma alternativa viável, mas os autores ressaltam que o ano de 1968 significou um momento de retomada dos movimentos de massa no país, que teve por contrapartida um incremento na repressão por parte do Estado.

¹⁰⁶ O Decreto-lei n. 447, de 1969, transformava em infração praticamente toda e qualquer atuação política em estabelecimentos de ensino público ou particular, seja realizada por docentes ou discentes (BRASIL, 1969a).

eleitoral, sob alegação de terem se envolvido em atividades consideradas subversivas, pela reitoria.

Essa aproximação entre as duas organizações políticas remete a um desdobramento das disputas internas dentro do PCB. Para compreendermos o contexto em que os militantes comunistas passaram a militar no MDB, convêm analisar o PCB em sua luta pela sobrevivência no período democrático e no pós-1964.

2.3.1 O PCB em Santa Catarina (1947-1967)

A partir das informações trazidas pelo historiador Jaci Guilherme Vieira (1994, p. 24-32), sabemos que em Santa Catarina, nos seus anos de legalidade entre 1945 e 1947, o PCB vinha procurando se organizar e expandir sua estrutura. O partido possuía 400 filiados formais e realizava atos, rememorando as datas importantes para a classe trabalhadora, tais como o 1º e o 13 de maio, o 21 de abril, bem como passeatas e manifestações. O partido também procurava recrutar novos membros nas organizações sindicais e também na juventude estudantil. Apesar desse esforço de seus ativistas, contudo, a influência que o partido exercia junto à classe trabalhadora, de forma geral, era bastante limitada. Em um contexto de guerra fria, o partido teria apostado alto nos supostos atributos democráticos do general Dutra e não se preparou para reagir em caso de vir a ser tornado proscrito – como de fato, o foi. Segundo Vieira (1994, p. 27),

Em Santa Catarina o Comitê Estadual não poderia agir diferente dos demais, pois a cassação em 10 de maio de 1947 do registro do partido pegou os comunistas desprevenidos, isto é, não conseguiram articular nenhuma reação contra a arbitrariedade do ato. Segundo Manoel Alves Ribeiro, o Partido, estando organizado em células e bairros, nos distritos e em vários municípios, não pode fazer absolutamente nada, a não ser esperar que lacrassem a sua nova sede que ficava defronte da Praça XV de Novembro, na Capital.

Após o fechamento de sua sede em Florianópolis e posto na ilegalidade, o partido teve dificuldades para reagir em Santa Catarina. Com a cúpula do partido toda na clandestinidade, perdeu seus quadros. Interessante observar que, ainda assim, segundo o autor, o PCB teria atuado mais intensamente e com maior eficácia na ilegalidade do que no curto período em que esteve legalizado (VIEIRA, 1994). Os comunistas organizavam atos e se envolviam em campanhas sem usar a sigla do partido, mas se mobilizavam pela “Sociedade União Operária”, por exemplo, ou fortaleciam movimentos tais como “O Petróleo é nosso”, bem como atuavam

nos bairros, etc. O partido, através de seu Comitê Estadual, financiou visitas de intelectuais com a finalidade de palestrar em sindicatos e também em associações.

Embora por aqueles anos tivesse se constituído um ambiente de perseguição aos comunistas, seja nos movimentos estudantis, ou em outros movimentos, é importante ressaltar que o PCB, mesmo clandestino, conseguiu na década de 1950 eleger dois vereadores na cidade de Florianópolis. Ambos lançando mão, em função da ilegalidade do PCB, da legenda do Partido Social Progressista (PSP). Foram eleitos em pleitos sucessivos Genésio Leocádio da Cunha e Manoel Alves Ribeiro, o “seu mimo”. Segundo consta nos registros históricos da Câmara Municipal de Florianópolis¹⁰⁷, Genésio Leocádio atuou na 3ª legislatura, durante os anos de 1955 a 1959. Já Manoel Alves Ribeiro, disputou a eleição de 1959, atuando na 4ª legislatura, entre os anos de 1960 a 1963.

Em seu livro de memórias, Manoel Alves Ribeiro (1990) descreve diversas situações dos tempos em que atuou como vereador pela cidade de Florianópolis. De uma maneira geral, o antigo militante comunista faz referências ao fato de levar para a Câmara Municipal alguns debates travados em âmbito nacional, como por exemplo, trazer para a esfera municipal questões relacionadas com a Frente Parlamentar Nacionalista e a luta contra o anticomunismo. Mas também, Ribeiro procurava usar sua condição de tribuno e usava seu voto para barganhar melhorias para a classe trabalhadora. Seja para obrigar a prefeitura a pagar salários atrasados ao funcionalismo municipal, seja para levar água ou luz a comunidades que demandavam infraestrutura básica, ou trazer para a Câmara os problemas pelos quais passavam os trabalhadores e trabalhadoras da cidade. Ribeiro dá a entender que teve uma atuação muito ativa, tanto na tribuna, quanto nos bastidores ou através dos trâmites burocráticos ao qual tem acesso um vereador, solicitando requerimentos, por exemplo.

Ainda a respeito da atuação do PCB no período, Vieira (1994, p. 36) afirma que:

No período pré-golpe, o Partido viveu uma das melhores fases e, como consequência, conseguiu editar um novo jornal, a “Folha Catarinense”. Foi a mais regular publicação até então, tendo como redatores Antônio Mello, Fernando Pereira Cristiano e Samuel Dutra Silva. O primeiro número data de 21 a 27 de novembro de 1963 e o último dia 26 a 2 de março de 1964. A Folha Catarinense tinha sua redação e administração da Praça XV nº 20, em Florianópolis.

Assim, o PCB, ainda que posto na ilegalidade, desenvolveu ao longo do período democrático uma série de atividades. Prosseguiu com o trabalho de organização de sua base, procurando se engajar nas lutas de seu tempo. Afora toda a perseguição que se seguiu contra seus membros e sua estrutura partidária, o partido se manteve ativo, clandestinamente, e seguiu

¹⁰⁷ Fonte: <https://www.cmf.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

atuando no meio sindical, bem como almejou construir figuras públicas, através do lançamento de candidaturas – obtendo algum êxito nessa tarefa, conseguindo também editar um jornal e publicá-lo regularmente.

Vieira (1994) observa que, como em outras partes do país, em Santa Catarina, o PCB não tinha organização e força suficiente para se insurgir contra o movimento golpista de 1964. Sabe-se que havia uma ampla mobilização civil de modo dar sustentação ao movimento golpista, encarnado em organizações tais como Tradição, Família e Propriedade e também o Círculo Operário.

Na evolução da conjuntura pós-golpe de 1964, houve uma tentativa de reação por parte dos trabalhadores, especialmente no Sul do estado, na região de Criciúma. Mas, a reposta do governo autoritário foi rápida e houve uma nova onda de perseguições e várias prisões ocorreram. Mesmo nas cidades em que o partido tinha maior estrutura, caso de Florianópolis e Criciúma, rapidamente as forças militares conseguiram desarticular qualquer tentativa de mobilização popular. Conforme aponta Vieira (1994, p. 38):

Em algumas cidades do Estado, o Partido Comunista tentou reagir, como na cidade da Criciúma. A Rádio Difusora foi controlada e o Sindicato dos Mineiros realizou uma assembleia. Em diversos pontos do município foram feitos piquetes e mobilizações. Esperava-se que o 3º Exército viesse em auxílio, como ocorreu em 1961, na defesa da legalidade, pela posse de João Goulart. O batalhão do Exército sediado em Blumenau deslocou-se até Criciúma e controlou a situação, tendo como resultado muitas pessoas presas.

O autor registra que só em Florianópolis o número de prisões chegou a quarenta. Para além desses dois municípios onde o partido tinha maior atuação, na maioria dos municípios do Estado houve prisões de pessoas que estivessem ligadas ao PCB. Afirma Vieira (1994, p. 40):

Percebe-se que dentro de um contexto geral, o PCB tinha começado a se estruturar, principalmente na década de cinquenta e início da de sessenta, ensaiando tornar-se um partido de massas. As fontes demonstram que o PCB em Santa Catarina acompanhou gradativamente esse crescimento a nível nacional. Com o golpe de 64, porém, o Partido se desestruturou completamente.

Ainda segundo o autor, houve um recuo por parte do partido nos anos que sucederam ao golpe. De 1964 a 1968, houve um “desmoronamento, resultando a zero as atividades do partido”, tanto em âmbito nacional, quanto estadual.

2.3.2 A linha política do PCB adotada em 1967 e seus reflexos em Santa Catarina

É dentro deste universo de clandestinidade e perseguições que ocorrerá o VI Congresso do PCB, cuja resolução será fundamental para compreendermos a atuação do partido e seus

militantes no período subsequente. A linha política adotada neste Congresso, orientará a militância a continuar numa atuação dentro dos marcos do sistema político construído pela ditadura. É a partir deste congresso, que a atuação política de militantes como Gerônimo Machado foi ressignificada, em especial seu vínculo com o MDB.

Importante observar que os militantes que permaneceram no PCB, especialmente a partir do VI Congresso, não eram ativistas preparados para o combate armado. Não vislumbravam a tomada do poder pelo uso da força bem como qualquer tipo de outras ações desta natureza. Sua atuação política se baseava no proselitismo, nos debates e na produção de documentos escritos: essas eram as armas de que dispunham e eram empregadas na disputa de ideias. O Partido não almejava qualquer ação violenta, e pode-se ter uma importante evidência de tal posição na resolução política adotada no VI Congresso do PCB, ocorrido no ano de 1967.

No documento há diversos aspectos daquela conjuntura, desde a “situação internacional”, a “situação econômica e social do Brasil” (PCB, 1980). Apresenta ainda uma reflexão sobre “a mudança de regime político” ocorrida no país, com o golpe militar que derrubou, em abril de 1964, o governo do Presidente João Goulart, e que afetou profundamente a conjuntura vivida no período que ocorreu o Congresso do Partido. Por fim, debate sobre o “nosso objetivo estratégico”, “nossa tática”, “fortalecimento do partido nas condições atuais e o “partido e o movimento comunista internacional”.

Na seção “nosso objetivo estratégico”, da resolução política aprovada no Congresso, o documento preconizava a necessidade de outra forma de desenvolvimento capitalista para o país, que fosse capaz de superar a crise que o atual modelo enfrentava, e que isso só seria possível com “a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra”:

O Brasil vive uma crise de estrutura. Esta decorre do aguçamento das contradições entre as forças produtivas nacionais, que buscam novas formas de desenvolvimento e progresso, e os obstáculos que a atual estrutura da economia do país lhes opõe. As forças sociais que defendem a conservação dessa estrutura são o imperialismo, os latifundiários e os capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo. A burguesia entreguista, cujos interesses estão entrelaçados com os grupos imperialistas, constitui um apoio social interno da opressão nacional, e seu poderio aumentou com o desenvolvimento econômico dependente do país. Ela também tem sido um fator de contenção da reforma agrária, porque tem interesses vinculados com a grande propriedade territorial. (PCB, 1980, p. 171)

Portanto, o clandestino PCB almejava, naquela conjuntura, não uma ruptura com a ordem capitalista estabelecida. Ambicionava um redirecionamento social e político que ocorresse no interior do capitalismo brasileiro. E tal redirecionamento poderia ser alcançado a partir da formação de um grande bloco oposicionista que pudesse fazer frente à ditadura. Embora o horizonte para o qual o documento apontava fosse o de uma revolução nacional e

democrática, que seria parte da revolução socialista internacional, isso não significa que seus delineamentos fossem tangíveis. Alguns detalhes desse horizonte podemos ver no trecho abaixo:

A vitória da revolução nacional e democrática assegurará a completa libertação econômica e política do país da dependência ao imperialismo e a transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra e das relações pré-capitalistas de produção. Com a nacionalização das empresas pertencentes aos monopólios norte-americanos e outras medidas anti-imperialistas, os lucros que agora escoam para o exterior ficarão em poder do Estado brasileiro. Este poderá, então, acelerar o ritmo das inversões e o desenvolvimento econômico do país, livre de um processo inflacionário. O setor estatal será consolidado e exercerá plenamente o papel de núcleo mais dinâmico e acelerador da economia. Devidamente estruturado em bases democráticas, será um instrumento poderoso para a industrialização e o desenvolvimento de uma economia nacional independente. A reforma agrária ampliará o mercado interno, possibilitará baixar os custos da produção agropecuária, e elevar o nível de vida das amplas massas trabalhadoras. Através desse caminho de desenvolvimento serão criadas as condições materiais para o desenvolvimento socialista da sociedade brasileira. A realização dessas transformações na estrutura da economia exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do poder estatal para as mãos das classes e camadas que participam da luta contra o imperialismo e o latifúndio. Do poder estatal participarão, assim, as diversas correntes e partidos revolucionários. (PCB, 1980, p. 173-174)

O último parágrafo evidencia que o estágio da luta em que se viam os dirigentes do PCB não indicava que o momento da revolução nacional estivesse próximo, pois, afinal, a correlação de forças lhes era profundamente desfavorável.

Analisando a seção “nossa tática”, espaço em que podemos tomar conhecimento dos meios através dos quais o Partido orienta seus militantes a agir, fica evidente que a prioridade do PCB, era unir-se a uma frente de opositores contra a ditadura, para derrotá-la, mobilizando inclusive a expressão “frente antiditatorial”, para então reconquistar as liberdades democráticas:

[...] a luta pelas liberdades, desde os direitos de reunião, associação e manifestação, até à liberdade de imprensa e de organização dos partidos políticos liga-se à luta de massas em todos os seus níveis, das reivindicações mais elementares às batalhas decisivas pelo poder. (PCB, 1980, p. 174-175)

Considerava que este grande enfrentamento teria como agentes principais a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana. Tendo como aliado a burguesia nacional (embora a resolução pontue que sua atuação é limitada), bem como demais setores que assumissem postura antiditatorial, o partido contribuiria para a soma de forças das diversas lutas possíveis, ampliando esta Frente e agindo em defesa de um programa mínimo:

1-Revogação da Constituição de 1967 e de todos os atos ditatoriais que restrinjam ou anulem as liberdades democráticas; restabelecimento dos direitos trabalhistas violados ou revogados pelo regime autoritário; liberdade e autonomia sindicais; libertação dos presos políticos e anistia geral; convocação de uma assembleia

constituente, através de eleições livres, a fim de elaborar-se uma constituição democrática; restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República; livre organização e funcionamento dos partidos políticos, inclusive do Partido Comunista; autonomia dos Estados e das capitais; eleições diretas para todos os cargos eletivos.

2-Revogação de todos os atos da ditadura que lesem os interesses nacionais; adoção de uma política de desenvolvimento independente da economia nacional; defesa da riqueza do país, da indústria nacional, das empresas estatais e da Amazônia.

3-Abolição da política de arrocho salarial; medidas para elevar o nível de vida das massas trabalhadoras das cidades e do campo; medidas parciais de reforma agrária.

4-Realização de uma política externa de afirmação de soberania nacional, de defesa da autodeterminação dos povos, pelo desenvolvimento de relações econômicas e culturais com todos os países, pela preservação da paz mundial. (PCB, 1980, p. 178-179)

A desobstrução da arena política, que se materializaria em parte a partir da defesa de eleições livres e da legalização do PCB, cumpre um papel especial nesta resolução, pois é somente com maior espaço de atuação que o Partido conseguiria ampliar sua influência sobre a massa de trabalhadores. De todo modo, já neste ano de 1967, na resolução aprovada pelo CC, surge o MDB como um espaço em potencial:

Apesar das medidas tomadas para instituir na prática o partido único, setores e personalidades políticas desenvolvem, no Parlamento e fora dele, a oposição ao regime. Os parlamentares eleitos sob a legenda do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] têm tido, com algumas exceções, uma posição vacilante diante das arbitrariedades da ditadura. Apesar disso, o MDB e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um fator positivo para a mobilização das forças populares. (PCB, 1980, p. 181)

Os dirigentes do PCB incorporam a este documento as raízes históricas do MDB ao apontarem o partido recém-criado como um “espaço” organizado por políticos opositores, embora sopesem que, naquela conjuntura, este partido, em sua porção majoritária, não tivesse uma postura combativa diante do governo do Gal. Costa e Silva. Mas, ainda assim, já em 1967, o Comitê Central do PCB percebe uma potencialidade no MDB enquanto um foco de organização das massas trabalhadoras no enfrentamento ao regime ditatorial. Porém, a maneira como o PCB se posicionou diante do golpe de abril de 1964 e como se comportou diante dos governos militares, bem como sua leitura e alinhamento diante do MDB, suscitaram grandes divergências internas, de forma que tal posicionamento expresso em sua linha política foi tema de embates.

César Alessandro Figueiredo (2014) salienta as tensões no interior do PCB desde fins dos anos 1960, e que se aprofundaram com o golpe de 1964. O autor observa que o Partido vinha ampliando sua política de alianças com o PTB desde a década anterior e que, durante o governo do presidente João Goulart, tal tensionamento interno se agravou. Segundo esta

interpretação, o golpe de 1964 teria aprofundado as divergências internas do partido. Conforme afirma o autor:

A partir de 1964, o PCB iria de fato entrar na dicotomia entre a reforma ou revolução: se permaneceria com a sua linha política tida como reformista (V Congresso) ou entraria definitivamente na seara da revolução. Essa discussão estava no cerne do alinhamento com a Internacional Comunista, que definia a diretriz política de Frente Única para os países latino-americanos e asiáticos, caracterizando-os como países atrasados e ainda com resquícios feudais. Para tanto, justificava-se a necessidade dessa revolução em duas etapas. Assim, uma via mais radical romperia com a dinâmica definida pelos cânones do marxismo internacional, batendo de frente com o PCUS. Era preciso abafar qualquer tentativa mais rebelde no seio do PCB. Porém, os ventos cubanos começavam a soprar no Brasil, a despeito da direção dos comunistas. (FIGUEIREDO, 2014, p. 62)

A linha política do partido estava em disputa e com o aprofundamento da luta interna entrava em risco sua unidade de ação. Segundo o autor, o PCB apoiou o governo Jango e procurou influenciá-lo. No entanto, se por um lado apoiava as “Reformas de Base”, por outro “buscava imprimir, na medida do possível, um caráter mais aguerrido na sua política ao apoiar toda a sorte de manifestações, forçando, assim, uma radicalização que não era compatível dentro do limite da política de Jango”. (FIGUEIREDO, 2014, p. 59-60). Com o golpe militar cresceram as insatisfações internas com os dirigentes do Comitê Central. Cabe observar a influência que a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, teve sobre algumas dessas lideranças e a base do Partido, levando muitos membros a uma posição mais extremada, ao ponto de cogitar o desenvolvimento de ações armadas para alcançar seus objetivos políticos.

Ainda observa Figueiredo (2014) que a realização do VI Congresso do PCB, ocorrido em 1967 em condições muito adversas, na clandestinidade, com a polícia seguindo seus militantes, foi um momento em que as divisões internas ficaram mais visíveis, e atravessavam o partido “de cima a baixo”. Nesta conjuntura o CC tentou cobrar obediência de seus militantes, reforçando a lógica do centralismo democrático, não logrando êxito em se obter os resultados esperados. O CC foi perdendo sua unidade. As oposições no interior do Partido foram se fortalecendo e se organizando em todo o país. É neste período que surge a “corrente revolucionária”, que contava com a presença de importantes dirigentes do partido tais como Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles e Carlos Marighella. Sobre as teses do VI Congresso, segundo o autor:

No tocante às teses do VI Congresso, mesmo vivendo em uma ditadura militar, a linha tático-estratégica do partido não foi modificada: revolução por etapas – nacional e democrática, com a tática de Frente Única. Quanto à Frente Única, esta pretendia reunir uma ampla coalizão de militantes e progressistas nacionais democráticos dentro do MDB, com o intuito de promover uma ampla frente legal para combater a ditadura. (FIGUEIREDO, 2014, p. 64)

Boa parte da militância não concordava com as diretrizes que seriam aprovadas no VI Congresso. No desenrolar deste processo, antes do evento, as seções estaduais foram adotando linhas contrárias à posição do Comitê Central. Figueiredo (2014) afirma que o CC foi perdendo por maioria em vários desses estados, com destaque para o Rio Grande do Sul, onde atuava Jacob Gorender, e também São Paulo, onde se destacava a liderança de Carlos Marighella, bem como no Rio de Janeiro e no estado da Guanabara. Isso gerou um grande problema para o Comitê Central, que não acatou a divergência manifestada nas derrotas que sofreu. O contexto de clandestinidade facilitava a desconsideração com relação às decisões tomadas nas instâncias estaduais. Argumenta o pesquisador que os descontentes com a linha política adotada em 1967 procuraram construir uma nova unidade em torno da posição oposicionista, tomando por inspiração a criação do PCdoB, mas não obtiveram sucesso devido à presença da repressão e também por conta das muitas divergências teóricas que existiam entre esses diferentes grupos (FIGUEIREDO, 2014). A impossibilidade encontrada para se construir uma nova unidade em âmbito nacional favoreceu o surgimento organizações estaduais. Então, da Corrente Revolucionária, surge o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), organização que se destacou por sua atuação no Rio de Janeiro e Nordeste. Também foi organizado o Agrupamento Comunista de São Paulo, posteriormente nomeado para Aliança Libertadora Nacional (ALN). Nas palavras de Figueiredo (2014, p. 64):

Em face da ida de Marighella a Cuba, a ALN não segue a caracterização de partido, tal e qual o PCBR; pelo contrário, adquire um caráter quase anarco-comunista, baseando-se nas ações armadas com o intuito de desenvolver a revolução. Não havia o centralismo democrático, pois possuía vários comandos visando à luta armada real. Também mudou o enfoque do campo primordial da luta, deixando de seguir os cânones do castro-guevarismo, com a guerrilha a partir do foco no campo, o foquismo, e incorporando, numa primeira etapa, a tática de guerrilha urbana, para depois enquadrar a passagem para o campo como área estratégica, através de uma coluna guerrilheira. Tal linha política se cristalizaria na elaboração por Marighella do *Mini manual guerrilheiro urbano* (1969), traduzido para vários idiomas. Torna-se importante registrar que, mesmo incorporando algumas mudanças com relação à linha cubana, a ALN era a organização oficial e legitimada pela alta hierarquia militar de Cuba, enviando, já no imediato ao VI Congresso do PCB, os primeiros militantes dissidentes para treinarem guerrilha em Cuba.

Para além das dissidências que surgiram da Corrente Revolucionária, outras organizações também se destacaram na luta armada: uma delas foi a Dissidência da Guanabara (DI-GB), com grande inserção no movimento estudantil. Esta organização rompeu com o PCB antes do VI Congresso, durante o ano de 1966. “No entanto, os caminhos levariam a DI-GB pelas mesmas trilhas da luta armada a partir do AI-5, já que esta era visão do período. Apostando no foquismo cubano como tática de luta, a partir de 1969 adota o nome de MR-8” (FIGUEIREDO, 2014, p. 65).

O que a discussão levantada por Figueiredo (2014) sugere é que permaneceram no PCB todos aqueles que apoiavam a linha política adotada pelo CC no VI Congresso. E, claro, poderia haver também membros que, embora não concordassem com aquela linha política adotada em 1967, ao menos estariam dispostos a acatá-la. Neste sentido, é interessante levarmos em consideração a observação feita por um antigo militante do PCB em Santa Catarina, Luís Carlos Cancellier. Em um conjunto de três textos, publicados nos dias 28, 29 e 31 de março de 1982, no periódico catarinense *O Estado*, o então militante do partido procurou contar, de forma resumida, uma história do PCB em Santa Catarina. No que diz respeito ao VI Congresso, ele afirma o seguinte:

Passados os primeiros momentos do golpe, a situação voltou a uma certa normalidade. Em 1967, o PCB realizou, na clandestinidade, o seu VI Congresso, sem a participação de representantes de Santa Catarina. Nesse congresso, Carlos Marighella rompeu com o Partido e optou pela luta armada. Para Santa Catarina, o CC envia o romeno Teodoro Ghercov, com a tarefa de reorganizar o partido. (CANCELLIER, 2022, p. 339)

O romeno Teodoro Ghercov, também conhecido como “Raúl”, foi uma figura central para a reorganização do PCB no estado de Santa Catarina, a partir de 1967.¹⁰⁸

Os comunistas catarinenses recordam a completa adesão de Teodoro à linha do VI Congresso. Ele insistia na necessidade de participar das lutas eleitorais e partidárias, apoiando o Movimento Democrático Brasileiro, então único Partido legal. Ele foi capaz de reorganizar o Comitê Estadual do PCB em Santa Catarina e pode, após esta tarefa ter sido cumprida, voltar a São Paulo. Em 1972 voltou a Florianópolis, ficando no bairro da COHAB. Nas prisões de 1975, 42 pessoas ao todo em SC, foi uma das vítimas da tortura, em que segundo seu depoimento, era submetido a pau-de-arara, choques elétricos e afogamentos. “Não cedi”. Foi o último a ser libertado. (CANCELLIER, 2022, p. 339)

A citação estabelece um nexos entre os debates políticos internos ao PCB em âmbito nacional e suas repercussões no estado catarinense. O PCB estadual não passou ao largo dos debates ocorridos nacionalmente. Antes o contrário. O principal organizador do partido, no pós-1964, Teodoro Ghercov, era um entusiasta da linha adotada no VI Congresso e contribuiu para

¹⁰⁸ Teodoro Ghercov nasceu na região da Bessarábia em 22 de agosto de 1919. Na época, essa região pertencia à Romênia. Algumas décadas mais tarde, essa região seria incorporada à Moldávia. Mudou-se jovem para o Brasil, junto com sua família, em 1926. Posteriormente viveram no Uruguai, retornando ao Brasil em 1937. Passou a viver com sua família em São Paulo, capital. Quando Teodoro Ghercov ingressou no PCB, no ano de 1945, trabalhava como tecelão. Em pouco tempo de partido passou a ser reconhecido como uma pessoa ligada ao PCB, “um homem de partido”. Foi casado com Ana Ghercov e tiveram uma filha chamada Tânia. Veio para Santa Catarina pela primeira vez no ano de 1957, para a cidade de Joinville, depois de passar pelo Rio Grande do Sul. Ele organizou o PCB na cidade e conseguiu não ser preso, anos depois, nas prisões ocorridas após o golpe de 1964. Viveu na cidade até 1969, mas participou ativamente do VI Congresso do PCB, ocorrido em São Paulo. Ghercov participava das reuniões do Comitê Central do partido, sendo suplente. Atuava como auxiliar direto do Comitê, no setor de organização. Participava das reuniões do Comitê Estadual, de São Paulo. E também se tornou o 1º secretário do PCB em Santa Catarina (MARTINS, 2006).

a reconstrução partidária segundo esse conjunto de posições políticas (MARTINS, 2006). Neste sentido, os militantes comunistas – a partir do VI Congresso – atuavam de maneira a acumular força política, agindo clandestinamente no partido de oposição da época, o MDB, numa tática de agitação e propaganda, procurando formar quadros e ampliar sua base militante por meio do convencimento e da disputa de ideias. Tal leitura é reforçada por Martins (2006, p. 123) quando afirma:

Ao invés de ingressar na luta armada – um apelo de grande força emocional nos anos que se seguiram ao golpe -, era preciso criar uma frente ampla contra a ditadura, promover a agitação, organizar as massas e exercer o direito de voto através do MDB. Esse foi o maior desafio enfrentado e vencido por Teodoro Ghercov. Desde o momento em que colocou os pés em Santa Catarina, indo morar em Joinville com a família em 1966, estimulou pacientemente o trabalho de filiação ao recém-criado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desde que o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos existentes e deram origem ao bipartidarismo.

O autor traz mais detalhes de como se dava, em seu início, essa aproximação entre militantes comunistas no MDB. Geralmente o ingresso dos comunistas no MDB se dava de maneira informal. Em Florianópolis, Criciúma, Joinville e Itajaí, os militantes iam, aos poucos, ocupando espaço dentro dos diretórios municipais do partido, atuando nos períodos eleitorais, apoiando candidatos, participando e estimulando o debate político (MARTINS, 2006).

Outro aspecto relacionado à dinâmica regional entre estes partidos é que há também uma dimensão de relações pessoais que facilitaria tal aproximação. Segue Martins (2006, p. 123-124):

Alécio Verzola acompanhou esse processo e afirma que a presença no MDB representa a “ligação com atividade legal. Estivemos no MDB desde a criação”, estabelecendo contatos com lideranças como Aloízio Piazza (“ele conhecia o pessoal”), que ajudou na aproximação. “Não havia por que não se aproximar”, diz Alécio, lembrando que o pai de Saulo Vieira, que assumiria a secretaria geral do MDB, “era do PCB, o que facilitou outros contatos”. Depois eles passaram a ser feitos por Murilo Canto e Walmor de Luca.

A conexão entre o PCB e o MDB pode ser entendida nesses termos e em tais delineamentos. Naqueles anos, a organização e a proliferação de ações armadas em diversos estados brasileiros levaram os mecanismos repressivos criados pelo regime a concentrarem suas ações na repressão a estes grupos, deixando ao PCB algum espaço para desenvolver suas atividades clandestinas. Isso envolve as filiações e atividades realizadas no MDB em paralelo ao trabalho da reorganização e fortalecimento do PCB. Essa aproximação fazia parte de uma tática para, através do veículo permitido pela legislação da época, o MDB, procurar mobilizar as massas a favor do reestabelecimento das liberdades políticas (MOTTA, 1996; MOTTA,

1997; MARTINS, 2006), superar a ditadura e pôr um PCB organizado e fortalecido na legalidade, em condições de combate na arena pública.

3 A BUSCA POR NOVOS ESPAÇOS DE MILITÂNCIA: A ATUAÇÃO COMUNISTA NA JMDB (1970-1978)

Neste capítulo discute-se como as trajetórias de militantes e ativistas como Vilson Rosalino se encontraram e cruzaram com os processos mais amplos ocorridos no cenário político brasileiro na década de 1970. Trata-se de demonstrar como os processos ocorridos em diferentes escalas afetaram as vidas e, em especial, as percepções de quem atuava na oposição ao regime autoritário no âmbito de Santa Catarina. Uma discussão necessária é a de conhecer o que faziam personagens como Rosalino, então próximo aos comunistas, no âmbito de uma oposição que se organizava em torno MDB. Para tanto, é indispensável identificar algumas das composições que formaram essa agremiação de modo a perceber como setores da esquerda encontraram abrigo na legenda partidária que era vista por muitos como uma mera oposição consentida.

Por outro lado, aborda neste texto o trágico encontro entre militantes comunistas de Santa Catarina que atuavam no âmbito do MDB e o aparato repressivo do regime em plena “distensão”.

O ano de 1975 é marcante para as vidas de diferentes personagens que serão aqui mencionados. Não se trata de dar conta dos mecanismos da repressão política movida pela ditadura, o que tem sido alvo de diferentes trabalhos com muito eficácia. Busca-se delinear o cruzamento entre cenários diversos e escalas de abrangência distintas para indicar as conexões entre essas experiências e o conjunto do processo que seria posteriormente considerado uma transição política no Brasil. Enredados, em alguns casos violentamente por um processo que lhes escapava, mas atuantes em sua escala de atuação, diferentes ativistas da oposição ao regime autoritário em Santa Catarina vivenciaram experiências que são reveladoras de um arranjo de relações que fez parte da transição e não pode ser considerado irrelevante. O que há de singular em tais trajetórias e o que são meras reproduções locais de processos nacionais? O que podem sugerir para a compreensão da transição política que então, em meados da década de 1970, se afigurava como um horizonte muito distante?

3.1 A CONJUNTURA POLÍTICA EM 1975: A RETIRADA DE VILSON ROSALINO RUMO AO EXÍLIO

Um dos atores políticos que vivenciaram o período da ditadura militar e que atuou no interior de uma organização então proscria e proibida foi o professor universitário Vilson

Rosalino da Silveira. Considerando sua trajetória como militante político em Santa Catarina em meados da década de 1970, não escapou a Rosalino que as arbitrariedades cometidas pelos sucessivos governos militares, a brutalidade com a qual o regime lidava com seus opositores, por exemplo, com militantes do PCB, entre os quais ele se perfilava, fazia salientar um dos traços característicos de uma ditadura: o fato de tornar ilegítimo o conflito político, a divergência política. E, particularmente no caso do PCB recaíam as consequências pelo fato de que os governos militares (de Castelo Branco a João Figueiredo) tinham como uma de suas características justamente o anticomunismo.

Cabe lembrar que, sob a égide da intolerância, cidadãos brasileiros foram vítimas da violência cometida pelos agentes de segurança do Estado. Ressalta-se que tal violência, em centenas de casos, culminou na eliminação física desses cidadãos considerados inimigos do regime.

Rosalino poderia ter sido mais uma vítima dessa violência. No entanto, ele conseguiu escapar de sua provável prisão e, dessa forma, não foi torturado como seus companheiros de partido. Em 1975, dirigentes e militantes do PCB de Santa Catarina foram alvos da chamada Operação Barriga Verde, deflagrada no dia 04 de novembro deste ano. Esta operação foi comandada pelo Exército e envolveu outros órgãos de segurança tais como a Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. Ao todo foram indiciadas 42 pessoas em Santa Catarina.

Mesmo tendo escapado da onda de prisões, o depoente sofreu outras violências. Conseguiu preservar sua integridade física, mas foi obrigado a abandonar seu emprego e a deixar seu país.

Obtive um depoimento de aproximadamente uma hora, em 2019, em Florianópolis. Foi possível detectar indícios de reminiscências pessoais que trouxeram à tona uma memória repleta de acontecimentos políticos importantes do período. Uma narrativa marcada, de um lado, por uma experiência política anterior à sua chegada em Florianópolis, e por outro, também por uma visão política que considerava levar o Estado brasileiro para um horizonte diverso, distinto daquele para o qual apontaram os governos Médici e Geisel.

Vilson Rosalino nasceu em Içara, Santa Catarina, no dia 09 de setembro de 1950. Seu pai era militante do antigo PTB, no período democrático sob a Constituição de 1946. Içara é um município limítrofe a Criciúma, no Sul do Estado, que atualmente compõe uma microrregião juntamente com Nova Veneza, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, e Siderópolis. Um espaço de grande movimentação da classe trabalhadora e seus partidos, uma vez que historicamente tem um destacado papel na extração de carvão mineral, sendo considerado um

polo carbonífero. O PTB, partido de seu pai, foi um partido de grande importância no país durante o período democrático (1945-1964) e também em Santa Catarina. Quando lhe perguntei a respeito de seu exílio, ele buscou construir uma narrativa em que sublinhava o contexto do evento:

Foi em 1975, fugindo da Operação Barriga-Verde. Em 1975, houve, não sei se você... você não lembra, mas pode ser que você tenha lido, enfim, você não era nem nascido em 1975, é isso? Bom, em 1975 foi talvez pro PCB um dos anos mais difíceis, porque era visível que havia uma dissensão no governo, no âmbito dos militares. No interior dos militares, havia uma ala se opondo firmemente a abertura democrática lenta e gradual proposta pelo Geisel, e uma corrente mais democratizante, querendo encaminhar o país para futuras... mais visível no horizonte, até mesmo marcando eleições e essas coisas todas. Pois bem, para mostrar serviço, a ala mais à direita do Exército começou a fazer uma campanha violenta contra o PCB, depois de umas prisões que eles fizeram em janeiro de 1975, desmontando uma gráfica do partido. E, a partir de lá, com prisões, torturas e enfim, confissões, foram mapeando o partido. Logo depois da morte do Herzog, da prisão do Herzog em São Paulo, que era sequência da operação iniciada em janeiro, eles começaram uma operação muito intensa no Paraná. [...] ¹⁰⁹

O contexto evocado por Vilson Rosalino remonta à primeira metade da década de 1970, momento em que se inscreve o início da distensão “lenta, gradual e segura” capitaneada pelo então presidente Ernesto Geisel. ¹¹⁰ E nos remete a algumas questões.

Ao longo do projeto de distensão de Geisel, uma divisão ficou muito evidente dentro do exército. É justamente o que menciona o depoente, quando comenta sobre as alas que havia dentro desta força militar. Uma ala denominada “castelista” ou “grupo da Sorbonne” da qual faziam parte o então presidente Gal. Ernesto Geisel e seu ministro da Casa Civil, o Gal. Golbery do Couto e Silva, ambos compunham a cúpula militar dentro daquele contexto e, de

¹⁰⁹ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹¹⁰ Para o historiador Gilvan Dockhorn (2020, p. 13), uma vez exaurida a retórica “revolucionária” fundadora do regime militar, ainda no Governo Castelo Branco, para evitar a fragmentação dos grupos que compunham o pacto de dominação, o bloco dirigente se organizou em torno medidas econômicas e de segurança interna. Ainda assim, se instaurou o que o autor chama de “dualidade de ordenamentos”, que se “expressa na disputa entre a consolidação e institucionalização do regime autoritário e, em outro extremo, a restauração dos padrões democráticos com o sistema político ‘depurado’ de elementos vinculados ao governo deposto”. Afirmo ainda que “no governo Médici (1969-1974) os órgãos ligados à segurança interna e ao sistema de informações assumiram o protagonismo nas ações do governo, o que acabou por instaurar outro paradoxo: quanto maior a força utilizada na repressão e neutralização da oposição, maiores eram as possibilidades de imprevisibilidade política. Isso acarretou um novo problema: os pontos de tensão não expressos no parlamento, deslocavam-se para o sindicato, para as ruas, para a clandestinidade [...]” (DOCKHORN, 2020, p. 16). Assim, o autor inscreve o processo de abertura política enquanto uma resposta do bloco dirigente do Estado autoritário para esta importante contradição interna que acabou por fragmentar o bloco de poder que lhe dava sustentação, na medida em que deixava de entregar os resultados econômicos que logrou por algum tempo. Pois, “a elite econômica oscilava seu apoio ao regime de exceção conforme ganhos materiais. A inconstância do ciclo de expansão econômica, aliada ao quadro de retração interna e externa, impôs uma série de limitações aos interesses e objetivos imediatos de parcela do bloco dominante. Com o modelo econômico em cheque e interesses não contemplados, o descontentamento assumiu uma conotação política oposicionista e a antes coesa aliança entre o regime e a elite empresarial se esgotou. Não que representassem uma efetiva ruptura, apenas a forma do regime não era a mais adequada para este setor”. (DOCKHORN, 2020, p. 18)

outro lado, havia uma postura ou uma posição entre os que eram considerados “linha-dura”, oficiais ligados aos órgãos da comunidade de informações e à repressão.¹¹¹

A historiadora Maud Chirio (2012, p. 50) observa que inicialmente o termo “linha-dura” esteve relacionado aos militares que faziam oposição ao governo Castelo Branco. Tinha a ver, dessa forma, com uma determinada inclinação política. E que com o passar do tempo, o emprego desta expressão se tornou um instrumento da luta política: do lado do governo, o emprego da expressão “linha-dura” delineia um grupo adversário. Para este grupo, contribui na construção da imagem de uma “força organizada”, cujo monopólio ou direção qualquer oficial pode reivindicar”. De todo modo, é importante salientar que a “linha-dura” possuía uma diversidade interna. A autora afirma que,

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma, reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas. Até 1964, contudo, o nacionalismo econômico era uma exclusividade da esquerda; de agora em diante é brandido por esses oficiais turbulentos como uma arma contra um governo que eles julgam entreguista. (CHIRIO, 2012, p. 51)

De acordo com Alfred Stepan (1986, p. 51), “os militares enquanto governo, os militares enquanto instituição e a comunidade de segurança atuavam aparentemente coesos durante o período de 1969-1973”. Porém, a partir da distensão observaremos uma resistência por parte dos “linha-dura”, se configurando enquanto um importante foco de conflitos dentro do Exército. De sua parte, os ditos “castelistas” procuravam por uma retirada estratégica dos militares da política, protegendo os membros da corporação de possíveis punições. E, como estavam no alto comando, tomavam decisões que não necessariamente levavam em consideração o ponto de vista daqueles que hierarquicamente estavam abaixo de suas patentes dentro das Forças Armadas.

No entanto, é importante ressaltar que a abertura política não era um projeto de democratização do Estado Brasileiro¹¹². Conforme explicado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 252-253):

¹¹¹ Lembrando que por Comunidade de Informações entende-se o conjunto de órgãos que eram subordinados ao Comando do Exército, entre eles o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Inteligência do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e os Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

¹¹² Stepan (1986, p. 47) afirma, a respeito de entrevista que Geisel lhe concedeu, em 1985, que “[...] quando tentei analisar seus objetivos a longo prazo quando desencadeara a distensão, deu um de seus raros sorrisos, como se a própria pergunta tivesse intuídos dissimulados. Ele me perguntou: ‘Qual é o primeiro princípio de Maquiavel? Que os governos devem lutar para manter o poder. Pessoalmente não disse que queria manter o poder para

Entretanto não se deve exagerar o alcance da “descompressão” política almejada pelo governo Geisel – que estava longe de ser um democrata – e seus aliados. [...] O propósito inicial de Geisel era antes institucionalizar a ditadura e garantir a estabilidade do que democratizar o país. Além disso, a redução da repressão não era para todos os grupos contrários ao regime autoritário. Ela visava beneficiar, sobretudo, os aliados liberais e a oposição moderada. As organizações comunistas e revolucionárias continuaram a ser tratadas com truculência, e os assassinatos políticos seguiram ocorrendo, ainda que em escala decrescente.

Os “linha-dura” viam no desenrolar daquele projeto uma possível perda de recursos econômicos e privilégios. Esta ala do Exército adquiriu mais poder e autonomia em paralelo com o crescimento da importância da comunidade de informações.

A respeito do desenvolvimento dos órgãos de inteligência e repressão, a historiadora Mariana Joffily (2014b) observa que quando ocorreu o golpe de 1964 já existiam instituições repressivas que poderiam auxiliar os militares em seus objetivos, seja na luta contra o que eles imaginavam ser um “perigo comunista” ou contra uma a criação de uma “República Sindicalista”. Havia a Polícia Civil e os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), criados nas décadas de 1920 e 1930. No entanto, durante a Guerra Fria, o Dops teve um aumento no seu número de agentes. A autora sublinha que nas FFAA, o único órgão de inteligência era o Serviço de Informações da Marinha, criado em 1955 e que, posteriormente, se transformaria em 1957 em Cenimar (JOFFILY, 2014b). Contudo, ao longo da década de 1960, com o crescimento da atuação de diferentes movimentos sociais em diferentes pontos do país, a estrutura repressiva existente não conseguia dar conta de fazer os enfrentamentos que os militares julgavam necessários. Já no primeiro governo da ditadura, foi criado o SNI em 1964, que não tardou a ter agências regionais em diversas localidades. Foi criado o Centro de Informações do Exterior (Ciex), em 1966 e posteriormente, em meados de 1967, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), a primeira ligada aos ministérios civis e a segunda ligada a empresas estatais e universidades. Todos esses órgãos operavam no sentido de recolher informações. No entanto, Joffily (2014b) sublinha que a guerra contrarrevolucionária adquiriu uma centralidade dentre as preocupações do novo regime, onde o inimigo passou a ser cidadãos comuns, que estariam dispostos a desenvolver ações de agitação e propaganda com o intuito de desestabilizar o governo. Como se partia do pressuposto que a segurança do país estava ameaçada por seus próprios cidadãos, houve então a necessidade de controlar o território nacional. Dessa forma,

sempre, mas nenhum governo diz a seus aliados que quer entregar o poder para a oposição’. Concluiu dizendo que ‘não avançaria sem alguns recuos’, mas que durante toda a abertura se preocupara em evitar avanços que obrigassem a recuos irreversíveis”.

as ações da FFAA passaram a fazer parte do entendimento de segurança interna. A partir de então, surgiu a necessidade de conjugar esforços, tanto de políticos quanto de militares, no sentido de se buscar conhecer melhor este inimigo, para prever suas ações. Posteriormente foram criados, em 1967, o Centro de Informações do Exército (CIE), e em 1968, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). No ano de 1971, o Cenimar sofreu uma reestruturação. Também neste ano foi criada a Escola Nacional de Informações (Esni) (JOFFILY, 2014b; 2009).

Foi do aperfeiçoamento desta arquitetura repressiva que se observou o surgimento da Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, em meados de 1969, que fazia parte de um plano de combate a grupos tidos como subversivos, sendo liderada pelo Exército, mas contando com o financiamento de empresários. Como se tratava de uma conjuntura em que já havia sido instituído o AI-5 (BRASIL, 1968) – a prisão de suspeitos de serem inimigos do regime se tornou um processo menos burocrático, uma vez que sob essa legislação de exceção não havia o Habeas Corpus. Joffily (2014b, p. 162) observa que a Oban foi o paradigma “sobre o qual seria erigida uma rede de órgãos repressivos por todo o país: os Departamentos de Operações e Informações (DOIs), unidades ágeis de perseguição e interrogatórios de suspeitos, e os Codis, aos quais cabia a coordenação dos DOIs”.

A partir desse delineamento, podemos situar a Operação Barriga-Verde. Dessa forma Vieira (1995, p. 41) entende que:

Essa estrutura de poder passou a fazer parte do que poderia ser chamado de um poder paralelo, sem igual na história das Forças Armadas. Tornou-se o maior responsável, na metade da década de 1970, por diversos tipos de operações militares, procurando “inimigos do Estado”. Dentre dessas ocorrências no Brasil, vamos encontrar o que ocorreu no Estado de Santa Catarina, em novembro de 1975, denominada “Operação Barriga-Verde”.

No âmbito destes conflitos entre “castelistas” e “linha-dura” podemos situar as operações ocorridas no sul do Brasil, como no caso mencionado por Wilson Rosalino, em seu depoimento, a respeito das prisões realizadas no Paraná e em Santa Catarina, em 1975. De um lado, as operações seguiam uma lógica ambígua de impedir que a abertura fosse posta em risco. Mas, ao mesmo tempo, o que se pode conceber como “linha-dura” procurava manter viva a ideia de “inimigo interno” e, por consequência, a necessidade de se manterem fortalecidos os órgãos de repressão.

É preciso levar em conta que o processo de retirada estratégica dos militares do proscênio da política nacional parecia que poderia sofrer alguns percalços, a tomar como referência os resultados das eleições ocorridas no ano de 1974. Um partido que havia sido criado

em condições bastante adversas, para servir de oposição ao regime, sem perspectivas de poder, conferindo-lhe legitimidade, passou a adquirir maior importância no cenário político em meados da década de 1970: o MDB.

A ditadura militar elaborou seu próprio arcabouço político-institucional ao longo dos 21 anos pelos quais se estendeu, de modo a construir mecanismos que rotinizassem o exercício do poder, sob uma face de legalidade. Com a deposição do petebista João Goulart, em questão de poucos dias, o auto intitulado “Comando Supremo da Revolução”¹¹³ promulgou o ato institucional n. 1, que seria o primeiro de uma longa série de atos¹¹⁴, a impor sobre a vida pública alguns dos valores trazidos pela facção que naquele contexto tomava de assalto o poder político no país.¹¹⁵ Com o desenvolvimento daquele arranjo, ao longo dos anos, o Congresso Nacional teve um achatamento de suas atribuições legislativas, e, paralelamente a este processo, houve maior centralização e fortalecimento do papel do Poder Executivo. Mas o parlamento foi tolerado, e sendo mantido, de maneira geral, o calendário eleitoral.

Durante o governo do Gal. Castelo Branco, cuja eleição indireta ocorrera em 11 de abril de 1964, os atos institucionais nº 2, 3 e 4 foram promulgados (BRASIL, 1965a; 1965b; 1966a; 1966b). No segundo ato institucional, promulgado em 27 de outubro de 1965, todos os partidos construídos no período democrático (1945-1964) foram sumariamente declarados extintos, afetando a organização política existente em todo território nacional e provocando, necessariamente, uma reorganização dos agentes políticos (BRASIL, 1965a)¹¹⁶.

¹¹³ Uma espécie de Junta Militar composta pelos Chefes das três forças militares, empossados após o Golpe ocorrido em 1º de abril de 1964. Faziam parte do Comando Supremo da Revolução o Gal. Ex. Arthur da Costa e Silva, Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e Ten. Brig. Francisco de Assis Correia de Mello.

¹¹⁴ Segundo consta no Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, foram promulgados, ao todo, 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

¹¹⁵ Cabe observar que com o Ato Institucional n. 1, publicado em 09 de abril de 1964, em seu artigo nº 2 (BRASIL, 1964a), a eleição para Presidente da República bem como a de Vice-Presidente, prevista para outubro de 1965, foi antecipada para um prazo máximo de dois dias a partir daquele momento, a ser realizada pelo Congresso Nacional em votação pública e nominal. Já o artigo 5º, dá exclusividade ao Presidente da República para iniciativa dos projetos de lei que aumentem ou criem despesa pública, impedindo em qualquer das casas legislativas que se façam emendas a estes projetos que aumentem essas despesas, e o artigo 7º que suspende por seis meses garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, e, conforme detalhamento em seu inciso 1º, onde diz que os titulares dessas garantias podem ser demitidos ou dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados. No artigo 10º, onde se lê que “no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial desses atos” (BRASIL, 1964).

¹¹⁶ Segundo o cientista político Jairo Nicolau (2012, p. 107-108) “as regras para criação de novos partidos foram estabelecidas por um Ato Complementar assinado pelo presidente Castelo Branco e promulgado em novembro de 1965. Segundo o texto, ‘as organizações com atribuições de partidos’ deveriam ser estruturadas por membros do Congresso Nacional (com a adesão de 120 deputados federais e vinte senadores) até o dia 15 de

O ato institucional nº 2 foi imposto num contexto de crise que afetava o regime: no início daquele mês de outubro de 1965 havia ocorrido eleições para governador em estados cujos governantes tinham mandatos de cinco anos (BRASIL, 1965a)¹¹⁷. Em dois destes estados os candidatos vencedores não eram apoiados pelo governo federal. Era o caso dos pessedistas Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara. Os militares impuseram uma reforma no sistema partidário, adequando-o ao regime. Segundo Motta (1996, p. 202-203):

Temia-se que a permanência do antigo quadro partidário viesse a favorecer de forma constante seus adversários. A mística construída em torno da aliança PSD-PTB contribuiu para a disseminação da ideia de que ela era eleitoralmente imbatível, colocando para o governo o risco de novas derrotas no futuro. Resolveu-se, pois, acabar com o problema de maneira radical, eliminando-se pura e simplesmente os antigos partidos políticos.

Neste sentido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi organizado diante das condições impostas pelo regime. Tais decisões objetivavam remover da esfera pública burguesa algumas vertentes políticas que, no entendimento da cúpula militar, autointitulada “revolucionária”, eram o esteio da desordem.¹¹⁸

março de 1966. Apenas duas legendas conseguiram o registro: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que se tornaria o partido de apoio ao regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organização que assumiria o papel de oposição. Enfraquecidas pela cassação de parlamentares e pela perda de direitos políticos de diversas lideranças, as forças de oposição tiveram dificuldade para organizar um novo partido. O MDB foi registrado no penúltimo dia (14 de março) do prazo final e teve a adesão de 144 deputados e 21 senadores (um a mais que o mínimo exigido)”. O Ato Complementar ao qual o autor se refere é o n. 4, de 20 de novembro de 1965, que estabelecia um prazo de 45 dias para que os membros do Congresso Nacional se organizassem em novas legendas (BRASIL, 1965b).

¹¹⁷ Segundo Nicolau (2012, p. 91-92), “Em 1950, o Congresso promulgou um novo Código Eleitoral que, pela primeira vez na história da República, adotou sistemas eleitorais iguais para cargos equivalentes nos três níveis da estrutura federal: a representação proporcional para a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais e a regra majoritária para a eleição de presidente, vice-presidente, governadores, vice-governadores, prefeitos e vice-prefeitos. As Constituições estaduais tiveram autonomia para definir dois aspectos importantes da vida eleitoral da República em 1946. O primeiro aspecto foi a duração do mandato de governador. Nove estados optaram pelo mandato de cinco anos, o mesmo período do mandato presidencial. Os governadores dos seguintes estados foram eleitos em 1950, 1955 e 1960 para um mandato de cinco anos: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. As Constituições dos seguintes estados optaram por mandatos de quatro anos, o que fez com que as eleições dos governadores coincidissem com as das Assembleias Legislativas (1950, 1954, 1958 e 1962): Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás. O estado da Guanabara, criado em 1960, instituiu o mandato de cinco anos para governador”. Outro aspecto importante decidido pelas Constituições estaduais foi a duração dos mandatos de prefeitos, para quatro ou cinco anos.

¹¹⁸ No texto do ato institucional n. 2, em seu preâmbulo, entre outras coisas, lê-se: “A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional”. (BRASIL, 1965a).

Tais vertentes são identificadas ao bloco político derrotado pelo golpe militar de 1964: o trabalhismo, corrente político/ideológica do qual o partido do presidente João Goulart, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era o principal representante na arena política; e o comunismo, encarnado sobretudo no PCB, que era um partido clandestino desde o governo do Gal. Eurico Gaspar Dutra¹¹⁹, mas que tinha grande atividade em movimentos sociais, culturais e, no movimento sindical, muitas vezes apoiava o PTB.¹²⁰

Rodrigo Patto Sá Motta (1996) aponta que a abordagem histórica sobre o MDB deve levar em consideração a influência do quadro partidário anterior ao golpe de abril de 1964, de modo a compreender os desdobramentos da recomposição partidária imposta pelo AI-2 (BRASIL, 1965a). O autor argumenta, com base em pesquisa em jornais do período, que o MDB foi o resultado da junção de três blocos parlamentares que existiam à época. Um Bloco Democrático Parlamentar, formado por integrantes do PSD, composto por aproximadamente 50 membros, e era liderado pelo deputado Martins Rodrigues. Outro era o Bloco Parlamentar Trabalhista, liderado pelo deputado Doutel de Andrade, e era formado por aproximadamente 80 membros. Por fim, um Bloco Independente, liderado pelo deputado Mário Covas, e formado por parlamentares de pequenos partidos. Interessante observar que durante a primeira legislatura (1967-1971) sob o bipartidarismo uma porcentagem considerável dos membros do MDB provinha do antigo PTB e do PSD.

Essa presença significa uma influência considerável desses antigos quadros no partido recém organizado. Para termos uma ideia dos números, segundo dados organizados por Motta (1996, p. 204), de 148 deputados que fundaram o MDB, 75 vinham do antigo PTB e 44 do PSD. De outras legendas, 10 haviam tido trajetória da UDN e 19 provinham de partidos pequenos, tais como PSP, PDC, PTN, PST, PSB e PRT. Cabe salientar que PTB e PSD juntos somavam 80% dos deputados. Já a bancada de senadores, dos 22 membros 13 vinham do PTB, 6 do PSD e 3 de pequenos partidos como PSB, PTL, PL, PTB e PSD somados, representavam 86% da bancada. Ou seja, na Câmara, aproximadamente metade dos deputados opositoristas vinham do PTB, enquanto no Senado essa proporção era algo próxima de 60%. No entanto, convém observar que embora o PTB tivesse grande influência nestes primeiros anos de formação do

¹¹⁹ O governo do Gal. Eurico Gaspar Dutra iniciou em 31 de jan. de 1946. Seu mandato foi concluído em 31 de janeiro de 1951.

¹²⁰ Segundo Nicolau (2012, p. 90), “O PCB, criado em 1922, havia obtido o registro definitivo no TSE em novembro de 1945. Nas eleições daquele ano conseguiu uma boa votação: 9% dos votos para a Câmara dos Deputados e 10% para a Presidência da República. [...]. Em uma das mais controversas decisões da história do TSE, o registro do PCB foi cassado por três votos contra dois. Assim, os quatorze deputados federais e um senador eleitos pelo partido em 1945 perderam seus mandatos. Nas eleições estaduais de 1945 houve eleição para preenchimento desses quinze postos”.

MDB, não se tratava de um partido homogêneo. Motta (1996, p. 207) observa que havia duas grandes correntes no PTB. Uma delas tinha por característica ser mais fisiológica, “ligada ao aparelho do Estado, notadamente à burocracia sindical, cujo objetivo básico era reproduzir esses vínculos e aproveitar-se ao máximo das benesses propiciadas pelas relações estreitas com o Estado”. Havia uma segunda tendência entendida pelo autor como “doutrinária”, mais focada na defesa de demandas populares e comprometida com “um programa de reformas sociais”. Esta “facção trabalhista reformista” obteve grande destaque nas mobilizações das décadas de 1950 e 1960, época em que as “reformas de base” adquiriram popularidade. Afirma o autor que,

De certo modo o PTB serviu de estuário para as forças políticas que lutavam pelas reformas sociais, configurando-se como a face político-institucional mais visível do campo “popular-reformista”. Basta recordar que o maior e mais influente grupamento clandestino da esquerda (o Partido Comunista) atuava principalmente através do PTB e em aliança com ele. Isso fazia com que frequentemente o PTB aparecesse como a própria encarnação da aliança reformista. Era comum também que a ala reformista ou doutrinária do PTB fosse associada a personalidades que melhor encarnassem ou que exercessem um papel de liderança destacada, como eram os casos do Presidente João Goulart e do Governador Leonel Brizola. (MOTTA, 1996, p. 207)

O historiador ainda observa que as cassações que ocorreram após o golpe de 1964 vitimaram principalmente parlamentares da tendência reformista, o que acabou afetando o tipo de influência o PTB teria no MDB. E, apesar do enfraquecimento da esquerda do PTB e, por consequência, também a esquerda do MDB, ainda pode ser notada uma influência dos “setores ligados às lutas ‘populares’” no partido, especialmente em seus primeiros anos de existência (MOTTA, 1996).

Com o passar dos anos, foi se consolidando no MDB um conjunto de posições que antagonizava com os governos militares em diversos aspectos. Daí que seja indispensável considerar que, depois de um período em que as lutas contra o regime autoritário haviam ganhado a forma de confrontação direta, seja nas ruas ou até mesmo por meio da luta armada, na década de 1970 uma difícil e ainda pouco consistente legitimidade de organizações legalizadas como o MDB foi adquirida. Setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira passaram a participar dos processos eleitorais mantidos pelo regime autoritário. Ainda que manietado pelo regime, o partido criado para servir como uma débil oposição ganhou corpo à medida em que algumas eleições parlamentares ocorreram. Isso levaria o regime alguns ajustes em sua relação com os civis, enquanto que, por outro lado, o MDB tornava-se uma frente política com mais solidez.

Convém abordarmos o estudo realizado por Kinzo (1988) que se debruçou a respeito da trajetória do MDB em seu doutoramento na Universidade de Oxford, no ano de 1985. A

tradução para o português e publicação de sua tese no Brasil, no ano de 1988, com o nome de “Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966/1979” ainda é um dos principais estudos realizados sobre o partido das oposições legalizadas pelo regime até os dias de hoje (KINZO, 1988). A autora analisou o programa aprovado na V Convenção do partido, que foi realizada em 1972. Este foi o único programa no período que vai de sua aprovação até a reorganização do partido, já sob a denominação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹²¹, no ano de 1980. Antes deste programa, foram aprovados outros dois, sendo o primeiro deles em 1966, ano da fundação do MDB, e o outro em 1967. Portanto, aquele documento foi a referência para o partido ao longo de quase toda a década de 1970. Para Kinzo (1988, p. 60),

Como frente de oposição contra o regime militar-autoritário, os propósitos fundamentais do MDB foram definidos como a luta pelo estabelecimento da democracia representativa, dos direitos civis e da liberdade de organização para todos os setores da sociedade civil. A defesa de um caminho efetivo de desenvolvimento econômico que combatesse o problema da miséria, do desemprego e da desigualdade, também se colocava como princípio fundamental.

Interessante observar que este programa foi aprovado durante o famigerado “milagre econômico” e que, portanto, trazia uma crítica não só com relação à perda de liberdades políticas, mas ao tipo de desenvolvimento econômico engendrado pelo governo do Gal. Médici, num período em que a economia nacional tinha, ano a ano, elevadas taxas de crescimento. Neste sentido, Kinzo (1988, p. 60-61) alega:

[...] a posição do partido não era contra a iniciativa privada, nem contra a intervenção do Estado na economia. Ao contrário, considerava que o Estado e o setor privado deveriam desempenhar funções complementares. Portanto, o Estado não deve apenas garantir a sobrevivência da iniciativa privada e assegurar a acumulação de capital como instrumento propulsor de riqueza – ‘sem, contudo, permitir o indevido aproveitamento por alguns dessa mesma riqueza’ – mas, também, preencher as lacunas na produção e promover o desenvolvimento de recursos naturais. Em suma, o Estado deve sempre intervir em todas as tarefas que venham a propiciar o desenvolvimento nacional.

O programa acusa a política econômica do governo – que proporcionou resultados positivos em termo de crescimento econômico – de gerar alta concentração de renda nas mãos de poucos, e que isso teria afetado a organização do mercado interno, tendo restringido sua expansão pois gerou “escassez de demanda” nas regiões mais empobrecidas. Seguindo no diagnóstico da situação econômica, Kinzo (1988, p. 61-62) afirma:

Demonstrando preocupação quanto às consequências sociais desta política econômica, o diagnóstico do MDB ressaltava a distribuição desigual da renda e o

¹²¹ O PMDB lançou seu programa partidário em maio de 1980 com o nome de “Programa básico do PMDB”.

agravamento dos desequilíbrios regionais e setoriais. Enfatizava que o país “está em uma situação em que a camada mais baixa da pirâmide de renda está se ampliando” em termos de achatamento dos salários reais e do enfraquecimento da capacidade de consumo. As consequências já se estariam fazendo sentir pela enorme população carente das grandes cidades, das regiões mais pobres e, particularmente, das áreas rurais, mesmo na região Centro-Sul. Contudo, o padrão de desigualdade estaria agravado no Nordeste e nas áreas rurais onde, além dos problemas há tempos arraigados, surgiram outros em consequência de políticas mal direcionadas, que deveriam, em tese, ter combatido a drástica situação destas áreas.

Por um lado, o programa preconizava a necessidade de democratização do Estado, com eleições diretas para todos os cargos políticos, com sufrágio universal, direto e secreto, um poder legislativo autônomo com o reestabelecimento das imunidades parlamentares, um judiciário autônomo, o reestabelecimento do habeas corpus, a defesa dos direitos humanos, revisão do princípio federativo, revogação do AI nº 5, anistia geral para todos civis e militares punidos após 1964 (BRASIL, 1968). Por outro lado, o texto também dedicaria um grande conjunto de posições voltadas para corrigir os diversos equívocos cometidos pelos governos militares no campo econômico.

Em síntese, defendia uma “política de desenvolvimento econômico orientada para a correção de desequilíbrios, aumento do índice de eficiência nos níveis global e setorial, planejamento de investimentos e desenvolvimento racional dos setores primário, secundário e terciário”, elevação de salários, reforma agrária, estabelecimento do cooperativismo e propriedade social. No campo do trabalho: autonomia para sindicatos, estabilidade no emprego, aumento de salários família e individual, revisão de legislação sobre direito de greve. Amparo financeiro para empresas locais, proteção da produção interna. Reforma educacional, expansão do sistema educacional e do programa de alfabetização, liberdade de ensino, autonomia para as universidades. Uma política urbana racional para reduzir a superpovoação de áreas, eliminar favelas e auxiliar na compra de casa própria, uma política externa que reafirme a independência, autonomia e segurança nacional.

Para além destes aspectos mencionados, o programa ainda propunha “a nacionalização do monopólio estatal sobre a prospecção e produção de todos os tipos de recursos naturais; controle nacional da produção de energia elétrica, transportes, mineração e indústrias de base” (KINZO, 1988, p. 63). Portanto, três eixos norteavam o programa emedebista: democratização, combate injustiças sociais e um corte nacionalista no campo econômico.

Um evento de grande escala e que reorganizou de modo definitivo as relações entre militares e civis no interior do regime ocorreu por ocasião das eleições parlamentares de 1974. Abertas as urnas, um resultado surpreendente: O MDB recebeu, em todo território nacional, 10.954.440 votos, para a Câmara dos Deputados. A ARENA recebeu 11.866.482. Isso

significou que o partido do governo recebeu 56,0% dos votos, contra 44,0% depositados na oposição. Para o Senado, o MDB recebeu 14.579.372 votos contra 10.068.810 da ARENA, que em percentuais significou 72,7% dos votos contra 27,3% para o partido governista. Tais números se traduziram na seguinte correlação de forças no Congresso: o MDB conquistando 160 cadeiras, enquanto a ARENA obteve 204 assentos na Câmara dos Deputados. No Senado, o número de cadeiras obtidas pelo MDB foi de 16, contra 6 obtidas pela ARENA.¹²² O partido oposicionista não conseguiu maioria na casa, porém, por ter conquistado mais de um terço dos deputados adquiriu o poder para barrar propostas de emendas à Constituição vigente.¹²³ Se compararmos com as eleições ocorridas em 1970, temos que num Congresso com 310 cadeiras, a ARENA obteve 71,9% dos votos contra 28,1% MDB, totalizando 223 cadeiras para o partido do governo e somente 87 para o partido oposicionista. No Senado foram 41 senadores eleitos pela ARENA, 89,1% dos votos, contra apenas 5, eleitos pelo MDB, 10,9% dos votos.¹²⁴ A partir

¹²² Fonte: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1974/resultados>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

¹²³ Na Constituição de 1967, o artigo que aborda o procedimento para votação de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) é o Artigo nº 51. Nele consta que “a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro, de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso” (BRASIL, 1967). Esta Constituição foi alterada com a Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, que passa a tratar do procedimento de votação para PECs, é o nº 48. Nele, consta o seguinte: “a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas” (BRASIL, 1969). No entanto, durante a 44ª legislatura (1975-1979), portanto no contexto posterior ao pleito de 1974, o texto do artigo nº 48, da Emenda nº 1 de 17 de outubro 1969, foi modificado pela primeira vez através da Emenda Constitucional n. 8, de 14 de abril de 1977. Nesta Emenda, o texto do art. nº 48 foi reelaborado da seguinte maneira: “a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de noventa dias a contar de seu recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as sessões, maioria absoluta dos votos do total de membros do Congresso Nacional” (BRASIL, 1977). Cabe ainda observar que a aprovação da Emenda Constitucional nº 8 de abril de 1977 se deu sem a participação do Congresso Nacional. No início daquele mês, o presidente-general Ernesto Geisel havia decretado recesso parlamentar, através do Ato Complementar nº 102. “Durante os 14 dias em que o Congresso esteve fechado, o presidente decretou a reforma do Judiciário pretendida pelo governo e baixou uma série de medidas de grande alcance político, voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo e o controle sobre os cargos executivos em todos os níveis. De acordo com esse conjunto de medidas, conhecido como “pacote de abril”, o mandato presidencial passou a ter duração de seis anos a partir do sucessor de Geisel, a eleição de governadores permaneceu indireta, os mandatos de prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980 seriam de apenas dois anos, para permitir a coincidência geral das eleições em 1982, 1/3 dos senadores passou a ser eleito de forma indireta, as bancadas dos estados menos desenvolvidos (onde a Arena obtinha melhores resultados) foram aumentadas, as emendas constitucionais passaram a depender de maioria simples no Congresso para serem aprovadas e as limitações à propaganda eleitoral previstas na Lei Falcão foram estendidas às eleições gerais. Foram introduzidas ainda alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de estender para 30 dias o período de férias dos empregados, além de outras medidas sobre aluguel, impostos e concursos públicos”. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso em: 04 de out. de 2022.

¹²⁴ Fonte: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1970/resultados>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

dessa comparação temos uma dimensão do crescimento emedebista nas eleições de 1974 (ALVES, 1985).

3.1.1 A repressão desarticula o PCB catarinense: novembro de 1975

O resultado eleitoral de 1974 provocou alterações na correlação de forças parlamentares, embora ainda não indicasse qualquer perspectiva de mudança no cenário nacional, dado que os militares mantinham todos os meios necessários para a manutenção do regime autoritário. Além disso, os votos populares apontaram uma reorganização no interior da legenda oposicionista. Quando perguntado a respeito da eleição de 1974, Vilson Rosalino lembrou:

A grande virada do MDB, foi um marco decisivo para redemocratização, né? Por que com aquela enxurrada de votos, se elegeu deputados com 200 votos no Paraná, inclusive. A legenda teve muitos votos. O regime, enfim, eu tenho a impressão que as cabeças mais lúcidas do regime, como Golbery do Couto e Silva, aquela turma que tinha uma certa, né... Jarbas Passarinho, perceberam, opa... ué, está virando contra nós, temos que começar a fazer... imagino que tenha sido essa a leitura. E, claro que daí o pessoal da extrema direita do regime, Ednardo Ávila de Mello, pessoal ligado a DOPS, essas coisas, começaram a temer. Mas pera aí, e se esse barco muda de rumo e a gente tá nele, e como é que fica?! Por isso a resistência, inclusive, à abertura proposta pelo Geisel, depois do resultado da eleição de 1974.¹²⁵

Nas reminiscências deste antigo quadro do PCB, dois elementos vêm à tona. De um lado o crescimento partidário do MDB. A expressiva quantidade de votos recebidos pelos candidatos do partido pode ter facilitado a eleição inclusive de pessoas não muito conhecidas, candidaturas com poucos votos que emergiam para a luta político-institucional catapultadas pelo crescimento da legenda e que provavelmente contribuíram para a renovação de quadros do partido. Isso remete ao cenário delineado por Motta (1996, p. 206) que observa que a influência do PTB, juntamente com os antigos partidos, no interior do MDB, declina com o passar do tempo. O autor constata que “em 1979, 76 deputados do MDB – 40% de um total de 189 – já não apresentavam vinculação partidária anterior”. Novos nomes que constroem uma trajetória na arena político-institucional a partir daquele momento, dentro de uma agremiação que cresce em popularidade como efetiva opositora ao regime (MOTTA, 1996).

Por outro lado, nas memórias de Rosalino aparecem figuras ligadas aos “porões” da ditadura, como o Gal. Ednardo D’Ávila de Mello, comandante do II Exército nos anos em que ocorreram as mortes do jornalista Vladimir Herzog (25 de outubro de 1975) e do operário

¹²⁵ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

Manoel Fiel Filho (17 de janeiro de 1976) nos DOI-CODI da capital paulista. Ele acabou sendo demitido pelo presidente Gal. Ernesto Geisel, em janeiro de 1976 – em suas refregas contra a “linha-dura” pelo controle do Estado e, por consequência, do processo de distensão.

Em paralelo ao crescimento da importância do MDB, o ano de 1975 pode ter sido o auge de uma época particularmente difícil para o PCB. Tanto que os militantes de Santa Catarina, certamente deslocados dos debates que ocorriam nos grandes centros do país, não deixariam de sofrer as consequências. O relato de Rosalino aponta para duas operações que marcaram o período, no Sul do Brasil:

[...] prenderam, no Paraná, membros do Partido Comunista, entre eles um que tinha saído daqui. Que tinha militado conosco e conhecia toda a estrutura do partido e ele foi barbaramente torturado, o Vladimir Amarante. E aí, o Vladimir, imagino que tenha falado alguma coisa. De minha parte, nenhum julgamento, acho que sob tortura todos estão absolutamente isentos de culpa, né? Imagino que... por que eles chegaram aqui e começaram a fazer mapeamento do partido aqui, da maior parte das pessoas... eu imagino que tenha tido informações que vieram de lá. De presos do Paraná. E começaram as prisões aqui, em 04 de novembro de 1975. Fizeram uma sequência de operações, prenderam mais ou menos umas 40 pessoas. [...]¹²⁶

A “Operação Marumbi”¹²⁷ ocorrida no Paraná, foi iniciada em 12 de setembro de 1975 e se estendeu por aproximadamente um mês, levando à prisão de mais de 100 pessoas acusadas de organizar o PCB no Paraná. Desse grupo, 65 pessoas foram indiciadas – entre elas o advogado catarinense Vladimir Salomão Amarante, mencionado por Wilson Rosalino no trecho citado acima. Vladimir era da cúpula do PCB em Santa Catarina, e segundo disse em uma entrevista para um portal de notícias¹²⁸ em 2014, ele havia sido enviado para o Paraná pelo partido, mas também alega que se mudou para o estado vizinho por questões profissionais. Fora detido dentro da sala de audiência do Fórum de Guarapuava (PR) enquanto fazia a defesa de um cliente seu, no dia 15 de outubro de 1975, por volta das 17h. Pelas 21h já tinha sido encapuzado e sofrera agressões com socos e chutes. Na sequência, segundo a matéria citada acima:

depois desse momento, o militante do PCB passou por mais uma sessão de tortura, uma sequência de roletas russas com um revólver apontado para sua direção. Por sorte, a arma não disparou depois que um militar à paisana acionou o gatilho por três vezes. “Encapuzado, depois de trinta dias presos, me trouxeram em Santa Catarina. E me

¹²⁶ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹²⁷ O historiador Leandro Brunelo (2009), que pesquisou a respeito da Operação Marumbi, acredita que esta operação foi organizada com o objetivo de vincular o MDB ao PCB, manchando perante a opinião pública a imagem do partido opositor. O evento central para que o MDB passasse a ser visto como um inimigo do regime foi o crescimento obtido pelo partido nas eleições de 1974. Também atendia o interesse dos órgãos repressivos para “mostrarem serviço” e que ainda havia subversão espalhada em diversos setores da sociedade.

¹²⁸ Fonte: <https://ndmais.com.br/politica/advogado-do-pcb-foi-presos-na-operacao-barriga-verde/>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

fizeram ir até Navegantes, onde elegemos os membros do comitê estadual. Neste dia fui para o quartel da PM no centro de Florianópolis, mas fiquei só cinco ou seis horas. E também reconheci minha casa na Ponte do Imaruim, em Palhoça onde fizemos uma reunião. Era tudo para incluir na denúncia”, afirma.

Segundo a reportagem, Amarante foi severamente agredido, tendo sofrido entre 10 a 15 sessões de tortura, onde foi submetido ao pau-de-arara, choques, simulação de fuzilamento e de ter passado cerca de um mês em isolamento antes de ser transferido para o Curitiba. Ele alegou que os torturadores queriam que ele confessasse que os parlamentares do MDB, Valmor de Lucca e Luiz Henrique da Silveira, tivessem envolvimento com suas atividades clandestinas.

Vieira (1994) ao explicar a origem da OBV considera que houve um elo entre as operações do Paraná e a de Santa Catarina, e que esta ligação teria a ver com dois militantes que foram presos: Nilton Candido, natural de São Paulo, e o catarinense Vladimir Amarante. O autor considera que PCB de Santa Catarina foi mapeado a partir das pesadas torturas infligidas contra o militante catarinense.¹²⁹ Dessa forma, os órgãos de repressão da 5ª RM (Região Militar), no estado do Paraná, obtiveram preciosas informações como nomes, endereços, bem como locais de trabalho de um conjunto de militantes que atuavam em Santa Catarina. O objetivo dos órgãos repressivos era mapear e compreender o funcionamento do clandestino PCB, no estado.

Durante algum tempo, segundo o autor, os “subversivos” foram sendo monitorados, fotografados e tiveram reuniões gravadas. No dia 04 de novembro de 1975, a Operação iniciou suas atividades para capturar os militantes. Foram realizadas em diversos municípios catarinenses, como Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Itajaí e Joinville. Estas prisões tiveram características típicas de sequestros. Não havia mandatos expedidos pelas autoridades competentes. Em diversos casos os cidadãos foram agredidos, imobilizados e jogados dentro de um camburão. Nos dias seguintes ninguém sabia quem os tinha levado e nem para onde.

Inicialmente, após as capturas, estes cidadãos foram levados para Curitiba, ao Comando da 5ª RM, para serem interrogados. Somente no dia 15 de novembro, o 5º Comando publicou uma nota na imprensa alertando que alguns cidadãos haviam sido presos por conta de uma trama comunista que vinha sendo articulada e que “quem não estivesse envolvido, não teria o que temer”. Entre os dias das capturas e o dia do anúncio na imprensa, em um intervalo de aproximadamente dez dias, os militantes estiveram em paradeiro desconhecido para seus familiares e incomunicáveis. Durante esse período todos eles sofreram variados tipos de tortura, física e psicológica. Segundo a informação nº 270, de 27 de fevereiro de 1976 (AGÊNCIA

¹²⁹ Mais detalhes sobre este episódio cf. Martins (2006, p. 114-119).

CURITIBA, 1976a) foram indiciadas um total de 43 pessoas.¹³⁰ Deste grupo, 38 foram presas na OBV e 2 na Operação Marumbi e as outras três não foram encontradas, entre estas Wilson Rosalino.¹³¹

Foi no contexto de perseguição ao clandestino PCB, deflagrado no ano de 1975, que se abateu a violenta repressão sobre seus militantes. No entanto, por conta de um conjunto de situações e uma leitura atenta da conjuntura, Wilson Rosalino conseguiu evitar sua prisão:

[...] Como eu tinha muita vinculação com o MDB, então eu consegui... eu dava aula na Universidade, na Federal, né? Quando percebi que tava sendo cercado, eu consegui evitar a prisão porque antes de ser de fato deflagrada a operação, nós começamos perceber que estávamos sendo seguidos. E, quando saía de casa de manhã, um carro saía atrás do meu. E, depois quando voltava do trabalho um carro voltava atrás. A gente começou a trocar informações e começou a perceber que todos estavam sendo seguidos. E daí até entre nós alguns diziam, “não, isso não é nada sério”, enfim, afinal de contas, de repente só queriam saber onde a gente trabalha, ou coisa assim. Eu tava muito cabreiro com aquilo. O fato é que então por estar sendo seguido, eu comecei a ficar com as antenas ligadas. E, percebi que no dia que começou a operação, muito cedo eu saí de casa. E o carro não foi atrás de mim. Ué, de repente relaxaram? Mas, não, é porque eu mudei o hábito naquele dia. Eu saí muito mais cedo que o previsto justamente para tentar ver se não tinha e ali pelas dez horas eu percebi que um carro encostou perto do meu na Universidade, e eu cheguei perto e vi que tinha muita gente dentro, uns 04, 05 caras dentro e aí, caramba! Eu acho que era para mim, tava do lado do meu carro, né? Não me conheciam, evidentemente, porque senão tinham me pego ali, né? Eu desci, fiquei perto do meu carro, e eles não me conheciam. Porque eu vi que era aquele carro, Veraneio que era um carro grande da GM. E aí voltei para sala, comentei com alguns colegas e depois chegou meu irmão, olha: prenderam um monte de gente, prenderam Roberto Mota, prenderam o Jorge Feliciano, prenderam o Alécio, o Marcos e tu tens que te mandar daqui. O meu irmão trabalhava na Assembleia também. Ele trabalhava, e eu só tinha ligações com o pessoal da Assembleia. Então peça para alguém do MDB, daí o deputado Walmir Wagner foi lá, veio com o fusquinha dele e me trouxe. Quando eles perceberam eu estava saindo já da Universidade. Então não conseguiram. E daí de lá da Assembleia, eles conseguiram ir à Porto Alegre, foi lá justamente com o pessoal do Pedro Simon, André Forster, o pessoal que criou aqui o IEPES, e que era muito ativo no MDB, me deu guarida, e consegui me colocar no Uruguai e de lá fui para França. Passamos por Buenos Aires, enfim. Esse foi um pouquinho o roteiro da fuga.¹³²

Pode-se perceber o papel decisivo atribuído por Rosalino à rede política vinculada ao MDB para que sua prisão fosse evitada. A começar pela troca de informações com companheiros, passando pelo seu irmão – que trabalhava na ALESC – e a mobilização de um deputado estadual, e chegando até o MDB gaúcho, com os assessores do então deputado estadual Pedro Simon, sendo um deles André Forster.¹³³ Graças a esta rede, Rosalino teria um

¹³⁰ Um importante trabalho a respeito do tema, com ênfase nos desdobramentos jurídicos relacionados à Operação Barriga-Verde, é a dissertação de Torres (2009), intitulada “‘A Justiça nem ao Diabo se há de negar’: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978)”.

¹³¹ Martins (2006, p. 244-245) menciona que o militante Valdir Alves (Didi) também escapou de ser preso no dia 4 de novembro de 1975. No entanto, seu nome não consta na lista de militantes procurados pela OBV.

¹³² Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹³³ Segundo informação publicada no site da Câmara Municipal do Porto Alegre, o sociólogo André Cecil Forster, citado pelo depoente, nasceu em 1945, trabalhou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária de 1964 a 1972,

destino diferente de outros companheiros do PCB de Santa Catarina, mas teve que viver longe de seu país por vários anos, retornando somente com a Lei da Anistia, promulgada no mês de agosto de 1979. Afirma Wilson Rosalino sobre seu retorno:

Foi com a Anistia. Fiquei na França, e nesse período em que eu lá estive, muita gente que foi presa foi condenada. Eu fui condenado à revelia, por que eu estava lá. Fui condenado à revelia a 03 anos de prisão, e pelo fato de ter sido à revelia, a pena era dobrada, então foram 06 anos. Mas a Anistia veio nesse meio tempo, né...¹³⁴

Vilson foi um dos poucos militantes do PCB, entre os que eram alvos da Operação Barriga Verde, que conseguiu escapar. Ele era monitorado, conforme pode-se deduzir pelos documentos encontrados no Fundo do Sistema Nacional de Informações (AGÊNCIA CURITIBA, 1979, p. 2-3), e continuou a sê-lo, como pode-se depreender de documento datado de 22 de maio de 1979 sobre o que aparenta ser a descoberta de seu paradeiro pelos órgãos de segurança, por conta de uma solicitação de bolsa à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinda do exterior:

1. Wilson Rosalino da Silveira, filho de [...]
2. O nominado foi indiciado pelo inquérito policial nº 049/75, instaurado pelo Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina, para apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro naquele Estado. Desde esta época encontra-se foragido.
3. Em virtude de seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro, em Santa Catarina, o nominado foi condenado pelo juiz auditor da 5ª CJM, em 10/FEV/78, a pena de 3 (três) anos de reclusão, existindo contra ele mandado de prisão no DPF/SC.
4. Segundo ficha de qualificação, em anexo, o nominado está atualmente residindo em PARIS/FRANÇA e pleiteou o recebimento de uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação e Cultura.

Seu nome ainda pôde ser verificado em documentos produzidos anos depois de seu retorno do exílio. Em outro informe (AGÊNCIA CURITIBA, 1985, p. 13), este produzido pelo Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina, cujo assunto se refere a “legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Santa Catarina”, avaliada como “A-1”, com data de 02 de julho de 1985, sendo produzido aproximadamente 10 anos após a OBV, mais uma vez verificamos o nome de Rosalino:

[...] As principais lideranças empenhadas nos trabalhos de legalização [do PCB] em Santa Catarina, são:
 -Wilson Rosalino da Silveira, filho de [...] presidente do Comitê Executivo do Partido;
 -Celso Martins da Silveira Júnior [...] vice-presidente do Comitê Executivo;
 -Nildo José Martins [...] Tesoureiro do Comitê Executivo, e
 -Francisco Hardy [...] Secretário do Comitê Executivo do Partido. [...]

e presidiu o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – o IEPES, de 1972 a 1982. Em 1983 foi eleito vereador pelo PMDB. Tal legislatura se estendeu até o ano de 1988. Fonte: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadospresidentes/andre-forster/>. Acesso em: 06 de set. de 2022.

¹³⁴ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

No documento (AGÊNCIA CURITIBA, 1976a, p. 38) em que consta a denúncia e decretação da prisão preventiva, que envolveu os membros do PCB presos na Operação Barriga Verde, datado de 27 de fevereiro de 1976, foram atribuídos a Rosalino o que – no entendimento do regime militar – se configurava nos seguintes delitos:

Wilson Rosalino da Silveira – Está em lugar ignorado. Militava no PCB desde 1973. Era membro do CM/PCB/Florianópolis-SC, a cujas reuniões comparecia. Contribuindo com dinheiro, mensalmente para o PCB, entregando as importâncias a Theodoro Ghercov. [...] Porque não foi encontrado, para prestar declarações no inquérito policial e participou das atividades clandestinas do PCB/SC, necessária se faz sua prisão preventiva, no interesse da segurança nacional, da segura aplicação da lei penal e da instrução criminal.

Ele, bem como todos os demais presos, foi punido por fazer parte do PCB e – em seu caso – colaborar ativamente com a construção partidária. No transcorrer de todo este processo, Rosalino compreendeu que sua fuga lhe poupou de enormes sofrimentos:

depois eu fiquei sabendo, que todos os nossos companheiros ficaram alquebrados, porque muitos foram torturados. Um deles inclusive se suicidou algum tempo depois. Então alguns ficaram com sequelas que carregaram por um bom tempo. Então, não é fácil enfrentar uma barra como aquela que eles enfrentaram. Eu dei sorte, num certo sentido, por que ter percebido que estava sendo seguido, ter conseguido montar junto com o pessoal do MDB, um esquema para sair do país e enfim, conseguir depois até chegar na França. Daqui eu levei dois endereços de um colega meu que era francês e dava aula comigo, colega de universidade. Depois em Porto Alegre consegui mais dois endereços, então com esses endereços nas mãos e chegando em Paris foi um pouco mais fácil de me acertar, procurar a Anistia Internacional, algum esquema de ajuda que me permitiu sobreviver lá durante esse tempo.¹³⁵

A prática da tortura era corriqueira na estrutura clandestina dos DOI-CODI.¹³⁶ Em Santa Catarina diversos presos da Operação Barriga Verde relataram terem sofrido algum tipo de tortura, de forma que não é exagerado supor que o mesmo se daria com Wilson Rosalino caso não tivesse conseguido ter êxito em sua fuga. Mas, sua trajetória posterior foi outra. Sua atuação no período posterior à Operação Barriga Verde será abordada no próximo capítulo.

Como mencionado anteriormente, proveniente de Içara, no Sul do Estado, Wilson Rosalino mudou-se para a capital do estado, Florianópolis, em sua juventude para cursar graduação em Engenharia Elétrica (sua graduação iniciou no ano de 1969 e foi concluída em 1973). Isso ocorre no final da década de 1960, quando a aproximação com a militância política se dá em paralelo entre PCB e MDB:

¹³⁵ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹³⁶ Para saber mais sobre a prática da tortura pelos agentes da repressão no âmbito da Operação Barriga Verde, cf Souza (2016) e Vieira (1994).

Bom, na verdade, eu diria que ao mesmo tempo que começava no MDB que era o espaço de atuação política possível na legalidade, eu também inicio ao mesmo tempo no PCB. Ou seja, ao mesmo tempo em que um amigo com quem eu morava e que já era militante do PCB, aos poucos foi me introduzindo no PCB, era do programa do PCB na época, que a atuação o tanto quanto possível fosse feita no âmbito da legalidade. E aí o MDB, na época, foi, digamos assim, tínhamos que escolher entre o MDB e ARENA, né? E então, num quadro de oposição ao regime, de luta pela democracia, os comunistas atuavam no MDB. É por isso que então, eu diria que foi quase simultâneo, mesmo que quando criança quase, o meu pai ele fundou o PTB. Lá em Içara, na minha casa funcionava uma salinha que era a sede do PTB. Então, já desde pequeno eu tô um pouco envolvido. Às vezes eu saía com ele, lá pro interior do município para fazer algumas filiações, coisas assim. Não quer dizer que eu fosse militante, mas já estava desde muito cedo, muito próximo da militância partidária que no caso meu pai com bastante intensidade e amor. [...] eu diria que antes de eu ir pro MDB, para me filiar e para fazer política no MDB, eu já estava vinculado ao PCB.¹³⁷

É uma trajetória desde a juventude próxima à política partidária. Desde o Sul do estado, nas andanças com seu pai em favor do PTB, ou nas reuniões, Rosalino desenvolveu forte vínculo com a política. Desde muito cedo acostumado a pensar a política. Quando muda-se para Florianópolis para cursar sua graduação em Engenharia Elétrica, logo conhece Marcos Cardoso Filho, que era seu colega de quarto, e assim, se aproxima do PCB que, embora clandestino, procurava atuar na juventude estudantil, dedicando-se a expandir sua base num seguimento social que naqueles primeiros anos da década de 1970 se interessava mais pelos agrupamentos políticos radicalizados, no caso, as diferentes organizações que desenvolviam focos de luta armada contra a ditadura. Em Florianópolis, como estudante, iniciou uma militância que envolvia diferentes frentes de atuação, sendo uma das mais significativas a organização da Juventude do MDB, a JMDB, além de outras atividades:

PCB, ilegal, então o MDB era o espaço para a nossa atuação. No MDB nós fundamos, eu, Marcos Cardoso, Cirineu Cardoso, Alécio Verzola, acho que a Marise [...] também estava, enfim, fundamos a juventude do MDB, o Valdir Alves que já faleceu também. Fundamos a juventude do MDB, com ela nós organizávamos um pouco a juventude estudantil no interior do Estado, íamos para Joinville, Criciúma, Lages, por aí, tentando criar núcleos de jovens do MDB. Também fundamos, depois de fundar a juventude, uma filial aqui em Florianópolis, daquilo que era o IEPES, em Porto Alegre: o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que funcionava como a presença em Porto Alegre, que era tocada pelo André Forster, e muito inspirada por aquele pessoal de São Paulo, o Fernando Henrique Cardoso, o Paul Singer, que era o ... como se chamava aquele instituto que eles tinham em São Paulo? Era o... até hoje existe ainda, o instituto de estudos que o Fernando Henrique mantinha em São Paulo...¹³⁸

Importante ressaltar que os nomes citados por Rosalino no trecho acima, especialmente Marcos Cardoso, Cirineu Cardoso e Alécio Verzola, foram dirigentes estaduais do PCB, em

¹³⁷ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹³⁸ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019. A entidade em questão era o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Santa Catarina. Foram figuras importantes para o Partido durante os difíceis anos de sua atividade clandestina. A reorganização do partido no estado, na conjuntura pós-1964, foi bastante difícil.

Segundo Aued e Cichaczewski (2022, p. 27-28), no período após o golpe o partido ficou desarticulado, sem organização. Os antigos dirigentes do partido, em Santa Catarina, como Mário Bastos, João Verzola e Manoel Alves Ribeiro, deixaram de fazer reuniões. Somente a partir de 1967 que o partido iniciou uma retomada de sua organização, que se deu através do movimento estudantil. Seus principais líderes foram Roberto Motta, Vladimir Amarante e Alécio Verzola. É também por essa época que Teodoro Ghercov foi enviado pelo Comitê Central para Santa Catarina, com o objetivo de assessorar na reorganização do partido. Logo após o AI-5, ainda em 1968, houve uma reunião clandestina e o Comitê Central foi reorganizado da seguinte maneira: uma comissão executiva com os cargos de 1º secretário – Teodoro Ghercov; 2º secretário: Roberto Motta, 3º secretário: Vladimir Amarante e o tesoureiro: Alécio Verzola; contando com os representantes de Itajaí, Edésio Ferreira, e Criciúma, Luís Jorge Leal.

Aued e Cichaczewski (2022) afirmam que, após este período, somente em 1972 houve uma eleição (ocorrida em uma reunião) para a direção estadual do Partido. Nessa eleição, foram eleitos: Teodoro Ghercov, o “Raúl” para 1º secretário, Roberto Motta, como 2º secretário e encarregado de entendimentos políticos, e Alécio Verzola, como 3º secretário. No setor de Juventude do MDB, Cirineu Martins Cardoso e Marcos Cardoso Filho – este também no setor de agitação e propaganda. Com suplentes: Vladimir Amarante, Luís Geraldo Bresciani, João Jorge Feliciano e Ciro Manoel Pacheco. Os autores destacam a importância de “Raul” na organização. Na leitura do referido trabalho depreende-se que em poucos anos atuando na direção do partido em Santa Catarina, sob a condução de Ghercov – “Raul”, além de uma direção estadual constituída, foram organizadas direções municipais do partido nos municípios de Joinville, Criciúma, Florianópolis e Itajaí, bem como a criação de núcleos em Blumenau. O partido passou a ter bases em municípios com forte concentração de mineiros, no caso de Criciúma, ou estudantil, como em Florianópolis, também entre trabalhadores portuários, como em Itajaí, e trabalhadores da indústria têxtil, em Blumenau.

3.2 A MILITÂNCIA CLANDESTINA NA LEITURA DO SNI: CONEXÕES ENTRE O PCB E O “PARTIDO DAS OPOSIÇÕES” EM SANTA CATARINA

A atuação do PCB no interior do MDB mencionada por Vilson Rosalino tinha tamanha relevância que a direção estadual do partido alocou formalmente militantes, na condição de dirigentes, em Santa Catarina, para coordenar a atuação no espaço de juventude da oposição legalizada, a JMDB, possivelmente a partir de 1973: no caso, Cirineu Martins Cardoso e Marcos Cardoso Filho. No depoimento tal ligação é tratada com naturalidade. As duas organizações políticas construíram uma intersecção político partidária consistente e, mesmo levando em consideração os efeitos da Operação Barriga Verde na cúpula do PCB, tal relação extrapolaria a década de 1970. E embora o nome “Vilson Rosalino” não figure na direção estadual do partido, o que implica na sua ausência das compilações de dados sobre os principais dirigentes partidários do período, do ponto de vista das informações à disposição do SNI, tanto a presença do PCB na JMDB quanto a atuação de Rosalino são percebidos com um peso maior.

Enquanto diversos fios de memória são desembaraçados, surgem elementos que remetem a acontecimentos concretos, a uma dimensão do vivido por Rosalino. O conjunto desses fios conformam uma tessitura textual que não sugere a disposição de cenas de um enredo linear e progressivo. Diferente disso, remete a um contexto em que se sobrepõem diferentes elementos, emergindo uma experiência complexa, à altura da conjuntura vivida naquela época. A relação PCB e MDB atravessada pela experiência do depoente é um bom exemplo disso. Vilson Rosalino não era apenas um quadro do PCB. Dadas as circunstâncias, adquire alguma importância nos bastidores do MDB e, posteriormente, no PMDB também. Tanto na primeira metade dos anos 1970, bem como depois do exílio, nos primeiros anos da década de 1980. Sobre o retorno, abordaremos mais adiante. Cabe ainda tratar de sua atuação política do período anterior à Operação Barriga Verde.

No prontuário de Vilson Rosalino¹³⁹ (AGÊNCIA CURITIBA, 1980 p. 65) montado pelo SNI, os primeiros dados informados remetem à data de 29 de abril de 1975:

- Informa que o MDB/RS, através de seminários que vem realizando nas principais cidades do País, contando com a coordenação do “IEPES”, fixou, como uma de suas diretrizes, de âmbito nacional, o recrutamento de lideranças na área universitária, principalmente, aquelas comprometidas com o esquema subversivo no Brasil.
- Solicita a remessa de dados que comprovem / ou ampliem os dados acima, bem como informar se existe na área algum movimento similar.

¹³⁹ No referido documento seu nome é grafado como “Wilson Rosalino da Silveira”.

Embora o prontuário tenha sido elaborado em 1980, o documento de investigação e repressão política faz um apanhado das informações que estariam disponíveis ao longo do tempo a respeito dos indivíduos monitorados pelo SNI. Os dados mencionados pelo agente repressor antecedem em aproximadamente seis meses a deflagração da Operação Barriga Verde. Não é referida a relação de Vilson com o PCB. Trata-se apenas de investigar o IEPES, um instituto vinculado ao MDB gaúcho, conforme mencionado pelo depoente. Porém, na mensagem seguinte, de junho daquele mesmo ano, podemos observar que o nome de Rosalino estava sendo rastreado, ocupando uma posição na direção do Instituto:

-Informa à AC/SNI que, em 05/06/75, foi instalado, em Florianópolis, o Instituto dos Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – o IEPES – que terá a finalidade de cooperar com o Diretório Regional do MDB em Santa Catarina.
-Informa ainda que o nominado, Professor da UFSC, é o Vice-Presidente da Entidade. (AGÊNCIA CURITIBA, 1980, p. 65)

O que aparentemente o SNI ainda não sabia dizia respeito à atuação de Vilson Rosalino na JMDB, a qual, como veremos adiante, estava sendo desenvolvida ainda antes da criação do IEPES/SC. Sobre a função deste Instituto, cabe ressaltar o que diz Martins (2006, p. 127), com base em depoimento concedido por Rosalino em 2005:

‘O Iepes funcionou como um núcleo de atração’, ao qual se juntaram pessoas de Florianópolis e militantes e intelectuais de Criciúma, Itajaí e Joinville. ‘Foi estabelecida uma relação de cumplicidade política, através de eventos e debates sobre a conjuntura, buscando os traços de natureza autoritária do governo, com consequências nefastas para o futuro do país’, sintetiza Vilson Rosalino.

Com a instalação do IEPES em Santa Catarina o MDB passou a ter um instituto de formulação teórica que poderia fornecer análises e levantamentos de dados que servissem de subsídio aos quadros políticos do partido, conforme sugeriu Rosalino ao apontar que a inspiração para a criação do Instituto era o CEBRAP. Se levarmos em consideração o crescimento eleitoral ocorrido em 1974, inclusive em Santa Catarina, podemos crer que tal necessidade passa a fazer parte do horizonte de um partido que se percebe fortalecido, legitimado pelo voto, numa posição menos frágil se comparada com a obtida na eleição anterior de 1970 – sobretudo se considerarmos que o voto no partido da oposição consolida-se enquanto um protesto contra o regime, especialmente em eleições majoritárias, no caso, para o Senado. Com a função de formular e fazer circular ideias políticas, o IEPES também exercia outra função:

A ideia era ‘manter viva a chama da militância, a capacitação através da leitura mais refinada da realidade política, coisas que a universidade não proporcionava’. Assim, eram trocados textos de autores como José Arthur Gianotti, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, ligados ao Centro Brasileiro de Estudos,

Análise e Planejamento (CEBRAP), com sede em São Paulo. ‘Era importante a divulgação de suportes para as discussões e isso o Iepes fazia’, observa Rosalino. (MARTINS, 2006, p. 127)

Seguindo no referido prontuário de Wilson Rosalino, outras mensagens apontam para uma investigação que visava verificar se membros do IEPES recebiam seus vencimentos pelo Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC)¹⁴⁰, o que aparentemente não se confirmou. E, importante ressaltar, há menções à Operação Barriga Verde neste prontuário e sobre o pedido de prisão preventiva do depoente.

Na mensagem abaixo, datada de 23 de fevereiro de 1976, temos alguns aspectos sobre o funcionamento do IEPES e sua desestruturação:

[...] O IEPES foi fundado em 1975, em FPOLIS/SC. Suas atividades se restringiam a reuniões de seus associados, portanto não chegaram a promover conferências públicas, conforme era a intenção inicial. Após a OPERAÇÃO “BARRIGA VERDE”, com a prisão de ALECIO VERZOLA e a fuga do nominado, o IEPES ainda mais se desarticulou e não promoveu qualquer atividade pública. Não se soube de qualquer de seus membros recebessem auxílio do FUNTEC/BNDE, pois tanto a UFSC quanto a UDESC não possuem convênio com essa entidade, envolvendo qualquer dos integrantes do IEPES. O FUNTEC não tem escritórios próprios nesta Capital, conforme informações colhidas no BRDE. A maior parte dos integrantes é composta de funcionários públicos. O nominado é professor da UFSC (centro tecnológico), cujo salário está suspenso por abandono de serviço. (Fugitivo por ocasião da Operação Barriga Verde). [...] (AGÊNCIA CURITIBA, 1980, p. 67)

Segundo a interpretação elaborada pela comunidade local de informações, a Operação Barriga Verde – ainda que não fosse seu objetivo – teria contribuído para a desestruturação do Instituto recém-criado em Santa Catarina.

No acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina estão disponíveis séries das edições do periódico catarinense *O Estado*, o que envolve os períodos eleitorais durante a ditadura militar e contempla o período de existência do MDB. Acompanhando o período de existência do partido até a campanha de 1982, algumas informações a respeito do IEPES foram encontradas. Publicada em agosto de 1974, uma reportagem trouxe mais detalhes a respeito da criação do IEPES em Santa Catarina, bem como de seus objetivos:

MDB VAI CRIAR INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS NO ESTADO

Com os mesmos princípios básicos e propósitos que orientaram a criação do Instituto de Formação e Estudos Políticos, da Arena – reciclagem dos políticos militantes e preparação das novas lideranças – está em vias de ser fundado, pelo MDB, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – IEPES. Classificado como órgão de cooperação do Diretório Regional do partido, para efeito do que dispõe a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o instituto será organizado na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter político, cultural e beneficente. As atribuições e finalidades da

¹⁴⁰ FUNTEC foi uma iniciativa do BNDE com o intuito de modernizar as universidades brasileiras, a partir de 1964. Este fundo incentivou a criação de cursos de pós-graduação nas ciências exatas. (PENHOLATO, 2017).

organização são, em síntese: a – instituir e manter, em caráter permanente, cursos sobre doutrina política, organização partidária e técnica dos meios de expressão e comunicação; b – fomentar a instrução e educação política, visando formar, aperfeiçoar e renovar os quadros e líderes partidários; c – promover ciclos de estudos, conferências e debates sobre a realidade brasileira nas áreas política, social e econômica; d – editar e difundir textos, discursos, conferências e monografias versando matéria ligada às finalidades do Instituto; e – assessorar, através da realização de pesquisa e fornecimento de dados, as direções e lideranças partidárias, nos seus diversos níveis; f – manter biblioteca de obras políticas, sociais e econômicas; g – conceder bolsas de estudo ou auxílio financeiro a estudantes de ciências políticas e sociais. O IEPES, a ser administrado por uma diretoria composta de presidente, dois vice-presidentes, secretário e tesoureiro, terá cinco categorias de sócios: fundadores, os atuais membros do Diretório Regional; adventícios, os que forem eleitos em substituição aos atuais membros do Diretório; contribuintes, os parlamentares estaduais e federais eleitos sob a legenda do MDB, enquanto no desempenho do mandato, e todos os que contribuírem financeiramente para a manutenção e funcionamento da entidade; honorários, os que, a juízo da diretoria, hajam prestado relevantes serviços à entidade, e à causa da democracia; e efetivos, os filiados ao MDB que aceitarem e cumprirem os estatutos da entidade.

PALESTRA

O sociólogo gaúcho André Forster estará em Itajaí no próximo sábado a fim de proferir conferência na Câmara Municipal, abordando o tema “Modelo Econômico e Político Brasileiro”. Considerado um dos grandes valores da sociologia regional, ex-presidente da Associação Gaúcha de Sociologia. André Forster pertence aos quadros do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do MDB do Rio Grande do Sul, entidade na qual se baseou o MDB catarinense para organizar seu próprio Instituto. Segundo um dos responsáveis pela promoção de sua ida a Itajaí, Deputado Delfim Peixoto Filho, “assistir a palestra do professor André Forster é tomar contato não só com a real problemática nacional, mas com um dos mais jovens e fecundos valores do mundo de hoje, que tudo estão dando de si para a melhoria e aperfeiçoamento de nosso quadro social”.¹⁴¹

O conjunto de informações disponíveis nesta reportagem permite compreendermos, além do papel que era atribuído a este instituto, também a articulação entre diferentes atores orgânicos do MDB. Como afirma Vilson Rosalino: “o IEPES era tocado pelo André Forster. Era porque, inclusive, o Forster era funcionário do gabinete do Pedro Simon”.¹⁴² Havia, portanto, uma articulação com o MDB do Rio Grande do Sul, o que envolvia o deputado

¹⁴¹ *O Estado*, 1974, 22 de agosto de 1974, p. 3.

¹⁴² Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019. No início da década de 1970 Pedro Simon, nascido em Caxias do Sul, em 1930, formado em Direito pela PUC-RS, era um político bem conhecido no Rio Grande do Sul. Em sua juventude participou ativamente do movimento estudantil, no Centro Acadêmico de sua universidade e na UNE. Depois de formado, se filiou ao PTB e foi eleito vereador em Caxias do Sul, na eleição ocorrida em novembro de 1959. Em 1962 foi eleito deputado estadual, em seu estado. Foi reeleito em novembro de 1966, pelo MDB. Foi eleito presidente do MDB-RS, em 1969, e se manteve nesta posição por um período de dez anos. Foi reeleito como deputado estadual, em 1970. Nas eleições de 1974, foi mais uma vez reeleito, dessa vez batendo um recorde de votos para deputado estadual no Brasil – 140 mil votos. Tornou-se senador pelo Rio Grande do Sul no pleito de 1978. Em 1986, foi eleito governador do RS. De 1990 em diante, foi eleito senador e reeleito por mais dois mandatos, deixando, a partir de 2015, de concorrer a cargos eletivos. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simon-pedro>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

estadual Delfim Peixoto, o qual teria um bom diálogo com os comunistas.¹⁴³ Interessante observar também que a data da publicação desta notícia, que traz informações dos primeiros movimentos que visavam a fundar o IEPES em Santa Catarina, remete a meados de 1974. Portanto, um ano antes das informações que foram registradas no SNI sobre o Instituto e sobre a participação de Rosalino.

Alguns meses depois, em novembro de 1974, há outra notícia relacionada com o IEPES nas páginas de *O Estado*. Segue abaixo:

IEPES encerra seu ciclo de palestras

Com um “painel” no período da tarde apresentando em conjunto os três conferencistas convidados – André Forster, Miguel Monteiro e Luiz Alberto Miranda – será encerrado hoje o primeiro ciclo de palestras promovido pelo Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que terá ainda pela manhã uma conferência seguida de debates, no plenário da Assembleia. O Ciclo foi instalado ontem à tarde, quando os conferencistas deram início a exposição dos temas “Classes Sociais e Participação Política”, “Estratégia Política do Desenvolvimento Econômico”, e “Brasil – As contradições do Crescimento”. André Forster é sociólogo, além de professor e presidente do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do Rio Grande do Sul, e Luiz Alberto Miranda e Miguel Monteiro são economistas, ambos também de Porto Alegre. A promoção é aberta ao público, tendo sido convidados em caráter especial a imprensa, professores, estudantes, prefeitos e líderes políticos. O IEPES é uma entidade vinculada ao MDB mas as promoções como esta não têm sentido partidário, como explica seu presidente Vilson Silveira “A preocupação é levar o debate em termos políticos, econômicos e sociais de uma forma ampla, procurando-se inclusive cumprir uma função que a Universidade atualmente vem cumprindo com deficiência.¹⁴⁴

Vilson Rosalino aparece nesta matéria de novembro de 1974 como presidente do IEPES. Em seu prontuário, em uma passagem já citada neste texto, numa informação que remete a junho de 1975, Vilson seria vice-presidente do “recém-criado IEPES” – aproximadamente sete meses após o evento citado nesta notícia veiculada em *O Estado*. Portanto, confrontando a informação do SNI com esta fonte periódica, há uma incongruência entre as informações. Podemos tomar como certo que os atores políticos estavam se articulando, e o IEPES, independente de já ter sido formalizado em Santa Catarina no ano de 1974 ou em 1975, aparentemente vinha cumprindo parte das tarefas a que se propunha. No entanto há outra incongruência a respeito das atividades do IEPES. Ainda no prontuário de Rosalino, e em trecho que também já foi citado, há a afirmação de que o IEPES, “fundado em 1975”, teria atividades restritas “a reuniões de seus associados”, sem “promover conferências públicas, conforme era

¹⁴³ Delfim de Pádua Peixoto Filho foi eleito deputado estadual, em Santa Catarina, nas eleições de 15 de novembro de 1970. Obteve 9.185 votos. Foi reeleito nas duas eleições seguintes, em 1974 e 1978. Fonte: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

¹⁴⁴ *O Estado*, 10 de novembro de 1974, p. 16.

a intenção inicial”. Esta afirmação do órgão de vigilância da ditadura foi registrada em fevereiro de 1976.

É possível compreender que os persecutores estivessem equivocados, e ainda que o Instituto tivesse sido fundado apenas em junho de 1975 e que, tendo sido deflagrada a Operação Barriga Verde meses depois, em novembro, os agentes que produziram essas informações, ao não observarem a realização de atividades públicas por parte do IEPES neste segundo semestre de 1975, teriam concluído que suas ações fossem apenas encontros restritos a seus membros.

No entanto, a notícia publicada em *O Estado*, de novembro de 1974, por sua vez produzida no calor do momento, sugere justamente a ocorrência de uma conferência, realizada bem no centro da capital do Estado e no plenário da Assembleia Legislativa, tendo sido publicizada pelo principal periódico catarinense¹⁴⁵.

De todo modo, o MDB trouxe para Santa Catarina seu Instituto. Não foi uma excepcionalidade, uma vez que já existia no Rio Grande do Sul e o objetivo era justamente levá-lo para outras unidades da federação. Portanto sua existência e expansão obedecia a uma lógica de expansão da legenda em setores intelectuais, com vistas a demandas eleitorais do próprio MDB. Contudo, em Santa Catarina, um de seus principais nomes, um de seus organizadores era justamente um membro do Comitê Municipal do PCB, destacado – junto com outros de seus camaradas – para ocupar o setor de juventude do partido. É esta mesma rede de contatos ligada ao gabinete do deputado estadual gaúcho Pedro Simon que irá ser ativada para que fosse possível a fuga de Wilson Rosalino do país.

3.3 A FABRICAÇÃO DO ARGUMENTO DA “COMUNIZAÇÃO DO MDB”

A Informação nº 0122/116/ACT/76 que tem por assunto o “inquérito nº 49/75 SR/DPF/SC, envolvendo militantes do PCB em Santa Catarina” traz em anexo cópia do “relatório feito pela Superintendência da Regional do DPF/SC”, que possui 46 páginas (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b). O documento data de 02 de fevereiro de 1976 e o relatório em seu anexo está datado de 02 de janeiro daquele mesmo ano, sendo que este documento teve difusão para Agência Central do SNI. Tal relatório, por sua vez, traz uma série de informações

¹⁴⁵ Segundo consta na seção “História” do site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a sede do parlamento catarinense funciona em frente a atual praça Tancredo Neves, na rua Jorge Luz Fontes, desde dezembro de 1970. Portanto, sugere que o evento organizado pelo IEPES em agosto de 1974, teria ocorrido no mesmo endereço onde a Assembleia Legislativa se encontra atualmente. Esta sede do Parlamento teria sido inaugurada pelo Governador Ivo Silveira. Fonte: <https://www.alesc.sc.gov.br/sobre#:~:text=HIST%C3%93RIA,acordo%20com%20a%20densidade%20populacional>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

sobre a atuação do PCB em Santa Catarina, desde as primeiras reuniões do comitê estadual, bem como reuniões dos comitês municipais de Florianópolis e Criciúma, Itajaí e Joinville, organizadas de acordo com a data em teriam ocorrido. E será em registros de supostas reuniões do Comitê Municipal de Florianópolis que encontraremos o nome de Wilson Rosalino, bem como o arrolamento de sua pretensa atuação no período, sob a ótica de seus vigilantes. No entanto, para melhor contextualizar as reuniões do Comitê Municipal (CM) de Florianópolis será necessário conhecer as principais posições decididas nas reuniões do Comitê Estadual (CE) de Santa Catarina.

Para tanto, temos apenas as informações registradas pelos persecutores dos órgãos de vigilância. Tomá-las como verídicas significaria trazer para o relato histórico um conjunto de notas esparsas de agentes a serviço de um regime autoritário e comprometido não exatamente com informações fidedignas, mas em perseguir e acusar cidadãos e cidadãs da prática de crimes políticos definidos pela ditadura. Daí que seja indispensável manusear essas informações com muito cuidado. O objetivo aqui é o de demonstrar o conjunto de estratégias utilizadas pelos agentes repressivos para estabelecer vínculos entre comunistas e o MDB.

Vieira (1994) em sua dissertação sobre a história do PCB catarinense cujo recorte temporal vai da organização do partido, em 1922, até a eclosão da OBV, em 1975, sistematizou um tópico a respeito da reorganização do partido entre os anos de 1964 e 1975, em que utiliza também informações provenientes da repressão. O autor comenta que essas informações foram confirmadas, em parte, por alguns daqueles militantes, como Alécio Verzola e Ciro Manoel Pacheco, no início dos anos 1990. Por outro lado, o autor também afirma que há informações que foram inseridas arbitrariamente nos autos de acusação. Analisando o texto elaborado por Vieira e as informações da repressão que ele utilizou para narrar a trajetória do PCB neste recorte mencionado, é possível crer que as datas das reuniões e temas debatidos, bem como as funções desempenhadas pelos militantes em cada Comitê, aparentemente são verídicas.

Depois da mencionada primeira reunião, ocorrida em 1972, em Piçarras, onde foi eleita a nova direção do partido em âmbito estadual, teriam acontecido mais quatro reuniões do comitê estadual do PCB/SC. Na segunda reunião, ocorrida, segundo os agentes da repressão, em meados de 1973, “na praia de Camboriú”, estariam presentes Teodoro Ghercov, Alécio Verzola, Cirineu Martins Cardoso, Roberto João Motta e Marcos Cardoso Filho. Ainda segundo o relatório da ditadura:

A ordem do dia foi: balanço da atuação do CE/PCB/SC até aquela data; maior apoio do PCB aos candidatos da oposição e infiltração de elementos do “partido” na JMDB. Usou da palavra “RAUL”, fazendo um apanhado geral da atuação do “partido” até aquela data e solicitou o apoio aos candidatos da oposição e infiltração do PCB na

JMDB. A seguir, usou da palavra ROBERTO JOÃO MOTTA, solicitando aos presentes mais apoio aos Diretórios do MDB. [...] (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 14)

Começa a ser construída uma narrativa persecutória segundo a qual, em meados de 1973 teria surgido a possibilidade de que comunistas atuassem na Juventude do MDB, o que seria, na linguagem própria desse tipo de documentação, produzida no âmbito do acossamento ao PCB, como uma “infiltração”. Os produtores do relatório tiveram sua atenção chamada para a suposta atuação dos comunistas em três frentes: no interior da JMDB, no apoio a candidatos emedebistas e em assegurar “mais apoio” aos diretórios do MDB.

Segundo os investigadores do regime autoritário, a terceira reunião do CE do PCB catarinense, supostamente ocorrida no Pântano do Sul, no mês de dezembro de 1973, em uma casa alugada por Teodoro Ghercov, teria contado com a presença, além do já citado militante do PCB, de Alécio Verzola, Ciro Manoel Pacheco, Marcos Cardoso Filho, Cirineu Martins Cardoso e Jorge João Feliciano. Percebe-se que o órgão de repressão política passa a mapear alguns nomes que serão transformados em alvos de sua atuação. Mais uma vez os repressores destacam a aproximação entre comunistas e o MDB:

Apoio do PCB aos candidatos da oposição; entendimentos que ROBERTO JOÃO MOTTA faria com os candidatos simpatizantes com o “partido”; balanço das atividades e progressos do PCB/SC até aquela data e solicitação de mais recrutamento de pessoas simpatizantes com o “partido” para se filiarem à JMDB”. Usou da palavra TEODORO GHERCOV, que após dissertar sobre a situação do “partido” até aquela data, orientou os presentes no sentido de aliciarem mais elementos para o PCB e após filiarem-se ao MDB e JMDB. A seguir falou ROBERTO JOÃO MOTA para esclarecer que só contactaria em termos de “partido” com os candidatos opositoristas que demonstrassem receptividade, enquanto que aos demais solicitaria fiel cumprimento do programa do MDB, usando da palavra, a seguir, ALÉCIO VERZOLA, para expor suas dificuldades em aliciar elementos para o PCB. Finalmente TEODORO GHERCOV deu por encerrada a reunião que teve a duração aproximada de 6 horas. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 15)

Percebe-se que o regime passa a seguir os passos dos integrantes do PCB catarinense de modo a demonstrar a continuidade de suas ações e a porem em prática as diretrizes supostamente aprovadas nos encontros que estiveram sob vigilância.

De sua parte, os militantes comunistas, seguiam atualizando informações ou compartilhando dificuldades encontradas para o desenvolvimento da linha política adotada, como no caso de Alécio Verzola. Como o calendário eleitoral estava mantido, sabiam que no ano seguinte, 1974, haveria eleições parlamentares em âmbito estadual e federal. O 2º secretário do partido, que segundo os agentes da repressão seria responsável pelos “entendimentos políticos”, Roberto João Motta, teria elaborado alguns critérios de aproximação com parlamentares ou candidatos do MDB, não havendo ainda uma definição de nomes.

Uma suposta quarta reunião do CE do PCB de Santa Catarina teria ocorrido em maio de 1974, na praia da Pinheira, na Grande Florianópolis. O encontro teria se dado numa barraca, montada por Roberto Motta, com a participação de Teodoro Ghercov, João Jorge Feliciano, Ciro Manoel Pacheco, Cirineu Martins Cardoso e Alécio Verzola. Os persecutores demonstram mais uma vez seu objetivo de destacar uma aproximação entre comunistas e o MDB, tendo em vista possíveis acusações a esta legenda, dado que se sabe que qualquer aproximação desse tipo seria considerada delitativa, segundo a lógica da ditadura. Segundo a elaboração contida no Fundo do SNI (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 15-16), temos que:

TEODORO GHERCOV usou da palavra para promover o bom desempenho de MARCOS CARDOSO FILHO na Presidência da JMDB, fazendo a seguir um balanço dos êxitos do “partido” até aquela data. A seguir fez uso da palavra MARCOS CARDOSO FILHO, esclarecendo os presentes sobre o Código de Ética do MDB e JMDB e fez um balanço sobre seu trabalho à frente da Juventude do MDB. A seguir, ROBERTO JOÃO MOTTA informou aos presentes os nomes dos candidatos do MDB, aos quais solicitou o máximo empenho em suas campanhas, que eram os seguintes: MURILO SAMPAIO CANTO, para Deputado Federal por Criciúma; WALMOR PAULO DE LUCA, para Deputado Federal e DELFIM DE PÉDUA PEIXOTO FILHO, para Deputado Estadual por Itajaí. Esclareceu aos presentes que estes candidatos opositoristas haviam se comprometido com o “partido” em se, caso fossem eleitos, defenderem com veemência as seguintes exigências do PCB:

Revogação do AI-5;

Revogação do Decreto-Lei 477;

Maior liberdade democrática;

Eleições diretas para todos os cargos eletivos;

Elaboração de uma nova Constituição para o Brasil;

Retorno da vigência do “Habeas-Corpus” para os crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional e Anistia aos presos políticos. [...]

Mesmo que essas supostas informações sejam oriundas de órgãos policiais do regime, a aproximação das bases do PCB com o MDB ocorreu e está registrada na historiografia do período (FIGUEIREDO, 2014). Assim, são necessárias algumas considerações. Não é possível dispor de números relativos ao PCB naquele ano de 1974 para afigurar uma real dimensão de seu tamanho em Santa Catarina. Isso seria útil para compararmos com os anos anteriores e aferirmos se houve crescimento de suas bases. Entretanto, podemos supor que tal abordagem a candidatos do MDB e o compromisso programático destes candidatos com o PCB, assumidos em troca do apoio eleitoral com os comunistas, pode sugerir uma presença não desprezível do PCB naquele período – ou ao menos o reconhecimento da capacidade de arrematamento eleitoral por parte do PCB, provavelmente lançando mão do desprendimento e dedicação de sua militância. Entre as expectativas em jogo, os candidatos do MDB certamente esperavam receber mais votos a partir destas negociações. Do lado dos comunistas cabe observar que eram candidaturas cujas bases eleitorais estavam situadas em territórios onde o partido estabeleceu comitês municipais: Criciúma, onde estavam situadas as bases eleitorais de Walmor de Luca e

Murilo Canto, e Itajaí, por sua vez, base eleitoral de Delfim Peixoto e onde, de maneira organizada e gradativa, o PCB atuava buscando novos membros e trabalhando segundo as diretrizes do CE do partido.

Wilson Rosalino, quando perguntado se o PCB havia lançado algum militante como candidato pelo MDB na eleição de 1974, disse o seguinte:

Próximo a nós sim. Não chegava a ser do partido mesmo. Mas gente que a gente fazia política junto. E com quem tinha muita troca de opinião, como o deputado Murilo Canto, aqui na Assembleia Legislativa, Delfim Peixoto Filho, que foi depois foi presidente da Federação Catarinense de Futebol, também era alguém com quem nós trabalhávamos muito próximos. Na Câmara Federal, o deputado Walmor de Lucca, era alguém com quem nós trabalhávamos, que pedíamos votos, que trabalhávamos. Eu não diria “eles tinham ligação com o PCB”, não. É... talvez os mais espertos soubessem, esses caras [...] Não se entrava muito no mérito dessa questão. O fato é que a gente queria, eles tinham compromissos conosco, defendiam bandeiras que nós defendíamos, lutar pela democracia, lutar pela liberdade de imprensa, pela liberdade nas universidades, enfim, né, já entrava um pouco nessa época um discurso que evidentemente tem que entrar, elementos da questão distributiva, ou seja, tem que distribuir renda, tem que fazer justiça social. Eram os candidatos com quem nós mais nos afinávamos. Eram esses.¹⁴⁶

O depoimento de Rosalino reforça uma ideia que também está contida nos arquivos do SNI: o apoio dos comunistas a candidaturas do MDB se deu mediante acordos programáticos. Interessante observar que as táticas adotadas pelo CE do partido vinham sendo implementadas e produzindo alguns resultados. Talvez com receio de expor quadros orgânicos do partido, naquela conjuntura, foi mais interessante apostar em candidaturas desvinculadas do PCB, o que certamente chamaria menos atenção da repressão, ao passo que os comunistas teriam alguma influência no âmbito político institucional. Um registro supostamente relativo a esta quarta reunião do CE do partido finaliza com o seguinte parágrafo:

O “partido” intensificou sua campanha em torno desses Deputados, mas não se descuidou em apoiar EVILÁSIO VIEIRA e JAISON BARRETO para o Senado Federal, embora não houvesse qualquer comprometimento destes com o PCB. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 16)

Tal registro em 1976 procurava mapear informações que seriam úteis para o regime no futuro, dado que o então deputado federal Jaison Barreto disputaria a eleição para o Senado apenas no ano de 1978. Por outro lado, considerando que a referida reunião do PCB teria ocorrido em maio de 1974, é possível crer que o MDB ainda estivesse em tratativas e não tivesse definido o seu candidato para as eleições de novembro daquele ano. Nesse caso, a candidatura à única vaga do Senado em disputa naquela eleição poderia ter como principais postulantes nomes entre os quadros mais destacados do partido. Neste sentido, sobressairia certamente o

¹⁴⁶ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

nome do lagunense Jaison Barreto, então deputado federal, com forte atuação em temas ligados à saúde. Havia atuado como médico em Brusque, onde aproximou-se do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem. Naquele município também atuara seu padrinho político, o trabalhista Francisco Dall’Igna (NADER, 1998). O candidato ao Senado pela legenda oposicionista seria o ex-pessedista Evilásio Vieira, cuja trajetória política no município de Blumenau registrava sucessivas vitórias eleitorais: para vereador, pelo PSD, em 1962, para deputado estadual, em 1966, pelo MDB, e para prefeito de Blumenau, em 1969, tendo concluído seu mandato em janeiro de 1973. Um dado importante desses registros de vigilância sobre o PCB é que, ao menos indiretamente, o regime mapeava movimentações que ocorriam no interior do MDB, uma legenda com atuação legalizada. Tais informações certamente eram úteis para o partido de apoio à ditadura, a ARENA, em seus embates eleitorais.

Os agentes da repressão produziram registros sobre uma quinta e última reunião do CE, pretensamente ocorrida em janeiro de 1975, na Praia da Esplanada, numa casa que teria sido alugada por Jorge João Feliciano. Atualmente, este balneário faz parte do município catarinense de Jaguaruna, situado no litoral Sul do estado e que por sua vez faz fronteira, entre outros municípios, com Içara¹⁴⁷. Estariam presentes Newton Cândido, Teodoro Ghercov, Roberto Motta, Alécio Verzola, Cirineu Martins Cardoso, Ciro Manoel Pacheco e Jorge João Feliciano. Estes integrantes do partido teriam abordado os seguintes assuntos:

[...] Abrindo os trabalhos, TEODORO GHERCOV ofereceu a palavra a NEWTON CÂNDIDO – “Cláudio”, representante do CC/PCB, que fez uma exposição geral sobre os acontecimentos políticos nacionais. A seguir TEODORO GHERCOV usou da palavra para fazer um balanço das eleições de 1974 e solicitou a criação de novos Diretórios da JMDB em diversas cidades do Estado. A seguir falaram os demais presentes, sendo que ALÉCIO VERZOLA fez um balanço de seu trabalho no recrutamento de novos militantes. No encerramento da reunião, TEODORO GHERCOV, jactando-se de haver agido certo quando insistiu com os seus superiores, de que só utilizando-se do MDB o “partido” poderia chegar ao Poder e que a expansão do PCB em Santa Catarina dependerá do maior número possível de elementos do PCB infiltrados no MDB e na sua juventude, deu por encerrados os trabalhos, convidando os presentes para a churrascada da vitória. Esta foi a última reunião efetuada em termos de Comitê Estadual do PCB/SC [...] (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 16-17)

Pode-se perceber que, se for possível considerar algo de fidedigno no relato dos persecutores, tais informações teriam sido obtidas por meios próprios a um regime autoritário,

¹⁴⁷ Interessante observar que todas as reuniões do CE do PCB de Santa Catarina teriam ocorrido no litoral: Piçarras, 1972; Camboriú, 1973; Pântano do Sul (Florianópolis), 1973; Praia da Pinheira (Palhoça), 1974; e por fim, Praia da Esplanada, 1975. Cruzando essas informações com as regiões onde os membros do partido organizaram seus comitês municipais (Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville), podemos ter uma dimensão dos limites territoriais de atuação do partido naquele contexto, situados a leste do território catarinense, entrando em Blumenau, a partir da formação de núcleos, tentando aumentar sua influência por via da JMDB.

pela coação ou mesmo a violência física. O que teria sido decidido na reunião de maio de 1974 na Praia da Pinheira pela direção estadual do PCB passara a ser considerado pelos dirigentes do partido como resultados alcançados. Interessou aos repressores registrar que a continuidade do aprofundando de tal suposta linha política.

Sabe-se que, para além de as eleições de 1974 terem significado uma grande vitória do MDB, em âmbito estadual ocorreram importantes vitórias para o PCB. Entre os eleitos para Câmara dos Deputados, pelo estado de Santa Catarina, figura o nome de Walmor Paulo de Luca, do MDB, com 41.691 votos. E, para a Assembleia Legislativa, entre os 40 deputados estaduais eleitos naquele pleito, figuram os nomes de Delfim de Pádua Peixoto Filho, do MDB, com 20.089 votos e de Murilo Sampaio Canto, também do MDB, com 16.004 votos.¹⁴⁸ Portanto, se havia uma linha política em apoiar determinados candidatos do MDB, em regiões onde o PCB já tinha organizado Comitês Municipais, no caso, Criciúma e Itajaí, esta vinha dando resultados – independente do acerto de tal tática, ou seja, se no futuro tais escolhas contribuiriam ou não para um crescimento dos comunistas.

Chamou a atenção dos elaboradores do documento do SNI o clima de comemoração do encontro, com uma “churrascada da vitória”. Interessante sublinhar que Teodoro Ghercov teria apontado para a necessidade de criação de novos diretórios da JMDB em várias outras cidades catarinenses, o que sugere um entusiasmo com a tática de ocupar este setor do MDB¹⁴⁹. Aparentemente, apesar da conjuntura amplamente desfavorável, o PCB continuava se organizando, estabelecendo metas e, alcançando alguns de seus objetivos. Um exemplo desta pequena, porém, desejada vitória obtida pelos comunistas nas eleições de 1974 pode estar situado na conquista de alguma influência junto ao parlamento catarinense. Os deputados eleitos não eram membros orgânicos do partido, mas dado os acordos firmados, podiam ser considerados aliados.

Em outro documento, na Informação nº 1656/116/ACT/75, datada de 10 de novembro de 1975 (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d), que tem por assunto “Repercussão da Operação para desarticulação do proscrito PCB em SC”, fica evidente que a comunidade de informações estava monitorando o que circulava na arena pública após a deflagração da Operação Barriga Verde. Cinco itens foram elencados no escopo deste informe. Dentre eles destacam-se: 1. A ocorrência da Operação Barriga Verde, na data de 04 de novembro de 1975; 2. O pronunciamento do

¹⁴⁸ Fonte: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 13 de set. de 2022.

¹⁴⁹ Ao final da Informação, consta ainda que somente a primeira reunião do CE do PCB foi secretariada, e que seus registros foram destruídos posteriormente, e que as demais reuniões teriam sido conduzidas verbalmente, sem anotações.

deputado Murilo Canto, do MDB, na ALESC, no dia 05 de novembro de 1975, denunciando o desaparecimento daqueles cidadãos que haviam sido capturados pelas forças policiais; bem como o de n. 3. que se refere a aprovação pelos estudantes da UFSC, por meio de seus diversos diretórios acadêmicos, inclusive o DCE, pela divulgação de uma carta aberta, citando nomes de alguns dos cidadãos capturados e prestando solidariedade a outras universidades, e com o objetivo de levar tal carta ao conhecimento de autoridades.

O pronunciamento do deputado Murilo Canto, um dia após ao desaparecimento de cidadãos ligados ao PCB, é um exemplo do tipo de relacionamento que se desenvolveu entre o partido que estava na clandestinidade, e parlamentares emedebistas. Seria um suporte institucional, dentro do possível. No anexo do documento, há uma cópia do discurso. Seguem alguns trechos abaixo:

Senhor Presidente e Senhores Deputados,
cumprimos mais uma vez o triste dever de comunicar a esta Casa de que além do advogado e do jovem estudante, que ontem tivemos a oportunidade de comunicar a esta Casa, terem sido sequestrados, recebemos a notícia agora que mais dois cidadãos da nossa Comunidade foram presos ou sequestrados e mais um encontra-se desaparecido. [...]

Senhor Presidente,

recebemos a informação que o estudante de economia Sirineu Martins Cardoso foi preso e acha-se em local ignorado; que o engenheiro Marcos Cardoso Filho, professor do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, também foi preso e levado para local ignorado.

Informamos também que o professor Valci Lacerda, Suplente de Vereador do MDB da Capital, encontra-se desaparecido. Ontem interpelamos o Senhor Secretário de Segurança Pública, no seu gabinete e ele disse-nos que pouco poderia informar-nos. Mas a Oposição continuará com o dever que lhe é peculiar e por ser ponto de honra do seu programa partidário, o respeito ao direito da pessoa humana, continuará a registrar, nesta Casa, todas as vezes que se cometerem injustiças, que se prenderem, sem direito de defesa, cidadãos pacatos e que vivem para o cumprimento de seu dever. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d, p. 05-06)

Numa segunda ocasião, toma a pedir a palavra o deputado emedebista:

[...] com tristeza Senhor Presidente, mais uma vez, encontra-se em nosso Gabinete uma Senhora que veio nos comunicar que prenderam seu marido, um funcionário da APESC. Foram em sua casa, com um bilhete – não escrito por seu marido – e fizeram com que ela entregasse todos os seus pertences.

É triste, mais infelizmente para esta Casa, a Liderança do MDB, Partido que tem no seu programa – e faz ponto de honra o direito da pessoa humana, é obrigado a comunicar, a esta Casa, a prisão do Senhor Márcio Campos, estudante da 5ª Fase do Curso de Direito, funcionário da APESC.

Pedimos escusas aos Senhores Deputados, mas de vez em quando temos que interrompê-los para fazer este tipo de comunicação.

Estamos a fazer, com a maior serenidade, para que não se diga no futuro, que os homens públicos de Santa Catarina, principalmente aqueles que pertencem à Legenda do Partido de Oposição, se negaram a dar seu testemunho, nesta hora triste e trágica, porque passa a Comunidade Catarinense. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d, p. 07-08)

O parlamento é um espaço de lutas. Mesmo com as restrições impostas pelos governos militares, tais como a possibilidade de cassação de mandatos e perda de direitos políticos, de uma forma muito cuidadosa, algumas vezes, claramente num tom de escusas, o deputado Murilo Canto procurou citar os nomes dos desaparecidos e reivindicar direitos básicos, direitos universais inerentes à pessoa humana. Segue este outro pronunciamento, realizado no mesmo dia 05 de novembro de 1975:

Senhor Presidente, este vai ser o nosso procedimento. Enquanto nos restar forças, enquanto tivermos condições de aqui darmos o testemunho em favor da dignidade de pessoa humana que deve ter um direito de um advogado, direito de assistência da sua família e de só ser condenado após culpa formada. Era esta, Senhor Presidente, a triste comunicação que no exercício da Liderança de um Partido de Oposição, tem que fazer a esta Casa, que é a Casa do Povo de Santa Catarina. Muito obrigado! (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d, p. 09)

O deputado fala em tom de denúncia. Com o desenrolar dos acontecimentos, suas palavras adquirem uma carga dramática crescente, a cada pronunciamento, como podemos ver abaixo:

Senhor Presidente, constringido e até temeroso desejamos comunicar à Casa a ocorrência de mais um fato lamentável. Acabava de sair desta Casa o automóvel que ocupa a Liderança do MDB, levando um funcionário de nosso Gabinete, José Carlos da Silveira, e o mesmo foi retirado do carro e levado para um lugar ignorado. Sinto muito, Senhor Presidente, mas não temos mais condições de exercer o mínimo de democracia. Fazemos essa comunicação ao Plenário até temerosos e contidos. Mas é preciso que se registre. Os fatos estão acontecendo. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d, p. 10)

O deputado Murilo do Canto se expôs com estes discursos. Tentou fazer uma mediação com a ordem dominante quando sugere que até então era possível exercer um “mínimo de democracia”, e estabelece um corte, onde a partir dos desaparecimentos abruptos, nem aquele “mínimo” encontrava condições de se realizar. Era o jogo do possível. Sua atuação como parlamentar tinha que ser exercida com cautela. Um enfrentamento aberto, naquele momento, era algo que devia ser evitado. Seu discurso foi parar nos arquivos do SNI, mas, ao menos, de alguma forma fez circular a respeito do desaparecimento destes cidadãos que foram capturados na surdina, um a um, e sem nenhum tipo de comunicado posterior.¹⁵⁰

Em termos de organização partidária, o relatório do SNI citado (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 15-18) sugere que seria no Comitê Municipal (CM) de Florianópolis que

¹⁵⁰ Segundo consta no relatório anexo à Informação nº 1875/116/ACT/75 (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 54), no dia 04 foram capturados Teodoro Ghercov, Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho, Roberto João Motta, Celso Padilha, Valci Lacerda e Cirineu Martins Cardoso. E, no dia do discurso do então deputado Murilo Canto, 05 de novembro, foram capturados Elineide Lícia Martins, Marcio Campos, Sérgio Giovannella e Amadeu Hercílio da Luz.

o partido dedicaria maior energia para a organização da JMDB. O partido tentou organizar este CM no período em que reorganizou sua direção estadual, no ano de 1968. Percebe-se que os agentes da repressão agiam no sentido de identificar e praticamente limitar toda a atuação da JMDB como uma organização comunista. O objetivo de tal estratégia buscava a criminalização do movimento, conforme os ditames do regime em relação à perseguição aos comunistas.

Naquela época, alguns militantes do partido, como Roberto Motta, Vladimir Amarante e Rosemarie Cardoso teriam tentado organizar o Comitê em Florianópolis. Entre os anos de 1968 e 1969, as reuniões teriam ocorrido na “Casa do Estudante” e, além dos nomes já citados, também aparecia o de Gerônimo Wanderley Machado. A partir de 1969, passariam a comparecer nas reuniões Alécio Verzola e um dos irmãos de Rosemarie, Marcos Cardoso Filho. Estes militantes teriam recebido orientações de Teodoro Ghercov no sentido de “arregimentar” mais pessoas para o partido.

Os agentes da repressão política registraram eventuais reuniões em finais de semana, ora na citada “Casa do Estudante”, ora em restaurantes, na casa de Alécio Verzola, ou de Vladimir Amarante. Esse esforço visaria o fortalecimento do partido, em Florianópolis, para a criação do Comitê Municipal do PCB.¹⁵¹ A Comissão Executiva do CM de Florianópolis estaria sendo organizada por Rosemarie Cardoso, Roberto Motta e Vladimir Amarante, em 1968, mas o Comitê Municipal só veio a ser organizado em agosto de 1974, portanto, bem depois da eleição para o CE/PCB de SC ocorrida em 1972.

Na primeira reunião do CM de Florianópolis, que teria ocorrido no início de agosto de 1974 na casa de Vladimir Amarante, no município de Palhoça, teriam estado presentes, além do anfitrião, Alécio Verzola, Cirineu Martins Cardoso, Valci Lacerda e Eleneide Lícia Martins. Os temas debatidos teriam sido a “estruturação do CM/PCB/Florianópolis; instruções sobre a mecânica do PCB e como funciona um Comitê Municipal e arregimentação de mais pessoas para o ‘partido’”, e com destaque para a colocação de Alécio Verzola:

¹⁵¹ A Informação nº 674/SNI/ACT/68 (AGÊNCIA CURITIBA, 1968), contém informações sobre dois jornais que circulavam na comunidade acadêmica da UFSC, no ano de 1968. O jornal “Vanguarda Universitária”, que segundo consta na informação citada era de responsabilidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE). E, até o dia 13 de agosto de 1968, a direção do DCE era composta pelo presidente Heitor Bittencourt Filho, bem como os membros Wladimir Arantes (provavelmente Vladimir Amarante), Nilton Santangelo, Rosemary Cardoso (provavelmente Rosemarie Cardoso), José Barbosa, Cesário Teterciz e Célio H. M. Silva. Na data de circulação da informação citada, dezembro de 1968, a gestão do DCE já era outra. Presidia a nova gestão Roberto João Motta, acadêmico de Direito, além de Wladimir Amarante, fac. de Direito, Paulo Alves, Eteny Lorenzi, Munyr Chamone, Derley Catarina de Luca, Nelzi Menelli, Jarbas Benedet, Norberto Ferreira, Taylor Baltazar. Como podemos ver, na liderança do movimento estudantil da universidade, no ano de 1968, observamos militantes que tentavam organizar o PCB em Florianópolis: Vladimir Amarante, Rosemary Cardoso e Roberto João Motta.

[...] A seguir ALÉCIO VERZOLA usou novamente a palavra para solicitar aos presentes fizessem campanha em torno dos candidatos do MDB, principalmente para MURILO SAMPAIO CANTO e VALMOR PAULO DE LUCA. Ao encerrar a reunião, ALÉCIO VERZOLA, deixou mais ou menos delineada a composição do CM/PCB/Florianópolis, aguardando somente a confirmação de alguns participantes e ausentes. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 18)

O relato da repressão busca identificar uma dinâmica partidária, em que os Comitês Municipais vão recebendo as diretrizes decididas nas instâncias superiores. O crescimento eleitoral do MDB em Santa Catarina era o alvo dos agentes repressivos, procurando associá-lo a uma ação de infiltração comunista. Neste sentido, segundo o relato da repressão, há poucos meses da eleição de novembro de 1974, o PCB mobilizaria suas bases para pôr em prática uma tática, reforçando a necessidade do apoio aos candidatos emedebistas.

Os agentes policiais registraram a ocorrência de frequentes reuniões do CM de Florianópolis, todas no segundo semestre de 1974, chegando ao número de cinco. Analisando cada uma delas, a princípio, o nome de Wilson Rosalino não consta entre os registros. Porém, teriam sido obtidas informações que foram elencadas na seção seguinte do relatório, intitulada “síntese das atividades subversivas dos indiciados” (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 43):

WILSON ROSALINO DA SILVEIRA. Natural de Içara/SC, nascido no ano de 1950. Membro efetivo do Comitê Municipal (CM) do Partido Comunista Brasileiro de Florianópolis/SC. **Participou de várias reuniões do CM/PCB/Florianópolis e do CE/PCB/SC.** Com a infiltração de elementos do PCB na Juventude do MDB, exerceu dentro da JMDB as funções de 1º Vice-Presidente, sendo Presidente MARCOS CARDOSO FILHO e Tesoureiro CELSO PADILHA. Com o início das prisões dos militantes do PCB/SC, evadiu-se desta Capital, estando em local ignorado. Exerce as funções de secretário particular do Deputado Estadual MURILO SAMPAIO CANTO. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 43, negrito no original)

Ainda segundo a leitura realizada pela comunidade local de informações, na segunda reunião do CM de Florianópolis, que teria ocorrido na casa de Gerônimo Machado, em São José, em meados de agosto de 1974, os militantes teriam enfatizado a necessidade de mobilização em torno das campanhas de Murilo Canto e de Walmor de Luca, especialmente, e aos demais candidatos da oposição. Chama atenção a composição do Comitê Municipal, que seria organizado da seguinte maneira:

ALÉCIO VERZOLA – Dirigente e encarregado do setor de Finanças e aliciamento para a JMDB;
 MARCOS CARDOSO FILHO – Responsável pela JMDB e conscientização dos jovens;
 CIRINEU MARTINS CARDOSO – Juventude do MDB e aliciamento de jovens;
 WILSON ROSALINO DA SILVEIRA – JMDB;
 VLADIMIR SALOMÃO DO AMARANTE – JMDB;
 ELENEIDE LÍCIA MARTINS – JMDB;
 VALCI LACERDA E

MARCIO CAMPOS (seria ainda aliciado) – setor estudantil – UFSC. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 19)

Pelo que consta neste trecho, o Comitê Municipal do PCB de Florianópolis estaria completamente mobilizado para a atuação no segmento de juventude do MDB, sendo que Wilson Rosalino seria um dos principais articuladores. Cabe ressaltar que tal configuração contrastava com a estruturação, por exemplo, do Comitê Municipal de Criciúma, que além de estar organizado há mais tempo tinha uma atuação voltada para o setor sindical, segundo nos sugere o referido documento do SNI, quando traz informações a respeito da primeira reunião do CM de Criciúma. Sua organização remontaria ao ano de 1969 e, segundo o relatório policial, teria existido até 1972, tendo entrado em declínio a partir deste período. Nesta reunião, os membros estavam organizados da seguinte maneira:

LUIZ GERALDO BRESCIANI – “Gigio” – 1º Secretário – setor de Organização;
 ROQUE FELIPE – 2º Secretário – Setor Político;
 ROBERTO COLOGNI – 3º Secretário – Setor de Finanças;
 AMADEU HERCÍLIO DA LUZ – Setor do MDB;
 JOBE DA SILVA NOVA – Setor Sindical;
 SEBASTIÃO ERNESTO GOULART – Setor MDB;
 ROQUE FELIPE – Setor Sindical e
 CIRO MANOEL PACHECO – Setor Sindical. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 21)

Segundo o trecho sugere, o Comitê de Criciúma alocava seus membros preferencialmente para atuar no setor sindical e, em parte, junto ao MDB. Em se levando em consideração alguma credibilidade de tais registros, tal diferença de configuração entre os Comitês de Florianópolis e Criciúma provavelmente significava uma forma de o partido se adaptar às diferentes características destas cidades. Em Florianópolis, uma parte importante de seus membros foi recrutada no movimento estudantil. Aliás, com a presença da UFSC, bem como do movimento secundarista, a cidade acabava por ter uma concentração importante de juventude, diferente do contexto do PCB em Criciúma, onde seus membros eram recrutados no movimento sindical.

Nas demais reuniões do CM de Florianópolis o principal tema de pauta seria a campanha a favor dos candidatos da oposição. Somente na última reunião, ou seja, a quinta, que teria ocorrido em 15 de setembro de 1974, numa barraca na Praia do Campeche, entre os assuntos, além da campanha eleitoral, consta que foi levantada a questão da mudança do militante Vladimir Amarante.

Enfraquecido o CM pela saída de VLADIMIR SALOMÃO DO AMARANTE que mudou-se para o estado do Paraná e com o afastamento do PCB de ELEINEIDE LÍCIA MARTINS, TEODORO GHERCOV e ROBERTO JOÃO MOTTA acharam viável a dissolução do CM/PCB/Florianópolis, e a criação de uma “comissão”

constituída de militantes do “partido” que entrariam em contato com representantes do CE, quando houvesse necessidade. Assim sendo, em março de 1975, foi dissolvido o CM/PCB/Florianópolis, ficando constituída a seguinte “comissão”, para representá-lo: WILSON ROSALINO DA SILVEIRA, ALÉCIO VERZOLA e CIRINEU MARTINS CARDOSO, sendo que os demais membros ficaram infiltrados no MDB e JMDB e fazendo pequenas reuniões quando convocados ou sentissem necessidade. (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b, p. 20)

Como sugere o relatório citado, a atuação de Vilson Rosalino estava vinculada ao CM de Florianópolis. E este Comitê, embora sua primeira tentativa de organização remonte ao final dos anos 1960, ele só teria sido estruturado em 1974. No entanto, de largada pudemos observar que alguns de seus membros eram também membros do Comitê Estadual. Ou seja, isso nos permite supor que os militantes do partido poderiam estar encontrando dificuldade para atrair novos simpatizantes na região de Florianópolis, ou talvez isso estivesse ocorrendo muito lentamente, o que não era o suficiente para repor eventuais perdas, como o que ocorreu com a mudança de Vladimir Amarante, que àquela altura, como apontado anteriormente, era um quadro importante para o PCB catarinense, com pelo menos uns cinco anos de militância – desde sua atuação no movimento estudantil até sua mudança para Guarapuava, no Paraná. Mesmo com a dissolução do Comitê de Florianópolis, a comissão formada continuaria atuando e a atuação dos militantes na capital catarinense estava voltada para a JMDB.

É importante salientar que o relatório diversas vezes citado acima, que consta na Informação nº 0122/116/ACT/76 (AGÊNCIA CURITIBA, 1976b), é assinado pelo Bacharel Lúcio Jaimes Acosta, então delegado da Polícia Federal (PF). Segundo consta no trabalho de Souza (2016) conduziu parte das torturas ocorridas em Florianópolis, sendo reconhecido por diversos militantes presos na Operação Barriga Verde. Lúcio Jaimes Acosta, um dos torturadores da Operação Barriga Verde, no ano de 2016 era delegado “aposentado, ex-professor da Academia Nacional de Polícia e, atualmente, sócio da empresa *Acosta & Advogados Associados S/S*, em Brasília” (SOUZA, 2016, p. 143).

Destaque-se mais uma vez: é somente após a Operação Barriga Verde que surgem tais relatórios, repletos de detalhes, como datas, locais e conteúdo de reuniões, até mesmo de reuniões que aconteceram numa barraca, em uma praia no litoral catarinense; reuniões, muitas delas sem secretário, ou seja, que não deixaram vestígios materiais.

A obtenção de informações por meio da tortura suscita um debate em diferentes campos de discussão, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos e ao que pode ser considerado aceitável ou deva ser rejeitado no âmbito das relações entre Estado e sociedade. Mesmo quando é entendida como um erro grotesco, pode ela ser relativizada em determinadas situações? Se o “inimigo” for tão assustador assim, é lícito o emprego de tal sorte de

procedimentos perversos para lhes extrair informações consideradas preciosas? De todo modo sobressai o ato covarde dos agressores, a dor e a humilhação de suas vítimas. Se as sevícias não culminam na eliminação física dos sujeitos torturados, pode lhes impor sofrimentos físicos e/ou psíquicos que por muito tempo, anos, ou até mesmo décadas, remeterão àquele passado de dor. Será um passado sempre presente. Um passado que não passa, ancorado em um conjunto de experiências traumáticas.

De outro lado, é indispensável refletir sobre a credibilidade a ser atribuída a informações obtidas por tais meios. Ao que tudo indica, tais registros servem para dar sustentação a peças acusatórias elaboradas pela comunidade de informações, tendo em vista prejudicar de diferentes formas suas vítimas. O que se encontra em tais registros são os contornos nítidos do ponto de vista da facção governante e seus valores, especialmente a ideia de que associar comunistas e oposição deslegitimaria a atuação desta última. A maneira como se referem aos comunistas e a seu partido, inscreve-os em um campo de marginalidade social, passíveis de serem eliminados fisicamente, justificando serem submetidos a muitas sessões de tortura.

Como lidar com tais informações, obtidas em tais circunstâncias? Acredito que a validade que possam ter, em termos históricos, será aquela que possa ser balizada pela memória das vítimas, ou pelo cruzamento com outras fontes. Metodologicamente, a informação do SNI, no que diz respeito à maneira de lidar com aqueles que consideravam seus inimigos, pode fornecer uma base histórica sobre a forma como pensavam os agentes da comunidade de informações. De outra parte, sobre datas, nomes e acontecimentos, podem constituir-se em elemento estruturante de relato historiográfico somente se inscritos num campo de verossimilhança aberto pela fonte primária – a memória das vítimas, elaboradas em seus depoimentos. Apenas as vítimas e os atingidos pela repressão podem ou não tornarem plausíveis os usos de tais informações.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos tomar como exemplo a Informação nº 1875/116/ACT/75 (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a). Neste documento, está anexado um relatório de 44 páginas, assinado pelo General de Divisão Samuel Augusto Alves Corrêa, na data de 10 de dezembro de 1975.¹⁵² A comunidade de informações tinha percebido, depois da

¹⁵² O general Samuel Augusto Alves Correia havia sido promovido de general-de-brigada para general-de-divisão em março de 1974, tendo sido, dois meses depois, exonerado da posição que ocupava como adido militar na embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, assume o comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão em Curitiba. Em 1976 assume o comando do III Exército, em Porto Alegre. Deixa este comando no final de 1978. Em janeiro de 1979 é nomeado chefe do Estado-Maior do Exército. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/correia-samuel-augusto-alves>. Acesso em: 16 de set. de 2022. Na edição do dia 11 de julho de 1974, do periódico catarinense *O Estado* temos a seguinte

Operação Barriga Verde, que a JMDB fazia parte dos objetivos de expansão PCB catarinense. O relatório traz informações objetivas a respeito deste tema, tais como datas e nomes, e até mesmo um documento da JMDB em anexo, que exploraremos mais adiante. Vejamos no trecho abaixo:

A principal atividade do PCB/SC, ultimamente, vinha sendo junto à Juventude do MDB, Entidade que estava sobre controle do “PARTIDO” e que vinha sendo utilizada como instrumento para aliciamento de novos adeptos e, por via de consequência, para a expansão do PCB no Estado.

O domínio do PCB sobre a mencionada Juventude era tal, que o “PARTIDO”, inteligentemente, passou a dar menos importância à organização de novos Comitês Municipais, optando preferencialmente pela criação de Diretórios Municipais da Juventude, pois estes, além de proporcionarem fachada legal para a sua ação de proselitismo comunista, encontravam maiores facilidades para a sua implantação em municípios do Estado. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 30-31)

Na leitura realizada pela comunidade de informações, a Juventude do MDB foi apresentada como o principal baluarte para o desenvolvimento das atividades clandestinas do PCB. Em algumas de suas conclusões prévias, o relatório traz dados mais objetivos:

A JMDB foi criada em Mai 73, ocasião em que foi constituída uma Comissão Provisória para elaborar seu estatuto e para organizar a Convenção Regional que deveria eleger a primeira diretoria da Entidade. A Comissão Provisória era integrada por oito membros, dos quais seis eram e continuam a ser militantes do PCB/SC. [...] No início de Nov de 73, em FLORIANÓPOLIS, no recinto da Assembleia Legislativa do Estado, foi realizada a 1ª Convenção Regional da referida Juventude, tendo sido aprovados Estatuto e o Programa [...] e eleita a 1ª Diretoria, composta por cinco membros. Destes, três eram e continuam a ser militantes do PCB/SC, os quais ficaram com os cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e Tesoureiro. São eles:

- Presidente – MARCOS CARDOSO FILHO (Membro do CE/SC e CM/FLORIANÓPOLIS, sendo responsável pelas Seções de Agitação e Propaganda dos dois Comitês.
- 1º Vice-Presidente – WILSON ROSALINO DA SILVEIRA (Membro do CM/FLORIANÓPOLIS)
- Tesoureiro: CELSO PADILHA (Ligado ao CM/FLORIANÓPOLIS) (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 31)

No relatório, ainda consta que em maio de 1975, durante a 3ª Convenção da JMDB, teria sido eleita a 2ª Diretoria da entidade, que teria como 2º Vice-Presidente a figura de Marcos Cardoso Filho, “que exercia extraordinária influência no Órgão devido, por um lado, a ter sido seu primeiro Presidente e, por outro, por possuir acentuadas qualidades de liderança” (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 31).

informação: “O Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, General Samuel Alves Correia, chega na manhã de hoje a Florianópolis, realizando sua primeira visita oficial a Santa Catarina após ter sido investido nessas funções. O programa do General Samuel Correia marca para as 9 horas visita à sede do Grupamento do Leste Catarinense, onde permanecerá até às 10h30m. Posteriormente, visitará o Comando do 5º Distrito Naval e a Assembleia Legislativa do Estado, sendo recepcionado às 11h30m pelo Governador Colombo Salles. No período da tarde o Comandante da 5ª Região Militar vai participar do ato de lançamento para as 15 horas, no auditório da Celesc”. (*O Estado*, 1974, p. 3)

No entanto, o relatório assinado pelo Gal. Samuel Augusto Alves Correia, dá destaque para as ações de outro militante do PCB catarinense:

Por outro lado, a JMDB vem crescendo rapidamente em SANTA CATARINA, com a criação de Diretórios Municipais na capital e no interior do Estado. O Diretório Municipal de FLORIANÓPOLIS era controlado pelo PCB, através de CIRINEU MARTINS CARDOSO – membro efetivo do CE/SC e do CM/FLORIANÓPOLIS – que foi seu primeiro Presidente e é atualmente Vice-Presidente da Entidade. No interrogatório a que foi submetido no DOI/5ª RM/DE, CIRINEU MARTINS CARDOSO declarou textualmente que “sua missão, como membro do CE/SC, era atuar na JMDB – Seção de FLORIANÓPOLIS, dando uma orientação de caráter comunista àquela entidade”. E acrescentou que “a comunização do MDB é feita aproveitando-se pontos fundamentais do próprio programa do MDB, que em muitos aspectos coadunam com os objetivos atuais do PCB, tais como Extinção do AI-5, Revogação do Decreto-Lei 477, Liberdade de Imprensa, Estado de Direito, etc.” (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 32)

Sabe-se, a partir dos próprios ex-militantes do PCB catarinense, pessoas que viveram na época das prisões da Operação Barriga Verde e que procuravam fortalecer o PCB na clandestinidade, que a proximidade entre os dois partidos opositores, um legal, o outro ilegal, é um ponto tido como pacífico. Inclusive a participação de membros do PCB na JMDB é reconhecida abertamente, seja nos depoimentos registrados para esta investigação ou em obras sobre o PCB catarinense. Encontram verossimilhança entre os registros históricos e memórias do PCB catarinense tal envolvimento entre os partidos, os nomes das pessoas citadas no relatório do SNI, os parlamentares emedebistas que tinham maior diálogo com os comunistas e que receberam apoio eleitoral. Até mesmo a reunião de 1972, ocorrida em Piçarras. Aparentemente o manejo de elementos verossimilhantes, organizados no relatório fez parte de um objetivo maior que seria o de sustentar uma tese acusatória. Portanto, eram elementos de convencimento que estavam entrelaçados com uma conclusão absolutamente falsa: uma suposta “comunização” do MDB.

Como pudemos observar na citação anterior, chama a atenção a ideia mencionada de que no interrogatório, ou seja, na fase de inquérito policial, Cirineu Martins tenha reconhecido que o objetivo era dar “um caráter comunista” à JMDB. Cabe observar que naquele contexto havia o que ficou conhecido por “dupla militância”: o indivíduo militava no PCB, que era clandestino, mas militava também no MDB, que era o partido que podia atuar dentro da legalidade (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 32). Dentro desta dinâmica, as reuniões do PCB continuavam acontecendo – o partido tinha seu Comitê Central e seus Comitês Estaduais e Municipais. O PCB não almejava tomar o MDB para si ou transformá-lo num partido comunista. Antes o contrário. O PCB almejava se fortalecer. Para tal, necessitava sobreviver ao período de perseguições. Neste sentido, cabia influenciar o MDB e contribuir para que um

quadro de reestabelecimento das liberdades políticas pudesse florescer, com vistas a que os comunistas pudessem vir a atuar na legalidade. Quando o referido general refere-se a uma “comunização” do MDB, ele provavelmente confunde o real processo em curso com seu entendimento particular sobre o que significa construir ou transformar um partido que nasceu no interior da ordem autoritária.

Sabe-se também que a fase do inquérito policial, em seus interrogatórios, era justamente o momento em que ocorriam as torturas. A Operação Barriga Verde e as operações correlatas, em outras regiões do Brasil, são notórias pelo uso contínuo deste expediente. Este “interrogatório” mencionado no relatório do general era o típico produto de sessões de tortura. Na obra do jornalista, historiador e ex-militante do PCB catarinense, Celso Martins (2006), há indicações dos relatos de torturas no âmbito da Operação Barriga Verde, seus métodos e suas vítimas, a partir de depoimentos dos membros do partido que passaram por tais situações.¹⁵³ Portanto, diante do veto imposto por outras fontes analisadas, seja a linha política do PCB adotada no VI Congresso, em 1967, bem como a memória dos depoentes – em especial de Wilson Rosalino e Gerônimo Machado –, a tentativa de associar a militância comunista no MDB como uma prática com vistas a “dar uma orientação de caráter comunista à JMDB” ou ainda que estivesse em curso um processo de “comunização do MDB”, podem ser apontadas como teses fantasiosas, visando justificar as operações e prejudicar eleitoralmente a oposição legalizada por meio do apelo ao anticomunismo. Isso ganhava em Santa Catarina uma linha semelhante ao que foi feito no Paraná através da “Operação Marumbi”. Possivelmente, por meio de grande sofrimento físico e psíquico imposto pelos encarregados dos interrogatórios, Cirineu Martins Cardoso foi obrigado a assinar em baixo dessa “tese”, elaborada nos quartéis para ser imposta ao PCB (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a).

Na seção 4 deste relatório em apreço, intitulada “conclusões”, há outros elementos importantes para compreendermos a maneira como a comunidade de informações percebia este processo e que se pode extrair para a presente discussão. Os agentes da repressão consideravam exitosa a expansão da área de atuação do PCB, a partir de 1973, nas regiões de Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville. Também que o PCB havia participado ativamente das campanhas

¹⁵³ “Como continuasse negando as acusações, fui colocado no ‘pau de arara’. Deram-me então, várias raquetadas nas nádegas e nas solas dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos sexuais. Como permanecesse calado, ameaçaram e levaram a efeito o afogamento no pau-de-arara. Como estava encapuzado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível” (MARTINS, 2006, p. 26). O trecho citado é parte da carta escrita por Marcos Cardoso Filho, em 21 de dez. de 1975, enquanto estava preso no 4º Batalhão de Polícia Militar em Florianópolis. Em seu livro, Celso Martins traz dezenas de outros trechos compartilhados pelos militantes presos pela Operação Barriga Verde, onde detalham as torturas que sofreram.

eleitorais de 1972 e de 1974, apoiando candidatos do MDB “em troca de compensações”. O partido teria recomendado a seus militantes a se filiarem ao MDB, “objetivando passar a influir nas decisões do Partido de oposição”. O PCB em Santa Catarina teria como uma de suas características o grande número de jovens entre os dirigentes, tanto no Comitê Estadual como no Municipal de Florianópolis. Segundo os agentes repressores, o partido controlava a Juventude do MDB para desenvolver “proselitismo comunista”, contribuindo assim para o crescimento do PCB. Por fim:

A aceitação pelo MDB de ligações e acordos frequentes com o PCB, o controle da Juventude do MDB por comunistas e o livre trânsito do MDB de militantes do PCB, caracterizam em SANTA CATARINA, a vulnerabilidade do Partido de oposição à infiltração e ao aliciamento; com isso, o PCB fica em condições de exercer influência, controle e até domínio sobre a orientação, as técnicas de propaganda e as decisões do MDB, que podem resultar na conquista da opinião pública, na contestação aberta à Revolução de 31 de Março, ou mesmo na subversão. Tal fato, caso ocorra em outros Estados – a exemplo do que foi igualmente constatado no PARANÁ – poderá gerar situações sobremodo difíceis na área da Segurança. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 33).

Na conclusão do relatório, o General Samuel Augusto Alves Correia, comandante do 5ª Região Militar, tenta justificar as ações que estiveram no âmbito da Operação Barriga Verde, salientando quais eram os perigos à ordem pública advindos daqueles cidadãos que haviam sido aprisionados e submetidos a interrogatórios e, embora não se admitisse formalmente, à tortura. Se os inimigos do Estado brasileiro, na visão dos militares, haviam sido os grupos políticos que desenvolviam ações armadas, tendo por horizonte a intenção de derrubar o governo pela insurreição popular, visando implementar o socialismo, agora são enquadrados nesta categoria aqueles que – potencialmente – poderiam vir a influenciar a opinião pública a ter uma apreciação negativa da autointitulada “Revolução”. Segundo o julgamento do general, tal juízo sobre a “Revolução” poderia causar problemas no campo da segurança pública. Em momento algum ele explica a quais situações se refere.

No “anexo n. 5”, temos um comunicado do comando da 5ª RM/DE, subscrito pelo General Samuel Augusto Alves Correia. Aparenta ser um texto para circulação pública, pois procura tranquilizar a comunidade catarinense diante dos eventos ocorridos no âmbito da Operação Barriga Verde. Neste pequeno texto, o referido general procura justificar as ações, explicando que se tratava de “elementos engajados em atividade de natureza subversiva”, em várias partes do país, e ligados ao PCB. E que tais elementos estariam agindo também no estado catarinense. E finaliza o comunicado da seguinte maneira:

Pode estar certa a família catarinense de que as ações em curso visam a garantir a sua tranquilidade e a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis

ao progresso de nossa Pátria. Ademais, vêm sendo – e continuarão a ser – conduzidas respeitando-se a pessoa humana, obedecendo-se à lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional. Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que, em nenhum momento, prejudicaram as diligências. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 48).

O conhecimento histórico acumulado sobre esse período toma como ponto pacífico a ocorrência sistemática de tortura como algo que fazia parte da rotina nos DOI-CODI. Inclusive se circunscrevermos o recorte apenas restrito à Operação Barriga Verde. Portanto, o General mentiu para a comunidade catarinense ao emitir o comunicado. É elementar que ele, como comandante da 5ª Região Militar, que engloba os estados do Paraná e de Santa Catarina, de uma corporação que tem com um de seus pilares fundamentais a hierarquia, soubesse das ações de seus subordinados. E o posterior agradecimento aos meios de comunicação, por não terem “prejudicado” a operação, nos dá uma dimensão do silêncio que possivelmente acometeu jornais, rádios e emissoras de televisão catarinenses durante aquele período.¹⁵⁴

3.4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PCB CATARINENSE NOS ANOS 1970: PAPEL DESTACADO NA JMDB

A comunidade de informações chegou a montar o que seria uma espécie de organograma, a partir das informações levantadas em seus interrogatórios, no qual hierarquizava as diferentes instâncias do PCB, de modo a sugerir sua forma de funcionamento (AGÊNCIA CURITIBA, 1975a, p. 50). De acordo com o exposto no documento, pode-se inferir que em Santa Catarina a instância mais elevada era o Comitê Estadual, que se desdobrava primeiramente entre o secretariado e, abaixo dele, entre suas diversas seções. Portanto, embora houvesse alguns cargos neste comitê, subentende-se que os secretários ocupassem a posição mais alta na hierarquia. Abaixo do secretariado estavam situadas as seções: propaganda, finanças, organização, entendimentos políticos e sindical. E, por fim, abaixo do Comitê Estadual (CE) vinham os Comitês Municipais (CM), que, segundo o entendimento da comunidade de informações, explicitado neste documento, tinham aparentemente, cada um deles, a mesma importância dentro da cadeia decisória da organização partidária. Ou seja, todos

¹⁵⁴ Segundo o documento (AGÊNCIA CURITIBA, 1975d, p. 47), o comunicado teria sido publicado no periódico Jornal de Santa Catarina, no dia 08 de novembro de 1975, e nesta publicação, o mesmo texto, estava – segundo o trecho recortado do periódico e anexado ao documento, assinado por outro general: Roberto Alves de Carvalho Filho, Comandante do Grupamento Leste Catarinense. O Grupamento Leste Catarinense atualmente se chama Brigada Silva Paes, ou 14º Batalhão de Infantaria Motorizada. Fonte: <https://14bdainfmtz.eb.mil.br/index.php/historico-bda>. Acesso em: 16 de junho de 2023.

estavam situados abaixo do Comitê Estadual, e no que diz respeito à hierarquia partidária, todos os CM ocupavam um mesmo patamar: CM de Florianópolis, CM de Criciúma, CM de Itajaí e, circundado por uma linha pontilhada no documento, destacava-se o CM de Joinville (pelo fato de que neste município teria se organizado uma comissão provisória com o intuito de criar o CM no futuro, o que, no entanto, segundo o SNI, não chegou a se concretizar).

Como foi observado anteriormente, o CM de Florianópolis foi constituído, em sua totalidade, voltado para a atuação na juventude, âmbito em que a JMDB ocupava um lugar muito destacado. Diferentemente dos demais Comitês, e muito provavelmente por sua localização, todos os cargos deste Comitê tinham algum direcionamento para este setor. Portanto, o setor da JMDB era uma especificidade do CM de Florianópolis, embora a relação com o MDB perpassasse todo o partido, especialmente através do setor de entendimentos políticos, cargo que era ocupado no Comitê Estadual pelo advogado Roberto João Motta.

Embora tanto os relatórios do SNI quanto militantes do partido mencionem a Juventude do MDB como um espaço de atuação dos comunistas, há uma dificuldade em se rastrear vestígios da construção e expansão deste setor do antigo MDB. Os registros encontrados escassos: fragmentos que atestam o surgimento deste setor partidário e de sua expansão.

Gerônimo Machado, em seu depoimento, mencionou diferentes espaços onde ele e seus camaradas de PCB atuaram ao longo dos anos 1970. Emergiu de suas memórias um fato importante para ele e seus camaradas, que viveram aquele período, que foi justamente a organização da JMDB. Gerônimo trouxe mais detalhes sobre o envolvimento dos militantes do PCB na organização da Juventude emedebista:

[...] Nosso grupo político, Marcos Cardoso, Roberto Motta, Vladimir Amarante, Alécio Verzola e eu, em Fpolis; Amadeu Luz e Roberto Cologni, em Criciúma; Schatzman, Júlio e Irineu, em Joinville; e muitos outros, por SC. Era a turma que fazia o PCB e a juventude do MDB. Trabalhamos, também, muito, pelo Instituto ou Fundação Pedroso Horta, do MDB. Nós militávamos muito ai, também, no MDB e no que lhe antecedeu e lhe deu continuidade. Tanto que criamos aqui o Instituto de Economia... Um Instituto de Política Econômica do MDB, já não lembro bem o nome. [...]¹⁵⁵

Emerge de suas lembranças um delineamento mais amplo da atuação do grupo que organizava o PCB no estado, considerando também a ação dentro do Instituto Pedroso Horta, a fundação ligada ao MDB. O depoente faz menção também à criação do IEPES em Santa Catarina. O que sugere que no âmbito das formulações, no campo mais ligado a atividade

¹⁵⁵ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de out. de 2021.

intelectual houvesse sempre uma presença dos membros do PCB. Mas, depois de comentar a respeito de um camarada de PCB que trabalhava na assessoria de parlamentares do MDB catarinense, no desenrolar de sua narrativa, Gerônimo Machado aborda a questão da atuação na juventude:

[...] Eu nunca fui assalariado do MDB porque eu trabalhava na UFSC e no BDE/BESC. Eu fui bancário e estudava. Até 1971, 72, a minha vida era difícil. Eu trabalhava, estudava e militava. Fui ao 30º Congresso Nacional da UNE, em 1968. Todos fomos presos. Todos! Eu, Mottinha, etc. Daqui da nossa universidade nós éramos onze colegas, inclusive o Edison Andrino. Motta, eu, Marcos Cardoso, enfim. Mas isso era muito a nossa luta interna. O PCB na UNE, na Universidade. No MDB a gente estava junto na base, pela juventude. Acho que fizemos um movimento importante. E os grandes destaques, como eu te falei aqui, do PCB, no MDB foram Marcos Cardoso, Alécio Verzola, Cirineu Cardoso, Roberto Motta e muitos outros por SC. [...] Essa juventude na verdade era comandada por esse nosso grupo. Sobre tudo Motta, Marcos, Vladimir Amarante, Alécio Verzola, Cirineu Cardoso, etc. Eu junto, mas eu não tinha grande expressão na formalização da juventude do MDB. Vilson Rosalino, parece que participava um pouco. Mas a liderança mesmo era do camarada Marcos Cardoso que era brilhante no MDB e no PCB. Ele veio de Tubarão e foi com a família para Joinville. Em Florianópolis e na UFSC ele estudou engenharia e se formou. Marcos Cardoso foi um grande militante e era um grande trabalhador.¹⁵⁶

Chama atenção que na sequência, ao comentar a respeito da tragédia ocorrida na Lagoa da Conceição, em dezembro 1983, um acidente de barco que provocou o falecimento de Marcos Cardoso Filho e mais cinco pessoas, Gerônimo conclui que com o falecimento de seu camarada de partido há uma desarticulação na juventude do MDB. “Enfim, digamos que de uma certa maneira essa juventude do MDB também perdeu muito o fôlego. Porque o coração, a vibração, era o Marcos e a nossa turma, a Eliane estava junto, nessa nossa turma toda, o Vilson Rosalino, também”. A JMDB foi uma organização política dos anos 1970, mas, há alguns indícios, que sugerem que a atividade do PCB na juventude emedebista continuou a acontecer mesmo depois do pluripartidarismo, ao menos no início dos anos 1980.¹⁵⁷

O relatório do Gal. Samuel Augusto Correia Alves, anexado à Informação 1875/116/ACE/75, traz consigo uma cópia de um panfleto que teria sido distribuído para os militantes do partido no início de novembro de 1973, na primeira Convenção Regional da Juventude do MDB. O panfleto foi impresso no dia 02 daquele mês, o evento por sua vez teria ocorrido nos dias 02 e 03. Na introdução do documento, o redator articulou os pontos defendidos naquele programa em princípios universais “de justiça e dos direitos humanos assegurados pela Carta das Nações Unidas (ONU) e na Declaração Universal do Homem”.

¹⁵⁶ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de out. de 2021.

¹⁵⁷ Tais indícios são informações que constam no Fundo do SNI, que indicam que em diferentes composições da direção da JPMDB-SC, a partir de 1981, a presença de nomes ligados ao PCB, como Cirineu Martins Cardoso (ex-dirigente da JMDB-SC), e Sérgio Giovanella.

O texto está dividido em tópicos, sendo o primeiro deles o “plano político”. De forma sintética, os pontos defendidos no programa são: 1- a luta pela normalidade democrática: contra todos os tipos de ditadura, e contra a institucionalização de regimes de exceção; 2- defesa do regime representativo, através de: sufrágio universal e secreto, garantia do exercício do direito ao voto, inclusive para cidadãos analfabetos e pelo direito de manifestação política pública, estando ou não em períodos eleitorais; 3- independência dos poderes “executivos, judiciários, legislativos e parlamentares:” condenação de “todas as formas de tribunais de exceção”, e ainda “restauração da competência da justiça comum para os casos necessários, próprios, para o julgamento de civis”, garantia ao direito de defesa, contra a repressão policial, defesa do direito do Habeas Corpus, pela liberdade de associação, de crença, culto, reunião e livre manifestação de pensamento, autonomia sindical, revogação do Ato Institucional Número 5, os artigos 477 e 282, por intimidar professores e estudantes, pela anistia ampla e total aos atingidos pelas leis de exceção pós-1964, contra o banimento, prisão perpétua e a pena de morte, prisão secretas e torturas, pela liberdade de organização partidária e restauração do princípio federativo para fortalecer a autonomia dos municípios.

O segundo tópico, está sistematizado sob o título: “no plano econômico e social”. Seus pontos são: 1- que a economia nacional seja planejada de maneira a atender os interesses e necessidades da população, medida que seria possível a partir do aproveitamento dos “bens básicos naturais, tais como: carvão, zinco, petróleo, terras, etc...”; 2- defesa de uma política de distribuição de renda: “através de aumentos de salários e congelamentos do custo de vida, principalmente dos gêneros de primeira necessidade e da ampliação do mercado de trabalho; 3- combate à inflação: através do controle da política de exportação, submetendo-a a uma lógica que respeite as demandas da população, contra “esta excessiva remessa de lucros das companhias estrangeiras”, “contra a emissão do papel moeda”, “contra os especuladores”; 4- defesa da qualidade do ensino em todos os níveis: barateamento do material escolar, valorização da profissão do professor, tornando esta parte da legislação trabalhista e com melhorias salariais, aumento do número de vagas nas escolas e melhoria do nível de ensino; 5 reforma agrária “condizente com a nossa realidade”: por meio de assistência social, técnica e creditícia, uso de máquinas, fertilizantes, redes de silos e armazéns, melhores estradas e ferrovias; 6- “direito de sindicalização e autonomia dos sindicatos”: salário-família ajustado ao custo de vida, enfrentamento ao achatamento salarial, “pela humanização do plano de habitação urbano e rural”.

Além destes dois grandes tópicos, “plano político” e “plano econômico e social” o documento também trazia uma pequena seção sobre questões estaduais, defendendo uma

solução para o “problema do carvão de acordo com os interesses dos trabalhadores do Estado”, controle sobre o incentivo fiscal na indústria da pesca, pela manutenção dos recursos financeiros produzidos em Santa Catarina não fossem aplicados em outros entes da federação, e por um efetivo controle da política de reflorestamento, evitando desvio de recursos.

Como podemos ver, é um Programa muito ambicioso e que dialogava profundamente com a conjuntura vivida naquele período pela juventude e pelo povo trabalhador de Santa Catarina. Além das medidas restritivas adotadas no período autoritário havia uma forte crítica feita com relação à política econômica adotada nos sucessivos governos militares. Ademais das políticas adotadas no plano federal, há também uma atenção para as particularidades de Santa Catarina, com especial atenção para questões relacionadas com o sul do estado, onde se situa o polo carbonífero e o litoral, em especial Itajaí onde se destaca a indústria da pesca.

Seguindo uma ordem cronológica dos eventos, numa edição de agosto de 1974 do periódico catarinense *O Estado*, foi verificada uma evidência de movimentação da juventude emedebista. Numa pequena nota, na parte inferior da página, podemos ler o seguinte:

Movimento jovem do MDB faz reunião em Criciúma
 Criciúma (Sucursal) – Será iniciado hoje, em Criciúma, encerrando-se amanhã, o 1º Encontro Sul Catarinense da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro, deverá contar com a participação, segundo fonte do Diretório Municipal, de cerca de 200 jovens da região. O encontro, a realizar-se nas dependências da Sociedade Recreativa União Mineira, vai ser aberto às 16 horas com uma palestra do presidente do Diretório Regional do MDB, deputado Dejanir Dalpasquale. Posteriormente serão formados grupos de estudos, para análise das teses a serem apresentadas e às 20 horas o Sr. Valmor de Luca falará sobre a importância do jovem no processo político. O programa para amanhã estabelece para as 9 horas uma palestra do sociólogo André Forster, do Instituto de Formação Política do Rio Grande do Sul. No período da tarde haverá sessão plenária, para discussão dos trabalhos a serem apresentados.¹⁵⁸

O conteúdo da notícia acima sugere uma expansão das atividades da juventude emedebista em direção ao sul do estado. Dá a entender que o MDB já possuía um diretório naquele município – afinal o texto foi redigido na “sucursal” do jornal em Criciúma e se refere ao “diretório municipal”, sem especificar qual era o município – e fornece elementos para que tenhamos uma dimensão de que havia um engajamento do partido nesse esforço de organizar uma juventude partidária. Um dos personagens que emergem nesta notícia, o farmacêutico-bioquímico Valmor de Luca, que embora tenha nascido em Criciúma e realizado seus estudos no estado do Paraná, desenvolvia suas atividades profissionais em Içara. E, neste município, onde contribuiu para a fundação do MDB, foi eleito para a Câmara Municipal, onde atuou na legislatura que iniciou em 1967 e terminou em 1970. Valmor era um dos protagonistas do

¹⁵⁸ *O Estado*, 24 de agosto de 1974, p. 3.

evento, discutindo política com a juventude. Poucos meses depois, em novembro, seria eleito deputado federal por seu partido. A atividade contou também com a presença do presidente estadual do MDB, Dejandir Dalpasquale, e no dia seguinte, pela manhã, um dos organizadores do IEPES, no Rio Grande do Sul, André Forster. As presenças desses três personagens dão maior relevância ao evento, e sugerem que o MDB estava investindo na formação de novos quadros a partir da organização de sua juventude. Ou seja, embora importantes quadros regionais do PCB estivessem procurando influenciar a juventude oposicionista, políticos de diferentes bases ideológicas aparentemente também faziam este mesmo movimento.

No Fundo do Sistema Nacional de Informações há uma outra referência relacionada com a JMDB. Na informação nº 0676/15/ACT/75 (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e), datada de 22 de maio de 1975, portanto, alguns meses antes da deflagração da Operação Barriga Verde. Isso é importante de se ressaltar pois, depois da Operação Barriga Verde, o SNI passa a ter em seus registros tanto o relatório assinado pelo General Samuel Augusto Alves Corrêa (datado de 10 de dezembro de 1975) e o relatório do Inspetor de Polícia Federal e encarregado do inquérito, e acusado por diversas vítimas de ter sido também torturador, o bacharel Lúcio Jaimes Acosta (datado de 02 de janeiro de 1976).

No entanto, tal informação de maio de 1975 tem por assunto “Juventude do Movimento Democrático Brasileiro em Santa Catarina”, e traz em seu corpo um breve histórico da juventude, apontando sua fundação para o fim do ano de 1973, em Florianópolis, e que seu “programa de ação” foi aprovado em convenção ocorrida entre os dias 02 e 03 de novembro daquele ano. Importante salientar que a informação é sempre uma elaboração dos agentes da comunidade de informações. Além desse brevíssimo histórico da juventude, há outros itens ao longo da informação:

2) No dia 05-05-75, foi realizada no Salão Paroquial da cidade de CAMPOS NOVOS/SC, uma convenção da “Ala Jovem do MDB” com ingresso livre a população.

- Participaram da Convenção Deputados Estaduais e Federais do MDB/SC, políticos da área e representantes das cidades de ANITA GARIBALDI, JOAÇABA, CURITIBANOS, LAGES, XAXIM e BLUMENAU.

- Os temas abordados, incluíram: “Incitação do Jovem na participação no campo político”; anúncio de outras convenções da Ala Jovem do MDB em diversas cidades, tais como LAGES, BRUSQUE, JOINVILLE e CHAPECÓ; críticas: ao Governo do Estado, ao Governo Federal e Ministro da Educação e ex-Ministros dos Transportes, Fazenda e Presidente do Banco do Brasil; quanto ao processo eleitoral em geral; apresentação de futuros candidatos aos Legislativos Federal e Estadual. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 1)

Se em novembro de 1973 a juventude emedebista tinha sido formalizada, a partir de Florianópolis, pouco mais de um ano e meio depois, ao que a fonte sugere, já dava sinais de

crescimento. Muito provavelmente, impulsionada pelo salto eleitoral do MDB em Santa Catarina, devido ao alto número de votos obtidos nas eleições de 1974. O município de Campos Novos, por sua vez, fica localizado na mesorregião serrana, muito próximo de outra mesorregião, o oeste catarinense.¹⁵⁹ Interessante é que além da fonte apontar para uma expansão da JMDB para outra mesorregião, para além da Grande Florianópolis, parece que a fundação deste diretório poderia contribuir para a fundação de outros diretórios em municípios relativamente próximos, pois além dos deputados presentes, foi constatada a presença de representantes de municípios tais como Anita Garibaldi, Joaçaba, Curitibanos, Lages, Xaxim e Blumenau. Com exceção de Blumenau, todos os demais estão situados dentro da Mesorregião Serrana ou na Mesorregião do Oeste Catarinense. De todo modo, tal movimento sugere um esforço para a interiorização da JMDB.

A informação ainda afirma que houve o anúncio de convenções da “Ala Jovem do MDB” em Lages, Brusque, Joinville e Chapecó. Portanto a organização da JMDB ia ganhando musculatura naquele ano de 1975. Afinal, eram importantes cidades, situadas, além da região Serrana, no caso de Lages, no Vale do Itajaí, no caso de Brusque, no Norte Catarinense, no caso de Joinville e no Oeste Catarinense, no caso de Chapecó. Cabe ressaltar também que não foi uma escolha aleatória. Em 1975, o emedebista Dejandir Dalpasquale estava no primeiro ano de sua segunda legislatura como deputado estadual do MDB catarinense. Ele era, naquela conjuntura, o presidente estadual do partido. Dejandir tem sua trajetória, e sua base eleitoral, até aquele momento, em Campos Novos. Neste município atuou como vereador pelo extinto PTB, na legislatura de 1959-1962, e, em 1965 elegeu-se prefeito. Portanto, é possível que a criação deste diretório tenha obedecido a um conjunto de interesses, por parte da direção da JMDB, sediada em Florianópolis, e por parte também do presidente estadual do MDB, em preparar uma juventude aguerrida em sua base eleitoral.¹⁶⁰

Na sequência da informação, temos o seguinte:

[...] b – Comportamento da Organização.

A JMDB de SANTA CATARINA adotou como norma geral:

- 1) Todos os Diretórios seguem a mesma programação.
- 2) O Diretório Municipal de FLORIANÓPOLIS, teria reunião quinzenal na Assembleia Legislativa e algumas reuniões extras seriam realizadas na residência dos componentes.
- 3) Ampliação do movimento em todo o território do Estado.

¹⁵⁹ Santa Catarina está dividida por seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

¹⁶⁰ Dejandir Dalpasquale foi presidente estadual do MDB de 1972 até 1979. Informações sobre sua trajetória política foram obtidas em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dalpasquale-dejandir>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

4) Os assuntos a serem debatidos e publicados versariam sobre “custo de vida no país, escolha dos candidatos pelo povo e liberdade de pensamento”. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 2)

Este item sugere que a organização da JMDB obedece a diretrizes elaboradas em seu diretório estadual. No entanto, tal diretório foi fundado em Florianópolis e nesta cidade havia uma concentração de juventudes oriundas dos diferentes movimentos estudantis. Nesse caso, é plausível supor que até que a expansão da JMDB se consolidasse, e outros diretórios municipais se tornassem fortes o bastante e influentes, o diretório municipal de Florianópolis tinha maior influência nas decisões do diretório estadual da juventude. E, como podemos observar no trecho acima, determinar que todos os diretórios sigam a mesma programação, tomando como exemplo a organização do diretório da capital catarinense. A informação trazia ainda detalhes sobre a impressão do boletim da juventude:

[...] c – Veículo de Difusão.

A JMDB vinha imprimindo Boletim Informativo na impressora GRAF's – Ind. Gráfica, situada à rua Felipe Schmidt, nº 155, FLORIANÓPOLIS/SC, de propriedade de ORIVALDO STUART, e a distribuía nas Faculdades e Escolas. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 2)

E a respeito dos diretórios municipais de Florianópolis e Campos Novos, que – segundo o documento – contavam com a seguinte composição:

[...] d – Composição dos Diretórios Municipais.

1) De FLORIANÓPOLIS.

- Presidente: CIRINEU MARTINS CARDOSO.

- Vice-Presidente: JOÃO CARLOS BOFF.

- 2º Vice-Presidente: JOSÉ VOLNEI INACIO.

- 1º Secretário: HAMILTON VASCONCELOS.

- 2º Secretário: UBIRATAN HOLANDA BEZZERRA.

- 1º Tesoureiro: LUIZ CARLOS DE AMORIM.

- 2º Tesoureiro: CLAUDINOR DA SILVA COLARES.

2) De CAMPOS NOVOS

-Presidente: ALCIDES SERPA (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 2)

Este documento traz consigo dois anexos. Um deles seria uma cópia do “programa de ação” aprovado na convenção da JMDB de novembro de 1973. No entanto, há diferenças entre o “programa da JMDB” anexado no relatório do Gal. Samuel Augusto Alves Correia, que é papel timbrado, contendo no canto superior esquerdo da primeira página um símbolo da JMDB, e o documento anexado nesta informação. Ambos são tratados, nas respectivas informações, como sendo o mesmo documento.

No documento chamado por “Programa de ação”, além de não ser timbrado com o símbolo da JMDB, pode-se perceber outras alterações com relação ao documento que teria sido aprovado na convenção de lançamento da JMDB. São documentos diferentes, embora guardem

entre si grandes semelhanças. Para além de um estar timbrado e o outro não, há diferença em alguns pontos. Por exemplo: no “Programa da JMDB” no item “plano político”, n. 2, letra “c” está escrito: “pelo direito de manifestação política pública, tanto nos períodos eleitorais como fora deles”. No documento referido na informação como “Programa de ação”, o mesmo item (os anteriores são idênticos) está descrito da seguinte maneira: “c. formulação de um plano de ação em função da vitória eleitoral de 1974”. Na parte superior do denominado “programa de ação”, temos o título “programa aprovado pela JMDB/SC na sua convenção de 2 e 3/11/73”. Ora, tendo sido aprovado em novembro de 1973 com o pode constar um item sobre a vitória eleitoral ocorrida somente em 15 de novembro de 1974? De largada pode-se descartar a hipótese de ter sido uma versão anterior ao programa aprovado naquela Convenção e modificada após a ocorrência de algum debate e votação, dando origem ao documento em papel timbrado. A alteração do documento poderia ter sido feita, mais de um ano depois, para que ele fosse reaproveitado na construção de outros diretórios, tendo na referência à eleição de 1974 um elemento mais contemporâneo e relevante para o partido mobilizar a juventude? É possível.

Outra mudança foi percebida no tópico “no plano econômico e social”, item 1, onde no programa aprovado em 1973 está escrito “defesa de um planejamento racional da economia brasileira, que atenda os interesses e necessidades humanas de toda a população brasileira em geral”, e no “Programa de ação” como “defesa do desenvolvimento independente da economia nacional, através de uma política de utilização de nossos recursos básicos, tais como: [...]” Além dessas alterações, ocorreram algumas alterações de palavras no “programa de ação”, mas que não implicavam em alteração significativa de sentido dos itens do documento. Chama atenção que, se no “Programa da JMDB” há um tópico “objetivos específicos estaduais”, no “Programa de ação” este não existe, e em seu lugar entrou o “item 7” (que não consta no programa da JMDB, de 1973) intitulado:

7. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA JMDB/SC

- a. organizar novos diretórios da juventude nos municípios;
- b. fortalecer os já existentes;
- c. ampliação de membros para o JMDB/SC;
- d. aplicação das normas estatutárias. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 4)

Por fim, há outro anexo. Trata-se de um convite, datado de 05 de maio de 1975, que ainda segundo a informação citada, foi distribuído no mesmo dia da atividade ocorrida em Campos Novos. A partir da leitura desta fonte, podemos ter uma ideia do conjunto de atividades que a juventude organizava com seus membros.

Florianópolis, SC, 05 de maio de 1975
Prezado Jovem,

Vimos convidá-lo para participar na Reunião do Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro de Florianópolis, dia 18 de maio, às 14:00 horas, na sede do Diretório do Partido na Assembleia Legislativa.

A reunião constará em:

- a) Organização do Diretório Municipal da JMDB;
- b) Eleição do Diretório Municipal da JMDB;
- c) Discussão de Programa Político;
- d) Debates de temas de interesses da “Juventude”;
- e) Entrega de Pronunciamentos Parlamentares, Cartilha Partidária, Programas, etc;
- f) Organização de Grupos de Estudos;
- g) Estudos.

Contando com sua participação em mais este Encontro da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro, que tem sempre colocado como ponto importante “a Defesa das Liberdades Democráticas, Justiça social”.

Nossas Saudações.

Secretário

Obs: Para pré-confirmação e maiores detalhes Assembleia Legislativa de Santa Catarina – 3º Andar, Sala da J.M.D.B. (AGÊNCIA CURITIBA, 1975e, p. 5)

O convite foi distribuído em Campos Novos, visando articular aquele núcleo com o de Florianópolis. Além dos temas referentes à JMDB da capital, como eleições, por exemplo, há outros temas relacionados ao conteúdo político da juventude que neste momento, possivelmente estava sendo influenciada pela presença dos comunistas especialmente no diretório estadual, em especial os debates que estão elencados como parte das atividades. Interessante observar também as posições políticas ao final do convite: liberdades democráticas e justiça social. São posições que vinham contribuindo, sobretudo após as eleições de 1974, para o crescimento do MDB e que agora estavam, ao menos na intenção de seus organizadores, fazendo parte do repertório desta juventude que vinha se organizando em Santa Catarina.

3.4.1 Outras juventudes do MDB: desenvolvimento desigual e rede de influências

Foram poucos os documentos encontrados no Fundo do SNI que traziam a leitura que a comunidade de informações fazia desse setor, ou mesmo fontes, produzidas por militantes da JMDB, de Santa Catarina, que estivessem anexadas em seus arquivos. No entanto, foi encontrado outro documento que embora não esteja diretamente ligada com a JMDB-SC, se mostrou bastante rico em informações. Difundido para o SNI/Agência Central, para o 5ª Região Militar/Divisão do Exército, para a Delegacia de Ordem Política e Social e também para o Departamento de Polícia Federal, em fevereiro de 1978, este documento se refere à organização do “setor jovem” do MDB de Pato Branco, no Paraná. Embora não dialogue com as particularidades da conjuntura vivida no estado catarinense, salienta alguns aspectos sobre a juventude partidária que também são importantes e que não puderam ser observados nos arquivos encontrados a respeito do MDB de Santa Catarina. Dito de outra forma, pode

contribuir para conhecermos melhor a dinâmica dessas juventudes emedebistas, ao menos no sul do Brasil (AGÊNCIA CURITIBA, 1978).

O informe aponta que o “setor jovem” do MDB de Pato Branco estava sendo organizado por um cidadão que estudava em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, cujo nome era Ivanir Bortotti, e fazia parte também do setor jovem metropolitano do MDB de Porto Alegre. Segundo o informe, o jovem, estudante de jornalismo, organizava reuniões clandestinas em Pato Branco e trazia panfletos que eram produzidos pelo MDB de Porto Alegre para estes encontros. Os materiais vindos de Porto Alegre, segundo a elaboração dos agentes da comunidade de informações, eram trazidos por Ivanir ou eram enviados a pedido deste, e, entregues “principalmente ao Deputado Estadual NILSO SQUAREZZI e ao Presidente do MDB/Pato Branco/PR CELSO HILGERT” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 1).¹⁶¹

Segundo a informação, este núcleo também editava um boletim chamado “Picomã”. Este boletim, com 14 páginas, trazia em sua primeira página uma imagem do político emedebista cearense, mas com trajetória política no estado do Paraná, Alencar Furtado, com o subtítulo “ALENCAR: Vítima do AI 5”.¹⁶² Em seu editorial (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 3), exorta o estudante brasileiro a participar da vida política, a debater, a mudar a mentalidade “estudantil, que vive somente o status quo”, e que afirma que “a melhoria de vida dos trabalhadores e melhores condições de ensino deve ser o objetivo do verdadeiro estudante brasileiro”. Dá ênfase no desenvolvimento da consciência, onde subentende-se ser necessário o arranjo de ferramentas mentais capazes permitir uma leitura crítica da realidade a seu redor. E vê o estudante como um vetor de difusão das ideias ali contidas, quando afirma que “o MDB Jovem está propondo este debate: sua divulgação será feita por você leitor, através de sua leitura e divulgação, alcançando assim todas as camadas da população [...]”. Acusa a política econômica do governo quando diz que “já vem de tempos que os governantes optaram por uma linha de governo elitista onde as massas do povo brasileiro ficam desinformadas dos problemas, vivendo um sonho que não condiz com a real situação do país” e com o uso de metáforas “afirmamos que o povo brasileiro vive um comercial de televisão e que além de ser um comercial, é colorido, por mais que acredite o contrário notamos que o colorido, apenas, já ilude a grande massa brasileira”. E assim justifica a necessidade da formalização da juventude:

¹⁶¹ O deputado Nilso Romeu Sguarezi, havia sido vereador pelo MDB de Pato Branco, entre 1969 e 1973, tendo sido eleito para a Assembleia Legislativa do Paraná em 1974, pelo mesmo partido. Fonte: <https://www.patobranco.pr.leg.br/processo-legislativo/legislaturas>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

¹⁶² O deputado federal Alencar Furtado, pelo MDB-PR, teve seu mandato cassado no final do mês de junho de 1977.

Com intuito de se fazer uma avaliação consciente e ao mesmo tempo conscientizar o povo brasileiro, e em particular, o povo de Pato Branco, da importância de estarmos por dentro dos problemas brasileiros. Estamos iniciando com a formação do MDB Jovem de Pato Branco, um importante trabalho frente a atual situação política, social e econômica do país. A conscientização de que falamos não será apenas de uma elite, mas de todas as classes da atual sociedade brasileira: trabalhadores, camponeses, boias frias, estudantes e profissionais liberais. (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 3)

A leitura da sociedade que pode ser aferida neste editorial considera seus diferentes seguimentos sociais e sugere que há necessidade de uma participação ativa dos estudantes, primeiro para tomar consciência dos problemas graves que assolavam o país, e depois para atuar na difusão de um repertório político que possibilitasse a ampliação da base de apoio oposicionista na luta contra o regime militar.

O boletim aborda também a questão envolvendo a cassação do deputado Alencar Furtado, sob o título de “Alencar guilhotinado”, uma das grandes lideranças oposicionistas e que fazia parte dos considerados “autênticos do MDB”. Traz também uma crítica ao AI n. 5, textos sobre conjuntura política e econômica nacional, como por exemplo “produzimos todo nosso trigo?”, ou ainda “quem ganha? Os tricultores ou os moinhos estrangeiros”, e intercala textos locais como “Necessidade de Pato Branco e Região se desenvolver” com uma elaboração feita no Rio Grande do Sul, como “Os caminhos do MDB”, extraída da convenção regional do MDB rio-grandense. Há também, nesta publicação, caricaturas de Edgar Vasques, e um trecho de “História Sincera da República” de Leôncio Basbaum.

A presença de um texto elaborado pelo MDB gaúcho, incorporado ao jornal do MDB de Pato Branco (PR) e o fato de seu articulador pertencer também ao setor jovem daquele MDB, são elementos que apontam para a existência de uma influência da juventude gaúcha sobre o recém-criado setor jovem do MDB de Pato Branco.

Há outro anexo, no caso um livreto intitulado “História do Movimento Operário do Brasil”, publicado em outubro de 1977 pelo “setor jovem metropolitano”, do MDB porto-alegrense, com 35 páginas. Faz parte de uma coleção chamada de “Textos & Debates”, sendo o terceiro número dela. Não é o objetivo abordar de maneira pormenorizada este documento, mas apenas considerar alguns aspectos gerais de seu texto. Este livreto é um material voltado para organização de trabalhadores no “chão de fábrica”, visando sua organização sindical. Na apresentação do livreto, já pode-se ter uma ideia do tom adotado.

[...] Devido a censura, a falta de condições materiais, a ausência de organizações políticas próprias e a situação a que estão submetidos os trabalhadores, justificamos estas publicações como uma tentativa de discussão no meio operário, com vistas a efetiva participação na vida política nacional, deste setor vital da sociedade brasileira: a classe operária. Necessário, portanto, se faz ressaltar, que é condição para que as classes assalariadas intervenham na conjuntura política atual, em defesa dos seus

interesses imediatos, bem como na luta pela conquista de seus objetivos históricos, estarem organizados de forma independente. [...] (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 18)

Esta formulação teórica, segundo afirma no início do texto, seria a primeira de um conjunto de textos voltados para a situação dos trabalhadores brasileiros. Não necessariamente dialogava com o contexto de Pato Branco, mas havia o interesse em fazer o texto circular, ampliando o repertório de mobilização e organização tanto da juventude quanto de uma fração da classe trabalhadora. Tal texto já havia sido discutido “no meio operário de São Paulo”.

[...] Esta é a linha central deste texto. A partir de uma análise da história do Movimento Operário no Brasil, que é, portanto, a história das organizações operárias frente as mais diversas situações, compreendemos a necessidade de organização independente dos trabalhadores como fator fundamental na luta pela sua libertação e para a construção de uma nova sociedade: justa e igualitária, sem opressores e oprimidos e sem exploradores e explorados. (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 18)

Este trecho, que fecha a apresentação do livreto, nos dá uma dimensão de algumas importantes noções que foram difundidas, e que de alguma forma chegariam a este núcleo do MDB, no sudoeste do Paraná. Organização laboral independente, busca pela libertação, construção da nova sociedade, justiça, igualitarismo, opressores, oprimidos, exploradores e explorados. É importante chamar atenção para a conjuntura em que se inscreve tal evento. No Paraná o PCB também havia sido praticamente destruído pela violenta repressão materializada na Operação Marumbi, ocorrida em 1975. Portanto, a construção deste “setor jovem”, cujo documento do SNI citado nos traz alguns elementos, remonta ao ano de 1978. Além disso, chamar atenção para uma possível influência que o “setor jovem metropolitano” do MDB gaúcho estava exercendo sobre outras juventudes emedebistas.

Um aspecto relevante a ser observado é que havia uma relação entre o IEPES e o Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Reis (2001), que defendeu dissertação intitulada “Juventude, Intelectualidade e Política: Espaços de Atuação e Repertórios de Mobilização no MDB dos anos 70”, desenvolveu um capítulo sobre o IEPES e outro que abordava a “constituição de ‘grupos’ e construção de lugares de intervenção”, onde a ênfase é dada aos diferentes grupos que compunham a juventude emedebista no Rio Grande do Sul. De seu trabalho depreende-se que o IEPES era um espaço de formulação teórica, e a juventude emedebista, por exemplo, o Setor Metropolitano, seria o espaço de ação política. Ambos ligados ao MDB gaúcho (REIS, 2001). E um elo entre o Setor Metropolitano e o Setor Jovem de Pato Branco, que não aparece nas fontes mencionadas, mas que de certa forma estabelece algum vínculo também com a juventude emedebista catarinense é justamente a figura de André Forster. Foi ele quem entendeu a necessidade de se criar o IEPES e foi também quem

dirigiu o instituto durante todo seu período de funcionamento. Afirma a autora que, “[...] nos depoimentos coletados não há indícios de disputas sobre a autoria da ideia. A versão predominante e que resistiu ao tempo identifica não só os méritos na administração do instituto como também da criação na figura de André Forster” (REIS, 2001, p. 70). Forster, que era assessor parlamentar do deputado gaúcho Pedro Simon, que por sua vez era considerado uma grande liderança do MDB do Rio Grande do Sul nos anos 1970.

Para termos uma ideia, em agosto de 1975, Simon foi reeleito presidente do diretório regional do MDB com 562 votos, dos 565 delegados presentes. Afirma Reis (2001, p. 71) que “para o conjunto dos entrevistados o IEPES é o resultado do encontro de Forster com Simon. A imputação ao primeiro dos empreendimentos inaugurais neste sentido aparece indissociada das condições disponíveis para ele naquele momento”. E, convém observar que Forster tinha conexões no ambiente acadêmico, como sociólogo, sendo professor universitário na UNISINOS entre 1972 e 1982, e presidiu a Associação Gaúcha dos Sociólogos entre 1971 e 1977, e tinha contatos com acadêmicos que compunham o CEBRAP. Além disso, era assessor parlamentar do dep. Pedro Simon (REIS, 2001). Trafegava entre os dois campos, o acadêmico e o político. Entendia bem o aspecto organizacional e a dimensão política do Instituto. Suas funções e, sobretudo, seus limites.

O IEPES tinha, além do objetivo de elaborar formulações teóricas, o de formar novos quadros para o MDB. Funcionava, no Rio Grande do Sul, organizando-se em torno de três tipos de atividades: reuniões para discutir a conjuntura; seminários com personalidades intelectuais voltadas para um público ampliado; palestras e cursos para membros do IEPES/RS (REIS, 2001).

Nesta direção, é importante considerar também que,

O instituto de estudos do MDB gaúcho se caracterizava, então, como um espaço de condensação, de trânsito entre diferentes instâncias e de disputas entre grupos, o que fez do IEPES um vetor de comunicação entre as vozes de oposição (políticas e intelectuais), transformando-se em referência comum para uma “geração”. Sinalizando, assim, sua importância para a compreensão de um período da história política gaúcha e também nacional. (REIS, 2001, p. 62).

Eram as elaborações teóricas do IEPES que forneciam material para a organização do Setor Metropolitano. Ou seja, os materiais que chegavam ao longínquo MDB de Pato Branco, no ano de 1978, e eram entregues nas mãos de seus dirigentes partidários, ou parlamentares, e que circulavam por aquele setor de juventude do partido, eram fabricações teóricas do mesmo conjunto de formuladores que, antes da Operação Barriga Verde, mantinham diálogo com Wilson Rosalino, e colaboravam com a criação de um IEPES também em Santa Catarina –

chegando, inclusive, a vir ao Centro de Florianópolis, para a realização de um seminário ocorrido na Assembleia Legislativa.

As fontes sugerem que os setores de juventude do MDB em seus recortes regionais tiveram diferentes formas de desenvolvimento. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (1997), que em sua dissertação estudou o MDB, teceu algumas considerações a respeito da juventude partidária. O autor afirma que até a eleição de 1974, as juventudes não se interessavam pelo partido. Porém, havia uma repulsa não só com relação ao MDB, mas no que diz respeito a instituições oficiais, de maneira geral. Inclusive, o alto índice de abstenção nas eleições – característica das primeiras eleições durante o regime militar – seria também puxado por esse setor. Somente com o crescimento eleitoral do partido, iniciado em novembro de 1974 que ele passa a se tornar um polo para os jovens estudantes. No entanto, o MDB vinha procurando, já no início de década de 1970, se reorganizar. Neste sentido, há o surgimento de um setor de juventude no partido: o MDB jovem, que surgiu no Rio Grande do Sul, formalizado em maio de 1973. Tal experiência teria chamado a atenção da direção nacional do MDB que chegou a convidar os líderes da juventude gaúcha para um encontro na capital do país. Motta (1997) ainda observa que a partir deste momento passaram a ser criadas outras seções de jovens do MDB, em outros estados. Ademais, entre os anos de 1974 e 1975 teriam sido formalizadas a maioria dessas seções da juventude emedebista (MOTTA, 1997).

A organização juvenil do MDB teve uma trajetória nada linear. Em primeiro lugar, ele teve existência efetiva somente naqueles Estados onde o partido tinha bases mais sólidas (por exemplo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo). Por outro lado, sua atuação passou por altos e baixos, flutuando de acordo com as diferentes conjunturas. Houve o primeiro momento de organização, entre 1973/75, com o aparecimento e a ascensão do MDB Jovem. Durante e após 1975, houve um certo refluxo do movimento, provocado pela onda repressiva desencadeada pelo Estado contra os militantes do Partido Comunista brasileiro. Os comunistas tinham uma presença importante na juventude emedebista e a sua prisão contribuiu para desestruturar a entidade. (MOTTA, 1997, p. 176)

O autor ainda observa que houve um segundo momento de ascensão da juventude emedebista entre os anos de 1977 e 1978. Foi um momento de crescimento da mobilização estudantil e um momento eleitoral. Mas, com o aparecimento da questão da reforma partidária no horizonte, tal crescimento das juventudes refluíu novamente, pois diversos desses grupos passaram a se articular em torno do que viriam a ser seus futuros partidos. Um exemplo mencionado pelo autor é a criação do Partido dos Trabalhadores, como um forte polo de atração para as juventudes (MOTTA, 1997).

Como pudemos observar ao longo deste texto, usando como referência os depoimentos de dois importantes membros do antigo PCB catarinense, no caso Wilson Rosalino e Gerônimo

Wanderley Machado, havia um grupo organizado em seu partido, na década de 1970, destacado para atuar na Juventude do Movimento Democrático Brasileiro. Partindo dessas memórias, e levando em consideração que Rosalino era um desses membros que atuavam na JMDB, e tomando por base documentos encontrados no Fundo do Sistema Nacional de Informações, sopesando as particularidades desse acervo, bem como outras informações obtidas através das páginas do periódico *O Estado*, foi possível conhecer alguns fragmentos da trajetória da Juventude do MDB, especialmente no período em que o PCB procurou atuar na mesma.

A Operação Barriga Verde, ocorrida em novembro de 1975 operou como um corte abrupto na organização do PCB no Estado de Santa Catarina, de uma maneira geral. Seus dirigentes foram praticamente todos presos. Com poucas exceções, que conseguiram fugir. O partido foi completamente desarticulado. Wilson Rosalino, que conseguiu escapar de sua planejada prisão por membros da repressão, viveu durante anos em Paris, na França, retornando para Florianópolis somente após a aprovação da Lei da Anistia. Uma trajetória parecida se passou com Gerônimo Machado. Ele havia saído do Brasil para estudar na França, antes da deflagração da Operação Barriga Verde, e viveu alguns anos também naquela cidade, só retornando para o Brasil no ano de 1979.

Martins (2006, p. 127) afirma que,

a prisão dos militantes comunistas que atuavam no MDB e nas suas organizações partidárias (JMDB e Iepes) intimidou os dirigentes emedebistas, que passaram a tratar o tema com muita cautela. Em São Paulo, os órgãos de repressão forçaram vínculos entre o PCB e os deputados Alberto Goldmann (Assembleia) e Marcelo Gato (Câmara Federal). No Paraná, fizeram a mesma coisa com o senador Leite Chaves e outros parlamentares federais e estaduais.

O período posterior à Operação Barriga Verde foi de grande cautela também no MDB catarinense. Conforme destaca Martins (2006), a JMDB continuou a existir mesmo após as prisões, mas sugere que sem a atuação dos comunistas ou ao menos com mais discrição. O autor nos traz em seu livro uma reprodução da primeira página de um boletim, intitulado “A Voz da Juventude”, nº 10, que teria sido produzido no período eleitoral de 1976, como evidência da permanência da continuidade das atividades JMDB em Santa Catarina. Martins (2006) ainda observa que a JMDB aproveitou um evento organizado, em meados de 1976, pelo recém-criado Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta (sucessor do Iepes), denominado “o homem e a liberdade”, que contou com a presença de emedebistas ilustres, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Roberto Saturnino Braga, Laerte Vieira, Fernando Henrique Cardoso e o jornalista Carlos Chagas, para denunciar as prisões ocorridas no âmbito da Operação Barriga Verde (MARTINS, 2006, p. 130).

4 TEMPOS DE LIBERALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: DA NOVEMBRA DA À PRIMEIRA ELEIÇÃO DO “PCB LEGAL” (1979-1985)

Este capítulo apresenta e contextualiza o engajamento político dos personagens desta narrativa no período que engloba os anos de 1979 a 1985. Portanto é um recorte temporal que atravessa o governo do último general presidente da ditadura militar, João Figueiredo, e adentra os primeiros meses de governo de José Sarney, estendendo-se até as eleições municipais de novembro de 1985.¹⁶³ Tem por objetivo compreender as mudanças ocorridas no âmbito da militância política num período em que o governo Figueiredo deu prosseguimento à estratégia de distensão iniciada no governo anterior, em âmbito institucional, ao apresentar o que veio a ser considerado uma abertura política. Para elaboração deste texto foram utilizadas como fontes principais os depoimentos de Nildo José Martins, Vilson Rosalino da Silveira, Clair Castilhos Coelho e Gerônimo Wanderley Machado, bem como algumas edições do periódico *O Estado*.

Motta (2021) considera que o governo Figueiredo iniciou num contexto adverso para os militares. Em 1979, as oposições estavam mais fortes e a grande imprensa atuava com mais liberdade que nos anos anteriores. Por outro lado, desde janeiro de 1979, o Ato Institucional Número 5 havia sido extinto por iniciativa do governo Geisel. Portanto era uma conjuntura mais difícil para o novo governo controlar a oposição. Importante ressaltar que na escolha do novo General-presidente do regime, ocorrida no ano anterior, pela primeira vez um militar – general do exército – apresentou-se para concorrer contra o candidato do governo. Euler Bentes Monteiro, ligado à corrente nacionalista do exército, disputou contra João Figueiredo, com o apoio do MDB. Figueiredo venceu a disputa no Colégio Eleitoral por 355 votos contra 226. Aproximadamente 60% dos votos para o candidato do governo contra 40% para o opositor. Diferente de 1974, quando o MDB lançou a candidatura de Ulysses Guimarães em forma de protesto, em 1978, o partido procurou apostar em um nome que pudesse gerar divisões no interior exército. O regime estava dando sinais de desgaste, com perdas de apoio, a ponto de haver um candidato de dentro das FFAA contra o governo. Mesmo diante desta conjuntura Figueiredo manteve a estratégia de distensão iniciada por seu antecessor e seguiu implementando medidas liberalizantes (MOTTA, 2021).¹⁶⁴

¹⁶³ O governo do gal. João Baptista Figueiredo iniciou em 15 de março de 1979 e terminou em 15 de março de 1985.

¹⁶⁴ São utilizadas como referência, neste trabalho, as definições empregadas por Stepan (1988), onde o autor compreende que medidas como redução da censura à imprensa, um afrouxamento dos controles sobre a atividade econômica da classe operária, a reintrodução do habeas corpus, libertação de prisioneiros políticos, retorno de exilados, medidas que melhorem a distribuição de renda e a tolerância para com a oposição política se constituem, num regime autoritário, enquanto parte do que ele entende por liberalização. De forma distinta,

As medidas liberalizantes foram empregadas numa conjuntura em que seria difícil enveredar novamente pelo caminho de um endurecimento do regime. A ditadura vinha perdendo legitimidade na medida em que os resultados econômicos não eram bons. Ao adotar formas de abranger mais vozes no sistema político institucional, diferentes agentes políticos poderiam vocalizar suas insatisfações, em alguma medida, por dentro do sistema político, introduzindo novas maneiras de lidar com a contestação aberta, especialmente na forma de protestos de ruas. É neste quadro que se inserem as principais decisões tomadas pelo governo, sobretudo no ano de 1979, tais como a nova maneira de calcular o salário-mínimo, a forma como o governo lidou com a enorme quantidade de greves ocorridas naquele ano, a Lei da Anistia e a Reforma Partidária.

Segundo a análise do sociólogo Robert Henry Srour (1982), o ano de 1979 foi de grande mobilização das classes trabalhadoras no Brasil. Ao longo de quase todo aquele ano, diversos movimentos grevistas eclodiram. No mês em que o general João Figueiredo tomou posse, em março, para termos uma ideia, houve grande paralisação entre trabalhadores da educação das redes municipal e estadual no Rio de Janeiro. No ABC paulista ocorreu o que o autor compreende como a greve que provocou o maior impacto no país por aqueles anos. Os números são surpreendentes. Uma greve que teve adesão de 150 mil metalúrgicos, com assembleias que levaram 60 mil pessoas para um estádio de futebol. Um aspecto que chama atenção é que, junto com as reivindicações econômicas, havia a defesa do delegado sindical, o que no entender do autor “quer dizer, que pretendeu instrumentar as lutas econômicas, estendendo ao interior das fábricas alguns mecanismos democráticos de representação” (SROUR, 1982, p. 64). Dessa forma, os trabalhadores procuravam enfrentar o autoritarismo exercido dentro dos locais de trabalho. Para além da luta pela democratização da estrutura política do país, necessária, pois era por onde se dava o controle do Estado, havia também a urgência de se pensar a questão democrática nos espaços laborais. Certamente foi um processo duro, como é de se esperar dos enfrentamentos relacionados à questão entre capital e trabalho. Segundo Srour (1982, p. 64),

A ideia de comissões de fábrica ou de delegados, livremente eleitos pelos trabalhadores e a salvo de represálias desencadeadas por chefes e patrões, demonstra que os operários se conscientizaram de que a luta deve ser incessante, de que empresários e trabalhadores formam classes irreconciliáveis e antagônicas. Somente porta-vozes autorizados pelos trabalhadores, e garantidos legalmente para exercitarem

o autor compreende que a ideia de democratização, embora inclua a ideia de liberalização, demanda a possibilidade de contestação aberta pelo controle do governo, com a escolha dos governantes sendo definida por meio de eleições livres. Em suas palavras, “liberalização refere-se fundamentalmente à relação entre Estado e a sociedade civil. A democratização refere-se fundamentalmente à relação entre Estado e sociedade política” (STEPAN, 1988, 12-13).

suas funções, poderão negociar em nome deles. Eis a lição aprendida no final da década de 1970.

Esta reivindicação não prosperou naquela ocasião. Em pouco tempo o Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos do ABC. Porém, esses são breves exemplos daquela conjuntura. Deste episódio ganhou notoriedade o “novo sindicalismo” e a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, braço progressista da Igreja Católica, instituição com notória atuação junto às massas e que se apresentou na ocasião como mediadora entre trabalhadores e governo.

Ao longo dos meses seguintes, até chegar a outubro, diferentes categorias, nos diversos estados da federação entraram em greve também. O governo militar não tinha mais como propagandear seus resultados econômicos diante de uma pressão inflacionária crescente. Os dados que o autor traz apontam para uma inflação que naquele ano de 1979 alcançou a marca de 77,2% (SROUR, 1982).

Singer (2014) explica que os reajustes salariais durante o regime militar obedeciam à seguinte regra: o reajuste anual era decidido baseado na inflação passada, mais 50% da inflação futura. O dado relativo à inflação futura era uma estimativa elaborada pelo Ministério da Fazenda. Portanto, uma parcela importante do reajuste ficava dependendo da previsão do governo. Como o governo ansiava por baixar a inflação, o Ministério da Fazenda costumava subestimar a inflação futura – enquanto a inflação não indicasse recuo. Dessa forma, havia perda salarial ano a ano. Seja pelo percentual do reajuste referente à inflação retrospectiva só ser considerada uma vez ao ano, seja pelo percentual referente a uma previsão depreciada da inflação futura.

Somente no final de 1979, segundo Motta (2021), diante de um quadro de piora nos indicadores econômicos e de insatisfação popular crescente, o governo mudou o mecanismo através do qual se operavam os reajustes salariais, de forma que amenizassem as perdas econômicas das classes trabalhadoras. Dessa forma, trabalhadores que ganhassem até três salários-mínimos teriam seu salário reajustado pelo índice de inflação, acrescidos de 10%, e em vez de o reajuste ser anual, seria semestral. As perdas eram repostas na metade do tempo com mais um acréscimo para ajudar a amortecer o impacto da inflação futura na renda dos trabalhadores. A ideia era mais generosa para os trabalhadores que a anterior. Porém, a medida não causou o efeito esperado, uma vez que a inflação continuava alta. Permanecia um quadro de corrosão do poder de compra dos trabalhadores.

Srouer (1982) afirma que ainda no primeiro semestre de 1979, nos meses de abril e maio, houve greve dos funcionários públicos de São Paulo. Professores dos primeiros e

segundos graus, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, motoristas e cobradores de Araraquara, vendedores de bilhetes de apostas do Jockey Club de São Paulo, professores e funcionários públicos das universidades públicas de São Paulo. Neste Estado, médicos e funcionários do Hospital do Servidor Público e do Hospital das Clínicas paralisaram atividades. Houve greve entre os professores de escolas particulares do Rio de Janeiro e dos trabalhadores dos estaleiros de Niterói. Com 53 dias de governo, foram registradas 107 greves. E continuaram a acontecer greves em outros estados, de diferentes categorias, mês a mês.

Esses exemplos citados acima ilustram o quadro de insatisfação generalizada contra o regime, já no primeiro ano do governo Figueiredo. Foram muitas as mobilizações, nas mais diferentes regiões do país. O núcleo dirigente do regime, se quisesse controlar o ritmo da abertura e seus desdobramentos, precisaria enfrentar esses desafios. A novembrada, tema que abordaremos adiante, está inserida nessa conjuntura mais ampla de insatisfação com o regime militar que fervilhava naquele ano de 1979.

4.1 NOVOS MILITANTES ENTRAM EM CENA: A NOVEMBRADA COMO UM SINALIZADOR DO ENFRAQUECIMENTO DA DITADURA

O florianopolitano Nildo José Martins iniciou sua militância na segunda metade dos anos 1970, por volta de “1976, 1977”, como disse em depoimento registrado em novembro de 2021. Enquanto Vilson Rosalino da Silveira e Gerônimo Wanderley Machado, por exemplo, eram veteranos de outras lutas, de organização partidária, acostumados de alguma maneira a lidar com os mecanismos repressivos da ditadura, Martins estava começando a participar de algum tipo de atividade política. Aproximou-se do PCB quando participava do movimento estudantil universitário. Nasceu em 1952 e contava, na altura de seu relato, com cerca de 25 anos, período em que iniciou sua graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Quando Martins se aproxima do PCB via movimento estudantil, Rosalino estava exilado na França – mesmo país em que se encontrava Machado. Na medida em que o depoimento se desenvolvia, Martins compartilhou uma leitura daquela conjuntura:

[...] o Partido teve um grande recuo com o Golpe Militar, e aqui em Santa Catarina, mais precisamente, com a operação Barriga Verde. Então, com esta operação Barriga Verde o partido foi esfacelado. Totalmente. Prenderam muita gente, torturaram, humilharam. Eu vi isso de perto. Eu era morador aqui da Trindade, conheci o Marcos Cardoso Filho, Roberto Motta, Cirineu Martins, eu conheci toda essa turma, o Celso Martins. Então o partido foi esfacelado em 1975. [...]¹⁶⁵

¹⁶⁵ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Importante ressaltar que embora o depoente tenha afirmado que o partido foi totalmente “esfacelado” após as prisões, está se referindo à organização partidária em seus contornos formais, com sua centralidade nos Comitês Central e Estadual, além dos Comitês Municipais, com suas reuniões e atos. Por outro lado, Celso Martins (2006, p. 349) observa que após as prisões, ao menos na UFSC, o PCB manteve algum tipo de atuação, realizando “um trabalho de agitação política, literária e cultural”, e que os membros do partido aos poucos foram ocupando posições importantes e “conquistando hegemonia” no movimento estudantil no período que vai de 1975 a 1980. Ainda sobre este período, afirma o autor:

Foi quando surgiram militantes como Nildo Martins, Margaret Grando, Marize Lippel, Lígia Giovanella, Luis Carlos Cancellier, Rogério Teixeira Figueiredo, Thais Lippel, Milton Osteto, Márcia Denise Jakimil, Geraldo Barbosa e outros, todos ligados ao PCB, empenhado também na campanha pela anistia dos presos políticos e apoiando candidaturas nas eleições através do MDB. Entre os aliados importantes, estava o falecido Adolfo Luiz Dias, que assumiu a presidência do DCE da UFSC pela chapa Unidade, no início de 1979. (MARTINS, 2006, p. 349)

Celso Martins (2006) descreve o surgimento de uma geração de novos militantes que emergiram para a luta política por meio do movimento estudantil, no final da década de 1970. Para melhor situar estes atores em seus respectivos períodos de atuação no espaço universitário, convém observar que Machado, por exemplo, passou pelo movimento estudantil, na universidade, no final da década de 1960. Rosalino entrou na UFSC em 1969 e formou-se em Engenharia Elétrica em 1973. Machado já estava formado no início dos anos 1970, e em 1972 era funcionário do BESC. Em 1975, Rosalino trabalhava como professor na UFSC. Portanto, estamos refletindo neste capítulo sobre uma geração que entra na universidade na segunda metade dos anos 1970, tomando por referência a trajetória de um de seus membros, no caso, o então estudante de História, Nildo José Martins. Foi uma geração que cumpriu um importante papel no processo de abertura, como se verá adiante.

O que se pode auferir do trecho citado do depoimento de Nildo Martins é que no início de sua atuação política, as consequências da repressão ao PCB não haviam sido deixadas para trás. Pelo contrário, faziam-se sentir na desorganização e nos danos causados aos militantes que foram capturados no âmbito da Operação Barriga Verde (OBV), em 1975. O envolvimento de Martins com o partido inicia pouco tempo após aquele acontecimento. Martins conheceu aqueles militantes. Conviveu com alguns deles. A OBV havia sido um divisor de águas na história do PCB em Santa Catarina. Marcou toda uma geração de militantes e desarticulou o partido. Além da OBV, outro evento que foi mencionado logo no início de seu depoimento, e que tem destaque, foi a Novembrada:

[...] Em 1979 teve a experiência do episódio da Novembrada, em que o general Figueiredo veio em Florianópolis. E que o projeto da ditadura militar era tornar o general Figueiredo como o “João popular”, popularizar a figura do general Figueiredo, da abertura democrática, lenta e democrática. Mas esse projeto da ditadura não deu certo porque a resistência contra a ditadura se acentuou em 1979, ela cresceu. E aqui em Santa Catarina, o movimento estudantil foi protagonista nessa luta contra a ditadura. A luta da novembrada foi um episódio político, de luta pelas liberdades democráticas, pela democracia. A nossa bandeira de luta que o partido orientava era: eleições diretas, assembleia constituinte livre, soberana e democrática, anistia – da qual eu participei, coleí muitos cartazes, participei de muitas reuniões sobre anistia. Anistia ampla, geral e irrestrita. Então, na verdade em 1979, 1980 o regime militar estava em processo de decadência. [...].¹⁶⁶

No plano nacional ficaram mais conhecidos – no âmbito da abertura política – eventos como a Anistia e a Reforma Partidária. Ambos os acontecimentos ocorreram em 1979, primeiro ano de governo do gal. João Figueiredo. A Lei da Anistia foi sancionada no dia 28 de agosto, e a Lei que permitiu o retorno do pluripartidarismo é de dezembro daquele mesmo ano, sendo sancionada no dia 20. Mas a Novembrada, revolta popular que eclodiu no dia 30 de novembro, uma sexta-feira, na cidade de Florianópolis, foi um acontecimento que adquiriu uma dimensão que talvez nem o cidadão mais otimista com a abertura poderia imaginar. Do ponto de vista de Nildo Martins, o PCB ganhou “fôlego” com este acontecimento:

[...] A Novembrada foi uma motivação muito boa pro Partido. O Partido se renovou ali. Por que, em 1979, com a chamada abertura democrática, com os partidos legalizados, aquele clima de democracia, era falso o clima, mas em plena ditadura, em pleno vigor a Lei de Segurança Nacional, aquilo desconfiava o Partido. Por que aquilo... “Pô, eles estão querendo arrombar com nós, estamos na ilegalidade, tá todo mundo legalizado. Uma face de democracia e nós somos ilegais, somos clandestinos ainda”. Em 1979 foi um termômetro. Na verdade, em 1979, nós “cutucamos a onça com a vara curta”. Vou falar um ditado popular.¹⁶⁷

O depoente Martins não chegou a se filiar ao MDB. Durante o final da década de 1970 seu compromisso era com o PCB e o movimento estudantil. No início dos anos 1980, ele acompanharia seus camaradas de partido e faria sua filiação ao PMDB. Como um militante disciplinado, cumpria com a linha política adotada por seu partido. Seguiu as orientações de seus dirigentes. Inicialmente, sua arena de atuação era a militância estudantil. Chegou inclusive a participar de uma eleição para o DCE:

Tinha um grupo do PCB dentro da universidade que era muito forte. Mesmo depois da Operação Barriga Verde. Tanto é que em 1979 o PCB lançou a chapa “Unidade”, pro DCE. A gente fazia parte da diretoria do DCE, da diretoria da UCE, a União Catarinense dos Estudantes. [...].¹⁶⁸

¹⁶⁶ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

¹⁶⁷ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

¹⁶⁸ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

A partir de seu relato é possível observar – em primeiro lugar – que poucos anos após a desarticulação do partido por conta da OBV, algumas atividades vinham sendo retomadas. Assim como em outros contextos, o partido tinha um de seus pilares no recrutamento e atuação no movimento estudantil. O PCB, mais uma vez, estava se reorganizando. Conforme recorda Nildo Martins, o partido tinha gente em diferentes entidades que atuavam no movimento estudantil.

Em trabalho defendido no ano de 1988 e publicado alguns anos depois na forma de um pequeno livro, Luís Felipe Miguel (1995) refletiu a respeito da Novembrada. Naquele contexto, defendia sua monografia no curso de Comunicação Social, pela UFSC. Miguel observa que embora a vinda de Figueiredo tivesse grandes chances de obter êxito, havia um grupo de militantes no interior do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da UFSC, que desde setembro – quando foi anunciada a visita – articulava um protesto contra o general. O esperado era que este tipo de ato não reunisse mais que poucos ativistas estudantis. Talvez por isso, ainda que não faltassem meios para apurar a intenção do DCE de organizar um ato durante a visita de Figueiredo, nada foi feito pelos órgãos de segurança para impedi-lo. Como veremos, o ato organizado pelos estudantes terá importância. De todo modo, a leitura deste evento realizada por Miguel atribui ao movimento estudantil importante protagonismo na eclosão da Novembrada. E, sobre a composição do DCE, em 1979, Miguel (1995, p. 18) afirma:

O DCE da UFSC, na época, era controlado pelo grupo *Unidade*, ligado ao clandestino Partido Comunista Brasileiro – PCB – uma corrente considerada “moderada” pelo restante do movimento estudantil. Presidia a entidade o estudante de Direito Adolfo Luiz Dias, uma liderança sem vinculações partidárias, de discurso calmo e bem articulado. Mas para a realização do ato foram chamadas todas as tendências políticas de esquerda da universidade: inúmeros grupinhos que, reunidos, deviam alcançar cerca de cem militantes.

Sobre este contexto, Srour (1982, p. 114) afirma que a chapa Unidade derrotou na eleição para a União Nacional dos Estudantes (UNE) em Santa Catarina a chapa vencedora nacionalmente, denominada Mutirão. Esta chapa que ganhou a eleição para a UNE seria considerada mais radical que a Unidade. Porém, mais radical que as duas chapas era a Liberdade e Luta (Libelu) que naquele pleito de 1979 ficou entre as últimas colocações. A experiência de luta que a Unidade tinha até aquele momento, dirigindo o DCE da UFSC, estava relacionada com um conjunto de reivindicações estudantis dirigidas quase sempre a temas inscritos nos limites territoriais da Universidade. Mas, havia bandeiras mais amplas, como a Campanha pela Anistia, por exemplo. Por outro lado, havia demandas pela continuidade de obras no Hospital Universitário, contra o controle ideológico na universidade, greves estudantis envolvendo questões curriculares e as próprias eleições da UNE.

Os depoimentos registrados sugerem que ao longo do ano de 1979 houve acontecimentos que causaram repercussão no universo da militância, em Florianópolis. O processo de abertura, embora naquela conjuntura ainda incerto, vinha afrouxando a vigilância com relação à atuação política em estabelecimentos de ensino, com a revogação do Decreto-Lei nº 477, de 1969, ocorrida em agosto deste ano (BRASIL, 1969a).¹⁶⁹ A revogação deste instrumento autoritário foi uma reivindicação recorrente em textos do MDB e de sua Juventude, bem como em textos do PCB, desde o início da década de 1970. Sua revogação foi um ato de grande relevância para a atividade política desenvolvida nas Universidades, embora seja pouco mencionada.¹⁷⁰

Por sua vez, a Lei da Anistia permitiu que os exilados pudessem retornar ao país. Dessa forma, soa interessante uma passagem do depoimento de Wilson Rosalino, que trata de seu retorno ao Brasil, após a sanção da referida lei. Ele retornava de seu exílio na França, onde viveu desde quando escapou de sua prisão, no âmbito da OBV, conforme abordamos anteriormente. Rosalino descreve suas impressões ao retornar ao Brasil:

Eu cheguei aqui no Brasil uma semana antes da chegada do Figueiredo que deu aquela Novembrada. Aquele fato. E até porque eu cheguei, sem saber, eu cheguei em Florianópolis na véspera da chegada do Figueiredo, de modo que no mesmo avião que eu vim veio um monte de gente da segurança dele que vinha pra cá. E os meus familiares que estavam lá, ficaram meio atônitos: “mas, eu não estou sabendo de nada, mas ele vem aqui e vai chegar amanhã? E agora?” E aconteceu a Novembrada quando eu tinha acabado de chegar. Aliás eu entrei em pânico porque eu não tinha também nessa época me dado conta de quanto o país tinha avançado. A meu juízo era uma temeridade o que se fazia quando eu via na televisão aquela manifestação, eu não tinha noção do quanto o país já tinha mudado bastante, realmente a Anistia e, digamos assim, e a redemocratização, a ditadura estava caindo de podre. A democracia estava naturalmente se impondo no país. Então eu fiquei um pouco atônito até me dar conta de que o país mudou, isso aqui tá um pouco normal no país, manifestar contra o governo, você xingar o figueiredo. Levei um tempinho pra cair a ficha.¹⁷¹

¹⁶⁹ O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (BRASIL, 1969a). Em síntese, esta lei considera um infrator professor ou aluno, ou funcionário de estabelecimentos de ensino que realizem qualquer atividade política nesses espaços. Havia distintas punições caso o infrator fosse professor e demais funcionários, ou fosse aluno. No primeiro caso, poderia ser demitido ou dispensado, proibido de ser nomeado, admitido ou contratado em outros estabelecimentos de ensino por 05 anos. Se fosse aluno, poderia ser desligado e proibido de se matricular em outro estabelecimento de ensino por 03 anos. Há outras considerações sobre punições no texto do Decreto-Lei. Essa lei foi revogada pela Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979 (BRASIL, 1979b), que, por sua vez, reconhece a legitimidade da representação estudantil, através de órgãos como os Diretórios Centrais dos Estudantes, os Diretórios Acadêmicos, autorizando a criação de grêmios estudantis em estabelecimentos de 1º e 2º graus. O texto não se refere a infrações nem tampouco a punições. Apenas aborda as relações entre “corpo discente e a instituição de ensino superior”, e veda “atividades político partidárias”.

¹⁷⁰ Segundo afirma Motta (2021, p. 264) após o “Pacote de Abril”, em 1977, voltaram a acontecer protestos estudantis de maior proporção no Brasil. Antes disso, desde o ano de 1968 não ocorriam grandes protestos estudantis no país.

¹⁷¹ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

Esta é uma das passagens em que os depoimentos se entrecruzam. Nildo Martins estava atuando, naquela conjuntura, junto ao DCE da UFSC, na organização do protesto que vinha sendo planejado para ocorrer durante a visita de Figueiredo. Rosalino, por sua vez, estava chegando ao país, retornando à cidade onde vivia, sem a menor ideia de que em poucos dias eclodiria uma revolta popular em Florianópolis –algo ainda difícil no ano de 1975, ano em que ele teve que deixar o país.

Este trecho é relevante, a partir de uma trajetória individual, com vistas à compreensão dos espaços e das formas de circulação da militância política, no âmbito dos significados da liberalização ocorrida em fins da década de 1970. Os espaços de atuação política haviam sofrido severas restrições até aquele momento, quando já se somavam 15 anos de ditadura. Aparentemente, naquele ano de 1979 alguns destes espaços de atuação política começaram a readquirir alguma vitalidade. A quantidade de greves ocorrida naquele ano sugere que os sindicatos vinham agindo com maior autonomia, apesar das restrições ainda existentes. Naquele ano a UNE foi reorganizada. E não tardou para termos o retorno dos exilados.

Conforme podemos verificar, no testemunho de Rosalino a relação entre Estado e sociedade civil mantinha-se nos termos do período em que deixou o país, em 1975. Naquele contexto, atos de protesto, mobilizações públicas, passeatas, eram vistos com muita temeridade. Tal percepção, que causou receios ao então experiente militante comunista, remetia a uma possível reação das forças de segurança. Ainda havia a perspectiva concreta da repressão, sobretudo num protesto diante da presença de altas autoridades dos governos federal e estadual.

Por sua vez, Nildo Martins era muito atuante naquela conjuntura no Movimento Estudantil e vinha se organizando junto ao DCE da UFSC, justamente para fazer tal enfrentamento. Aparentemente, havia uma nova geração de militantes que passava a se relacionar de forma distinta com o regime e suas ameaças repressivas. O ímpeto em denunciar o regime encontrava meios de expressão e espaços de militância que estavam sendo rapidamente construídos. Trata-se de uma geração de jovens catarinenses que não foi marcada pela OBV.

Robert Srouf (1982) narra o episódio da novembrada em detalhes. A chegada de Figueiredo no aeroporto Hercílio Luz se deu às 9:29h. A visita estava programada para durar 6 horas. O trajeto percorrido pelo então general-presidente, a partir da saída do aeroporto, passou pelo bairro Costeira do Pirajubaé em direção ao Centro de Florianópolis, para alcançar o Palácio Cruz e Souza, que na época era a sede do governo estadual. Uma vez no Palácio, depois de assinar alguns convênios, Figueiredo iria com sua comitiva até o Ponto Chic, um pequeno estabelecimento que ficava a uma quadra da sede do governo, naquele que seria um momento

de posar entre os populares, e em seguida, a comitiva iria para o município de Palhoça, na Grande Florianópolis, onde estava programada uma solenidade festiva junto a muitas autoridades e convidados. Às 15h, era o horário estimado para que o Figueiredo e seus ministros retornassem a Brasília.¹⁷² Esta visita foi bastante divulgada, no período, de forma que muita gente estava ciente de tão ilustres presenças na capital catarinense. No encadeamento dos eventos e na interpretação dada pelo autor, depreende-se que a eclosão da revolta durante a visita presidencial obedecera a um conjunto amplo de fatores.

Havia múltiplos fatores por trás da insatisfação popular. A junção de uma situação econômica ruim para a maioria da população com uma estrutura política autoritária somou-se ao destemor de um grupo de estudantes organizados, que fez com que pela primeira vez em anos o núcleo dirigente do regime militar se sentisse constrangido, num grau que até então não tinha sido visto. Segundo Srour (1982), a revolta se deu como resposta aos altos gastos envolvidos naquela visita, enquanto o povo passava dificuldades, aos descuidos nas declarações dadas pelo então presidente, à ilegitimidade dos líderes políticos, como por exemplo a do governador catarinense Jorge Bornhausen, que estava posando ao lado de um presidente imposto por um mecanismo que excluía o voto popular:

Resposta aos sacrifícios impostos arbitrariamente e de modo extorsivo como o foram os aumentos vertiginosos das tarifas dos ônibus e dos táxis, da carne e do leite C, dos impostos prediais, das tarifas de energia elétrica e do preço da gasolina. [...] E resposta turva, na sua espontaneidade, às doenças, ao desabrigo, à carência de equipamentos coletivos, à fome, ao analfabetismo, ao desemprego, ao embrutecimento resultante do trabalho rotineiro, à exploração impiedosa de toda hora. Resposta, enfim, a esses muitos Brasis, dilacerados e antagônicos. (SROUR, 1982, p.77-78)

Quando Figueiredo estava no Palácio do governo estadual assinando convênios que eram anunciados por meio de um alto falante, uma multidão de populares do lado de fora acotovelava-se na praça XV. Então um grupo de aproximadamente trinta estudantes ligados ao DCE da UFSC aguardava o momento certo para levantar faixas com dizeres de protesto contra o governo, contra a fome, o desemprego e contra o próprio Figueiredo. O momento em que o general apareceu na sacada do Palácio foi descrito por Srour (1982, p. 85) da seguinte maneira:

O palácio é um velho casarão assobradado, de estilo rococó, com pequenas sacadas encimadas por luminárias externas. Batizado com o nome do famoso poeta impressionista do século passado, ocupa metade de um quarteirão e vê-se prensado entre exíguos espaços ajardinados e estacionamentos para carros oficiais. A fachada

¹⁷² Acompanharam o gal. Figueiredo em sua visita a Florianópolis os ministros da Fazenda, Agricultura, Transportes e Minas e Energia. Respectivamente: Carlos Rischbieter, Amauri Stabile, Eliseu Resende e César Cals. Além destes, estavam junto o Chefe do Gabinete Militar, do SNI e o secretário particular de Figueiredo, respectivamente o gal. Danilo Venturini, gal. Octávio Medeiros,

havia ganho uma pintura em tom cor-de-rosa lavado, para estar à altura de tão solene ocasião.

O autor explica que o tumulto começou a partir da iniciativa dos estudantes que fizeram uma panfletagem contra o regime, no meio da multidão de aproximadamente 4 mil pessoas, e entoavam palavras de ordem críticas ao governo. Nesse agrupamento de pessoas havia muitos funcionários públicos, trazidos de diversas regiões do estado, para prestar apoio aos políticos ali presentes. Desse grupo, os estudantes provavelmente não angariaram apoio em suas ações. Mas, havia também uma grande massa de populares, que foram para a frente do palácio acompanhar a visita presidencial, e estavam ali, passivos, quietos. A partir de um dado momento, uma porção destes populares passou a apoiar a manifestação, engrossando o coro dos estudantes.

Nas palavras de Srour (1982, p. 87-88),

Às dez e meia, o presidente saiu na sacada central do palácio, ao lado do governador e dos quatro ministros de Estado que o acompanhavam na comitiva. Seu primeiro gesto foi o de acenar para a multidão. Mas vaias e aplausos se confundiam lá embaixo. De fato, o coro dos estudantes já havia engrossado com a adesão de uns duzentos populares. Foi nesse momento que surgiram gritos de “Abaixo Figueiredo, o povo não tem medo” e “Abaixo a ditadura”. O general ainda esboçou um sorriso e continuou acenando para os manifestantes. Os alto-falantes anunciaram então o nome do governador Jorge Bornhausen e as palavras de ordem, entremeadas de vaias, recrudesceram.

A partir deste momento, as palavras de ordem não eram mais puxadas pelos universitários. Se aquele grupo de jovens tinha a pretensão de influenciar a massa com seu repertório de críticas ao governo, dali em diante isso não mais aconteceria. O roteiro seria outro. O importante papel cumprido pelos estudantes do DCE naquela manhã do dia 30 de novembro foi o de assumir a iniciativa de criticar o governo. Foi uma ação da maior importância. Possivelmente, sem a mobilização dos estudantes, provocando a situação, a revolta popular e o confronto político não teria eclodido. Transformado o conflito social latente em confronto político (MCDAM; TARROW; TILLY, 2009), daí em diante, o protagonismo seria da massa anônima ali presente e que vinha sofrendo as agruras de uma política econômica concentradora de renda sob um estado autoritário.

No entender de Nildo Martins, no âmbito do protesto que viria a ser chamado de “Novembrada”, havia uma “motivação dos estudantes” no ato de ir à rua que era marcadamente política¹⁷³, ou seja, por trás daquela movimentação dos estudantes da UFSC, havia um conjunto de reivindicações e estratégias para construir um confronto político. Ele dá a entender que a

¹⁷³ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

ideia do protesto era levar tais reivindicações adiante, aproveitar o episódio e tentar politizar os populares que estariam ali. Em Florianópolis, a militância comunista experimentava um novo “repertório confrontacional” que se dava nas próprias interações dos movimentos sociais em suas mobilizações. Na escala da cidade, o ciclo de confrontos políticos do período ganhava concretude¹⁷⁴.

Srouf (1982, p. 86) cita na íntegra uma “Carta à população” que foi distribuída durante este evento, tendo sido mimeografadas duas mil cópias deste panfleto e distribuídas no local.¹⁷⁵ No panfleto há uma leitura crítica da conjuntura, atribuindo responsabilidades ao governo Figueiredo pelo aumento do custo de vida para a população. O texto habilmente contrasta a imagem de um governo pomposo, gastador, com o cotidiano do povo de aumentos sucessivos nos preços, sem deixar de chamar atenção para a publicidade governamental, que atuava para que a população não percebesse esta realidade contraditória. Há ainda uma perspicaz menção aos aumentos nos preços de combustíveis:

Quem viaja de avião a jato e passeia de Galaxie (às custas do povo) nunca vai se preocupar com o preço da gasolina. Igualmente quem está habituado a receber banquetes de 6 mil talheres, 3.000 quilos de carne, 6.000 litros de chopp (também às custas do povo) pouco está se importando com o preço de um prato de comida. O povo não se engana mais. Exige melhores condições de vida. (SROUR, 1982, p. 86)

Diante do Palácio Cruz e Souza a população presente começa a desaguar toda a sua insatisfação reprimida, no que viria se constituir numa catarse popular. Depois do discurso do governador Bornhausen, quando o gal. Figueiredo reaparece para acenar ao povo, a massa começa a proferir adjetivos, uns mais pesados, outros mais críticos, contra o general. Coisas como “cavalo”, “fascista” e “ladrão”. O general ainda ganhou das ruas o título de “João da exploração”, que fazia uma referência abertamente crítica à forma como a publicidade governamental referia-se ao general, chamando de “Presidente da conciliação”. Ao manejar criticamente, dessa forma, as mensagens oficiais, parcela da população de Florianópolis rejeitava a conciliação política entre as elites proposta pelo regime como condição necessária para a abertura política e instaurava no âmbito do confronto político a centralidade da exploração econômica e da desigualdade social.

¹⁷⁴ Uma interessante entrevista com Sydney Tarrow a respeito de seus estudos sobre ação coletiva e confrontos políticos, ver Alonso e Botelho (2012), artigo intitulado “*Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sydney Tarrow*”.

¹⁷⁵ Segundo Srouf (1982, p. 87) “Após a manifestação, nenhum panfleto foi encontrado no chão, confirmando os testemunhos que asseguram que, depois de lidos, os panfletos foram guardados no bolso”. O conteúdo do panfleto pode ser lido na íntegra, tanto em Srouf (1982, p. 86) quanto em Miguel (1995, p. 19-20).

Figueiredo, enquanto era coberto de adjetivos pela massa, tentou minimizar as críticas que recebia. Dirigia-se a interlocutores próximos, na sacada do palácio, mexendo seus braços, gesticulando. Neste momento, ocorre uma situação inusitada, segundo Srour (1982, p. 90):

as atenções maiores, contudo, estavam voltadas para o general, uma vez que, ao desenhar um pequeno círculo com o indicador direito que circunscrevia os manifestantes, ele cobria com um largo gesto da outra mão os populares estacionados nas escadarias da catedral, como se quisesse dizer: vocês são poucos em comparação com aqueles. O pequeno círculo, porém, num movimento único e impensado, acabou se convertendo no “O. K.” característico dos norte-americanos e tão abominado pelos brasileiros...

Essa cena foi o estopim. A partir daí, segundo os autores consultados, e de acordo com o depoimento de Nildo Martins, a situação saiu de controle. Aparentemente, não teria sido intenção de Figueiredo ofender a massa que estava ali, mas seu gesto foi interpretado como uma ofensa. Foi, para dizer o mínimo, um descuido. Tal situação elevou a temperatura e, por consequência, os tipos de xingamentos dirigidos ao general. Segundo Nildo Martins, que foi uma testemunha ocular deste grande acontecimento:

Nós nos reunimos dentro da Universidade. Lá, tava o Cao, o Adolfo, o Geraldo Barbosa, você deve conhecer, o Mosquito, a Thais Lippel, a Marize Lippel, o pessoal do Partido. E a gente fez uma notinha lá, reunimos o DCE, reunimos os conselhos de base, e reproduzimos o material ali no Sócio-Econômico. Viemos aqui pra sede do DCE, da UCE aliás, ali na rua [...] Viemos até a praça XV. Ali na frente nós levantamos a faixa toda. Aí o Figueiredo fez o sinal. Na verdade, eu vi, olhei. Tava ali! Ele fez o sinal assim ó: que era minoria. “É minoria que tá fazendo” Ele fechou muito o dedo. Aí o pessoal, populares, dizia assim: “filho da puta”!, os caras chamavam isso. Populares! Aí ele ficou indignado. [...] O General Figueiredo ficou indignado, ele desceu a escada e veio ali pra frente. Cesar Cals, eu me lembro perfeitamente. Aí a polícia veio pra cima da gente, batendo foto da gente. E aí ele desceu e falou: “ah, se não estão contentes vão pra Rússia”! Ele falou isso. [...] Ele ficou puto! “A minha mãe não tá em pauta”! Ele falou isso! Palavra dele! Eu vi, tava ali na minha frente!¹⁷⁶

A interpretação da multidão a respeito do gesto do general foi em outra direção. O gesto foi tomado como uma ofensa. Dali em diante o impensável aconteceu. O general-presidente João Figueiredo demonstrou completa falta de traquejo político, tampouco o mínimo de habilidade esperada de um chefe de Estado, e resolveu pôr a prova sua virilidade. Tudo isso, em nome de sua honra. A motivação teria sido uma ofensa gritada a plenos pulmões pela multidão, entendida como dirigida à mãe do presidente. E tal situação, segundo o próprio disse a um repórter na ocasião, ele não admitiria.¹⁷⁷ Em síntese: Figueiredo rompeu com roteiro

¹⁷⁶ Depoimento concedido ao autor em 17 de novembro de 2021. O “Cao”, mencionado pelo depoente, era o líder estudantil Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

¹⁷⁷ O diálogo do gal. Figueiredo com o repórter pode ser lido em Srour (1982, p. 92) e em Miguel (1995, p. 37-38).

previsto. Em vez de fazer um discurso protocolar, desceu a escadaria do palácio e, contrariando sua segurança pessoal, foi até a rua bater boca com populares.

A PM, com o objetivo de assegurar a segurança do general-presidente, avançou sobre a massa com violência, de maneira a manter as pessoas afastadas. Os manifestantes reagiram, arremessando objetos sobre os policiais, desde latas, pedras, pedaços de gravetos e outras miudezas, enquanto um grupo de PMs tentou deter o presidente do DCE, Adolfo Luiz, percebido como sendo “o chefe” dos manifestantes. A tensão aumentava quando Figueiredo retomou a agenda previamente combinada e seguiu até o Ponto Chic, uma cafeteria tradicional da cidade, que ficava há umas duas quadras do palácio Cruz e Souza. Seus assessores cogitaram suspender a agenda, com receio de que outras situações desagradáveis pudessem vir a ocorrer.

Espremido entre a multidão, Figueiredo e seu entorno de seguranças, ministros e o governador de Santa Catarina, bem como outros assessores, dirigiram-se ao Ponto Chic. Ao longo do trajeto foi discutindo com outras pessoas que lhe diziam improperios e críticas. O clima era tenso e a caminhada difícil, apesar de haver a presença batedores da PM, com suas motos. Dentro da pequena cafeteria ocorreu outro episódio grotesco. Figueiredo tomou um cafezinho no Ponto Chic, cumprindo sua agenda, mas o desfecho foi diametralmente diferente do que estava planejado. Se ali ocorreria o ponto alto da visita de Figueiredo no que diz respeito à sua popularidade, do contato com o povo, algo como o “presidente da abertura” à vontade no meio da massa, depois de tomar um cafezinho, caminhando e conversando, o que se viu em seguida obedeceu a outro encadeamento. A tensão estava elevada e parte significativa daquela multidão aproveitou a oportunidade de ter diante de si a personificação da ditadura para extravasar seu descontentamento (SROUR, 1982; MIGUEL, 1995).

Miguel (1995, p. 20-23) aponta que nas semanas que antecederam a visita presidencial ocorreram sucessivos aumentos nos preços. Para termos um exemplo, de janeiro ao dia 30 de novembro, o leite havia sofrido quatro aumentos, tornando-se um produto 90% mais caro. Houve também aumentos no preço da gasolina, em decorrência da segunda crise do petróleo, deflagrada naquele ano de 1979. Tais aumentos vinham provocando uma pressão em todos os preços que dependiam de alguma maneira, dos transportes. Aproximadamente uma semana antes do dia 30, a gasolina tinha sofrido um reajuste de 22,6%. Isso causou manifestações de protestos em Florianópolis por parte dos taxistas que, no dia 26, fizeram uma paralisação. A situação não era simples. Para reduzir o consumo de combustível, os postos de gasolina não abriam aos domingos. No último domingo antes da visita presidencial, foi autorizado que os postos abrissem. Houve brigas nestes estabelecimentos. Outro fator elevou as preocupações com a situação econômica: na semana da visita presidencial, o governo cogitou um

acionamento de combustíveis, que não chegou a ocorrer. Mas, naquela conjuntura, a circulação de conversas sobre a possível medida ampliava o despreço popular ao governo. Ao mesmo tempo houve um aumento na tarifa da energia elétrica, de 55%. Em outubro o custo de vida teve um aumento de aproximadamente 4%. Portanto, a conjuntura vivida na cidade de Florianópolis não era favorável ao governo Figueiredo. O povo não ia bem.

Após a confusão em frente ao palácio Cruz e Souza, os estudantes foram para a sede do DCE, que ficava há poucas quadras do calçadão onde se encontrava Figueiredo e seu séquito. Foram se reorganizar e discutir o que fazer dali em diante. Para Srour (1982, p. 113-114), após a confusão em frente ao palácio, a participação do DCE se encerrou. A ideia não era provocar tumulto. Havia receios de que fosse entendido como uma provocação política ampla, e que isso desencadeasse uma onda repressiva. O autor afirma: “nenhum universitário se envolveu no corpo-a-corpo em frente ao Ponto Chic”.

É possível acompanhar o desenrolar dos acontecimentos a partir do relato de Nildo Martins:

Aí ele foi tomar cafezinho. A gente se dispersou... Aí fomos todos pro Roma Bar ali, bater papo, tomar cerveja e tals, e o Nelson Wedekin chegou na nossa mesa e disse: “gente, vai ter retaliação. Vocês se cuidem. A Lei de Segurança Nacional, vocês se cuidem”.¹⁷⁸

Apesar de terem encerrado a participação no evento, alguns estudantes foram fotografados, observados, filmados, enquanto participavam do ato em frente ao palácio. O vaticínio proferido por Nelson Wedekin, que era advogado e muito ligado as causas políticas e sociais de seu tempo, não tardaria a se fazer cumprir.

No Ponto Chic, depois de tomar cafezinho junto a outras autoridades e demais presentes, o clima continuou a esquentar. Figueiredo teria ficado muito irritado, pois na entrada do café, lotada de gente, pessoas o xingavam de “cavalo” e “filho da puta”. Isso acontecia a uma distância de 3 metros do general. Diante de tal situação, a segurança presidencial reagiu de forma violenta. Houve troca de socos e chutes entre manifestantes e policiais. Conforme relatado por Miguel (1995, p. 40),

A pancadaria entre populares e a comitiva presidencial se generalizou. Um oficial do Exército levou um tapa e perdeu um quepe; o chefe do Gabinete Militar foi jogado em cima de televisores que estavam expostos nas lojas Arapuã, em frente ao bar Ponto Chic. O ministro César Cals escorregou numa das floreiras do calçadão e caiu no chão. Ele foi cutucado por um dos cabos de vassoura que sustentavam os cartazes do DCE e que, nesse momento, já estava em mãos dos populares. [...] O presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, feriu a mão durante a briga. E o próprio Figueiredo não escapou e recebeu um empurrão.

¹⁷⁸ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Na sequência, depois que o presidente e seu séquito se retiraram do Ponto Chic, dirigiram-se para o município de Palhoça, onde uma solenidade os aguardava. Tratava-se de um grande churrasco, com autoridades e muitos políticos da ARENA. Posteriormente, voltou para o aeroporto e foi levado para a capital federal. Seu voo saiu por volta das 14h30.

Enquanto Figueiredo se dirigia para Palhoça, o povo voltou para a praça XV. Houve mais tumulto. A massa fez uma fogueira com as faixas que haviam sido usadas no protesto. Um sargento quase apanhou dos populares, após destruir uma máquina fotográfica de um jornalista. Teve de escapar para o palácio do governo para não ser linchado. Populares ainda arrancaram e depredaram uma placa que havia sido instalada na praça na semana anterior em reverência à figura de Floriano Peixoto, presidente-militar que é homenageado pelo nome da capital de Santa Catarina. Naquele momento o povo controlava a praça.

Nildo Martins narra alguns aspectos da organização e da execução do ato de protesto e, sobre o momento em que os estudantes se dirigiram ao DCE, afirma: “a gente se dispersou”. Assim como os demais estudantes, ali terminou sua participação na visita presidencial. Ele não mencionou o episódio no Ponto Chic, o que reforça a ideia de que seguiu outra rota. Por fim, relata o encontro no Roma Bar e o encontro com Nelson Wedekin, onde os estudantes que estiveram no DCE também foram. Conforme afirma Srouf (1982, p. 114):

Enquanto o presidente Figueiredo ainda estava no Calçadão, os universitários se reagruparam na sede do DCE – um prédio de dois andares, com amplas salas, que se encontra a umas cinco quadras da Praça XV. Depois decidiram tomar uma cerveja no restaurante Roma, onde encontraram o presidente da Comissão de Justiça e Paz, Nelson Wedekin. Este ficou surpreso com a saudável ingenuidade dos estudantes que, ao invés de esperar o pior, confraternizavam tranquilamente em pleno centro da cidade.

Tomando como referência a citação acima, podemos perceber que de uma maneira geral as narrativas coincidem. O que é importante, uma vez que Martins narra os eventos mais de 40 anos depois de tê-los presenciado. Robert Srouf (1982), por sua vez, elaborou seu texto em 1982, período relativamente próximo, e teve o auxílio de um importante intelectual e intérprete político da esquerda catarinense: o sociólogo Remy Fontana, que foi docente na UFSC e teve uma atuação importante ao longo da abertura política.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Remy Fontana foi “membro do Conselho Curador da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, Região Sul-4. Arquidiocese de Florianópolis, entre 1977-1982; integrante da diretoria da APUFSC (Associação dos Professores da UFSC) em 1978; membro do Conselho Curador da Fundação Pedroso Horta – PMDB/SC em 1981 [...] Presidente do PCB de Florianópolis de 1986 a 1989; Integrante da Direção do Instituto Astrogildo Pereira de Santa Catarina, de 1987 a 1989; em 1986 candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte pelo PCB/SC; em 1988 coordenou a campanha da Frente Popular à prefeitura de Florianópolis” (Fonte: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Homenagem-ao-Professor-Remy-Fontana.pdf>. Acesso em: 20 junho 2023.)

No entardecer do sábado, o governador catarinense Jorge Bornhausen pronunciava-se nas rádios afirmando que os responsáveis pelo ocorrido seriam punidos. Embora o discurso oficial do governo federal apontasse para a ideia de que a revolta ocorrida em Florianópolis teria sido de menor importância, a Polícia Federal (PF), ainda no dia da manifestação, começou a estudar as fotografias registradas, fazendo um trabalho de identificação. Recolheu os vídeos feitos no local, que seriam enviados para emissoras de TV, com tomadas da sacada do palácio do governo, ou realizadas por agentes infiltrados no meio da multidão. No entendimento de Miguel (1995, p. 54) “os policiais terminaram escolhendo as pessoas que estavam em atitudes mais ostensivas para prender; por isso, alguns dos processados não eram exatamente lideranças de grande expressão do movimento estudantil”. Além disso, começou-se a difundir a ideia de que um pequeno grupo de estudantes teria causado todo aquele estrago e que estariam agindo em desacordo com a maioria da população ali presente.

Em outro trecho de seu depoimento, Martins traz informações que não constam nas obras usadas como fontes para este capítulo. O depoente mencionou um fato que teria ocorrido após a reunião no restaurante Roma, após a conversa com Wedekin:

aí nós fomos todos pra República de Estudantes lá na Trindade. Aí a Polícia Federal bateu lá. Eu pulei a janela, me escondi, todo mundo... ela prendeu aquele dia o Geraldo Barbosa, [...], a Marize Lippel, prendeu o Mosquito, o Adolfo Dias e a Lígia Giovanella, que a família Giovanella é de comunistas lá de Blumenau. O Sérgio Giovanella era do Partido. Os dois fugiram e depois se entregaram. Eram sete estudantes.¹⁸⁰

Com relação a este trecho, algumas ponderações são necessárias. Aparentemente, em diferentes momentos, diferentes grupos de estudantes passaram pelo Bar Roma, nas horas que sucederam ao protesto contra Figueiredo. Não é possível confirmar a informação sobre a ida para a República dos Estudantes, mas possível que Martins estivesse com outro grupo de estudantes que, em vez de se dispersar, foi para outra direção. O estudante Geraldo Barbosa chegou a receber voz de prisão durante o ato, enquanto observava a movimentação do séquito presidencial rumo ao Ponto Chic. Mas, devido à grande quantidade de pessoas na localidade, a polícia não conseguiu detê-lo.

Além dos nomes mencionados por Martins, no trecho citado, a lista dos 7 estudantes presos se completa com Rosângela Koerich e Newton Dias Vasconcelos Junior. Após passar pelo Roma Bar, o presidente do DCE, Adolfo Luiz Dias, e a vice-presidente, Lígia Giovanella, decidiram sair da cidade e inicialmente foram para Blumenau. Depois escaparam para Rio do Sul e, por fim, por meio de uma articulação com a suplente de senador do MDB catarinense,

¹⁸⁰ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Maria Shirley Donato, os dois se esconderam uns dias em Lages, no sítio de um assessor do prefeito emedebista Dirceu Carneiro. Os outros cinco estudantes foram presos já no domingo pela manhã, dia 02 de dezembro. Dias e Giovanella se entregaram no dia 06 de dezembro, a partir de uma mediação realizada pelo deputado estadual emedebista Francisco Küster e por Nelson Wedekin, que era suplente de deputado. Eles conduziram os dois estudantes de Lages para Florianópolis em um carro oficial (SROUR, 1982).

É importante que observemos as diferenças na forma como foram presos estes estudantes, especialmente se comparado com os métodos repressivos empregados alguns anos antes na Operação Barriga-Verde. Miguel (1995, p. 58) relata que Geraldo Barbosa chegou em casa, vindo de uma festa no sábado às 7h da manhã. A Polícia Federal (PF) já o estava esperando. No entanto, aguardaram que tomasse banho e café da manhã antes de o levarem até a sede da PF. Seu pai pôde seguir o camburão até o destino. “Os interrogatórios foram agressivos e os detidos passaram fome, mas não houve nenhum tipo mais pesado de coação”. Segundo Srour (1982, p. 116):

Na mesma hora, Marize Lippel, vice-presidente de imprensa do DCE e estudante de Farmácia e Bioquímica, também recebeu voz de prisão em sua casa. Os policiais esperaram que ela se arrumasse. Este tratamento contrastou fortemente com aquele utilizado em 1975 na Operação Barriga-Verde.

No caso da OBV, alguns anos antes, os cidadãos acusados pelo Estado sofreram todas as características de um sequestro. Simplesmente foram capturados. Sumiram. Sem aviso. “Não houve sequer ordem assinada pelo delegado da Polícia Federal” (SOUR, 1982, p. 116). Seus familiares tinham que lhes procurar e tentar desvendar seus paradeiros. Nesse tempo de angústia e procura, aqueles que foram presos eram massacrados pelos agentes da repressão diante do uso de diferentes métodos de tortura física e psicológica. É importante lembrar que a partir daquele ano de 1975, uma onda de consternação e mobilização social atingiu o centro do poder do regime autoritário após as prisões e desaparecimentos, em São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, ambos com algum tipo de vínculo com o PCB. (TELLES, 2010)

As prisões ocorridas em Florianópolis em 1979 desencadearam uma grande movimentação civil em defesa dos estudantes. Várias lideranças de diversas organizações tais como entidades estudantis, o MDB e a Comissão de Justiça e Paz prontamente se puseram em movimento, se reunindo e organizando um ato para a terça dia 04 de dezembro. No depoimento de Nildo Martins há referência ao ato, bem como uma leitura a respeito daquela conjuntura. A

sociedade civil estava mais organizada e somava forças. Inclusive a resposta da sociedade civil foi rápida.

Fizemos um ato público lá na Praça XV. Tinha dez mil. Aí nos falamos com o Padre, com o Bispo. O Küster foi pro palanque, todo mundo no palanque, [...], “liberdade aos estudantes!”. O povo veio. O povo já tava na luta contra a ditadura. Contra a repressão, pelo fim da Lei de Segurança Nacional, contra a carestia, a gente já empurrava também algumas bandeiras. [...] Umas dez mil pessoas ali. [...] A gente sentia isso, em 1979. Que estávamos avançando, que a ditadura estava se isolando.¹⁸¹

O evento mencionado por Martins foi tumultuado pela presença da PM, que cercou os manifestantes em frente à Catedral provocando dispersão. Houve prisões. O ato foi reorganizado na então Praça da Bandeira, atual Praça Tancredo Neves. Das estimadas de 9 mil pessoas presentes na Catedral, acredita-se que umas 2 mil foram até a praça. No dia 10 houve um culto ecumênico, em defesa dos estudantes, novamente na Praça da Bandeira. Acredita-se que tenha contato com a presença de mil pessoas.

Inicialmente o governo Bornhausen havia dito que os estudantes seriam liberados no dia 12 de dezembro, no caso dos cinco que foram detidos primeiro. No dia seguinte, Dias e Giovanella seriam liberados. Diante dessas mobilizações, o governo acabou por liberar os estudantes antes. No dia 11, os cinco primeiros detidos deixaram a prisão. No dia 13, os outros dois. Depois da soltura dos estudantes, a articulação das diferentes organizações e partidos passou a focar na luta para que os estudantes não fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). O julgamento dos 7 jovens só viria a ocorrer em fevereiro de 1981. O Tribunal Militar decidiu pela absolvição, pelo placar de 3 a 2.

O episódio teve uma importância política singular. Do ponto de vista da cidade de Florianópolis, este acontecimento bem como suas consequências deram materialidade aos limites da política de liberalização do regime militar. Por trás da parte visível o confronto político, incluindo a eclosão da revolta, as prisões e a liberdade dos estudantes, houve uma série de organizações sociais e outros atores se movimentando, com bandeiras sendo levantadas. A experiência do DCE da UFSC nos revela uma militância ativa sendo organizada. Os espaços de atuação política, ainda que com obstáculos, foram se ampliando. A sociedade civil foi acumulando força e ocupando espaço diante do estado autoritário. A oposição organizada no MDB catarinense também mostrou sua relevância ao fazer mediações entre reivindicações populares e instrumentos estatais. Movimentos importantes, a partir de seus parlamentares mais atuantes.

¹⁸¹ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

A “batalha do calçadão” envolvendo o general Figueiredo, alguns de seus ministros e seguranças, trocando socos e empurrões com pessoas do povo pode ser lida como uma metáfora. Oficiais perdendo o “quepe”, ministros escorregando, até mesmo o mais poderoso dos generais do regime, que exercia o cargo de Presidente da República, trocando empurrões com populares. Como se daquele momento em diante a sociedade civil, com suas diferentes organizações, estivesse adquirindo melhores condições de enfrentar o autoritarismo do regime militar. O autoritarismo do regime militar foi desafiado por pessoas de diferentes classes sociais. E mesmo a resposta que o regime ensaiou dar, prendendo os estudantes, acusando-os de terem agredido verbalmente o presidente, teve que ser revista.

De outro lado, a militância comunista dava mostras de vitalidade, formando novos quadros e recebendo de volta antigos militantes exilados, que retornavam por conta da Anistia. Foi fundamental a iniciativa, a organização e a coragem dos estudantes do DCE da UFSC, para que o processo todo se desencadeasse. Foi a militância organizada, com a importante participação de membros da corrente estudantil do PCB, que deu uma importante contribuição para que o governo sentisse de perto como estava o humor da população em relação a ele. Nildo Martins teve um ganho de experiência significativo nas disputas estudantis e seguia firme a linha traçada no longínquo VI Congresso do PCB (1967): construir uma frente política capaz de superar a ditadura militar.

4.2 ANTIGOS MILITANTES TAMBÉM ENTRAM EM CENA: O RETORNO DOS EXILADOS COMUNISTAS

Com o passar do tempo, o militante Nildo Martins adquiriu novas responsabilidades no âmbito da militância pecebista. Após demonstrar bastante dedicação em sua atuação no movimento estudantil, tendo inclusive contribuído para uma vitória eleitoral no DCE, em 1979, passou a assumir outras tarefas relacionadas diretamente com a estrutura clandestina do partido.¹⁸²

Nildo Martins era um militante disciplinado. Costumeiramente empregava suas habilidades nas artes visuais em quaisquer eventos políticos em que seu partido estava

¹⁸² Importante observar que segundo Miguel (1995, p. 84), a chapa Unidade – que havia sido vitoriosa em 1979 – perdeu a eleição seguinte para o DCE da UFSC, ocorrida em 1980. A chapa, na ocasião, era presidida pelo estudante de Direito Luiz Carlos Cancellier de Olivo. A diferença foi inferior a 20 votos. O autor observa que a campanha da chapa Unidade, em 1980, foi construída toda em torno da luta contra a LSN. Martins (2006, p. 353) explica que Cancellier, conhecido como “Cao”, veio de Tubarão para estudar na UFSC. No final dos anos 1970 coordenava a corrente estudantil do PCB.

envolvido. Seja em um protesto ou em um período eleitoral. Martins pintava cartazes, faixas, ajudava na elaboração de panfletos. Afirmou que embora nunca tenha sido dirigente partidário, fez parte do Comitê Municipal do PCB ainda no período de ilegalidade, em meados dos anos 1980:

eu trabalhava no jornal *Voz da Unidade* e eu fazia o jornal do Partido circular pelo estado junto com a imprensa e a Editora Novos Rumos. O Partido tinha uma editora, publicava livros, e tinha o jornal *Voz da Unidade* que era de circulação nacional. Muitas vezes, quando eu ia pegar o jornal na Vasp o jornal era empastelado, era preso em São Paulo. Não deixavam passar algumas vezes, dependendo da matéria de capa. Então o Partido me ofereceu um curso, pela minha militância no Partido. Aí eu fui pra Moscou estudar. Fiquei estudando lá um ano. Curso de formação política, que chama. Gente do mundo inteiro estava lá. A União Soviética, nessa época, gastava quase que uns 2 por cento do produto interno só com ajuda internacional. Então foi lá estudar gente do Chile, Uruguai, Paraguai, Iêmen, Canadá, tudo quanto é lugar do mundo tinha delegação lá. Eu estava com a delegação Latino-Americana. E foi com a gente o Álvaro Ventura. Foi junto com a gente pra fazer tratamento médico, cuidados médicos. Aqui ele estava abandonado. Sofreu muito com a ditadura, com a repressão. Foi muito torturado e tal. E ficou lá. E lá eu soube que o Jaison Barreto perdeu a eleição, por que lá eles acompanhavam tudo.¹⁸³

Tendo iniciado sua militância no movimento estudantil, suas responsabilidades foram ganhando densidade. Passou a assumir a tarefa de distribuir o jornal do partido em Santa Catarina e seus talentos como artista passam a ser empregados nas mobilizações. Na obra de Celso Martins (2006, p. 345-379) há algumas referências à atuação de Nildo Martins. Menciona sua atuação como parte de uma nova geração de militantes que surge no final da década de 1970, que trabalharam a favor da campanha pela anistia e atuaram junto a algumas candidaturas no MDB. O autor também sublinha a importante atuação do depoente na imprensa do partido: Nildo coordenava a circulação e venda do jornal *Voz da Unidade* em Santa Catarina a partir de um “escritório próprio”. O depoente ainda aparece no referido livro de Celso Martins em duas grandes fotografias (2006, p. 352). Em uma delas está na antiga sede do DCE – que ficava na Rua Álvaro de Carvalho – datada do “final da década de 1970”. No segundo registro, Nildo está em primeiro plano, tendo ao fundo a então cidade de Leningrado (atualmente, São Petersburgo) durante o curso de formação política que fez na antiga URSS no segundo semestre de 1982.

Nos primeiros anos da década de 1980, especialmente com a organização dos novos partidos, perceberemos que as diretrizes do VI Congresso, de 1967, ainda prevaleciam entre a militância do PCB. Especialmente a ideia da frente ampla para superar a ditadura. O conteúdo de seu depoimento é atravessado por estes valores. O que também implicou na continuidade e

¹⁸³ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

aprofundamento do relacionamento entre os militantes do PCB com o então recém reorganizado, sob as novas exigências da legislação, PMDB.

Os partidos políticos são espaços de militância importantes. Diferente dos movimentos sociais que, a depender de seus tamanhos, operam como grupos de pressão e atuam por fora da institucionalidade, os partidos são ferramentas da institucionalidade. Via de regra são constituídos para a disputa em torno do controle do Estado (DUVERGER, 1980). Partidos fortes e organizados, com base social consistente, são elementos fundamentais para se influir ou até mesmo direcionar as políticas públicas. Constituem-se em valiosos instrumentos da luta política.

Os quatro testemunhos mobilizados neste trabalho foram obtidos a partir de pessoas que tiveram nos partidos um espaço privilegiado para suas atividades políticas, em diferentes períodos da história recente. De maneira que cada mudança de postura do governo com relação aos partidos afetava a forma como se dava a atuação política desses sujeitos. Portanto, a forma como os governos militares lidavam com o PCB, que atuava clandestinamente, também os afetava. Houve períodos de menor repressão, quando seus militantes conseguiam desenvolver algumas atividades e tentavam organizar o partido, buscando novos membros. Assim como houve também momentos mais difíceis, como o período que se seguiu imediatamente ao golpe de 1964 e, em particular, os anos de 1974 e 1975. O Comitê Central (CC) do PCB a partir desta última onda repressiva teve que operar do exílio, só retornando no ano de 1979. Esses militantes possuem em sua trajetória um histórico de adaptações a diferentes contextos. A capacidade de se adaptar a diferentes conjunturas era uma forma de manter viva a possibilidade de prosseguir com a militância.

No início dos anos 1980, no Brasil, viveu-se um momento de grande movimentação na arena político-partidária, um período de realinhamentos. Os membros das legendas que atuaram em quase todo o período do regime militar, notadamente o MDB e a ARENA, reorganizaram-se. A grande maioria alinhou-se ao PMDB e ao PDS, novo nome do partido do regime. Importantes intelectuais consideram que a proposta de extinguir MDB e ARENA obedeceu a uma lógica pensada pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos principais estrategistas do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), e que continuava influente no governo de João Figueiredo (1979-1985). Golbery ocupou, em ambos os governos, o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. A ideia de se permitir a organização de novas legendas almejava fragmentar o bloco parlamentar oposicionista, que atuava no MDB. Era do conhecimento de Golbery que no MDB havia grupos distintos, que atuavam no mesmo partido por força da legislação da época. Era plausível imaginar que, na possibilidade de se organizarem novas

legendas, os diferentes grupos que atuavam no MDB se dividissem em novos partidos. (MOTTA, 2021; SILVA, 2017; NAPOLITANO, 2014; SKIDMORE, 1988; KINZO, 1988)

Nas eleições ocorridas na década de 1970, especialmente as de 1974 e 1978, consolidou-se a ideia de que o voto – em particular o voto de áreas mais urbanizadas, com maior concentração populacional – estava sendo influenciado por uma lógica plebiscitária com relação ao desempenho e legitimidade do regime militar. Tal percepção ficava mais nítida em eleições majoritárias, embora ao longo deste período fosse notável o crescimento da oposição nas eleições também para a Câmara dos Deputados. No final da década de 1970, fez-se necessário – por parte do núcleo dirigente do regime – alguma ação no sentido de não perder o controle do processo de abertura. Primeiro o governo Figueiredo aprovou uma Lei da Anistia, o que permitiria o retorno dos exilados e libertaria os presos por delito de opinião. Logo na sequência, a reforma partidária, que extinguiu os únicos partidos até então legalizados e tornava flexível a organização de novos partidos. Com a possibilidade de se criar novos partidos, num contexto em que grandes lideranças políticas estavam voltando do exílio, é lícito supor que havia a possibilidade de que a oposição se dividisse em novas agremiações, ao invés de se manter em uma única legenda. É como podemos inscrever a anistia e a reforma partidária, tomando como referência o ponto de vista do governo. A ideia era fragmentar a oposição em um campo de forças antagônicas onde os apoiadores do governo se mantivessem unidos no PDS.

O governo Figueiredo inicialmente implementou medidas liberalizantes, como desenvolvimento da estratégia da distensão, iniciada no governo Geisel, e de sua anunciada abertura. Por outro lado, seriam necessários bons resultados nas próximas eleições ou a sucessão de Figueiredo poderia sair do roteiro institucional arranjado pelo governo, abrindo um período de incertezas políticas.

Além dos dois principais partidos do período, mencionados acima, que possuíam as maiores estruturas e capilaridade em grande parte do território nacional, novos partidos também foram organizados. O PP, legenda organizada pelo político mineiro Tancredo Neves, o PT, liderado pelo metalúrgico e dirigente sindical Luiz Inácio Lula da Silva, o PTB, dirigido por Ivete Vargas, e o PDT, liderado pelo trabalhista Leonel Brizola. No entanto, os partidos comunistas não estavam contemplados pela aprovação da Lei 6.767. Dessa forma, e seguindo as orientações decididas por suas instâncias superiores, os comunistas mantiveram seu interesse em atuar no reorganizado PMDB.

Porém, a Lei da Anistia trouxe, junto com os militantes que retornaram ao Brasil, um conjunto de divergências. Os militantes que passaram anos no exterior retornavam para o Brasil

com ideias novas, que em muitos casos iriam se chocar com a leitura que aqueles militantes que permaneceram no Brasil tinham da realidade e do papel do partido como instrumento de mudança. Isso influenciava diretamente nas táticas do partido. Neste sentido, Nildo Martins recorda de um fato bastante relevante para a época:

[...] Lembro que a gente, em 1979, que o Prestes veio, fomos receber o Prestes. Houve uma divergência interna. O Prestes vinha com aquela escola – isso avaliação minha – do Partido Comunista, como partido revolucionário, partido do confronto, intencional. Ele era militar. Ele vinha daquela tradição do Partido, de resistência, de tomar o poder. E o Partido estava se organizando como um partido do campo democrático. Que a nossa via nunca foi luta armada, não defendia a luta armada, tinha que organizar no voto, na consciência política, na organização das massas. Esses eram as divergências. Essa era uma polêmica muito grande. Teve gente que aderiu a luta armada, essas coisas. Então surgiu um grupo dos prestistas, aqui, me lembro, o Geraldo Barbosa, era uma disputa...o Geraldo era simpatizante ao Prestes, havia uma divergência interna. Mas a gente discutia muito, mas a importância de manter o partido unido. Mas havia divergência. Por exemplo, o Cirineu Martins achava que “o partido não tinha que se legalizar coisa alguma”. E tinha o pessoal da universidade “não, mas o partido tem que atuar. Não tá na pauta agora a luta armada, nós temos que atuar no processo democrático”.¹⁸⁴

Levando-se em consideração que se trata de um ponto de vista de alguém que tinha entrado para o partido na segunda metade da década de 1970, é interessante observar que a ideia de organização partidária expressa no testemunho é a de “um partido do campo democrático”, rechaçando a ideia de tomada insurrecional do poder, de partido revolucionário. Nildo Martins foi “alfabetizado” politicamente em um período da história do PCB em que prevaleciam algumas das teses definidas no VI Congresso. Outro ponto importante foi a menção à figura de Luís Carlos Prestes. Ele foi dirigente do PCB de 1943 até o período em que retorna para o país, em decorrência da Lei da Anistia.

José Antônio Segatto (1981) observa que no período imediatamente pós-1979 muitas divergências estavam em andamento no PCB. Tais divergências não se resumiam à figura de Prestes, mas envolviam toda a direção do partido, que também esteve no exílio e retornou ao país naquela conjuntura. No entanto, o principal dos desentendimentos partiu de Prestes e alguns dirigentes, que naquele momento assumiram uma postura crítica contra o CC. O confronto teria partido de Prestes, que publicou um documento, em março de 1980, chamado “Carta aos Comunistas”, no qual criticava duramente o CC. Mas, no entendimento de Segatto (1981), o dirigente do partido não propunha claramente quais mudanças na linha do partido entendia como adequadas para o momento histórico. Prestes compreendia que a maneira como PCB vinha atuando impedia que o partido exercesse um papel de vanguarda, e que estava em crise. E que a direita estaria a se aproveitar disso para transformar o PCB em um partido

¹⁸⁴ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

reformista, por consequência desprovido de seu conteúdo revolucionário. Portanto, tal linha política estaria ultrapassada. Segundo Segatto (1981, p. 109):

Prestes propõe uma frente cujo programa tenha por objetivo ‘a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isso só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e dar início a essas transformações’.

O Comitê Central, ainda segundo Segatto, respondeu ao documento elaborado por Prestes, a partir da linha política adotada pelo partido em seu VI Congresso. Em síntese: a resposta do CC afirmava que a prioridade era a luta contra a ditadura, para superá-la e conseguir as liberdades democráticas. E que tais questões tinham nexos com os objetivos revolucionários, e abririam caminho para o socialismo. Que o foco da luta era nos interesses econômicos imediatos da massa, e que defender as liberdades democráticas era fundamental, justamente para que a classe operária pudesse defender os seus interesses. Nesta resposta, a resolução política adotada em 1967 é defendida. Segue trecho do documento elaborado pelo Comitê Central, a partir de Segatto (1981, p. 109):

[...] O PCB em seu VI Congresso apresentou a alternativa da luta imediata pela derrota da ditadura e pela conquista de um regime de liberdades democráticas, como necessária à etapa da liquidação, diante dos domínios dos monopólios e do latifúndio, abrindo-se caminho ao socialismo. E indicou, para isso, a estrada da ação das grandes massas, especialmente da classe operária, da unidade de todas as forças políticas e opositoras e com o uso de todas as formas legais de luta, inclusive as eleições [...]

Por fim, o CC compreendia que a linha de 1967 continuava válida. Tinha trazido bons resultados e justamente por isso Prestes podia, em seu retorno, falar com liberdade, mesmo através da grande imprensa. O que se pode compreender a partir de Segatto (1981) é que Prestes se negou a comparecer à reunião do CC do partido para debater suas divergências. Aparentemente, isso teria ocorrido algumas vezes, de forma que o cargo de Secretário-Geral (cargo de Prestes) do partido foi tornado vago. Para assumir o lugar de Prestes como Secretário-Geral do PCB, Giocondo Dias foi eleito pelos dirigentes membros do CC, tendo se mantido no cargo até o ano da legalização do PCB, 1985, tornando-se a partir deste momento, seu presidente. Foi substituído em 1987 por Salomão Malina que dirigiu o partido até 1991, quando Roberto Freire o substituiu até o ano seguinte, quando da mudança de nome da legenda para Partido Popular Socialista (PPS).

O afastamento de Luís Carlos Prestes significou uma dissidência no partido. Alguns militantes passaram a seguir o antigo dirigente do PCB, sendo chamado daquele momento em diante de “prestistas”, um grupo independente que posteriormente viria a se organizar em diferentes organizações, como “Coletivo Gregório Bezerra” ou o “Polo Comunista Luís Carlos

Prestes”. Em Santa Catarina os “prestistas” atuaram nas eleições de 1982, declarando apoio não aos candidatos apoiados pelo PCB na disputa por uma cadeira pela Câmara Municipal de Florianópolis, como Sérgio Grando ou Adolfo Dias, mas se aliaram a outros coletivos e organizações sociais para apoiar a candidatura de Clair Castilhos.

Importante considerar também, para compreender melhor as divergências ocorridas no PCB, e que se aprofundaram a partir da Lei da Anistia, a situação dos exilados que viviam na França. Afinal, dois dos depoentes, conforme já foi comentado, passaram alguns anos vivendo nesse país. Wilson Rosalino contou que, quando esteve no exílio, estudou Economia Política na Universidade de Paris VIII e trabalhou como engenheiro eletricitista na Électricité de France (EDF), que é uma companhia de energia elétrica francesa, a maior produtora de energia do país. De 1946 até 2004 a EDF foi uma companhia estatal. Rosalino trabalhava na condição de exilado estrangeiro e recebia uma bolsa que lhe permitia viver “nos padrões de estudante, mais ou menos bem”:

Conheci muita gente que tava ligada ao PCB, que depois se afastou um pouco do PCB. Na época, Leandro Konder, era uma bela figura. Carlos Nelson Coutinho, Aloísio Nunes, esse que foi pro PSDB e fez uma carreira. Tinha uma boa relação pessoal com ele porque ele trabalhou muito tempo na empresa. Tínhamos trocado as férias pra tocar a vida. O Luiz Hidelbrando que era um biólogo muito competente, ele foi expulso da USP e trabalhava no Instituto Pasteur, na França que, portanto, era no meio científico muito respeitado, no meio acadêmico. Enfim, acho que no exílio as figuras mais conhecidas eram essas quatro. [...] ¹⁸⁵

Segundo o depoente relata, ele conviveu com diversos nomes ligados à intelectualidade do PCB durante os anos em que morou na França. Após seu retorno do exílio em Paris, Rosalino desempenhou um importante papel no que diz respeito à consecução dos objetivos de seu partido na cidade de Florianópolis. Certamente que seu aprendizado lá fora contribuiu para sua atuação política na capital catarinense ao longo de toda a década de 1980.

Napolitano (2014) observa que havia uma importante comunidade de brasileiros exilados na França, mas especificamente na cidade de Paris, ao longo dos anos 1960 e 1970. Entre 1964 e 1979, o número de exilados brasileiros nesta cidade variou entre mil e duas mil pessoas. De maneira geral, havia dois ramos da esquerda brasileira naquele país. De um lado havia um bloco formado pelos militantes do PCB e outros grupos de esquerda que tinham em comum o fato de serem críticos à luta armada. De outro lado, diversos grupos de esquerda que ainda acreditavam em uma ruptura por meio de ações armadas para derrubar a ditadura. Sublinha que o primeiro grupo tinha o apoio do Partido Comunista Francês. Esses grupos de

¹⁸⁵ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

brasileiros desenvolveram uma militância naquele país, nesse caso, sem a participação de partidos franceses e de outros militantes latino-americanos (NAPOLITANO, 2014). Sobre as atividades desenvolvidas em Paris, em um primeiro momento houve uma fase de denúncia entre os anos de 1968 e 1971, em que se desenvolveu uma campanha contra as torturas e assassinatos de militantes, cometidos pela ditadura. Posteriormente, iniciou-se uma campanha a favor da Anistia, em 1975. A partir do ano de 1977, passam a prevalecer entre esses grupos a temática da Anistia bem como as análises de conjuntura.

Cabe observarmos um trecho do testemunho de Gerônimo Machado em que ele traz alguns elementos do cotidiano da militância brasileira em Paris:

[...] Na casa do Brasil, em Paris, eu fui presidente do comitê de moradores e lá nós fizemos uma biblioteca, tínhamos uma cafeteria e arranjávamos dinheiro para financiar a atividade política, a biblioteca, um cine clube. Fizemos um cine clube que só passava filmes de esquerda, Eisenstein e filmes da Rússia, *A Greve*, *Encouraçado Potemkin*, filmes dos Palestinos, do Yemem democrático, dos democratas do mundo todo, do México, da Argentina, do Chile, de Sanjines, da Bolívia, etc... Participei de muito barulho, em Paris. Muito barulho eu fiz. Quando o Geisel passou por lá, em 1976, nós pintamos o bordão contra esse cara. Era o ditador brasileiro e era 1976. Eu já estava lá há dois anos, dois anos e pouco. Já era bem articulado. Conhecia muita gente, a juventude comunista de Paris e da França...¹⁸⁶

A visita de Geisel a Paris aconteceu em 27 de abril de 1976. Sobressaem na narrativa do depoente o local de moradia e as atividades em grupo. Entre os títulos mencionados do Cine Clube, questões políticas, debates, formação e atividades de rua. O relato sugere uma militância ativa, ainda que no exterior. O período de exílio aparentemente significou uma importante aquisição de experiências por parte desses militantes.

Rosalino, por sua vez, trouxe elementos sobre a organização do PCB. Quando perguntado se os militantes se encontravam para estudar no período em que estiveram exilados em Paris, respondeu o seguinte:

Sim, lá em Paris nós tínhamos a base do PCB. E, essa base do PCB tinha algumas células, enfim, núcleos que se reuniam pra estudar, que se reuniam pra programar atividades políticas quando fosse possível. Na época, na França, era muito importante a militância em busca de solidariedade aos comunistas e aos exilados brasileiros, enfim, à oposição brasileira. Tanto no exílio quanto dentro do país. E em que sentido essa solidariedade? Em alguns casos chegava mesmo ao ponto de ajuda material pra o uso dos que precisavam. Mas era principalmente político no sentido de tentar fazer repercutir na imprensa francesa notícias do Brasil e que denunciasses a ditadura. Esse era mais ou menos o trabalho que se fazia.¹⁸⁷

Por um lado, percebemos a formação de uma rede de solidariedade, mas de outro, a construção de uma estrutura voltada para formação e ação militante. Importante considerar que

¹⁸⁶ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

¹⁸⁷ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

desde as operações repressivas contra os comunistas ocorridas no Brasil em 1975, que o CC do PCB estava no exílio. Se pensarmos só nos dirigentes do CC/PCB, podemos considerar que estes viveram na França por ao menos quatro anos. Havia uma parte importante do CC que esteve em Paris, porém havia outra parte do CC bem como seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes, que esteve exilada em Moscou.

Napolitano (2014, p. 48-49) também salienta que mesmo com a presença da “esquerda armada”, avessa aos “reformistas do partidão”, o grupo mais organizado no exílio em Paris era o PCB. Havia um tensionamento entre esses dois grandes grupos de exilados brasileiros. A “esquerda armada” se autodenominava “revolucionária” e se referia aos pecebistas como “reformistas”. De outra parte, os pecebistas se referiam à “esquerda armada” como “porra loucas” e os consideravam sectários. Acreditavam que não havia capacidade de compreensão da realidade por parte daquele grupo, e por isso não conseguiam perceber que havia uma necessidade de se fazer alianças para derrotar a ditadura.

Refletindo a respeito da atuação dos pecebistas, Napolitano (2014, p. 48) explica:

o núcleo pecebista parisiense era capitaneado por Armênio Guedes, Zuleika Alambert, Luis Hildebrando e Ivan Alves, entre outros [...] Em outros países da Europa ocidental, jovens intelectuais ligados ao Partido alimentavam os debates intelectuais que dividiam os brasileiros de Paris: Carlos Nelson Coutinho (Itália), Leandro Konder, Milton Temer e Roberto Morena (Alemanha). Esses núcleos de exilados constituíam redes de debate, pautado pela redefinição de estratégias políticas e pelo exame da “realidade brasileira”, publicando revistas como *Études Bresiliennes* (França) ou *Informações* (Alemanha Oriental).

Napolitano chama atenção para o fato de que os intelectuais que atuavam no exílio, embora mantivessem vínculos com o partido, tinham certa autonomia. Muito provavelmente por isso, eles tomaram conhecimento de debates que estavam acontecendo no movimento comunista internacional e fizeram formulações importantes. Eles passaram a exercer uma influência nesse “núcleo” parisiense do PCB, o que aprofundará as divergências entre a fração renovadora do CC com a ala moscovita, liderada por Prestes.¹⁸⁸ Ao longo do processo, conforme já foi mencionado, a derrota de Prestes no debate interno não abriu caminho para os renovadores, mas para uma ala mais pragmática, liderada por Giocondo Dias.

De todo modo, Rosalino e Machado serão figuras com proeminência entre os pecebistas de Florianópolis nos anos de 1980, e eles foram influenciados por esses intelectuais,

¹⁸⁸ Napolitano (2014, p. 45) afirma que “a corrente ‘renovadora’, muitas vezes chamada de ‘Eurocomunista’ era liderada por Armênio Guedes [...], e integrada por Luiz Werneck Vianna, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aloysio Nunes Ferreira, entre outros. Sob influência de Gramsci, tentaram redimensionar o papel do Partido Comunista Brasileiro na redemocratização, desvinculando a democracia política do capitalismo, aceitando-a como “valor universal”. Além de defender alianças políticas amplas, defendia uma renovação teórica (criticando o etapismo e o economicismo) e maior participação da militância nas decisões do partido”.

bem como os debates nos quais estavam inseridos o núcleo ocidental do CC do PCB. Vejamos outro trecho do depoimento concedido por Rosalino, no qual delineia algumas das influências recebidas durante o exílio:

[...] Principalmente porque Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho que eram intelectuais no núcleo francês do partido, de proeminência, eles já eram francamente simpatizantes, enfim, das teses defendidas pelo PCI e pelo Partido Comunista Espanhol, o francês veio um pouquinho refratário aí, mas principalmente o italiano. Então, eles eram muito alinhados e já preconizavam, já defendiam no partido. Tanto que a tese, aparentemente – hoje banal – mas que na época foi revolucionária, a tese de que “democracia como valor universal” no meio dos comunistas, como assim a democracia do “proletariado não vale mais nada?” Não, não vale mais não. Tem que lutar primeiro por democracia e depois o resto a gente vê. Quer dizer, então isso foi Leandro Konder e Carlos Nelson que disseram pro núcleo do partido em Paris e que pela importância que tinha aquela base acabou ganhando boa parte do partido, até os congressos aqui dentro que depois mudaram bastante o modo de ver o processo político no Brasil, de implementar política no Brasil.¹⁸⁹

Pelo depoimento, vê-se que o posicionamento que priorizava a democracia política teria chegado aos comunistas exilados por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. No entanto, Napolitano (2014) observa que a guinada democrática do PCB não teve por causa a influência eurocomunista. O referido pesquisador percebe que esse posicionamento é tributário das posições defendidas pela “corrente renovadora”, que tinha por referência a figura de Armênio Guedes, e que já em 1970 tinha publicado elaborações neste sentido.¹⁹⁰ Mas, ainda que a influência eurocomunista não tenha sido a causa da guinada democrática do “partidão”, ela certamente pode ter contribuído com novas elaborações, novos argumentos (NAPOLITANO, 2014).

A partir do trabalho do historiador Marco Mondaini (2011) podemos conhecer os contornos do projeto eurocomunista, para melhor sopesar as influências recebidas, especialmente pela figura de Vilson Rosalino durante os anos em que esteve na França, convivendo com a comunidade de exilados brasileiros. O autor argumenta que o chamado eurocomunismo foi um conjunto de elaborações teóricas surgidas em meados da década de 1970 e compartilhada pelos partidos comunistas da Itália, da Espanha e da França. O

¹⁸⁹ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

¹⁹⁰ Segundo Anita Leocádia Prestes, em março de 1970, o CE do PCB da Guanabara lançou um documento que pode ser considerado como o início da atuação dos renovadores dentro do partido. Esta corrente tem na luta pela democracia política o centro de sua atuação, considerando-a o caminho para o socialismo. A autora sublinha que com este documento, deixava-se de lado a estratégia revolucionária do partido, passando a ter como prioridades o enfrentamento a ditadura e a formação de uma frente antiditatorial. Não tardou para que as teses dos renovadores aparecessem em documentos do CC do PCB. O movimento renovador foi desarticulado pela repressão, tendo Armênio Guedes sido obrigado a ir sair do país. A partir desse momento, o CE de São Paulo se tornaria o centro da atuação dos renovadores. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/11/17/centenario-do-pcb-os-autodenominados-renovadores-dos-anos-1970-e-1980/> Acesso em 12 de junho de 2023.

pesquisador tomou como referência os encontros realizados pelos dirigentes destes três partidos, e depois analisou pronunciamentos desses mesmos dirigentes em outras ocasiões para, além de buscar uma genealogia dessas ideias, compreender quais eram suas proposições (MONDAINI, 2011).

Um primeiro elemento para se pensar é que esses três partidos, o PCI, o PCE e o PCF, atuavam em países de capitalismo avançado, países que especialmente no pós-guerra vinham obtendo bons níveis de crescimento econômico. Suas classes trabalhadoras tinham direito à greve, havia liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Havia democracias políticas consolidadas nesses territórios. A disputa política em países como esses era muito diferente das que eram travadas em países do “terceiro-mundo”, em especial daqueles que, como o Brasil, passavam pela dura experiência de uma ditadura militar.

Por outro lado, é importante considerar também que havia a leitura de que uma Revolução como a ocorrida na Rússia, em outubro de 1917, não poderia ser transposta para esses países. Dessa forma, partia-se de outro pressuposto, uma vez que não se vislumbrava a possibilidade de ruptura com aquele sistema político e econômico, propunha-se uma transição lenta. Uma espécie de longa marcha institucional até que se conseguisse conquistar a hegemonia dos partidos e demais instrumentos das classes trabalhadoras, considerando as oscilações inerentes à disputa institucional, suas derrotas, suas vitórias. Previa-se um longo período de transição. De todo modo, para partir de uma avaliação como essa, muito centrada nas particularidades de cada país, era necessário obter maior autonomia diante do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), pois somente assim seria possível o desenvolvimento de uma linha política própria. De outro lado também afirmavam a necessidade de manter autonomia diante também dos Estados Unidos.

A análise feita partia do pressuposto que eles já se encontravam em sistemas com uma democracia política consolidada. E que o socialismo não poderia abrir mão do legado deixado pelas revoluções burguesas. Então a leitura que foi sendo desenvolvida considerava fundamental a existência das liberdades políticas e que o socialismo seria o estágio superior desse sistema, nascido a partir de seu aperfeiçoamento. Entre as liberdades defendidas estão:

[...] liberdade de pensamento e expressão, de imprensa, de reunião e associação, de manifestação, para a livre circulação de pessoas no interior e no exterior, a inviolabilidade da vida privada, as liberdades religiosas, a total liberdade de expressão das correntes e de toda opinião filosófica, cultural e artística. (MONDAINI, 2011, p. 281)

Um aspecto fundamental que irá ser desenvolvido no bojo dessas constatações é que, nessa formulação, a questão democrática sofreu um deslocamento e se tornou um princípio, um

valor, deixando de ocupar o papel de instrumento tático. Portanto, é uma linha de pensamento político que invertia a ordem dos fatores, o que implicava em ações muitas vezes distintas e até antagônicas entre atores políticos de um mesmo campo.

É interessante para o presente texto que Rosalino, ao conviver com os comunistas exilados, reconhece que foi bastante influenciado por essas discussões a respeito do eurocomunismo:

Bastante, bastante. É por que quando eu cheguei [no Brasil], eu cheguei pensando assim. Por que eu estive em Cuba também, nesse meio tempo, não muito tempo. E toda a leitura que a gente tinha, da informação do que se tinha, do que se passava no leste europeu, das trágicas experiências provocadas, enfim, por partidos que se diziam comunistas, principalmente no Camboja, o Khmer Vermelho, enfim, dizimando a população de modo absolutamente cruel. E tudo isso vindo à tona ficou patente aos meus olhos que se você tem que fazer o socialismo tem que ser com muita liberdade para que se possa discutir e formular os caminhos e quanto mais opinião você tiver, até mesmo antagônica, ela só pode enriquecer o processo. Daí eu cheguei e tive diferenças com os companheiros que ficaram aqui, por que como eles não viveram essa experiência lá fora, não é? Eles eram, a gente brincava às vezes – às vezes brincava e às vezes meio que xingava – “você é muito Stalinista!” – porque essa minha visão já era a de que não havia a possibilidade de você mudar o país e mudar o mundo inteiro, enfim, e buscar caminhos pra humanidade a não ser num quadro de muita liberdade, democracia como valor universal sim e depois o resto a gente conversa. Um pouco por aí.¹⁹¹

Rosalino teve uma atuação importante na política local, ao longo da década de 1980. Participou ativamente da organização do diretório municipal do PMDB de Florianópolis, e foi uma das principais figuras públicas do PCB, a partir do momento em que o partido esteve legalizado, tornando-se o primeiro candidato a prefeito pelo partido, em 1985, e o primeiro vereador eleito pelo partido, na cidade, em 1988.

É interessante observar que Gerônimo Machado, que também foi um dirigente importante do partido na década de 1980, e que conviveu com os exilados comunistas em Paris, quando perguntado a respeito de influência eurocomunista verificada no depoimento de Rosalino, desenvolveu um raciocínio a respeito das divergências táticas e estratégicas na política e deu diversos exemplos das inúmeras divisões ocorridas no movimento comunista, situando-se pessoalmente em um campo político distinto:

Eu mesmo, dentro do PCB, tive grandes batalhas na luta interna. Eu combatia muito a visão ou o vício que eu chamava de “eleitoralismo”. Aqueles que eram, enfim, um pouco Grando, um pouco Wedekin... A visão deles era a transformação via eleitoral. Eu dizia, ora, sem a possibilidade revolucionária, quer dizer... Sem uma visão de partido comunista leninista, que era – grosso modo – em grande medida a minha visão,

¹⁹¹ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

sem isso a gente não vai caminhar. Então essa luta interna era grande. Ela afeta as lideranças. Isso houve nacionalmente.¹⁹²

Machado tinha uma visão política distinta daquela de seu camarada de partido, ainda que tivesse, assim como Rosalino, convivido com a comunidade de brasileiros exilados em Paris. É uma distinção interessante que revela a diversidade de posicionamentos e um amadurecimento político por parte dos dois militantes, os quais, ainda que tivessem concepções políticas distintas, caminharam lado a lado durante a transição democrática. Ambos os posicionamentos, o de Rosalino e o de Machado, puderam ser observados ainda por meio do depoimento de Nildo Martins, que foi provocado a respeito dessa questão e disse o seguinte:

[...] O Gerônimo também esteve na França e nunca puxou pra essa linha. Gerônimo era mais radical. Mais marxista. Defende a ditadura do proletariado mesmo. Não tem como, como vamos superar o capitalismo? Temos que ter uma democracia popular de massa, um partido de vanguarda, de massa. Ele pensa por aí mesmo. Não vai ser nessa democracia liberal-burguesa que nós vamos..., é muito limitada.¹⁹³

Martins conviveu com os dois militantes mais antigos desde o retorno deles ao Brasil. Com Rosalino a partir de 1979 e com Machado a partir de 1983. Conviveram e atuaram juntos ao longo de toda a década de 1980. Ele completa o raciocínio afirmando que “o Rosalino segue mais um socialismo mais brando”.

4.3 O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE PCB E PMDB

Nildo Martins demonstra firmeza em seu testemunho: “eu lembro muito bem desse período, de 1979 a 1982. Isso está muito... por que eu vivi muito. Eu estou com essa firmeza em falar essas coisas porque eu convivi e vivi esse período”¹⁹⁴. Não é por acaso que seu depoimento é rico em detalhes sobre esses anos, envolvendo as tarefas que realizou e as lutas políticas nas quais se envolveu. Foi uma época de uma militância intensa para Martins. Após este período, no segundo semestre de 1982, ele passou seis meses na URSS, onde fez um curso de formação política. Retornou ao Brasil no início de 1983 e passou a ter uma atuação mais voltada para construção partidária, contribuindo com a legalização de seu partido, que viria a ser oficializada em julho de 1985.

Ele chegou a se candidatar para as eleições gerais de 1986 pelo PCB, disputando o cargo de deputado estadual. Naquela ocasião ele recebeu 104 votos. Uma das táticas eleitorais

¹⁹² Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

¹⁹³ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

¹⁹⁴ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

de seu partido era a de sempre procurar “desaguar” todos os votos no quadro de maior potencial eleitoral, o que talvez explique o porquê de sempre um candidato obter um número muito superior de votos que os demais nos resultados eleitorais do PCB. Em 1986, dos 17 candidatos a deputado estadual, o mais votado foi o então vereador comunista Sérgio José Grando, com 8.569 votos. Dos outros 16, somente um obteve mais que 500 votos: Luiz Henrique Gevaerd. Todos os demais ficaram com menos de 500 votos. Fazia-se o possível para concentrar votos em uma única figura.¹⁹⁵ O mesmo se deu na votação para deputado federal, em que Vilson Rosalino obteve 9.326 votos, enquanto entre os outros oito candidatos do partido nenhum alcançou sequer 500 votos.¹⁹⁶ Em síntese: de aproximadamente 1977 até agosto de 1982, Nildo Martins esteve envolvido com as atividades do movimento estudantil e, posteriormente, com as atividades partidárias. No entanto, seu período de atividade mais intensa está relacionado ao ano de 1979, período entre a participação em uma vitoriosa eleição no DCE da UFSC, e a Novembrada, se estendendo até as primeiras disputas no interior do PMDB catarinense, terminando com sua ida para a URSS.

A respeito desses primeiros anos da década de 1980, que vão desde o retorno do pluripartidarismo até a eleição de 1982, o depoimento de Vilson Rosalino foi também de grande valia para este capítulo. Ele teve uma atuação importante ao longo de todo aquele período de reorganização partidária. Gerônimo Machado, por sua vez, de 1980 a 1982 viveu em Pernambuco, na cidade de Recife, por conta de questões profissionais.¹⁹⁷ O depoimento de Machado torna-se mais valioso a partir de 1983, quando do seu retorno para Florianópolis e quando passou a trabalhar intensamente pela legalização do PCB e para a preparação para as eleições posteriores.

O depoimento de Clair Castilhos, que não era uma integrante do PCB, por sua vez, privilegia a construção de sua candidatura e sua campanha eleitoral, no segundo semestre de 1982, bem como sua posterior atuação como vereadora, de 1983 em diante.

¹⁹⁵ A chapa do PCB para deputado estadual, em 1986, contava com as candidaturas de Sérgio Grando, Luiz Gevaerd, Marlene Soccas, Maria Ilze Zago, Antônio Alves de Figueiredo, Adilson César Borges, Ivo D’Aquino Neto, Ingomar Brandes, Arnoldo Francisco da Rosa, Nildo José Martins, Osni Rocha, João Carlos Silveira de Souza, Edgar Schatzmann, Antônio da Costa, Amilton Alexandre, Romeu Ross e Pedro David Port. Fonte: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores> Acesso em 07 de junho de 2023.

¹⁹⁶ A chapa do PCB para deputado federal, em 1986, contava com as candidaturas de Vilson Rosalino da Silveira, Antônio Carlos Nascimento, Amadeu Hercílio da Luz, Remy José Fontana, Eglê Malheiros Miguel, Malda Marli Braff, Miguel Abílio dos Santos, Irineu Ceschin e Milton Divino Muniz. Fonte: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores> Acesso em 07 de junho de 2023.

¹⁹⁷ Gerônimo Machado contou que entre os anos de 1980 e 1982 não esteve em Florianópolis. Depois de retornar para esta cidade no ano de 1979 e não conseguir reaver seu emprego no BESC, ele foi viver em Pernambuco, na cidade de Recife, pois havia surgido uma oportunidade de trabalho naquela cidade. Por isso ele não esteve envolvido nessas disputas internas do PMDB neste período. Após este período ele retornou para Florianópolis e voltou a se engajar nas lutas políticas do PMDB e na reconstrução do PCB.

A relação entre os partidos PCB e PMDB, quando lida a partir de algumas dessas experiências pessoais, acaba por privilegiar questões distintas, a depender do papel que cada depoente desempenhou naquela conjuntura. Nildo Martins cumpria tarefas relacionadas diretamente ao PCB, no entanto chegou a se filiar ao PMDB para ajudar seus companheiros nas escaramuças internas do partido, e dá a entender que compreendia o acerto da atuação de seus companheiros no interior do PMDB. Valorizava a abertura que sua organização política tinha com relação ao PMDB e a outros partidos e organizações:

O Partidão estava dentro do MDB descaradamente. A presidência da Juventude do MDB era do Partidão. O diretório estadual do MDB tinha gente do Partidão. O Partidão estava em tudo quanto é lugar. Mas no final ele se reunia clandestinamente e tomava decisão e voltamos lá, e estava dando resultado. Por que o partido não tinha preconceito. Política é tática e estratégia e jogar a bola pra frente. Avançar na luta.¹⁹⁸

Martins percebe o papel de seu partido e as relações com o PMDB com naturalidade. Em momento algum critica a linha política adotada pelo PCB naquele período. Muito pelo contrário, em seu entendimento a linha foi a acertada. Ele se orgulha do papel desempenhado pelo PCB ao longo dos anos 1980, sobretudo o fato de que o PCB tenha apoiado a Aliança Democrática, aliança que dava sustentação parlamentar para o governo de José Sarney (1985-1990), entre o PMDB e o PFL. Tal engajamento, no entender de Martins, teria resultado na Carta Constitucional de 1988, momento importante em nossa história recente, divisor de águas na construção democrática brasileira:

Na verdade, a política do Partido, a orientação do Partido, era formar um bloco de uma frente ampla e democrática contra a ditadura. Na verdade, foi essa política que resultou positiva. Se a ditadura foi derrubada foi em decorrência de uma política na qual o Partido foi gestor dessa política de uma frente ampla e democrática contra a ditadura, e atuar em vários espaços possíveis pra avançar na luta contra a ditadura.¹⁹⁹

Enquanto alguns dirigentes e militantes iam ficando pelo caminho, desfalques que se materializariam na formação de grupos dissidentes, a militância pecebista remanescente seguia a linha partidária e se imbricava no grande partido opositor, o PMDB. Não era uma tarefa simples: naquele contexto de reorganização partidária do início dos anos 1980, muitos grupos políticos pensaram parecido, não necessariamente pelas mesmas razões, como será possível discutir em seguida.

¹⁹⁸ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

¹⁹⁹ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

4.3.1 O engajamento no interior de um partido em disputa

O depoimento de Wilson Rosalino também traz alguns elementos sobre como se deu essa participação dos comunistas na então principal legenda oposicionista. É nítida a sua preocupação de, naquele momento histórico, construir uma unidade política. Não era hora de divisões, de rachas. Não era hora de sectarismo ou talvez a oportunidade de finalmente construir a grande frente política contra a ditadura pudesse se perder. Ele, ao chegar no Brasil, em novembro de 1979, mencionou que já pensava em atuar na legenda oposicionista e dá a entender que não se tratava apenas de uma decisão individual. Era um movimento de seu grupo político:

Inclusive quando eu voltei, todos os companheiros que tinham sido presos na Operação Barriga Verde já estavam soltos. Já estavam atuando de novo, no partido, já estavam no MDB e se preparando, por que daí logo em seguida veio o fim do MDB pra refundar o PMDB. Então eu, na minha volta, na verdade, participo da refundação do MDB com o nome de PMDB quando a ditadura obrigou que os partidos pusessem um P na frente. Aí extinguiu a ARENA e o MDB, o pessoal do MDB pôs um P na frente e o pessoal da ARENA fundou o PDS.²⁰⁰

Ainda que medidas liberalizantes promovidas no governo do gal. Ernesto Geisel, e continuadas no governo do gal. João Figueiredo tivessem dado condições para que diferentes espaços de militância adquirissem maior proeminência, o PCB continuava impedido. Dessa forma os militantes comunistas continuaram apostando no “movimento democrático brasileiro” agora sob a sigla “PMDB”, como instrumento para ter algum grau de influência junto ao Estado. Mas nunca perdendo do horizonte a necessidade de continuar formando seus quadros, visando a uma futura legalização partidária.

Dessa forma, a primeira disputa dentro do PMDB se deu em torno da organização do Diretório Municipal, em Florianópolis. Quando perguntado sobre a participação de seus antigos companheiros de PCB, se eles estavam presentes no recém-fundado PMDB, Rosalino respondeu o seguinte:

Estavam, fizeram parte da fundação do PMDB. Buscaram filiações. Inclusive a primeira eleição pro diretório municipal do PMDB de Florianópolis, foi uma disputa inclusive que se deu entre esse núcleo muito ligado ao PCB – do qual inclusive eu fui indicado a candidato à presidência – e o núcleo mais tradicional do MDB ligado aos vereadores do antigo MDB, enfim, teve uma disputa aí. Um certo bate boca, inclusive. Então, o pessoal todo do partido entrou na fundação do PMDB. Não só em Florianópolis, mas também ajudou a fazer filiações nos municípios da Grande Florianópolis, pra tentar organizar rapidamente o PMDB, na Grande Florianópolis, e aproveitar que essa mudança de nome, de sigla, deixou um certo vazio e se buscava ocupar esse espaço rapidamente no PMDB.²⁰¹

²⁰⁰ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

²⁰¹ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

Dessa forma, a ação organizada em um partido legalizado continuou a ser uma das formas de engajamento dos comunistas vinculados com o PCB no início dos anos 1980. O início da década de 1980 foi de grande importância para o estabelecimento da correlação de forças dentro do PMDB. Havia dois grandes campos políticos dentro do partido, em Santa Catarina.

Havia uma ala vista como mais conservadora. Essa ala reunia políticos, no geral, mais moderados e adquiriu maior musculatura com a incorporação do Partido Popular, que foi dissolvido por conta da legislação eleitoral que sinalizou pelo voto vinculado para as eleições de 1982. A ala conservadora do PMDB catarinense tinha na figura do político joinvilense Pedro Ivo Campos uma expressiva liderança²⁰². Pedro Ivo era militar reformado, e sua formação foi na Academia Militar dos Agulhas Negras (AMAN). Ele foi aposentado por motivo de doença, alcançando a patente de Coronel do Exército. Sua trajetória política remonta ao período democrático (1945-1964). Casou com Mariza Lobo, em 1954, filha de uma conhecida liderança trabalhista de Joinville: Rodrigo Lobo. Dessa forma, através dos novos vínculos familiares, Campos se filiou ao PTB. Sua filiação ao partido foi formalizada em 1960 (PEREIRA, 2006)

No início dos anos 1980, Campos tinha uma importante trajetória política no estado de Santa Catarina. Sua caminhada na política partidária remonta ao início da década de 1960, a partir do momento que ele passou para reserva das FFAA. Pelo que consta na cronologia dos principais acontecimentos de sua vida disponível na biografia organizada por Pereira (2006), a primeira eleição disputada por ele foi a de prefeito de Joinville, em 1965, quando foi derrotado pelo udenista Nilson Bender.

Iniciou sua trajetória parlamentar nas eleições de 1966, quando conseguiu ser eleito para deputado estadual, já pelo MDB catarinense. Em 1969, disputou pela segunda vez a prefeitura de Joinville, sendo derrotado desta vez por pelo arenista Harold Karmann. Em 1970, foi alçado à condição de deputado federal. Nas eleições municipais de 1972, Pedro Ivo venceu em seu município, tornando-se prefeito de Joinville pelo período de 1973-1976. Seu mandato foi sucedido por seu correligionário Luiz Henrique da Silveira, que venceu a eleição para prefeitura ocorrida no ano de 1976. Em 1978, ele torna novamente a vencer a eleição para deputado federal. Se, em 1970 ele havia recebido 40.685 votos, nessa outra eleição sua votação subiu para 64.070 votos. Pedro Ivo inicia a década de 1980, muito prestigiado e era um nome

²⁰² Segundo o próprio Pedro Ivo Campos relatou em depoimento: “Em 1962, o meu sogro elegeu-se deputado estadual e teve que vir morar na capital, retornando a Joinville só de quando em vez. Mas por ser um dos principais dirigentes do PTB, exercia uma influência muito grande no partido e não queria abandonar essa posição. Foi quando, por ser uma criatura muito solidária a mim, um conselheiro, quase um pai, ele me fez um apelo para que eu acompanhasse as atividades do partido, para mantê-lo informado. E aí, pouco a pouco, fui pegando gosto pela atividade política” (PEREIRA, 2006, p. 56).

forte para disputar o governo do estado de Santa Catarina. No entanto, além dos moderados/conservadores, havia a ala progressista do PMDB, também identificada como a “esquerda” do partido.

Os progressistas do então PMDB, por sua vez, tinham por referência a figura de Jaison Tupy Barreto. Segundo informações registradas no depoimento concedido por ele à pesquisadora Ana Beatriz Nader (1997), utilizado como fonte para sua tese intitulada “Juntando os Fragmentos do Discurso Político Nacional: História Oral de Vida do Grupo ‘Autêntico do MDB’”, o pai de Jaison, chamado Tupi Barreto, era um delegado de polícia filiado à UDN de Santa Catarina que chegou a exercer mandato como deputado estadual na 3ª (1955-1959) e 4ª (1960-1963) legislaturas. O lagunense Jaison Barreto viveu no Rio de Janeiro durante seus estudos na Faculdade Nacional de Medicina, formando-se em 1957. Continuou na cidade por conta da especialização em oftalmologia até o ano de 1961. Segundo afirmou em seu depoimento para a referida obra, depois de completar sua formação, instalou-se na cidade catarinense de Rio do Sul, mas por conta das recorrentes enchentes que afetavam aquela cidade, mudou-se para Brusque, e passou a trabalhar como médico do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem desta cidade.

Considerando o fato que Barreto atuava em um sindicato de operários, prestando-lhes auxílio médico em seu cotidiano, essa realidade teria contribuído para que ele desenvolvesse um olhar preocupado com questões sociais. Mas, algo inusitado ocorreu: ele casou com a filha de um importante industrial da cidade, Astrid Renaux. No entanto, seu padrinho de casamento foi um conhecido médico da cidade de Brusque, o político petebista – já mencionado neste trabalho – Francisco Dall’Igna, que seria vice-governador de Santa Catarina até sua cassação pela ditadura em 1966. Na sequência de sua trajetória de vida, Barreto contou que – agora financiado pelo sogro, que era rico – continuou seus estudos em oftalmologia no prestigiado Instituto Barraquer, em Barcelona. No testemunho registrado por Ana Beatriz Nader, a posição política de Jaison Barreto é delineada, desde o golpe de 1964, no campo oposicionista:

[...] Apesar da realidade escamoteada que nos era apresentada, foi-me possível distinguir, corretamente, o panorama através dos apoios e objetivos acerca da revolução. A minha formação e experiência política possibilitaram-me a percepção de que o movimento de 1964 não era para atender os reclamos populares... tratava-se de golpe das elites a serviço das classes dominantes! (NADER, 1997, p. 242)

Sobre sua vivência na Espanha, Barreto contou que o período “terminal” da ditadura de Francisco Franco permitiu-lhe aprender sobre a questão do entrelaçamento entre Estado e religião. Logo em seu retorno ao Brasil, em 1965, filiou-se ao MDB (NADER, 1997, p. 242): “no ano de 1965, voltei ao Brasil determinado a me rebelar, e fundamos o MDB que era uma

loucura na cabeça da maioria das pessoas”. Afirmou não ter tido o apoio de sua família nesta decisão.

Conforme já foi mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, Barreto não conseguiu se eleger para deputado estadual nas eleições de 1966. Ele recebeu naquela disputa, para o cargo de deputado estadual, 3.985 votos. No entanto, tornou a disputar um cargo público nas eleições de 1970, dessa vez para deputado federal. Na ocasião, foi um dos deputados federais eleitos pelo MDB catarinense, recebendo 40.899 votos. Além dele, também foram eleitos Francisco Orestes Libardoni, Pedro Ivo Campos e o ex-udenista Laerte Vieira.²⁰³

Nas eleições de 1974, Barreto foi o candidato mais votado em Santa Catarina, em sua reeleição para deputado federal. Nesse pleito, alcançou 62.151 votos. O MDB elegeu também Laerte Ramos Vieira, Luiz Henrique da Silveira, Ernesto José de Marco, Francisco Libardoni, José Thomé e Walmor de Luca. Importante lembrar que, em 1974, o MDB também conseguiu a única vaga para o Senado em disputa: Evelásio Vieira venceu o candidato arenista e ex-governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, recebendo 535.850 votos contra 473.473 de seu adversário. Uma vitória que se inscrevia na grande virada política do partido oposicionista em todo o país ocorrida naquele ano.

Nas eleições ocorridas em 15 de novembro de 1978, o MDB de Jaison Barreto venceu a disputa para o Senado. A soma de votos de sua candidatura com a de Dejandir Dalpasquale, sendo 465.930 votos para o primeiro e 160.155 votos para o segundo, foi superior à soma de votos das sublegendas da ARENA, que apresentou as candidaturas de Wilmar Dallanhol e Aroldo Carvalho. Dallanhol recebeu 409.664 votos e Carvalho 196.765 votos. A segunda vaga para o Senado, daquele pleito, havia sido preenchida por meio do voto indireto em um Colégio Eleitoral, nos termos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, também conhecida por “Pacote de Abril” (BRASIL, 1977).

Dessa forma, Barreto estava consolidado como uma espécie de fenômeno eleitoral em Santa Catarina. Ele havia vencido com tranquilidade as três importantes eleições que disputou na década de 1970 e entrava nos anos de 1980 bastante prestigiado e sendo a principal liderança da ala progressista do MDB – posteriormente, PMDB – catarinense. Se na eleição de 1974 o MDB catarinense levou ao Senado Evelásio Vieira, conhecido por “Lazinho”, um político do

²⁰³ Consta no acervo documental do TRE-SC que o gaúcho Francisco Libardoni se elegeu em 1962, para vereador, na pequena cidade de São Lourenço do Oeste, pelo PTB. Fonte: www.tre-sc.com.br Acesso em 23 de maio de 2023. No site da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste, consta que Francisco Libardoni, após a mencionada atuação parlamentar, concorreu para prefeito de seu município em 1966, tendo sido derrotado por uma diferença de 571 votos. (Fonte: <https://www.camarasaolourenco.sc.gov.br/vereador/1963/25/francisco-oreste-libardoni> Acesso em 23 de maio de 2023).

antigo PSD, de perfil moderado, e que na reorganização partidária do início dos anos 1980 iria se filiar ao Partido Popular, quatro anos depois a eleição de Jaison Barreto – considerado um membro dos “Autênticos” do MDB” – um democrata radical e combativo, tornava o campo progressista do partido opositorista mais consistente, adquirindo maior proeminência. Portanto, no início dos anos de 1980, as alas progressista e moderada gravitavam em torno dos nomes de Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos. Cabe observar, contudo, que a estruturação desses campos políticos e suas disputas remontam à década anterior.

Carreirão (1988) desenvolve uma noção geral do que veio a ser cada uma dessas alas. A partir do depoimento que ele registrou junto a Roberto Motta, delineou os campos da seguinte maneira: a ala moderada buscava a conciliação junto ao regime e fazia-lhe uma oposição frágil. Muitas vezes seus integrantes estavam no MDB mais por divergências políticas locais do que por discordância a respeito do que significava o regime militar. Faziam campanha de forma parecida com a ARENA, partindo de trocas de favores e de relações clientelísticas. De sua parte, a ala progressista queria substituir o regime autoritário, daí a prioridade na defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Além da defesa das liberdades democráticas, havia também uma grande preocupação com a questão da distribuição de renda e com a defesa das riquezas nacionais. Ganhavam votos com o discurso opositorista franco, com o programa partidário nacionalista e com compromissos políticos na área social.

No entanto, Carreirão (1988) chama atenção para o fato de que em Santa Catarina esses dois campos políticos não existiam nos primeiros anos de existência do MDB, devido à débil estrutura do partido. Assim, a divisão entre progressistas e moderados foi sendo paulatinamente construída a partir de uma dinâmica regional. A existência dos campos teve seu início a nas eleições de 1974, com a eleição de Evilásio Vieira para o Senado e a de Jaison Barreto para a Câmara dos Deputados, com votação expressiva. A enorme distância ideológica entre esses dois políticos, sendo Vieira um político mais tradicional e Barreto um dos quadros mais à esquerda no MDB nacional, e ambos com projeção estadual e disputando espaço no Vale do Itajaí, acirrava as disputas internas do partido.

Em Lages esta distinção ganhará contornos mais nítidos nos últimos anos da década, na gestão de Dirceu Carneiro (1977-1982). Carneiro tinha sido vice de Juarez Furtado, na gestão anterior. Furtado era um político tradicional, adepto de práticas clientelísticas. Quando Carneiro

tornou-se prefeito, passou a alcançar notoriedade nacional por liderar uma gestão popular em seu município, com avanços na área do meio ambiente, educação e saúde.²⁰⁴

Na região de Lages, além dessas duas importantes lideranças, registre-se ainda as diferenças entre o então progressista Francisco Küster e ex-Udenista Laerte Vieira. O primeiro na segunda metade dos anos 1970, era deputado estadual, o segundo, deputado federal.

Carreirão (1988, p. 188) observa que na região Oeste, nos anos de 1970, não havia “forte polarização”, com pequeno predomínio político de “tendências levemente progressistas”. No Sul do estado a constatação é a mesma. Cita como exemplo de lideranças emedebistas no Oeste, as figuras de Paulo Macarini (nos primeiros anos de existência do partido), Ernesto de Marco, Francisco Libardoni e Casildo Maldaner. No Sul do estado, destaca os nomes de Walmor de Lucca, Stélio Boabaid e Murilo Canto. Por outro lado, na região de Joinville, a ala moderada tinha predominância, com destaque para as lideranças de Pedro Ivo Campos e Luiz Henrique da Silveira. Na Grande Florianópolis os moderados também prevaleciam. No entanto, o autor sublinha que a partir do ano de 1977 os progressistas começam a se organizar na região, sobretudo com destaque para o trabalho de Nelson Wedekin e Roberto Motta.

Quando os comunistas ligados ao PCB, além de se filiarem ao PMDB no início dos anos 1980, trabalharam para fortalecer a legenda, buscando novas filiações e disputando eleições internas do partido, conforme mencionado no trecho de Rosalino citado anteriormente, estava em andamento uma importante disputa pelo controle do partido. Dois grandes campos políticos mediam influência para ocupar lugares estratégicos dentro da legenda e acumular forças, visando as próximas eleições da agenda de abertura do regime militar, que possivelmente não tardariam a ocorrer. Naquele contexto, os comunistas se alinharam ao grupo de Jaison Barreto, ainda que Pedro Ivo Campos, em seu tempo de prefeito de Joinville, tenha prestado auxílio às famílias dos comunistas que precisavam visitar seus parentes presos em Florianópolis, no âmbito da OBV. Os membros do PCB sempre tiveram boa relação com Pedro Ivo, desde a década de 1970, bem como ao longo da década de 1980, chegando a apoiar sua candidatura para governador nas eleições de 1986²⁰⁵.

²⁰⁴ Um relato detalhado da abordagem política desenvolvida em Lages durante a gestão Dirceu Carneiro está disponível em Marcio Moreira Alves (1988).

²⁰⁵ Segundo Pereira (2006, p. 22) “Na retrospectiva de suas atividades, fica hoje evidenciada a atuação humanitária de Pedro Ivo, silenciosa, mas fortemente política, em atos de solidariedade e defesa dos que sofreram perseguições ou foram presos durante a operação Barriga-Verde, marcada por atos de violência física e tortura psicológica contra vários correligionários. Nessas ocasiões, vinha de Joinville especialmente para inteirar-se dos procedimentos políticos e processuais”.

A disputa pelo diretório do PMDB de Florianópolis mencionada por Vilson Rosalino não teria ocorrido de forma tranquila. Embora o depoente tenha mencionado “um certo bate boca”, foi um desentendimento que se alongou:

Nós ganhamos a eleição, mas daí houve impugnação e foi até no tribunal da Justiça Eleitoral e acho que no final das contas a gente acabou abrindo mão. O fato é que não ficamos muito tempo não, por que também nós fazíamos política com intenção de unidade. Quer dizer, não adiantava entrar no PMDB e rachar o PMDB, que estava nascendo. A ideia era ter a força. Não lembro em detalhes como é que foi feito. Mas eu sei que nós ganhamos a eleição daí eles impugnaram e parece que conseguiram até que fizessem uma nova convenção e tenho a impressão que daí “bom, vamos fazer um acerto aqui. Fazer uma composição”. Foi um pouco por aí.²⁰⁶

A unidade era uma prioridade para os pecebistas e isso impunha um limite em suas ações. Os comunistas estavam dispostos a disputar o controle do partido desde que isso não pusesse em risco a unidade partidária. Entretanto, cabe ressaltar, o depoente não conseguiu lembrar o ano no qual teria ocorrido esta disputa interna.

A professora aposentada da UFSC e conhecida militante e política identificada com os setores progressistas, Clair Castilhos, quando perguntada a respeito da referida disputa interna, respondeu da seguinte maneira:

é que eles já sabiam que nós íamos apoiar o Jaison. E quem ganhasse o diretório municipal claro que teria delegados pra votar na convenção estadual e escolher o candidato ao governo. E aí a gente disputou a eleição, o nosso grupo com o grupo da direita, no qual estavam todos aqueles nomes antigos do PMDB – tipo Aloízio Piazza, Pedro Medeiros, Içuriti Pereira, Otto Entres, um monte lá que eram do PMDB antigo mas que eram de direitona, centro direita, e era contra a ditadura por que o PMDB era contra, mas não eram contra tanto assim, os princípios da ditadura. E nós éramos da esquerda, um grupo grande assim, aquele grupo que eu digo que são militantes mas não eram filiados a nenhum os partidos clandestinos mas também não simpatizavam com aquela direita mais conservadora, mais truculenta. E esses vários nos apoiaram. Então quando a agente foi montar a eleição pro diretório municipal, nós ganhamos. E o Vilson Rosalino ganhou pra presidente. Foi eleito presidente. Outros de nós nos cargos de secretários e tal, secretaria executiva. Por que a composição era proporcional. De acordo com o número de votos tu tinha os cargos na executiva e na composição do diretório. Bom, e nós ganhamos e eles não se conformaram. Entraram contra nós no Tribunal Regional Eleitoral e conseguiram impugnar a nossa chapa. E daí ficaram com a presidência. Claro que os TRE eram tudo de direita também na época, e são até hoje. Daí alegaram que a gente não teria representatividade, o que era uma vergonha por que a gente tinha ganho a eleição com pessoas filiadas legalmente ao partido. Nós todos éramos filiados. E aí perdemos, mas continuamos militando com o nosso grupo. [...] ²⁰⁷

²⁰⁶ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

²⁰⁷ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021. Importante ressaltar que Otto Entres Filho, foi eleito vereador pelo PMDB somente no pleito de 1982. Não confundir com seu pai, o engenheiro Otto Henrich Entres, vereador udenista no período democrático, na Câmara de Florianópolis, e suplente de deputado estadual pela UDN entre 1963 e 1967, e novamente entre 1971-1975, pela ARENA. Faleceu em 2016.

Importante ressaltar que Clair Castilhos, em seu depoimento, alega não ter filiação anterior ao PMDB. Ela também, importante ressaltar uma vez mais, nunca foi filiada ao PCB, embora já naquela época se compreendesse pessoalmente como comunista. Ela fala de um ponto de vista diferente daqueles dos membros do PCB, especialmente quando menciona “perdemos, mas continuamos militando com nosso grupo”. O fato de não ser vinculada ao PCB refletiu-se nos apoios que sua candidatura recebeu nas eleições de 1982, como veremos posteriormente. Em seu depoimento, ela vincula esta disputa ocorrida no interior do PMDB de Florianópolis como um passo importante para decidir quem seria o futuro candidato do partido para eleição de governador.

No entanto, uma Ata de Convenção partidária do PMDB datada do dia 11 de maio de 1982, e registrada no Tribunal Regional Eleitoral, traz o registro de uma reunião cujo tema era justamente a designação das Comissões Provisórias Municipais. Neste documento temos o seguinte:

[...] reuniram-se os membros da Comissão Executiva Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, sob a presidência do sr. Dejandir Dalpasquale [...] abertos os trabalhos, o sr. presidente declarou que a reunião fora convocada para exame e deliberação de nominatas de Comissões Provisórias Municipais. Após a análise e discussão pelos presentes, foram aprovadas e designadas Comissões Provisórias para os seguintes municípios: [...] FLORIANÓPOLIS: Içuriti Pereira da Silva, Presidente; Vilson Rosalino da Silveira; Otto Entres Filho; Silvio Adolfo Kuerten e Thais Helena Lippel. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião [...] Florianópolis, 11 de maio de 1982.²⁰⁸

Pelo que esta fonte indica, o arranjo final deixou a presidência sob o controle de um moderado, no caso Içuriti Pereira. Mas manteve Rosalino e Lippel na Comissão. As disputas no interior do PMDB se aprofundaram no início dos anos 1980, especialmente após o retorno dos exilados, no contexto da Lei da Anistia, e com a incorporação do Partido Popular. Com a Anistia vieram quadros mais à esquerda e com a incorporação do PP, quadros mais à direita daqueles que compunham o antigo MDB.

Com relação a esta questão, pude encontrar no acervo do IDCH/UEDESC, especificamente no Fundo do Serviço Nacional de Informações, o informe nº 0012/115/ACT/82 (AGÊNCIA CURITIBA, 1982), um informe com data de 19 de janeiro 1982, intitulado “Convenção municipal do PMDB de Florianópolis/SC”. Este informe tem avaliação “A-1”, e foi elaborado na Agência Curitiba e encaminhado para Agência Central do SNI. Seu conteúdo, em síntese, sugere que em 03 de janeiro de 1982 teria ocorrido uma segunda convenção

²⁰⁸ Fonte: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc368383/ata_convencao_partido_1982_PMDB%209.pdf . Acesso em: 04 de junho de 2023.

municipal do partido, uma vez que a primeira havia sido anulada e o respectivo diretório eleito havia sido destituído. O que segue no documento é muito parecido com o conteúdo dos depoimentos citados, inclusive sobre o recurso junto à Justiça Eleitoral, por parte da chapa que perdeu. O documento menciona que a primeira convenção teria ocorrido há cerca de um ano antes da ocorrência desta segunda convenção. No entanto há alguns outros detalhes. Menciona que nesta segunda convenção a chapa “Mobilização Democrática, que defende a candidatura do Senador Jaison Tupy Barreto ao Governo do estado, foi a vencedora”. Foi novamente uma disputa acirrada entre a “chapa 1”, que venceu, e a chapa 2, “liderada pela bancada de vereadores que apoia o deputado Pedro Ivo de Figueiredo Campos”. O diretório municipal de Florianópolis possuiria naquele contexto “cerca de oitocentos” filiados e que nessa segunda convenção teriam votado 495 filiados, mas que não houve consenso entre as chapas: a “chapa 1” formou sozinha a Comissão Executiva, que teria sido organizada com os seguintes nomes: presidente – Roberto Motta; vice-presidente: Ailton Laureano Teixeira; secretário: Vilson Rosalino da Silveira (no documento consta que Rosalino havia sido o presidente da executiva anterior, a que foi destituída pela Justiça Eleitoral, conforme relatou Clair Castilhos); tesoureiro: Clair Castilhos Coelho [...] Delegada à Convenção: Thais Helena Lippel (consta como ex-vice-presidente da executiva anterior); suplente da delegada: “Iam Rosa”.

As fontes sugerem que de fins de 1981 até a decisão da reunião mencionada na Ata de Convenção de 11 de maio de 1982, aparentemente houve alguns desentendimentos para se conseguir organizar essa Comissão Provisória Municipal. O espaço estava sendo bastante disputado. O significado e os desdobramentos dessa disputa parecem apontar para o fato de que no início da organização do PMDB em Florianópolis a ala progressista estava mais organizada e tomou a dianteira neste município, dessa forma vencendo a consulta interna para controlar a Comissão Provisória da capital catarinense. No entanto, em âmbito estadual, o controle do partido estava nas mãos dos moderados, o que dava peso e importância para os vereadores mais antigos do MDB da capital, que agiam em bloco e pertenciam ao mesmo grupo dos dirigentes estaduais. Dessa forma passaram a tensionar a disputa na capital – recorrendo à justiça eleitoral –, destituindo a Comissão eleita e obrigando os progressistas a fazerem outra consulta, o que novamente lhes teria dado a vitória, porém numa margem apertada. Aparentemente, de fato, houve um arranjo, na referida reunião cujas decisões tomadas estão contidas na Ata do dia 11 de maio de 1982. Depois de as partes argumentarem, ficou decidido que a Comissão Provisória teria um presidente da ala moderada, no caso de um vereador do MDB da capital, mas também contaria com a presença de progressistas.

Uma análise detalhada de documentos como esse, encontrados no Fundo do Sistema Nacional de Informações, no caso de que outros diretórios do PMDB fossem igualmente monitorados, inclusive os diretórios estaduais, poderia fornecer um conjunto de informações precioso a respeito das disputas no interior do partido recém-fundado, o que eventualmente serviria de subsídio para balizar os movimentos políticos do governo do general João Figueiredo. De todo modo, o documento citado trouxe uma última informação. Uma conclusão que poderia perfeitamente afetar o cálculo político nas futuras disputas eleitorais por parte dos estrategistas do PDS. Segue abaixo (AGÊNCIA CURITIBA, 1982, p. 2):

[...] 4. a luta interna do Diretório não afetará a unidade do Partido, pois “o nosso inimigo maior é o PDS”, afirmou o líder ALOÍSIO PIAZZA. Também, o novo presidente ROBERTO MOTTA, anunciou que fará todo esforço para unir o Partido, que tem como objetivo principal a vitória nas eleições de NOV 82.

Outro elemento que chamou atenção neste documento é o conteúdo que está em seu anexo. Trata-se de cópia de uma lista com os nomes que fariam parte das duas chapas que estavam na disputa. A “Chapa 2”, chamada neste anexo de “Chapa pró-Pedro Ivo”, possui entre seus membros os nomes mencionados por Clair Castilhos, com a exceção de Otto Entres. Nomes como os dos vereadores Aloízio Piazza, Içuriti Pereira da Silva e Pedro Medeiros. Consta ainda a presença nesse grupo de Rogério Queiroz, que era oriundo do movimento estudantil secundarista, no início da década de 1960, tendo sido preso na sequência do golpe de 1964. Queiroz, falecido em 2016, foi eleito vereador nas eleições de 1982. Nildo Martins, enquanto me explicava sobre sua atuação política nos primeiros anos da década de 1980, lembrou seu nome em um trecho de seu depoimento:

[...] O pessoal do Partido que estava mais voltado para essas coisas. Eu, muito pouco. Eu acompanhei mais de 1982 em diante. Em 1979, 1980, 1981... é que o Partido estava dentro da juventude do PMDB. A juventude do PMDB tinha muita força. Tanto é que elegemos o tal do Rogério Queiroz que era vereador, do PMDB, que tinha contato com o Partido. [...] ²⁰⁹

Queiroz havia sido uma importante liderança no movimento estudantil. Foi presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas entre 1959-1960, e foi o presidente da União Catarinense dos Estudantes, entre maio de 1963 e abril de 1964, quando ocorreu o golpe de 1964. Ele foi eleito em 1982, como vereador em Florianópolis, e cumpriu seu mandato, que naquela legislatura se estenderia de 1983 até 1988.

Ao averiguar os nomes dos vereadores da legislatura vigente na época da referida disputa, ou seja, na 9ª legislatura (1977-1982), mais nomes puderam ser reconhecidos na

²⁰⁹ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

referida lista, como por exemplo, os de Jerônimo Venâncio das Chagas (vereador desde 1973) e Afonso Veiga Filho.²¹⁰ Embora na data de publicação do documento a legislatura vigente houvesse iniciado em 1977, boa parte desses nomes haviam sido eleitos em disputas eleitorais anteriores, como por exemplo Aloísio Piazza e Pedro Medeiros, que já constavam como vereadores desde a eleição municipal ocorrida em 1966. Portanto, atravessaram a 6ª legislatura (1967-1970), foram reeleitos para a 7ª, (1970-1973), para 8ª (1973-1977) e, novamente reeleitos, nesse caso, para a 9ª legislatura.²¹¹ Todos os nomes mencionados sempre estiveram vinculados, como vereadores, ao MDB de Florianópolis. Como se pode verificar, esse grupo dos vereadores já possuía bons anos de atuação parlamentar local. Fazia sentido que esses nomes que atuavam juntos, alguns já há mais de uma década, se compreendessem enquanto um grupo distinto, com alguma coesão interna.

Outro nome que chama atenção é o do delegado da “Chapa pró-Pedro Ivo”: Luiz Fernando Gallotti. Gerônimo Machado, em seu depoimento, ao mencionar outra disputa ocorrida no interior do PMDB, provavelmente ocorrida em 1983, para decidir o comando do diretório estadual do partido, mencionou que Luiz Fernando Gallotti era comunista e atuava junto aos moderados do partido:

[...] E, quem era o Luiz Fernando Gallotti? Era um militante histórico do PCB. Ele liderou, contra o nosso grupo, o outro lado do PCB. Contra os autênticos do PMDB. O Luiz Fernando Gallotti ficou com os moderados. [...] Conheci muito o Luiz Fernando, filho do militante histórico, professor e Desembargador José do Patrocínio Gallotti, meu professor de Economia Política e História Econômica, falecido. Pai do Luiz Fernando. Eles eram grandes representações simbólicas, para nós, O Luiz foi um ativista efetivo, moderado e cuidadoso. E no PMDB ele optou pelo grupo do Pedro Ivo. [...]²¹²

O caso de Luiz Fernando é curioso. Considerado por Machado como um membro importante do PCB, mas que não se vinculava politicamente com a ala progressista do PMDB. Machado afirma que havia outros nomes que agiam dessa maneira, embora na ocasião não conseguisse lembrar. As chapas possuem dezenas de nomes entre titulares, suplentes e delegados. Na “Chapa pró-Pedro Ivo” constam aproximadamente 60 nomes.

Na “Chapa 1”, nomeada no documento anexado ao relatório do SNI como “Chapa pró-Jaison”, também com aproximadamente 60 nomes, figuram diversos militantes já mencionados

²¹⁰ Fonte: <https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/institucional/Legislativas/1/2023/4267>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

²¹¹ As eleições municipais seguintes deveriam ocorrer em 1980. No entanto, devido a Emenda Constitucional n. 14, de 09 de setembro de 1980, os mandatos foram estendidos até 31 de janeiro de 1983 e as eleições municipais adiadas, foram previstas para ocorrer junto das eleições para deputados (BRASIL, 1980).

²¹² Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2023.

neste trabalho. Além dos comunistas mais atuantes no PCB local, como Wilson Rosalino, Roberto João Motta, Marcos Cardoso Filho, Cirineu Martins Cardoso, Alécio Verzola, vemos também os nomes de Sérgio José Grando e Remy Fontana. Há nomes ligados ao DCE da UFSC no contexto da Novembrada, como Nildo José Martins, Thais Lippel, Newton Vasconcelos Júnior e Amilton Alexandre. Constam também os nomes de Clair Castilhos, Doin Vieira (ex-deputado federal cassado em 1969, com base no AI-5) e o jornalista Eloy Gallotti Peixoto.

O que as fontes sugerem é que o ponto relevante em questão no diretório de Florianópolis, naquele ano de 1981, gravitava em torno do nome a ser indicado pelo partido para disputar a eleição para o governo de Santa Catarina, que ocorreria em algum momento no futuro. Em fins de novembro, a data da futura eleição foi fixada pelo governo federal, por meio do anúncio de uma Reforma Eleitoral.²¹³ O anúncio marcou a data das eleições bem como anunciou suas regras. Ficou conhecido como “Pacote de Novembro”, e posteriormente se tornou a lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982 (BRASIL, 1982). Uma das consequências desta legislação recairá sobre a correlação de forças no interior do PMDB.

É importante observar que, segundo o raciocínio desenvolvido pelo cientista político Rafael Moreira Mucinhato (2019), se por um lado a Reforma Partidária de 1979 permitiu um aumento no número de partidos, o “Pacote de Novembro”, de 1981, com a introdução do mecanismo do “voto vinculado”, contribuiu para a extinção de um desses partidos, o que foi o caso do Partido Popular.

Com a introdução do voto vinculado para as eleições de 1982, o eleitor deveria votar somente em candidatos de um mesmo partido, sob pena de anulação de seu voto.²¹⁴ Essa lógica considerava que o eleitor estruturaria seu voto a partir das disputas municipais, e uma vez tendo escolhido seu candidato a prefeito, teria que alinhar todas as demais candidaturas. Cabe observar que em 1982 haveria eleições para vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e para um terço do senado, e também para governador. Nessa lógica, todos esses votos teriam que estar alinhados. Considerar esse raciocínio como uma premissa para a elaboração das regras

²¹³ Segundo observou Motta (2021, p. 262) as eleições diretas para governador de estado estavam agendadas para ocorrer em 1978. No entanto, com a imposição do “Pacote de Abril”, o governo Geisel adotou um conjunto de medidas autoritário visando bloquear a ascensão da oposição a posições de poder, seja nos governos estaduais ou no Congresso Nacional, fazendo com que, dessa forma, a sucessão governamental em âmbito estadual se desse de forma indireta.

²¹⁴ Com exceção para os municípios onde não houver diretório municipal de um determinado partido – o que implicará ausência de candidato para prefeito e vereadores naquela localidade. Nesse caso, na esfera municipal o eleitor não votaria e para os demais cargos, o eleitor deveria votar sempre em candidatos do mesmo partido. Era uma forma de não ter o voto anulado, segundo o “Pacote de Novembro”.

eleitorais para 1982 fazia sentido, do ponto de vista do governo autoritário, considerando que o MDB obtivera um expressivo crescimento eleitoral na década de 1970.

Sabe-se que entre as frequentemente mencionadas eleições de 1974 e 1978, quando o MDB obteve expressivo crescimento eleitoral legislativo, ocorreram as menos discutidas eleições municipais de 1976, quando o MDB foi derrotado. Os dados levantados por Mucinhato (2019, p. 69) apontam que naquele pleito a ARENA venceu em 3.116 prefeituras, e elegeu 27.120 vereadores contra 614 prefeitos e 9.486 vereadores eleitos pelo MDB. Portanto, se essa lógica observada em 1976 se reproduzisse no futuro pleito, se as bases municipais da ARENA conseguissem obter um resultado parecido com aquele, o mecanismo do voto vinculado favoreceria amplamente aos governistas, que poderiam conter o crescimento da oposição em eleições estaduais, quadro que ainda seria favorecido pela fragmentação proporcionada pela Reforma Partidária.

No entanto, o Partido Popular nasceu grande. Antes da incorporação ocorrer – formalizada em março de 1982 – constituía-se no terceiro maior partido do país. Contava com 67 deputados e 8 senadores. Era, de maneira geral, considerado um partido de centro-direita. Segundo Mucinhato (2019, p. 64), o partido já tinha um “programa básico” e um “manifesto de fundação” em dezembro de 1979. Considera ainda que o PP criticava o Regime Militar de forma mais branda que o PMDB e que no campo econômico era possível perceber importantes diferenças entre os programas dos dois partidos. Conforme afirma o autor:

[...] enquanto o PP reivindicava a restrição do “capitalismo estatal” apenas aos setores indispensáveis, o PMDB coloca como condição fundamental para o cumprimento de seu programa a restrição do poder decisório sobre o campo econômico apenas no Estado. No mesmo sentido, enquanto o PMDB defende unanimemente a convocação de uma Assembleia Constituinte (expressando isso em seu programa e em seu Manifesto de Fundação), no PP esse tema não é consensual. Havia quadros no partido que argumentavam preferir que o próprio Congresso reformasse a Constituição (como era o caso do senador Tancredo Neves). (MUCINHATO, 2019, p. 64)

O PP cumpriria um papel de “oposição confiável”, do ponto de vista do governo, pois era composto por parcelas da ala moderada do MDB e por dissidentes da ARENA. Tinha entre seus principais articuladores figuras como o arenista Petrônio Portela, e os políticos mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves.

Entre os depoimentos colhidos por Mucinhato (2019), há leituras de alguns políticos da época, no geral pemedebistas que conviveram com Tancredo, sobre o perfil político do ex-governador de Minas Gerais. Fala-se ora em uma pessoa moderada, conciliadora, hora em um liberal, que era oposição aos militares, mas que também não se alinhava com os autênticos do MDB, e Tancredo desejava organizar o PP para que ele pudesse se afastar da legenda

oposicionista, por considerá-la muito radical, e dessa forma, ao sair do partido e trazendo consigo os moderados, marginalizaria o campo da esquerda dentro do PMDB.

Ainda segundo Mucinhato (2019, 67), a região onde o PP concentrava mais força era Minas Gerais, de onde vinham duas expressivas lideranças do PP como o próprio Tancredo e também Magalhães Pinto, seguido do Rio de Janeiro. Neste estado, o partido contou com a adesão de Chagas Freitas e seus aliados. Dessa forma, o PMDB ficou enfraquecido nessas duas unidades federativas. No entanto, o PP teve também o apoio de importantes lideranças em outros estados também, como por exemplo a vinda de vários ex-governadores arenistas. Embora os dois partidos, PP e PMDB, mantivessem um diálogo ao logo dessa curta existência pepista, o fato é que com o “Pacote de Novembro” deu-se a aproximação definitiva. Uma vez que as novas regras eleitorais se tornaram conhecidas, imediatamente os estrategistas dos dois partidos perceberam que com a instituição do “voto vinculado”, ambos sairiam prejudicados no pleito de novembro. Na Convenção Nacional Conjunta, realizada pelos dois partidos para votar a questão da incorporação, os números foram absolutamente favoráveis: de 673 membros presentes, 635 votaram a favor.

O caminho escolhido pelas legendas, devido ao curto prazo disponível, foi o da incorporação do PP pelo PMDB, formalizada em março de 1982. Dessa forma, foi extinto o Diretório Nacional do PMDB e novos membros foram eleitos. Portanto, a primeira alteração na correlação de forças dentro do PMDB deu-se entre os dirigentes do partido. A partir de dados levantados por Mucinhato (2019, p. 70) temos que o novo DN do PMDB passou a ter 69 membros, 46 peemedebistas e 23 ex-pepistas. A Comissão Executiva Nacional do PMDB passou a contar com 9 peemedebistas e 4 ex-pepistas.

Este “novo” partido que surgiu é nomeado por Mucinhato (2019) como “PPMDB”. Além de uma nova correlação de forças em que a ala moderada/conservadora aumenta de tamanho e, por consequência, o campo progressista fica menor e menos representado nos espaços decisórios, a estrutura do “novo” PMDB ganha musculatura. Para termos uma ideia, em termos de consequências internas, o número de Diretórios Municipais da legenda cresce de aproximadamente 2 mil para um número superior a 3 mil. Em termos de representação parlamentar, a mudança também foi notável. Antes da incorporação, o PMDB tinha 121 deputados federais e 22 senadores, totalizando um nº de 144 membros no Congresso Nacional. Após a incorporação, o número de deputados federais sobe para 180 e o de senadores para 29, totalizando um número de 209 congressistas. Em termos de comparação, a ARENA passa de 248 para 257 parlamentares. Após a incorporação, o percentual de membros do Diretório Nacional do PMDB que eram oriundos da ARENA subiu de 11,6% para 23,2% do total de membros.

O sociólogo Itamar Aguiar (1991) estudou em sua dissertação de mestrado as eleições de 1982 ocorridas em Santa Catarina, com o objetivo de analisar o engajamento das elites catarinenses naquele pleito, com suas diferentes formas de articulação e intervenção que favoreceram a vitória de seu candidato, Esperidião Amin, na disputa. O trabalho traz importantes informações sobre a disputa interna do PMDB para decidir quem seria o nome do partido para concorrer ao cargo de governador.

O autor argumenta que a candidatura de Jaison Barreto resultou de uma articulação do campo progressista que vinha ocorrendo há alguns anos. “Ela nasce, então, a partir da reunião de intelectuais, jornalistas e políticos em torno do chamado Instituto Sócio-Econômico do antigo MDB, que seria mais tarde transformado na Fundação Pedroso Horta de Santa Catarina” (AGUIAR, 1991, p. 57). Aguiar observa que a ação deste núcleo de formulação teórica se dava em diferentes regiões de Santa Catarina por meio de palestras e seminários, e que acabou se tornando um ponto de articulação entre lideranças políticas. E, assim, foi se formando e ampliando a ala progressista no partido.

Importante frisar que nos primeiros anos da década de 1980 tratava-se de um grupo minoritário no MDB catarinense, mas ao que tudo indica, bem organizado, capaz de articular importantes lideranças como por exemplo algumas do MDB de Lages, como o prefeito Dirceu Carneiro, o deputado estadual Francisco Küster, a suplente de senador Maria Shirley Donato; no município de Joaçaba, com os irmãos Normélio e Iraí Zílio (ambos já haviam sido vereadores nesta cidade), bem como sindicalistas da região de Joinville e do Oeste catarinense. O autor ainda ressalta a participação de importantes atores ligados aos movimentos sociais, como o ex-vereador de Joaçaba, Nelson Wedekin, e o sociólogo Remy Fontana, que atuavam na Comissão de Justiça e Paz. Estes dois militantes contribuíram para organizar o protesto em defesa dos estudantes detidos no contexto da Novembrada, além do advogado Roberto Motta. Aguiar (1991, p. 58), observa que esse grupo foi, aos poucos, conquistando espaço no PMDB.

De outro lado, os moderados/conservadores, além da figura de Pedro Ivo Campos, cuja trajetória já foi mencionada anteriormente, contavam em âmbito estadual com o apoio do prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira²¹⁵, além de Saulo Vieira, fundador do partido e

²¹⁵ Luiz Henrique da Silveira candidatou-se para deputado estadual nas eleições de 1970, ficando em 1º suplente. Chegou a ser convocado naquela legislatura. Em 1974, foi eleito para deputado federal, com 55.032 votos. Em 1976 disputou a eleição para prefeito de Joinville, sendo o vencedor do pleito. Exerceu mandato de 1977 a 1982, quando se licenciou para disputar novamente a eleição para a Câmara dos Deputados. Foi eleito com 121.434 votos e reeleito nas três eleições seguintes. Em 1996 venceu novamente eleição para prefeitura de Joinville. Em 2002 venceu a eleição para governador de Santa Catarina. Foi reeleito em 2006. Em 2010 venceu a eleição para o Senado. Faleceu em 2015. Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/638-Luiz_Henrique_da_Silveira Acesso em 28 de maio de 2023.

considerado pelo autor como o principal articulador de seu campo político. Uma figura destaque em Florianópolis era Edison Andrino, vereador, entre diversas outras lideranças.

Aguiar (1991, p. 58-61) traz importantes informações ao descrever como se deu o processo de consultas internas do PMDB, que também resultou em mais um embate entre progressistas e moderados no interior do partido. Observa que tal disputa foi vencida, no recém-fundado PMDB, pelos primeiros. E dessa forma eles encaminharam a proposta de fazer uma prévia, consultando as bases do partido para que se decidisse quem seria o nome a disputar a eleição para governador que se avizinhava, a primeira disputa para este cargo desde 1965. O retorno das eleições para governadores fez parte do processo de transição política negociado pelo alto entre regime autoritário e oposições entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980.²¹⁶

A proposição pela realização de prévias partidárias foi aprovada por unanimidade, ainda em 1981. A ideia era consultar todos os diretórios municipais do partido, de maneira que fossem escolhidos delegados que levariam a posição do respectivo diretório para o encontro estadual, que ocorreria na capital. No dia 28 de fevereiro de 1982 aconteceu o encontro estadual, que reuniu milhares de pessoas. Foram apresentadas as duas chapas, sendo que Jaison Barreto recebeu 120 votos e Pedro Ivo ficou com 94 votos. Dessa forma, Barreto estava encaminhado para ser o candidato ao governo e Pedro Ivo seria indicado para disputar a vaga para o Senado. A homologação das candidaturas se deu em 19 de julho.²¹⁷

Pesaram a favor dos progressistas sua organização, mobilização, mas também pesaram as capacidades políticas de Barreto, que na época era senador. Era considerado um tribuno, um

²¹⁶ Kinzo (2001) divide a transição política ocorrida no Brasil em três fases. A primeira, vai de 1974 até 1982, a segunda de 1982 a 1985 e, por fim, a terceira, que vai de 1985 até 1990. Na primeira, com o projeto de distensão capitaneado por Geisel, a autora localiza um momento que seria o ponto de partida para a democratização do Brasil. Esta fase foi totalmente tutelada pelos militares, mas houve três fatores que exerceram influência no processo, tais como: a vitória eleitoral do MDB em 1974, a questão militar envolvendo seus conflitos internos, em especial a reação da linha-dura contra a abertura, e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo regime na segunda metade dos anos 1970. A segunda fase inicia com o retorno de antigas lideranças à arena política. Seus principais eventos são as eleições de 1982, as Diretas-Já, e a eleição presidencial ocorrida de forma indireta em 1985. Embora os militares ainda mantivessem sua condição de principal jogador, outros atores passaram a influenciar o jogo, dificultando a vida do governo para manter o controle sobre o processo político. Na terceira fase, iniciada com a eleição da chapa Tancredo-Sarney, a autora observa que se tratou de uma coligação entre oposicionistas moderados e uma dissidência do governo, feita de forma indireta (sem o respaldo popular), com um fato complicador, que foi o falecimento de Tancredo e a posse de Sarney, um político que por seus vínculos com o regime militar, não tinha legitimidade para conduzir a transição. Isso foi um elemento que pesou no processo, pois seu governo teve dificuldades de lidar com diferentes grupos de pressão que procuravam aumentar sua influência. Esta terceira e última fase, contempla a elaboração da Constituição de 1988 e a primeira eleição direta para Presidente da República.

²¹⁷ Carreirão (1988, p. 186), discorrendo a respeito da polarização interna do PMDB entre progressistas e moderados, afirmou que “na verdade, talvez o principal momento de cristalização desse processo de divisão tenha se dado já fora do período estudado, na Convenção do PMDB, em 1982, para a escolha do candidato a o governador”.

orador capaz de exortar a militância com sua retórica. Seu discurso tinha penetração nos diferentes setores do partido, entre os jovens, mulheres e no âmbito trabalhista. Pelo fato de ter uma atuação importante no Senado, conseguia o apoio dos muitos prefeitos e parlamentares do PMDB. As bases eram receptivas à figura de Barreto. Ao contrário, Pedro Ivo, naquele momento, não tinha uma base muito consolidada, conforme o entendimento de Aguiar (1991, p. 61).

Entre a votação do dia 28 e a homologação das candidaturas ocorreria a incorporação do PP. No entanto, ela não mudou os rumos das prévias, pois as mesmas haviam sido aprovadas no ano anterior e havia sido feito um acordo no sentido de garantir seus resultados. A candidatura a vice-governador ficaria disponível para uma indicação do recém incorporado PP. Dessa forma, na prévia do PP, o ex-arenista João Linhares derrotou o ex-prefeito Osmar Cunha por 140 a 26. Osmar Cunha, posteriormente, filiou-se ao PTB, partido pelo qual disputou as eleições de 1982 para o governo do estado. A prévia também aprovou a indicação de Pedro Ivo para concorrer ao Senado.

Portanto, a incorporação do PP ao PMDB não afetou a indicação do nome para o governo do estado, mas reforçou a ala moderada do partido. Por um lado, em Santa Catarina, a incorporação tornaria o PMDB um partido mais competitivo para o pleito de novembro, por outro, o que se viu a seguir foi um predomínio conservador percebido já na disputa pelo diretório estadual que ocorreria em 1983.

As eleições de 1982 se constituíram como um momento importante para que se estabelecessem os contornos gerais da maneira como os membros do PCB atuariam no PMDB. Inicialmente houve um engajamento junto aos progressistas, pela disputa do diretório municipal de Florianópolis, na tentativa de fortalecer a candidatura de Jaison Barreto para o governo estadual. Ainda sobre essa questão, Rosalino conta que a atuação dos comunistas era mais intensa na capital que nas demais cidades do estado:

[...] Mas, se tinha também núcleos do partido que atuavam bastante em Criciúma, Joinville. E, também tinha núcleos progressistas de esquerda, que, no entorno da figura do Dirceu Carneiro, que – a meu juízo – não tinha ligação direta com o Partido, mas sim era um cara de esquerda possivelmente ligado com algum outro vínculo ou outras inspirações, mas também era muito próximo da gente. Mas ele trabalhava em Lages. Ele fundou inclusive um núcleo importante do partido, do PMDB em Lages, meio em torno da figura dele. Ele não era propriamente do Partido, mas era de esquerda. [...] Mas o Partido era aqui, basicamente em Florianópolis.²¹⁸

²¹⁸ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

Portanto, provavelmente, a primeira disputa mais intensa travada pelos comunistas tenha se dado justamente na luta ocorrida no Diretório de Florianópolis, e a consequente indicação do delegado para votar no encontro estadual do PMDB.

Nildo Martins, por sua vez, embora não estivesse na cidade durante o período eleitoral, no segundo semestre de 1982, acompanhou as movimentações para conseguir levar adiante a candidatura de Jaison Barreto, que foram concluídas no primeiro semestre daquele ano. Ele foi bastante taxativo a respeito do envolvimento dos pecebistas naquela campanha:

[...]A campanha do Jaison Barreto teve o apoio total do Comitê Estadual do PCB. Todos os dirigentes estaduais do PCB trabalharam nas eleições de 1982. Depois de tanta luta pelas eleições diretas que o Partido participou e tal. O Jaison Barreto foi o candidato e estava ciente disso, que os comunistas estavam colaborando com ele, em todo estado. [...].²¹⁹

Segundo se pode depreender da leitura deste antigo militante do partido, a escolha de Barreto obedeceu a critérios políticos bem amadurecidos. São conhecidas as histórias sobre o apoio que o então prefeito de Joinville, Pedro Ivo Campos, deu as famílias dos comunistas presos no âmbito da OBV. Os comunistas tinham boa relação com ele. Mas, na lógica da disputa eleitoral em 1982 acabaram pesando outros critérios:

[...] Porque a maior dificuldade do MDB... como era muito fácil, os democratas e os liberais virem para o MDB, e alguns democratas e liberais dentro do fisiologismo na política, alguns queriam se impor. Mas tanto é que na convenção estadual do MDB para decidir quem seria o candidato a governador, o pessoal mais liberal, mais à direita dentro do PMDB queriam o Pedro Ivo. Mas os delegados era tudo militante do Partido. Nós fomos todos lá e votamos no Jaison Barreto pra candidato. Nós derrotamos o candidato Pedro Ivo Campos. Por que a gente admite, o Pedro Ivo era um militar, um conservador, era um liberal. Ajudou muito os comunistas. Aí nós fomos todos e votamos no Jaison Barreto.²²⁰

Provavelmente há o emprego de uma hipérbole, no trecho em que o depoente afirma que os delegados eram todos do PCB. Afinal, nem todos os delegados que votaram em Jaison Barreto eram comunistas. Muito provavelmente, sequer a maioria deles o eram. O que não impediria que o conjunto dos delegados que se alinhavam com a candidatura de Barreto sofresse alguma influência da articulação dos progressistas, ala que por sua vez tinha uma presença importante dos comunistas vinculados tanto ao PCB quanto a outras organizações congêneres do mesmo campo ideológico. Mas o trecho acima nos remete também para uma disputa equilibrada, em que toda a capacidade da militância foi empregada com o objetivo de derrotar a ala conservadora.

²¹⁹ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

²²⁰ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Afora isto, é importante observar que o apoio à candidatura de Barreto também levava em consideração ganhos políticos por parte dos comunistas, indo além de uma adesão voluntarista por conta do discurso do senador. O PCB não era apenas um grupo coeso “infiltrado” no PMDB. Era um partido amadurecido que negociava troca de apoios com parlamentares pemedebistas, bem como a inclusão de suas propostas ao programa de governo em troca de apoios nas eleições legislativas. Mas, estar no PMDB trazia alguns dilemas e questões delicadas, afinal, era estar no mesmo partido com membros da antiga ARENA, braço político de apoio do regime militar.

Martins também relata que os comunistas tinham um contato anterior com Jaison Barreto, que eles já haviam apoiado a sua candidatura na eleição de 1978 e que mantinham diálogo com o senador:

[...] ele era o contato da gente no Senado. Ele ia muitas vezes na reunião do Partido em São Paulo. O Partido conversava mesmo. Na cara de pau. Batia na porta pra discutir política: “ô, nós queremos te apoiar. Tu é um forte candidato ao Senado, tu é do MDB, é do campo democrático, nunca te aliou com um cara reacionário. O Partido tá pensando em te apoiar.” O Partido sempre fez isso. “Vamos dar o voto mas gostaríamos que você apoiasse fulano de tal também, assumisse certa posição”.²²¹

Importante considerar que o PMDB, nas eleições de 1982, contando com a estrutura física herdada a partir da incorporação do PP, e levando em consideração o fato de ser o principal herdeiro do legado do antigo MDB, participava do pleito com bastante força. De maneira que estar filiado neste partido e lançando candidaturas através dele acabava por ser taticamente muito interessante. Muito provavelmente, mesmo que o PCB estivesse legalizado naquela conjuntura, não teria muitas chances de eleger deputados estaduais, muito menos federais, devido à precariedade da estrutura partidária e pelo fato de que os anos de clandestinidade impediram que seus quadros ganhassem reconhecimento público, com algumas poucas exceções. Sem uma chapa eleitoral consistente, seriam baixas as chances de obter cadeiras no parlamento.

4.3.2 A visão política de Jaison Barreto: fragmentos de um discurso opositorista

Por conta da importância que sua candidatura adquiriu, bem como pelos comunistas terem aderido à sua campanha, deve-se considerar os contornos da visão política de Jaison Barreto, bem como alguns pontos de seu programa, defendido na eleição de 1982. Em entrevista mencionada anteriormente, concedida por Barreto à pesquisadora Ana Beatriz Nader (1997), o

²²¹ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

então senador lembrou que a partir do momento em que passou a trabalhar como médico do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem envolveu-se em um processo de aprendizagem política:

Os médicos que lá trabalhavam eram muito contestados pelos colegas locais que viam uma invasão da área deles e ainda afirmava:
 – “Médico de sindicato só pode ser comunista!”
 Comigo não aconteceu outra coisa, mas exatamente isso! Logo ao chegar, envolvi-me completamente no processo político, participei de confrontos previstos pela luta de classes visando, sobretudo, um país melhor. (NADER, 1997, p. 241)

Portanto, Barreto além de trabalhar como médico do sindicato, de ser próximo a políticos trabalhistas, reivindicou neste depoimento concedido em 1994, uma posição política em que se colocava próximo ao campo dos chamados progressistas e da esquerda. Ao longo dos anos 1970, até a eleição de 1982, ele sempre transitou no campo oposicionista. Por sua combatividade enquanto deputado federal e senador, Barreto foi identificado como sendo parte do grupo dos “Autênticos”.²²²

Analisaremos alguns posicionamentos de Jaison Barreto em três diferentes momentos de sua trajetória. O primeiro desses momentos diz respeito no final de seu primeiro mandato de deputado federal, ao longo do período eleitoral do ano de 1974, o que pode ser abordado a partir da coleta de informações nas páginas do periódico *O Estado*. Em seguida, quando já era senador por Santa Catarina, a partir de uma entrevista que o parlamentar concedeu para o periódico alternativo *Afinal*²²³, em fevereiro de 1981. E, por fim, a partir das informações dispostas na dissertação de Aguiar (1991) a respeito da campanha eleitoral do PMDB, na disputa pelo governo de Santa Catarina ocorrida em novembro 1982.

De maneira geral, Barreto era um defensor das principais bandeiras do MDB na década de 1970: a luta pela democratização do Estado, em favor de um desenvolvimento econômico que privilegiasse o capital nacional em detrimento do estrangeiro, bem como a denúncia da

²²² Nader (1997, p. 54) define os Autênticos da seguinte maneira: “[...] foram eleitos pelo MDB, alguns em primeiro mandato, deputados oriundos de diversos estados da federação que destacaram-se dos demais. Identificados por uma postura de enfrentamento ao estado-terrorista, esses parlamentares, aglutinaram-se já nas primeiras horas da legislatura que se iniciava, sendo, mais tarde conhecidos como Os Autênticos do MDB. [...] Os discursos e os posicionamentos expressos por este núcleo tornavam flagrante a luta contra o sistema e a pressão que exerciam sobre a cúpula do MDB. Postura que traduzia o propósito de ação verdadeiramente oposicionista, mais agressiva e efetiva”. A autora, na citação acima, se refere a legislatura de 1971-1975. Nader acentua que eventualmente outros deputados e senadores agregavam-se ao grupo, mas que o mesmo era formado por 23 deputados. Entre eles, Jaison Barreto, do MDB de Santa Catarina.

²²³ O jornal *Afinal* foi um representante da imprensa alternativa que circulou, em Santa Catarina, entre maio de 1980 e julho de 1981, totalizando 13 edições. O jornal procurou denunciar os excessos da elite dirigente de Santa Catarina, nos aspectos que prejudicassem a população. Sobre isso cf. dissertação de Arielle Rosa Rodrigues (2019), intitulada “*Os alternativos da ditadura: o caso do jornal Afinal (Florianópolis, 1980-1981)*”.

desigualdade social, aprofundada pela política econômica do regime militar, concentradora de riquezas

Podemos encontrar um primeiro posicionamento na edição do dia 15 de agosto de 1974 do periódico *O Estado*. Nesta edição, entre notícias sobre temas variados que estavam dispostas na página onde costumeiramente se publicavam sobre política catarinense, tais como a falta de local para a UDESC instalar um campus, a criação do Clube dos Repórteres Políticos de Santa Catarina ou ainda sobre a chegada de vacinas contra a meningite, podemos observar uma matéria intitulada “deputado pede benefícios para tecelão e fiandeira”, cujo conteúdo podemos conhecer no trecho abaixo:

O deputado Jayson Barreto defendeu em discurso da tribuna da Câmara Federal o cumprimento da Lei 5.890, de julho de 1973, e sua regulamentação que garantem ao tecelão e a fiandeira aposentadoria aos 25 anos de serviço. Essa lei prevê aposentadoria aos que exercem função em locais permanentemente expostos a ruídos superiores a 90 decibéis. “Até agora, no entanto” – afirmou o deputado – “nenhuma medida acauteladora desse direito foi tomada não conseguindo esses operários, tecelões e fiandeiras, provar que o ruído existente nos locais de trabalho alcança esse nível”.²²⁴

Essa notícia não estava conectada com nenhum grande debate que vinha acontecendo nas páginas do periódico. Não havia nada a respeito nos dias anteriores, tampouco nos dias que sucederam a data de sua publicação. Mas, diz respeito a uma determinada demanda de um setor da classe trabalhadora do ramo da tecelagem. O deputado foi, segundo se pode depreender da notícia, bem contundente na defesa que fez da ampliação de direitos para esta categoria de trabalhadores. O então deputado Jaison Barreto aprofunda sua argumentação, alegando que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) não reconhecia as perícias realizadas por membros externos ao instituto, e que no quadro de funcionários do INPS não havia pessoal qualificado para medir o quão prejudicial era a questão dos ruídos no local de trabalho para os trabalhadores. O deputado ainda salienta as consequências danosas para a saúde dos trabalhadores expostos àquelas condições:

[...] “Sujeitos a surdez e a neurose, tecelões e fiandeiras continuam a aguardar que o INPS se disponha a reconhecer o que é de justiça num comportamento desumano, esdrúxulo e incompreensível. Entendo que não há como contemporizar. O Ministério da Previdência, com uma nova direção à frente do INPS, dá margem a um renascer de esperanças por parte da classe trabalhadora, cansada de preterições”. [...] ²²⁵

²²⁴ *O Estado*, 15 de agosto de 1974, p. 3.

²²⁵ *O Estado*, 15 de agosto de 1974, p. 3.

Aparentemente havia ocorrido uma troca de dirigentes no antigo INPS e Barreto aproveitou a oportunidade para levar adiante essas denúncias e reivindicações.

No dia 24 deste mesmo mês, outra notícia de canto de página dava algum espaço para a atuação do deputado opositor. Dessa vez, o título era “Jaison defende adoção de nova política para menor”. No mesmo estilo da citação anterior, a notícia mesclava a interpretação do jornalista que cobriu o acontecimento com fragmentos do discurso do deputado. Em linhas gerais, Barreto criticava duramente a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Segundo sua argumentação, a referida instituição não era incapaz de evitar que crianças e adolescentes vulneráveis fossem expostos à criminalidade. O deputado questionava o fato de a FUNABEM estar sediada na cidade do Rio de Janeiro e alegava não saber se havia representações dessa instituição em outras cidades do país. A notícia foi concluída da seguinte maneira, com um fragmento do discurso do deputado:

[...] “o problema – que deve ser de interesse direto do governo – permanece em situação estática. E os menores desassistidos seguem os velhos caminhos de um acaso melancólico. Estou certo de que todos os estilos de desenvolvimento podem estar ocorrendo no país: estradas, poços de petróleo, indústria naval, pontes, usinas hidrelétricas, autódromos, hipódromos, aeroportos supersônicos, comunicações à distância, redes hoteleiras, metrô e viadutos; as nada disso vale o preço de uma infância que, se não é sepultada em vala comum em face das doenças carenciais, cresce com conjunto de párias onde receberão o irreversível tratamento penal. É possível ainda recompor esse quadro. Somos uma nação de cristãos onde não pode deixar de subsistir o respeito pela pessoa humana”.²²⁶

A argumentação desenvolvida pelo deputado atinge, por um lado, uma determinada política do governo federal, ou justamente sua debilidade, ao passo em que também procura proteger um determinado segmento social situado entre as classes subalternas.

No mês de outubro, há outra notícia, na metade inferior da página, intitulada “deputado catarinense defende uma nova política nacional de saúde”²²⁷. Essas inserções, num período próximo das eleições de 1974 chamam atenção. É evidente que Barreto tinha experiência para abordar certas temáticas, em especial na área da saúde. Com sua vivência no exterior e na lida como médico do sindicato em Brusque, bem como a atuação partidária no campo opositor, demonstrava ter um acúmulo a respeito das lutas políticas, e dava mostras de saber em qual lado estava. O periódico, como já foi mencionado, era de propriedade de Aderbal Ramos da Silva, membro importante da família Ramos, que em meados dos anos 1970 tinha interesses evidentes no sucesso eleitoral da ARENA. Mesmo assim, um parlamentar da oposição tinha ampla cobertura de imprensa em período próximo às eleições estaduais.

²²⁶ *O Estado*, 24 de agosto de 1974, p. 3.

²²⁷ *O Estado*, 27 de outubro, de 1974, p. 3.

Desde a organização do bipartidarismo, a partir de 1966, as oligarquias que predominavam na organização das relações políticas em Santa Catarina estavam acomodadas no partido governista, segundo observou Carreirão (1988, p. 183):

Embora não se possa dizer que a acomodação entre os membros dos dois partidos na ARENA tenha sido totalmente sem problemas, ao nível das suas cúpulas e particularmente das oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen não parece ter havido grandes desavenças para a formação do novo partido. Os maiores problemas que se desenvolveram nesse sentido parecem ter se dado no nível local, nos municípios.

O autor observa que, no início, ocorreram dificuldades para que houvesse a acomodação dos grupos oligárquicos Ramos e Konder-Bornhausen na ARENA. Pesou para isso o fato de que poucos anos antes do bipartidarismo ser imposto, houve disputas políticas muito duras no estado. Campanhas políticas com muitas agressões, de ambos os lados, como por exemplo a campanha para o governo do estado, ocorrida em 1965. Tal situação dificultou a aproximação dos políticos do PSD e da UDN nos primeiros anos de ARENA. Mas, com o tempo, a acomodação entre esses grupos políticos aconteceu. No entendimento do autor, no contexto da ditadura militar havia interesses mútuos no campo econômico e pelo controle político do Estado.

Analisando o periódico *O Estado* durante o período da ditadura, Budde (2013, p. 62) menciona que o dirigente do periódico Aderbal Ramos da Silva, que havia comprado a empresa para se contrapor à família Konder-Bornhausen, ainda no período democrático, por volta do ano de 1977, afirmou que “o jornal não poderia mais ser porta voz de partido, mas apoiava na medida do possível a ARENA”. Por outro lado, a autora também demonstra uma ocasião em que o dirigente do periódico se desentendeu com um governador de Santa Catarina, o arenista Antônio Carlos Konder Reis. Foi um desentendimento que chegou ao ponto de o jornal publicar um editorial criticando o governador, por boicotar o periódico – suspendendo publicações oficiais e matérias pagas que mantinha no periódico – e, a partir de então, o sobrenome do governador foi suprimido nas referências feitas a ele nas páginas do jornal. Nas palavras de Budde (2013, p. 62), “o sobrenome histórico e representante da oligarquia Konder era omitido propositalmente pelo jornal, como forma de desprestigiar e sutilmente confrontar o governador”. Ao ponto de José Matusalém Comelli, em depoimento registrado pela autora, mencionar que o periódico passou “praticamente” quatro anos sem receber verba pública do governo. Comelli alega que Konder Reis queria mandar no jornal e os dirigentes do periódico reagiram.

Naquele segundo semestre de 1974, o governo de Santa Catarina era exercido por Colombo Salles, um político que também havia se desentendido com as oligarquias. Konder

Reis só assumiria o governo da Santa Catarina, em março de 1975. De todo modo, chama a atenção que no periódico de Aderbal Ramos tenha havido algum espaço, ainda que bem pontual, por meio do qual notícias contendo elementos da plataforma política do opositor Jaison Barreto pudessem circular. Além disso, o Vale do Itajaí, era uma região em que a família Bornhausen tinha forte base eleitoral, mas também era onde o lagunense Jaison Barreto vivia e onde desenvolveu toda sua atividade profissional, inicialmente em Brusque, depois em Blumenau, tornando-se bastante conhecido. Curiosamente as notícias que circularam sobre Barreto, neste período eleitoral faziam a associação entre a figura de Barreto e sua defesa de interesses da classe trabalhadora.

Um elemento a ser considerado é que ao longo da década de 1970 o periódico *O Estado* tinha a concorrência do *Jornal de Santa Catarina*, que era de Blumenau. O “Santa”, como era conhecido, passou por um processo de modernização/profissionalização e mantinha uma sucursal em Florianópolis e era, naqueles anos, o principal concorrente de *O Estado* (VALENTE, 2005). Uma hipótese a ser considerada é a de que este ambiente de concorrência com um periódico mais moderno, poderia ter influenciado nas decisões dentro de *O Estado*, que também passava por um processo de modernização em termos de maquinário e de pessoal, no sentido de fazer uma cobertura menos partidária, e mais profissional.

Voltando ao conteúdo da notícia a respeito da defesa de uma nova política nacional de saúde, veremos que Barreto era Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal. O texto traz a crítica do deputado sobre como estava sendo insuficiente a maneira como o governo federal vinha lidando com a questão da saúde da população. Incapaz de protegê-la de surtos epidêmicos, bem como de atender aos “5 milhões de excepcionais existentes no país”, bem como dedicar maior atenção ao problema dos “toxicômanos”. Barreto também critica as políticas de saúde desenvolvidas naquela conjuntura:

[...]“tendência de se favorecer os grupos privados, em prejuízo da própria estrutura que a previdência já criou nestes últimos anos” e que “a preocupação da classe trabalhadora é no sentido de que a iniciativa privada não enfraqueça essa estrutura”. “E o grande paradoxo” – prosseguiu – “é que, enquanto se fortalece os grupos privados mercantilistas, que se estruturam em função da ineficácia do INPS mas não se aparelham nem se interiorizam; enquanto beneficia as grandes associações como a Samcil de São Paulo, que passaram a conglomerados econômicos com objetivos eminentemente de lucro fácil; enquanto a previdência ampara esses grupos, onde já existe uma estrutura paramédica, nos centros maiores; [...] os grupos da rede hospitalar privada no bom sentido, no interior, onde não há essa estrutura paramédica montada, estão sendo sacrificados por diárias ridículas e outras situações que não condizem com os interesses legítimos a que estão ligados esses grupos. [...]”²²⁸

²²⁸ *O Estado*, 27 de outubro, de 1974, p 3.

Além de observar as debilidades do INPS, Jaison Barreto acreditava que o caminho era a criação de um seguro estatal universal compulsório, de saúde, como forma de minorar as insuficiências daquele sistema.

Nestas notícias rastreadas no periódico *O Estado*, no segundo semestre de 1974, Jaison Barreto defendeu os trabalhadores da tecelagem, os menores e fez proposições no campo da saúde pública, visando ampliar a cobertura do sistema. Além dessas três questões, o deputado emedebista tornou a ocupar algum espaço no periódico no mês de novembro, já como o deputado reeleito, na notícia intitulada “Jaison: democracia é a síntese das aspirações”, na qual ele reafirma os valores e políticas defendidas por seu partido:

Durante dois meses de campanha – frisa – os representantes do MDB deixaram bem evidenciada sua posição diante do AI-5, do decreto 477, da política econômico-financeira do governo, do favorecimento excessivo às multinacionais, da mentira salarial, enfim, manifestaram-se a favor da democracia, a favor do desenvolvimento com justiça social.²²⁹

O político Barreto argumentou, segundo a matéria, que a grande votação recebida pelo MDB no pleito de 1974 não deveria ser vista como uma surpresa, mas resultado do esforço do partido opositor: “não se pode esconder – insiste – dez anos de derrotas eleitorais, de sacrifícios de lideranças, de persistência na defesa dos mesmos ideais finalmente aceitos hoje pela nação”.

Por último, no dia 04 de dezembro, o periódico fez outra matéria com o “deputado mais votado de Santa Catarina”, intitulada “MDB vai fazer oposição dura, séria e honesta”. O deputado defendia um tipo de oposicionismo que trouxesse alguma contribuição nova para o Estado. Nesta matéria temos acesso à visão de Jaison Barreto acerca do papel exercido por seu partido a partir do expressivo resultado eleitoral alcançado em 1974. Projeta então a criação de novos diretórios em Santa Catarina com vistas à conquista do governo estadual, sendo necessário expandir a estrutura e formar novos quadros:

[...] Daí a necessidade da convocação dessa geração que nos apoiou nessa eleição, e que muito tem a oferecer em termos de ideias e objetivos. E, de outra parte, o MDB não pode cometer o mesmo erro da ARENA, um partido simplesmente ‘inchado’. Por isso, a nossa permanente preocupação com os aspectos doutrinários²³⁰

O deputado reeleito sublinhou alguns valores que no seu entendimento eram centrais para a nação, tais como democracia, liberdade e justiça social. Por outro lado, considerando e manejando o próprio discurso governamental da ditadura, então sob o comando do general

²²⁹ *O Estado*, 24 de novembro de 1974, p. 3.

²³⁰ *O Estado*, 04 de dezembro de 1974, p. 3.

Ernesto Geisel (CARVALHO, 2005), percebia que estaria ocorrendo o “encaminhamento da Revolução para a sua institucionalização democrática” bem com a necessidade de uma reforma constitucional. Elogiou ainda o que considerou uma “tomada de posição nacionalista” no campo econômico, contrária ao favorecimento de grupos internacionais, e citou como exemplo a questão da indústria farmacêutica, pois o governo havia criado a Central de Medicamentos: “[...] outros setores deverão de merecer a atenção do governo, neste prisma nacionalista, a fim de que o desenvolvimento brasileiro se faça de maneira real, de dentro para fora, e não de modo reflexo, como tem ocorrido”.²³¹ De certa maneira, naquele momento, passava a acenar para posturas moderadas e vislumbrava uma transição política nas balizas então impostas pelo regime: conciliatória, lenta e gradual.

Entre discursos na tribuna da Câmara dos Deputados e entrevistas para *O Estado*, Jaison Barreto foi se consolidando como uma voz progressista em Santa Catarina. Na eleição seguinte, ele se tornaria senador por seu estado. Junto com o crescimento eleitoral de Barreto, percebemos um avanço de seu partido sobre algumas cidades importantes. Quando conquistou a cadeira para o Senado, em 1978, seu partido administrava algumas cidades como Joinville, Blumenau e Lages.

Alguns anos depois, durante o exercício de seu mandato de senador, Barreto concedeu uma entrevista ao periódico alternativo *Afinal*, de Florianópolis, em fevereiro de 1981. Este periódico circulou na cidade entre maio de 1980 e julho de 1981. Barreto discorreu sobre sua formação escolar e acadêmica, sobre a forma como ingressou na política e mencionou seu alinhamento político com o vice-governador cassado pelo regime autoritário, o trabalhista Francisco Dall’Igna, compartilhando sua leitura da política regional, criticando duramente os esquemas de enriquecimento articulados pelas elites catarinenses, que governavam o estado na época da entrevista em torno da figura do governador arenista Jorge Konder Bornhausen. Criticou ainda o vice de Bornhausen, o proprietário rural Henrique Córdova, e seu secretário de obras, Esperidião Amin. É interessante observar que nesta nova conjuntura, amparado por um ambiente de maior espaço para a atuação política e de maior organização da sociedade civil, o senador demonstrou ter posicionamentos mais combativos contra o regime:

Não a da conciliação, mas a de ruptura com esse sistema que não pode ser aceito nem nos seus detalhes. É uma sociedade injusta que marginaliza, que não respeita nossa gente e que não pode ser contemporizada. Conciliar com o Governo, procurar a Assembleia Nacional Constituinte ao gosto dos ditadores da época, procurar reformular um ou outro aspecto da política econômica, é simplesmente fazer o jogo

²³¹ *O Estado*, 04 de dezembro de 1974, p. 3.

dos interesses que não são nem mais nossos. São interesses estrangeiros. Procurar a conciliação com este Governo é um ato de traição.²³²

Barreto manteria esse posicionamento nos anos seguintes. Em 1984, mesmo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, continuou a mover-se entre os que ainda insistiam em eleições diretas para presidente imediatamente. Seguiria repudiando o Colégio Eleitoral, ao contrário da maioria de seu partido, que passou a articular a eleição indireta de Tancredo Neves. Repudiava a conciliação ao mesmo tempo em que defendia uma Assembleia Constituinte para que se pudesse redesenhar o estado de forma a limpar os resquícios da dominação do regime dos generais. O senador também criticava o sistema econômico como um todo, ao afirmar que “o modelo está fracassado. O modelo capitalista hoje no mundo está morto. Não pode ser defendido por nenhum setor consciente da população porque tá aí o fracasso evidente.”²³³ Percebe-se, assim, uma radicalização de seu discurso com o passar dos anos, até o início da década de 1980.

No entanto, em sua leitura de mundo, a crítica ao sistema não era o ponto final. Além de criticar o sistema econômico vigente em seu país, ele dá um passo diante elogiando modelos alternativos, que existiam naquele período:

Por acaso, o Estado, algum dia no Brasil, assumiu as responsabilidades de garantir assistência médica, escola, teto, terra, emprego, salário decente para alguém? Não, nunca. O modelo que nós temos tido é esse capitalismo cansado, selvagem – no dizer de muitos -, pecaminoso – no dizer da Igreja -, que não garantiu nada à imensa maioria da população. Então, defender isso e se colocar numa posição comodista de centro é trair o que tá na cara de todo mundo: o progresso socialista é um fato marcado. As nuances é que podem ser discutidas: se o socialismo implica em autoritarismo, se o modelo melhor é o russo, o chinês ou o polonês? Ou a social-democracia alemã?²³⁴

No trecho acima o senador leva o debate para outro ponto: a partir dos exemplos que menciona como referência pode-se aferir que em sua leitura de mundo seria necessária uma forte presença estatal, desenvolvida a partir da nacionalização econômica de diversos setores, no sentido de se construir um modelo que fosse capaz de assegurar condições mínimas de vida para a população. Há um questionamento direto do modelo capitalista experimentado em um país periférico ocidental.

Há três outros pontos importantes nesta entrevista no que diz respeito à visão política de Jaison Barreto. No primeiro deles, o senador advogava haver uma grande necessidade de promover a organização popular. O povo organizado seria fundamental para que um futuro

²³² *Afinal*, fevereiro de 1981, n. 9, p. 10.

²³³ *Afinal*, fevereiro de 1981, n. 9, p. 10.

²³⁴ *Afinal*, fevereiro de 1982, n. 9, p. 10.

governo oriundo da oposição tivesse mais chances de êxito, para que não cometesse equívocos, pois com a participação popular no governo haveria outra noção de prioridades. Dessa forma, quebraria com a tendência em se haver um afastamento entre governo e população, após as eleições, comuns nas democracias liberais. E o segundo ponto, o senador acreditava não haver soluções para o Brasil sem a valorização dos trabalhadores:

[...] o capital é complementar, é segundo plano. Nesse país só se faz uma coisa: valorizar o capital. Por isso é preciso encontrar fórmulas que parem de desrespeitar a classe trabalhadora. Os trabalhadores sempre foram atendidos no Brasil de uma forma paternalista, sem terem um mínimo de garantias. O governo tem hipervalorizado o capital, dá subsídios, incentivos fiscais, todas as facilidades, se privilegia o capital. É um governo que serve à pequenas minorias. [...] ²³⁵

O senador se colocava como um porta-voz das massas. Dos milhares de brasileiros desamparados em um país com um sistema econômico excludente em situação de descontrole inflacionário e alto desemprego. Por último, o senador acreditava que seria necessário um enfrentamento às multinacionais que operavam no país, procedendo com a expropriação destas empresas. O aceno às esquerdas é evidente.

É difícil estabelecer se houve alguma influência das teses defendidas pelos militantes comunistas no posicionamento de Jaison Barreto. De uma maneira geral, há algumas afinidades entre o pensamento do senador e o conjunto de proposições defendidas pelos militantes comunistas. Como poderemos ver no tópico seguinte, havia uma relação de mão dupla entre as candidaturas comunistas e a de Jaison Barreto, com negociação programática e troca de apoios.

Itamar Aguiar (1991, p. 69-70) considera que o prestígio de Barreto teria nascido de sua atuação como parlamentar, quando “desencadeou” uma campanha contra as empresas multinacionais do setor de medicamentos. Durante seu mandato como senador, ele conseguiu impedir que o estado construísse uma usina de gás no Vale do Itajaí (projeto chamado de USIVAL) em benefício desse setor da iniciativa privada, posição que se confrontava com interesses das elites catarinenses e que teria deixado o empresariado local com alguns receios caso ele viesse a se tornar governador. O autor também afirma que Jaison Barreto tinha inserção nas lutas populares, tanto as do campo quanto as da cidade. Defendeu junto aos trabalhadores o direito à greve e à liberdade de reunião, tendo atuado em defesa dos estudantes presos no contexto da Novembrada. Defendia a nacionalização do setor bancário e financeiro, da indústria petroquímica, a expropriação das multinacionais distribuidoras de petróleo e derivados, a reforma agrária bem como uma intervenção estatal na indústria automotiva (AGUIAR, 1991).

²³⁵ *Afinal*, fevereiro de 1982, n. 9, p. 11.

Por fim, a partir de sua investigação sobre a eleição para governo do estado, ocorrida em Santa Catarina, em 1982, Aguiar (1991) apresenta uma síntese do que seriam os principais pontos da plataforma de governo da candidatura de Jaison Barreto para aquele pleito:

- a – democratização do poder e controle social sobre o Estado;
- b – estímulo a auto-organização social e comunitária;
- c – definição das políticas públicas no interesse das prioridades sociais da maioria (contra a especulação imobiliária e pela regulação dos loteamentos clandestinos, apoio à pequena e média empresas, para garantir geração de empregos, descentralização dos serviços de saúde e ênfase a medicina preventiva; preocupação com o bem-estar social, a distribuição de renda, o crescimento econômico com a concomitante melhoria da qualidade de vida). (AGUIAR, 1991, p. 72-73)

Portanto, considerando as informações acima, a candidatura de Jaison Barreto, apoiada pelos comunistas do PMDB, defendia um programa ousado para o período. Nitidamente se percebe uma ideia de governo interessada na participação popular, portanto com um aprofundamento da noção de democracia. E, ao contrário das teses neoliberais, que começavam a ganhar corpo na época, era um programa que pressupunha um protagonismo estatal, sobretudo na regulação do campo econômico.

4.4 AS ELEIÇÕES DE 1982: A MILITÂNCIA COMUNISTA SOB O DESLOCAMENTO DO PROGRESSISMO NO PMDB

As eleições de 1982 se constituíram em um acontecimento de grande importância no âmbito da transição política que então estava em andamento. Com ela, os cidadãos brasileiros tornaram a votar para governador de Estado, algo que não faziam desde 1965. Se nos meses finais do governo do general Ernesto Geisel e nos primeiros anos do governo de Figueiredo as medidas liberalizantes tiveram maior efeito, tais como a revogação Decreto-Lei n. 477, a própria Lei da Anistia, ainda que com seus limites, e a Reforma Partidária, naquele início da década de 1980 começaram a entrar em curso medidas de cunho democratizantes, tais como a referida eleição marcada para novembro. Eram medidas limitadas, dentro da lógica da distensão e da chamada abertura: um processo lento, que protegesse os membros da caserna de eventuais punições, mas que aos poucos procurava incluir no âmbito das relações políticas algumas das vozes de setores descontentes com o regime. Não obstante, a possibilidade de escolher diretamente os governadores do estado se constituiu num avanço democrático importante.

Naquele pleito estavam ainda em jogo cadeiras para a Câmara Municipal, para prefeitos, para a Assembleia Legislativa, para a Câmara dos Deputados, bem como para um

terço do Senado e enfim para Governador.²³⁶ Depois de muitos anos, tornava a ocorrer no Brasil uma competição eleitoral com diversos partidos envolvidos. O contingente eleitoral que se apresentou às urnas naquele 15 de novembro foi expressivo. Para comparação, no pleito de 1978 ocorrido no Brasil, o eleitorado era de 46.030.464 pessoas, com um comparecimento às urnas de 37.629.180 (81,75%) e 8.401.284 abstenções (18,25%). Em 1982, a quantidade de pessoas aptas a votar era de 58.616.588. Houve, no dia 15 de novembro, um comparecimento de 48.481.170 pessoas (82,71%), e um total de 10.135.418 abstenções (17,29%). Um número acima de 10 milhões de pessoas a mais, se comparado com 1978, compareceram às urnas em 1982.

Em Santa Catarina, no ano de 1978, o eleitorado era formado por 1.654.723 pessoas. No pleito, o comparecimento foi de 1.428.137 pessoas, o que totalizava 86,31% do eleitorado. No entanto, 226.586 pessoas não compareceram às urnas (abstenção de 13,69%). Em 1982, o eleitorado era de 2.107.512 pessoas, mas o comparecimento foi de 1.831.811 (86,92%). O número de abstenções ficou em 275.701 pessoas (13,08%), em proporção levemente menor, portanto, do que na eleição anterior, denotando o interesse popular pelo processo político em andamento.²³⁷

Para a disputa do governo local, além da candidatura do PMDB, já mencionada, houve também a candidatura do Partido Democrático Social (PDS), novo título da antiga ARENA, cuja indicado foi Esperidião Amin, que era o nome das elites catarinenses para aquela ocasião. A candidatura de Amin tinha o apoio do governo federal, do governo estadual, além de muitas prefeituras, entre elas a de Florianópolis, e tinha o apoio do empresariado, das redes de TV, do rádio e da mídia impressa conforme demonstrou Aguiar (1991). O candidato do PDS, embora não carregasse em seu sobrenome uma vinculação familiar com as oligarquias catarinenses mais proeminentes, era formado nesse meio, tendo em sua trajetória passado por diversos cargos da administração pública, desde o final da década de 1960, em diferentes governos, desde Ivo Silveira²³⁸, passando por Colombo Salles²³⁹, chegando a ser indicado para ser prefeito de Florianópolis durante o governo de Antônio Carlos Konder-Reis, em 1976.²⁴⁰ Até esta altura,

²³⁶ As eleições para prefeito ocorreriam somente em municípios que não fossem capitais de estado, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional. Dessa forma, em Santa Catarina, em 1982, não haveria pleito para prefeito nas cidades de Florianópolis, pelo fato de ser a capital do estado, e em Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Guaraciaba, por conta desses municípios serem considerados área de segurança nacional.

²³⁷ Dados eleitorais retirados de: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/> Acesso em 03 de junho de 2023.

²³⁸ Ivo Silveira foi governador de Santa Catarina de 1966 a 1971, pela ARENA.

²³⁹ Colombo Salles foi governador de Santa Catarina de 1971 a 1975, pela ARENA.

²⁴⁰ Antônio Carlos Konder-Reis governou o estado de Santa Catarina durante os anos de 1975-1979, pela ARENA.

Amin não tinha sido testado em nenhuma eleição. Todos os cargos públicos que assumira, inclusive o de prefeito, havia sido por indicação. Ele veio a disputar uma eleição somente no ano de 1978, para deputado federal. Na ocasião, foi o mais votado por Santa Catarina, com 72.380 votos. Porém, de 1979 a 1982, mais uma vez foi indicado para assumir um cargo no governo estadual. Durante o governo Jorge Bornhausen, Amin assumiu a Secretaria de Obras. Dessa forma, adquiriu visibilidade para além da região da Grande Florianópolis, atuando nas mais diversas regiões do estado. A respeito da trajetória pública de Amin, Remy Fontana afirma o seguinte (1982, p. 23):

Na verdade, mais plausível é supor que estivéssemos diante de uma versão republicana-oligárquica da tradicional preparação de sucessores, própria das casas reais, onde o escolhido, antes de unguido monarca, serve na administração imperial em cargos relevantes e nas armas, para adestrar-se e familiarizar-se com as altas funções que o aguardam.

Amin era, sem dúvidas, um forte candidato para aquele pleito. Além das duas principais candidaturas, também lançaram candidatos o PT, com Eurídes Mescolotto; o PDT, com Ligia Doutel de Andrade; e PTB, com Osmar Cunha. O resultado foi surpreendente pelo equilíbrio: Esperidião Amin venceu a eleição para governador com 838.150 votos, contra 825.500 votos recebidos por Jaison Barreto, o que significou uma diferença de apenas 12.650 votos. Em terceiro lugar ficou o candidato Eurídes Mescolotto, com 6.803 votos, seguido por Ligia Doutel de Andrade, com 4.572 votos, e, por último, Osmar Cunha, tendo recebido 2.281 votos. Se somarmos a votação destes três últimos candidatos o montante não chegará a 15 mil votos. Para o Senado, a disputa foi mais acirrada ainda: o ex-governador Jorge Bornhausen venceu o pemedebista Pedro Ivo Campos por 816.386 contra 814.947 votos, o que significou uma diferença inferior a 1.500 votos. Outros nomes concorreram ao Senado, além destes dois já mencionados. Foram eles, Valmir Martins, do PT, que recebeu 6.719 votos; Acácio Bernardes, do PDT, que obteve 4.346 votos; e João Caznok Filho, do PTB, que totalizou 2.156 sufrágios. Os três últimos candidatos mencionados juntos, assim como os três últimos para governador, sequer alcançaram 15 mil votos. Para a Câmara Federal, somente os dois principais partidos conseguiram obter cadeiras, havendo um equilíbrio de 8 deputados para o PDS e 8 para o PMDB. Para a Assembleia Legislativa, o PDS conquistou 21 cadeiras contra 19 do PMDB.

Os comunistas ligados ao PCB, em Florianópolis, atuaram intensamente nesta eleição, trabalhando em torno de algumas candidaturas. A diferença para a década anterior é que agora havia quadros do próprio partido como candidatos para pleitear alguma cadeira legislativa. Para governador, como foi mencionado anteriormente, ajudaram a construir a candidatura de Jaison Barreto. Para isso passaram por um duro enfrentamento com a ala conservadora do partido, que

se articulou em torno de Pedro Ivo Campos. Por outro lado, também investiram em candidaturas próprias para outros cargos. Neste sentido, Rosalino trouxe informações importantes, como veremos a seguir:

Quando a instituição dos partidos, do MDB e ARENA, [...] então a gente entrou com tudo para fazer novos diretórios. E em alguns casos inclusive elegemos diretórios. Claro que nesse período, aqui em Florianópolis, a participação de duas figuras – uma delas era do PCB, mas continuou no MDB – foi o Wedekin e o Roberto Motta, que saíram depois candidatos pelo PMDB, e se elegeram. E em torno deles, porque daí nós nos lançávamos como candidatos. Eles puxavam um trabalho de nível público na construção dos diretórios da região, e isso permitia que nós fizéssemos um partido um pouco mais conforme o nosso ideário, e ao mesmo tempo nos lançássemos candidatos e os elegíamos. O Wedekin se elegeu deputado. Na primeira eleição o Wedekin quase ganhou para deputado estadual. Perdeu por muito pouco. Mas aí na segunda elegemos o Wedekin para deputado federal e o Roberto Motta para deputado estadual, em Florianópolis. E os elegemos porque todo o partido apostou neles, evidentemente que eram candidaturas que tinham amplitudes bastante para ir muito além, digamos, do âmbito do partido.²⁴¹

A primeira eleição disputada por Nelson Wedekin, mencionada acima, foi a de 1978, para deputado estadual. Na ocasião ele recebeu 9.989 votos. Anteriormente, ele já havia sido vereador em Joaçaba, conforme já mencionado neste capítulo. A participação de Wedekin adquiriu importância na medida em que as lutas contra o regime se acentuaram, mais para o final da década de 1970. Ele – enquanto advogado e membro da Comissão de Justiça e Paz – teve um importante papel na defesa dos estudantes presos no episódio da novembrada. Segundo ele próprio contou em um depoimento para o programa “Fragmentos da História”, produzido pela TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sua participação naquele episódio tornou-o mais conhecido, ao ponto de ele se candidatar em 1982, não para deputado estadual, mas para deputado federal, conseguindo se eleger.²⁴² Wedekin recebeu, nessa segunda eleição, 49.933 votos, sendo oitavo entre os deputados federais eleitos pelo PMDB naquela ocasião. Cabe observar que Wedekin não era orgânico do PCB. Era um aliado próximo, diferente de Roberto Motta, este sim, conforme mencionou Rosalino “era do PCB, mas continuou no MDB”. Ele se refere ao período pós-1985, quando o PCB foi legalizado, mas alguns quadros preferiram permanecer no PMDB por uma questão de viabilidade eleitoral.

Roberto João Motta foi lançado como candidato a deputado estadual em 1982. Antigo militante comunista desde os tempos de movimento estudantil na UFSC, no final dos anos de 1960. Posteriormente, tornou-se dirigente do PCB clandestino, em Santa Catarina. Em meados dos anos de 1970 foi preso e torturado no âmbito da OBV. Motta somente foi posto em liberdade

²⁴¹ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

²⁴² Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M194ncYDgmc&t=1> Acesso em 30 de maio de 2023.

em 19 de abril de 1978, segundo a informação 0528/116/ACT/78 (CURITIBA, 1978), em cujo anexo há uma cópia de seu alvará de soltura. Na sequência, em liberdade, Motta passou a atuar como advogado e a se engajar politicamente. Conforme já foi mencionado, atuou junto a Nelson Wedekin e Remy Fontana na articulação da ala progressista do MDB e, posteriormente, do PMDB.

Roberto João Motta conseguiu ser eleito como deputado estadual, em 1982. Obteve 22.790 votos. Dessa forma, os comunistas conseguiram eleger um quadro orgânico do partido para atuar no parlamento catarinense. Nildo Martins, lembrou a postura que os membros do PCB procuravam manter com relação aos demais partidos e movimentos sociais:

[...] O Partido Comunista Brasileiro sempre teve, na sua ação política, uma cultura democrática. A gente era aberto a conversar com todo mundo. Nós não tínhamos preconceito de classe, discriminação. A gente tinha as divergências, a gente atuava e conversava com muita gente. Para tu teres uma ideia, o Roberto Motta, quando foi Deputado Estadual pelo MDB – ele era um comunista, sempre foi do Partido, ele era da direção estadual do Partido – se elegeu Deputado Estadual dentro do MDB nas eleições de 1982. E ele dialogava com muita gente. Por exemplo, tinha uma figura que era do PDS, não lembro mais seu nome, que ele de tanto conversar com o cara, de tanto dialogar, com esse deputado, ele se tornou um cara aliado. Ele começou a mudar de posição política. Por que a tática do Partido era essa, era o diálogo, o convencimento, a argumentação política e ampliar o espaço. Conseguir ampliar o Partido, sem preconceito de classe, com consciência de classe com consciência política. [...] ²⁴³

As habilidades políticas de Roberto Motta são reconhecidas por todos os depoentes. Além disso, os demais rastros de sua trajetória sugerem isso incessantemente. Desde cedo Motta se destacou, ainda no movimento estudantil, conseguindo angariar novos simpatizantes para o PCB, sendo que alguns vieram a se tornar membros importantes. Posteriormente, obteve o reconhecimento de seu partido ao ser indicado para se tornar dirigente estadual. Não tardou para ser o articulador entre as demandas pecebistas e os parlamentares emedebistas até meados dos anos 1970, quando foi preso. Motta fazia os contatos. Dialogava sobre apoios nos períodos eleitorais. Inclusive, em outro trecho, quando mencionou que o “partidão” tinha interesse em se aproximar de Edison Andrino (já no contexto da eleição para prefeito de Florianópolis, em 1985) que era uma liderança emedebista de Florianópolis, oriunda da Lagoa da Conceição, Martins comentou que ele “era um grande quadro. Nós tínhamos que consolidar o Andrino, assim como a gente consolidou o Jaison Barreto, depois a gente trouxe o Iraí Zílio, foi muita gente. Era a tática do partido”. ²⁴⁴

²⁴³ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

²⁴⁴ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Pode-se compreender que “consolidar” um político, como seria o caso de Andrino, signifique mantê-lo dentro de um campo de influência dos políticos comunistas, estabelecendo boa e constante interlocução, com o objetivo de se tornar um aliado, o que não necessariamente ocorreria. Martins ainda observa que quem dialogava com Andrino naquela ocasião não eram os militantes sem mandato, pelo contrário, era Roberto Motta ou Nelson Wedekin: “dialogamos muito com o Andrino. O Nelson Wedekin, o Roberto Motta, dialogavam muito...”²⁴⁵. O que delineia um dos acúmulos obtidos pelo PCB no pleito de 1982. Diferente dos anos anteriores, em que os pecebistas negociavam apoios eleitorais a determinados candidatos que consideravam mais próximos, em troca da inclusão de algumas pautas, a partir de 1982 eles passam a ter figuras do partido ou muito próximas no parlamento, e dessa forma articulavam de igual para igual com outros parlamentares, dialogando sobre determinadas pautas ou, a depender do perfil de determinado político, tentavam atraí-lo para o seu campo de influência. A atuação de Wedekin e Motta como importantes articuladores da ala progressista do MDB catarinense já foi mencionada anteriormente. De 1982 em diante, suas capacidades haviam sido potencializadas pelos mandatos recebidos pelo voto popular.

Mas, ao mesmo tempo, Martins procurou também diferenciar os membros com ligação orgânica ao partido daqueles que eram simpatizantes. Tal distinção poderia ser lida através da atuação tanto de Roberto Motta, considerado um membro orgânico, como de Nelson Wedekin, que não tinha ligação orgânica, mas era considerado um simpatizante do partido. Era uma distinção importante, levando em consideração que os pecebistas tratavam com muita gente de fora do partido há muitos anos. Faziam muitos acordos. Claro que, com o passar dos anos, após diversas lutas travadas lado a lado, pensando e agindo junto, Nelson Wedekin se tornou muito próximo do “partidão”.

Alguns anos mais tarde, na eleição municipal para prefeito em Florianópolis ocorrida em 1988, quando ele se candidatou para o cargo de vice-prefeito, formando chapa com a candidata Anita Pires do PMDB, ao invés de apoiar a candidatura de Sérgio Grandó, do PCB, a diferença entre orgânicos e simpatizantes, ganhou contornos mais nítidos.²⁴⁶ Afinal, um membro orgânico jamais agiria daquela maneira. Jamais poderia agir levando em conta seus interesses políticos pessoais acima dos interesses políticos decidido pelas instâncias do PCB. Se o PCB havia fechado posição em torno do nome de Sérgio Grandó como candidato, todos os seus membros atuavam naquele pleito para fortalecer a candidatura do partido, buscando

²⁴⁵ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

²⁴⁶ Nelson Wedekin, venceu as eleições de 1982 (deputado federal) e de 1986 (para o Senado) com o apoio do PCB. Em 1988, esperava-se que ele retribuísse o apoio.

alianças, recursos e votos. Ainda sobre essa questão, Gerônimo Machado comentou sobre o resultado do pleito de 1988 com certo ar de triunfo:

O Wedekin, senador, saiu como candidato a vice-prefeito pelo PMDB, em 1988. A titular, a [candidata a] prefeita, foi a Anita Pires. Derrotamos a Anita e o Wedekin. Mas, foi o Amin que se elegeu Prefeito. O Grandó fez mais votos do que o PMDB do Senador Wedekin. Foi uma eleição espetacular, para nós. Se, em 1986 nós trabalhamos para Wedekin, para senador, em 1988 ele concorreu contra nós como vice-prefeito, pelo PMDB, e nós o derrotamos. Com a nossa pequena Frente Popular de 1988.²⁴⁷

Sérgio Grandó, mencionado neste exemplo acima, naquela altura da década de 1980 demonstrava ser o quadro pecebista com maior potencial eleitoral. Na eleição mencionada – na época as eleições eram decididas sempre em turno único – ele ficou em segundo lugar, conquistando 23.967 votos. Esperidião Amin, novamente venceu uma disputa majoritária, obtendo 64.949 votos. Os comunistas conseguiram um resultado notável.²⁴⁸ O PMDB, por outro lado – que governava Santa Catarina desde 1987 – não passou dos 18.558 votos.²⁴⁹ Embora, ao longo da década de 1980 Grandó viesse adquirindo maior peso eleitoral, sua trajetória parlamentar inicia justamente nas eleições de 1982, quando ele conseguiu, com o apoio de seu partido, conquistar uma cadeira para vereador em Florianópolis.²⁵⁰

Além da eleição de Wedekin e Motta, para deputados federal e estadual, o PCB também atuou intensamente em âmbito municipal no pleito de 1982, especialmente na cidade de Florianópolis. Cabe observar que a disputa por uma vaga na Câmara Municipal de Florianópolis trazia consigo um pouco das rivalidades oriundas das escaramuças internas do PMDB, como por exemplo a luta pelo controle do Diretório Municipal do partido. Neste sentido Wilson Rosalino, observou que,

Agora, o PMDB, com o seu crescimento começou a ser também espaço de abrigo e acolhida para gente que vinha da antiga ARENA. Então, esses é que eram nossos piores inimigos. O pessoal que vinha da antiga ARENA, e que começou a ter pique,

²⁴⁷ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

²⁴⁸ Na eleição municipal ocorrida em Florianópolis, em 1988, o PCB coligou-se com o PCdoB. O PDT, o PSDB e o PMDB formaram outra coligação. O PT lançou chapa pura. Amin foi o candidato da coligação envolvendo PDS, PFL, PL e PSD.

²⁴⁹ O PMDB obteve uma expressiva vitória eleitoral em 1986. Em Santa Catarina, elegeram o governador com a candidatura de Pedro Ivo Campos. Para o Senado, venceram as duas vagas em disputa, com as candidaturas de Nelson Wedekin e Dirceu Carneiro. Para a Câmara dos Deputados, o partido obteve 9 cadeiras, contra 4 do PDS e 3 do PFL. Para a Assembleia Legislativa, o PMDB conquistou 19 cadeiras, contra 12 do PDS, 6 do PFL, 1 do PDC, 1 do PDT e 1 do PT.

²⁵⁰ Sérgio Grandó foi graduado em matemática pela UFSC, onde também fez uma pós-graduação. Ao longo da década de 1970 atuou como professor, lecionando no ensino fundamental, médio e superior. Também trabalhou em cursos pré-vestibular e em colégios particulares. Atuou junto às Nações Unidas entre 1978 e 1980 e participou de um Programa para o Desenvolvimento na Guiné Bissau, contribuindo para a estruturação das disciplinas de matemática e física neste país. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/grando-sergio> Acesso em 31 de maio de 2023.

acho que nos via... já o pessoal do antigo MDB com quem nós convivíamos, se não eram nossos aliados, mas não liam em nós inimigos. Viam em nós parceiros. O João Linhares que vinha da antiga ARENA achou que tinha que bater de frente conosco, só pra citar um exemplo. Na verdade, aqui em Florianópolis tinha um pessoal um pouquinho mais conservador no PMDB, mas mais por que era gente que tava no antigo MDB há muito tempo e tinha eleição assegurada e via o seu espaço ameaçado com a chegada de gente nova no partido capaz de fazer voto, de fazer ... Vou te citar um exemplo, porque esse é bastante icônico. Por que na época ele fazia esse embate conosco, era o Pedro Medeiros por que ele era um vereador de longa data, de muitos mandatos, em descenso, e aí via o Grando fazendo votos, e começava a ficar preocupado por que o seu espaço ia se estreitando. Não era nem por questões, eu acho assim, programático ou ideológico, era mais por questão de sobrevivência aqui no caso, na cidade. Na cidade era mais ou menos isso. No município. É por aí sim. Por que nós tínhamos bom trânsito no MDB, inclusive no interior do Estado. É claro que a gente ia aos poucos construindo, tanto quanto possível, um partido que fosse mais afinado conosco. Que pudesse lançar candidatos, que pudesse apoiar nossos candidatos.²⁵¹

Esse trecho traz questões relevantes. A primeira delas é que o combate dos comunistas contra a base política de sustentação do regime, luta que na década anterior se desenvolveu envolta a enormes dificuldades organizativas por parte dos comunistas, agora estava, em parte, se deslocando para o interior do PMDB. Grande parte da ARENA estava situada, em 1982, no PDS, mas não deixa de chamar atenção que dentro do partido opositor os comunistas tinham de lidar com lideranças da antiga ARENA. Uma segunda questão, observada também pela Clair Castilhos, tem relação com a disputa pelo diretório regional do PMDB. A presença de antigos vereadores do MDB que formavam um grupo coeso, sendo que denotavam o receio de perder espaço para setores novos que estavam aparecendo e demonstrando ter capacidade eleitoral. Eram refratários aos novos militantes, o que na interpretação de Rosalino se dava menos por ideologia e mais por questões de sobrevivência política. Por fim, a intenção de trabalhar com a ambição de ver no PMDB um partido “mais afinado” com os comunistas – o que poderia significar a esperança de existir no futuro, quem sabe, um PMDB progressista. De um lado, duas dificuldades, de outro, uma visão de partido.

O resultado daquela eleição para a Câmara Municipal de Florianópolis permite algumas constatações importantes. No pleito de 1982, para decidir quem seriam os vereadores da capital catarinense durante os seis anos seguintes, havia 21 cadeiras em disputa. Dessas, o PMDB conquistou 08, e o PDS 13. Os demais partidos não conseguiram eleger vereadores. Entre os pemedebistas, Sérgio Grando foi o mais votado com 3.715 votos, seguido por Aloísio Piazza, Pedro Medeiros e Içuriti Pereira. Na sequência, Clair Castilhos, com 1.966 votos, Rogério Queiroz, Jerônimo Venâncio das Chagas, e por fim, Otto Entres Filho. Portanto, há nomes da ala progressista com mandatos para a Câmara Municipal, como é o caso de Sérgio

²⁵¹ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

Grando e Clair Castilhos. O ex-dirigente do DCE da UFSC e estudante preso em decorrência da Novembrada, Adolfo Luiz Dias, também saiu como candidato a vereador, mas não foi eleito. Ele ficou com a 5ª suplência PMDB. Por outro lado, foram eleitos vários daqueles nomes considerados nos testemunhos como um grupo de vereadores antigos, os quais alcançaram a manutenção de seus mandatos.²⁵²

Entre os vereadores progressistas que conquistaram mandato naquela ocasião, Clair Castilhos havia conseguido realizar a proeza de ser a primeira mulher eleita vereadora na cidade de Florianópolis. Também era comunista, mas não estava vinculada ao PCB. Com essas vitórias eleitorais ocorridas em diferentes níveis de competição política, as eleições de 1982, em Florianópolis, de certa forma acabaram sendo um divisor de águas na militância política comunista, desde o período em que iniciou o regime militar. A partir dessa disputa, a oposição comunista – ainda que atuando no PMDB – uma vez conquistando alguns mandatos, passa a atuar por dentro da institucionalidade. Como pano de fundo, por trás de cada um desses candidatos eleitos, ou mesmo para aqueles que alcançaram alguma suplência, por trás de cada voto recebido é necessário considerar que houve disputa de ideias, adesão social, convencimento de corações e mentes, além de práticas de culturas políticas e de sociabilidades. A militância vinha atuando e conquistando resultados. E não era uma luta fácil. Era um terreno em que não havia paridade de armas.

Podemos considerar que para esses militantes o contexto de uma disputa eleitoral com seus próprios candidatos, a maioria com experiência acumulada de outros embates, a perspectiva de poder conquistar os votos, seja de algum membro de sua família ou de algum setor da sociedade, para um dia, quem sabe, acumular forças e alcançar contingentes mais amplos, deve ser visto como uma ampliação de seus espaços de ativismo, relações e lutas. Isso significou um incremento de seus instrumentos de militância – no caso, os partidos políticos. Nitidamente houve atores que perceberam que havia uma ampliação nos horizontes de expectativa no âmbito da luta política democrática diante daquela conjuntura.

O caso de Nelson Wedekin é emblemático. Gerônimo Machado, enquanto contava sobre sua vida em Paris, mencionou que na durante o que corresponderia ao período eleitoral brasileiro de 1978, os exilados fizeram “campanha” para o Wedekin na França:

[...] Estava vendo outro dia aqui o manifesto que nós fizemos lá em Paris, sobre a questão da eleição de 1978. Aqui o nosso candidato... Houve uma briga interna... Eu

²⁵² Como não houve eleição para prefeito em Florianópolis naquela ocasião, o prefeito da cidade foi indicado pelo governador Esperidião Amin (PDS), em abril de 1983. O indicado foi Cláudio Ávila da Silva (PDS), que havia sido eleito como deputado estadual em 1982. Ávila é filho de Renato Ramos da Silva (PSD-ARENA), um importante político da família Ramos, falecido em 1977.

estava fora, mas soube de uma briga para a candidatura a deputado estadual pelo PCB no MDB, em 1978... Uma briga entre Grando, Motta e Nelson Wedekin... Entravam, secundariamente, o Motta e o Grando. E o Grando disputou, fez bronca e tal. Mas saiu vencedor o Wedekin, em 1978. Eu digo que o Wedekin foi o único candidato brasileiro a deputado estadual que teve campanha até nos metrô de Paris... É que eu recebia o material da campanha dele e colava lá, publicava, todo dia, no Metrô de Paris. Fazia a campanha do Wedekin, 1978, em Paris... [...] ²⁵³

Esta passagem é bastante curiosa. Podemos aferir que entre três postulantes a se candidatar pelos comunistas no MDB, só haveria uma vaga, o que teria causado disputas e até algum desentendimento. Não é possível saber se essa “vaga única” para os comunistas foi um limite imposto pelos emedebistas ou se era uma tática do PCB para concentrar votos em somente uma candidatura. A segunda opção parece plausível. ²⁵⁴ É interessante perceber como a expectativa com relação ao período eleitoral mudou ao longo daqueles 04 anos que separaram novembro de 1978 do novembro de 1982. Nesta eleição, Wedekin, que não havia sido eleito para deputado estadual quatro anos antes, passou a considerar que as condições estavam favoráveis para se candidatar não mais para deputado estadual, mas para deputado federal. Sabe-se que o volume de votos para que o partido conquiste uma vaga para a Câmara Federal é sempre muito superior ao necessário para a Assembleia Legislativa. Mesmo assim, essa foi a avaliação realizada. E não só isso. Outro indicador foi que o PCB indicou mais candidatos para três diferentes níveis de disputa: o municipal, estadual e o federal, conseguindo obter sucesso nas três frentes. Embora Nelson Wedekin tenha percebido que em 1982 possuía maior capital eleitoral, especialmente por conta de sua participação nos desdobramentos da Novembrada, havia uma percepção mais ampla de que as chances da oposição para aquele pleito estavam majoradas. Tal leitura provavelmente derivava do fato de que no período entre 1979 e 1982 os movimentos de oposição vinham acumulando forças, enquanto o governo militar e sua base de apoio, ao contrário, vinham perdendo.

Ainda que o campo progressista do PMDB catarinense tenha conseguido algumas vitórias importantes nesta eleição, a principal aposta do campo, no caso a candidatura para o

²⁵³ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

²⁵⁴ O MDB, para a eleição de deputado estadual ocorrida em novembro de 1978 apresentou uma chapa com 57 candidatas, segundo o documento contendo o “resultado da eleição” encontrado no site do TRE de Santa Catarina, na sessão de Documentos Eleitorais Históricos. A lei nº 6.534, de 26 de maio de 1978, que dispôs a respeito dos registros das candidaturas para aquele pleito, em seu artigo sétimo, afirma que “nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas, cada Partido poderá registrar candidatos em número que não exceda ao dobro das vagas a preencher, considerados candidatos natos dos Partidos pelos quais se elegeram os atuais Deputados Federais e Estaduais”. Assim como na eleição para a ALESC ocorrida em 1974, o número de cadeiras em disputa no pleito de 1978 era de 40 cadeiras. Dessa forma cada partido poderia inscrever um número de até 80 candidatas. Onde podemos concluir que o MDB sequer chegou perto de estourar seu limite de candidaturas e, dessa forma, essa não seria uma razão para limitar a indicação de candidaturas de membros da ala progressista. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6534.htm Acesso em: 31 de maio de 2023.

governo do estado foi derrotada pelo PDS. Além disso, se observarmos as eleições municipais, na disputa para prefeito, veremos que políticos alinhados com a ala moderada conquistaram cidades importantes no território catarinense. Os moderados/conservadores do PMDB venceram em importantes cidades, tais como Joinville, com Wittich Freitag, Criciúma, com José Augusto Hülse, e Chapecó, com Ledônio Faustini Migliorini. A ala progressista governava o município de Lages até aquele ano, mas o principal candidato do partido para a disputa de 1982 naquela cidade, foi Juarez Furtado, da ala moderada, que terminou derrotado para o PDS.²⁵⁵

Estava em curso um crescimento da ala moderada/conservadora, enquanto os progressistas festejavam a eleição de alguns líderes importantes para o parlamento. Os desdobramentos talvez fossem diferentes se Jaison Barreto tivesse se tornado o governador de Santa Catarina. Mas com a derrota, ele retornou para seu mandato de senador, e Pedro Ivo Campos, ainda que sem mandato (havia sido derrotado por Jorge Bornhausen para o Senado), estava mais fortalecido no interior do partido. Para a derrota de Barreto concorreram vários fatores, a começar pela própria articulação governista em torno de Amin. Mas, é ainda necessário considerar que a rede político-empresarial de sustentação do regime em Santa Catarina teve uma franca participação eleitoral, buscando derrotar Barreto. Um caso emblemático é o do setor da comunicação, que se envolveu abertamente para favorecer a candidatura de Amin.²⁵⁶

Ao analisar as Atas de Convenção de Partido, disponíveis no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, entre os anos de 1980 e 1986, foi possível perceber uma mudança

²⁵⁵ Elizabeth Farias (1985) observou que a gestão de Dirceu Carneiro à frente da prefeitura de Lages, entre 1977-1982 não conseguiu preparar seu sucessor. Havia um arranjo de candidaturas a ser feito, uma vez que Dirceu almejava se candidatar para Deputado Federal, e Juarez Furtado, ex-prefeito emedebista do município e deputado federal (seu mandato iria até 1982), e por isso era candidato nato à Câmara, e até um dado momento, cogitava concorrer à reeleição. Havia outros nomes circulando, entre eles o do deputado estadual Francisco Küster – que aparentemente não tinha interesse em concorrer à prefeitura, uma vez que se não fosse eleito, ficaria sem nenhum mandato. Em síntese, até o dia da convenção do diretório municipal do MDB não havia definição sobre o nome. No fim das contas o MDB local lançou duas candidaturas: Juarez Furtado, tendo como vice Vilarino Wolff; e James Berlim, tendo como vice Mário Figueiredo. Para agravar a situação houve um desentendimento entre Carneiro e Furtado, de maneira que parte da equipe do prefeito passou a atuar na campanha de James Berlim. Carneiro não pedia voto nem para um, nem para outro, mas para o PMDB. Furtado, por sua vez, em seu santinho, não pedia voto para deputado estadual (sendo que o MDB de Lages tinha no deputado estadual Francisco Küster um forte nome a reeleição) e para deputado federal pedia voto para Telmo de Arruda Ramos, um candidato desconhecido, em detrimento da candidatura de Dirceu Carneiro. O partido foi dividido para campanha. Embora Juarez Furtado tenha sido o candidato mais votado daquela eleição, a soma dos votos das sublegendas deu a vitória ao PDS de Paulo Duarte, que dessa forma iria administrar Lages até 1989.

²⁵⁶ Giovanaz (2015, p. 91-105), traz em seu trabalho elementos comprobatórios de que a principal emissora televisiva do período em Santa Catarina, subsidiária da Globo, a Rede Brasil Sul Telecomunicações (RBS) tinha preferências pela candidatura de Esperidião Amin e favoreceu sua candidatura.

no comando do Diretório Regional do PMDB.²⁵⁷ Cabe ressaltar que os presidentes MDB catarinense foram Doucel de Andrade (1966-1967), Genir Destri (1967-1968), Pedro Ivo Campos (1968-1972) e Dejandir Dalpasquale (1972-1979). A partir da análise das referidas Atas, foi possível constatar que com a organização do PMDB em Santa Catarina, em 1980, a primeira Comissão Regional Provisória tinha como presidente Pedro Ivo Campos e, como secretário geral, Francisco Küster. Do início de 1980 até novembro de 1981, Pedro Ivo foi o presidente regional da sigla. A partir de dezembro de 1981, o presidente passa a ser novamente Dejandir Dalpasquale. Ele consta como presidente também nas atas referentes ao ano de 1982. Com relação ao ano de 1983, há somente uma ata disponível. O documento também descreve uma reunião da executiva do partido, sob a presidência do “sr. Dejandir Dalpasquale”, e consta que foi produzida no dia 16 de maio.

Porém, as cinco atas disponíveis referentes ao ano de 1984 trazem o nome de Pedro Ivo como presidente regional do PMDB desde a primeira ata, que registrou uma reunião ocorrida em 07 de janeiro de 1984, passando por todas as demais, inclusive as atas referentes ao ano de 1985. Somente nas atas de 1986 que há nova troca no comando do Diretório Regional, mas o presidente daquele período foi Neuto de Conto – que era um político próximo a Pedro Ivo e que posteriormente assumiria a secretaria de agricultura em seu governo.²⁵⁸

Mas, chamam atenção os nomes que compuseram a executiva regional do PMDB no período de 1984-1985, quando Pedro Ivo novamente dirigiu o partido. Além do presidente, já mencionado, constam como 1º vice-presidente: Cid Pedroso; 2º vice-presidente: João Linhares; Secretário: Admir Bortolini; 1º secretário: Jair Girardi; Tesoureiro: Antônio Martins; vogais: Ivo Vanderline e Telmo Ramos Arruda e três suplentes: Raulino Roskamp, Odilon Salmória e Juarez Furtado. Portanto, não havia na executiva regional nenhuma liderança identificada com a ala progressista do partido. Na executiva estadual, a predominância dos moderados era total. Com o agravante do fato de que João Linhares, Telmo Ramos Arruda e os suplentes Raulino Roskamp e Odilon Salmória tiveram passagem pela ARENA.

A partir deste momento a ala progressista ficou espremida dentro do PMDB catarinense, com representação reduzida nos espaços decisórios. Nos anos seguintes diversas lideranças abandonaram o partido rumo a outras agremiações. A primeira grande liderança a deixar o partido foi justamente Jaison Barreto. Seu afastamento se deu aos poucos,

²⁵⁷ Fonte: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/abreConsulta/tipoConsulta/ARQUIVO_PERMANENTE. Acesso em: 03 de junho de 2023.

²⁵⁸ O pemedebista Pedro Ivo Campos governou Santa Catarina de março de 1987 até fevereiro de 1990, quando veio a falecer, sendo sucedido por seu vice, o também pemedebista Casildo Maldaner.

consolidando-se no segundo semestre de 1985, quando o senador se filiou ao PDT, de Leonel Brizola. Ele havia se distanciado de seus correligionários em fins de 1984, pois se mantinha um fiel defensor da ideia de que a sucessão presidencial deveria se dar por meio de eleições diretas. Ele estava alinhado com alguns membros da executiva nacional do PMDB, que na época era presidida por Ulysses Guimarães. De outro lado, a maioria dos governadores pemedebistas e de seus parlamentares acreditavam que o melhor encaminhamento era a eleição indireta, por meio do Colégio Eleitoral, conforme estava previsto pela legislação imposta pelos militares. Dessa forma, Barreto foi se isolando no PMDB e, curiosamente, foi se aproximando do governador Esperidião Amin. Ainda que Amin tenha sido seu adversário da eleição de 1982, naquela conjuntura de fins de 1984, também vinha defendendo as eleições diretas. Naquela altura, no plano federal, o PMDB estava se aproximando da chamada Frente Liberal, posteriormente, Partido da Frente Liberal, agrupamento conservador que aproveitava a oportunidade de abandonar o apoio à candidatura oficial do regime autoritário para cerrar fileiras em torno de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Dessa aproximação entre o senador e o governador catarinense resultou que em meados de 1985, Barreto passou a compor com Amin um “governo de coalizão”. Na eleição de 1982, o PDS havia eleito 21 deputados estaduais contra 19 do PMDB, portanto por conta de uma pequena diferença de dois deputados a favor do PDS, Amin detinha a maioria no parlamento estadual. No entanto, em janeiro de 1985 com a oficialização do Partido da Frente Liberal, quatro deputados do PDS migram para o partido recém fundado, o que provocou uma alteração na correlação de forças: O PMDB passou a ter maioria, com seus 19 deputados, o PDS passou a ter 17 deputados e o PFL, 4.

Com o desenvolvimento da Aliança Democrática em Santa Catarina, liderada por um dos fundadores do PFL, o ex-governador Jorge Bornhausen e o dirigente pemedebista Pedro Ivo Campos, o PDS, com seus 17 deputados teria que enfrentar uma aliança que somaria 19 deputados emedebistas mais 4 do PFL, totalizando 23 deputados. Nesse caso, o governo Amin teria imensas dificuldades no parlamento estadual e a oposição teria o controle da casa. No entanto, com a aliança entre Barreto e Amin, selada em julho de 1985, o senador trouxe para base de apoio do governador quatro deputados estaduais do PMDB sobre os quais exercia influência. Os quatro deputados pemedebistas que formaram junto com a bancada do PDS o “governo de coalizão” foram: Stélio Boabaid, Jorge Gonçalves, Dércio Knopp e Roland Dornbusch. No entanto, segundo o entendimento do cientista político Eduardo Viola (1985, p. 9), “dos 4 pemedebistas dissidentes, somente Stelio Boabaid (novo presidente da Assembleia) pertencia à corrente progressista, sendo os outros 3 moderados que escaparam à influência de

Pedro Ivo Campos em troca de posições na Mesa e promessas de favores para suas clientelas políticas”. Na realidade, Barreto estava liderando uma dissidência do PMDB. Sua aproximação com Esperidião Amin afastou boa parte de seu eleitorado, que via nessa aliança uma grande contradição daquele político combativo que desafiou o candidato das oligarquias catarinenses na eleição de 1982.

Alguns meses depois deste episódio, ainda no segundo semestre de 1985, voltaram a ocorrer as eleições nas capitais de estado, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional. O PMDB lançou como candidato à prefeitura de Florianópolis o deputado estadual Edison Andrino. Mas, Barreto seguia aliado de Esperidião Amin e, em vez de apoiar a candidatura pemedebista, ele e Amin fecharam um acordo eleitoral. O PDS lançou Francisco de Assis para prefeito, e o PDT, partido ao qual Barreto filiou-se em outubro, lançou o candidato a vice-prefeito, que foi o trabalhista Manoel Dias. A esta aliança foi dada o nome de Aliança Social-Trabalhista. Ao fim da eleição, o candidato do PMDB saiu vencedor e Barreto amargou mais uma derrota. Dali em diante não mais conseguiria êxito em nenhuma eleição.

4.4.1 A eleição de Clair Castilhos: afirmação de princípios, abertura para o diálogo e novos horizontes de militância

Clair Castilhos nasceu no Rio Grande do Sul e teve vivências em algumas cidades brasileiras. Estudou Bioquímica e Farmácia na cidade de Porto Alegre, tendo se formado em 1968. Posteriormente, mudou-se para São Paulo para trabalhar. Contou que a mudança ocorreu “porque eu estava muito queimada em Porto Alegre durante a ditadura por conta do movimento estudantil. Daí eu fui para São Paulo. E lá em São Paulo eu continuei trabalhando e tal”.²⁵⁹ Em São Paulo continuou seus estudos com uma especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, concluída em 1972. Casou-se. Por conta disso, ela se mudou para Criciúma, cidade onde seu esposo trabalhava como médico. Como ela àquela altura era funcionária do INPS, onde atuava como farmacêutica, pôde mudar de cidade acompanhando o cônjuge. Algum tempo depois eles tornaram a mudar de cidade. Passaram a viver em Florianópolis em fevereiro de 1975.

No ano seguinte, Clair foi aprovada na UFSC em um concurso público para o Departamento de Saúde Pública, onde iniciou sua carreira como docente do ensino superior.

²⁵⁹ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

Embora em sua trajetória ela tenha vivido em Criciúma, quando perguntada se naquele período tinha mantido contato com o MDB local, respondeu da seguinte maneira:

Não, nada. Porque eu cheguei lá recém-casada, eu casei e fui para lá. Então tinha toda aquela questão de início de casamento e novo local de trabalho. Por que eu fui trabalhar na agência do INAMPS de lá, que na época era INPS, então tinha uma jornada de oito horas, ficava muito tempo lá. E não conhecia muita gente em Criciúma. Depois, quando a gente mudou pra Florianópolis e que eu comecei a militar no PMDB, foi que eu ouvi falar também no pessoal de Criciúma. E que inclusive o movimento de trabalhadores lá de Criciúma fazia parte – grande número deles – do movimento, do grupo de trabalhadores do PMDB. Que tinha juventude, trabalhadores, mulheres. E os trabalhadores eram um grupo grande. E muitos de Criciúma.²⁶⁰

Sem vinculação anterior com esta cidade e pela circunstância de ter chegado em Criciúma num período atribulado de sua vida, acabou não se envolvendo com questões políticas locais. A descrição de sua trajetória indica que seus primeiros contatos mais consistentes com o “partido das oposições” ocorreram em fins de 1981. E foi justamente em seu local de trabalho, dentro da Universidade, que ela foi abordada por um grupo de alunas, segundo relatou, que ao perceberem nela um discurso mais politizado, apresentaram o convite para que entrasse no partido. Era um período em que o PMDB estava sendo organizado no município e as referidas alunas tinham o interesse em expandir o grupo que disputaria a eleição para o Diretório Municipal de Florianópolis. Elas se identificavam com os progressistas do PMDB:

[...] Porque era assim: a esquerda do PMDB propriamente dita, era composta basicamente pelo pessoal do PCB. Aí tínhamos lá o Nelson Wedekin, o Sérgio Grandó, o próprio Gerônimo, o Wilson – que tinha chegado do exílio na França, tava ali, mais o Motta. Vários companheiros vindos do “pecebão” estavam no PMDB. Nesse meio tempo teve aquele racha com o Prestes, que sai do PCB por conta de várias divergências. E um grupo do PCB acompanhou o Prestes. E os daqui de Santa Catarina também, que aí chamavam os “prestistas” como tem até hoje. Aí, esses “prestistas” estavam atrás de pessoas de esquerda e tal que não fossem do PCB para filiar no PMDB para compor um grupo político que tivesse certa representação. E foi nessa que elas me filiaram, minhas alunas. Tinha alunas do curso de farmácia e alunas do curso de medicina, que filiaram meu marido também, que também era professor. Eram os dois que elas achavam assim mais à esquerda, mais comprometidos. Principalmente no nosso campo, que é de saúde. Com a epidemiologia social, com a análise das desigualdades, enfim. [...]²⁶¹

Em Santa Catarina, havia um interesse por parte de diferentes grupos – que reivindicavam o comunismo enquanto horizonte político – em se engajar na disputa institucional, apesar das limitações ainda existentes. Havia uma expectativa de que fossem acontecer eleições em diferentes níveis, mesmo aqueles que até então estavam bloqueados pela legislação imposta pelo regime militar. A partir do trecho citado acima, percebemos que até a

²⁶⁰ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

²⁶¹ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

dissidência chamada de “prestista” do PCB – os que acompanharam Luiz Carlos Prestes quando de sua saída do “partidão” – estava procurando participar das disputas no interior do PMDB. Outro ponto importante no trecho acima tem a ver com o fato de ela ter sido convidada por estudantes, que provavelmente viram em sua pessoa uma possível liderança com grande capacidade intelectual e uma visão crítica sobre realidade. No entanto, Castilhos dá a entender que sua entrada no partido estava vinculada com a disputa para o governo do estado:

Foi daí que a gente se filiou. E na verdade era para apoiar um candidato a governador que nós queríamos, que era o Jaison Barreto, se contrapondo ao Pedro Ivo Campos. Que era o outro que a gente identificava como sendo o candidato da direita do PMDB. [...] Então entramos para formar o nosso grupo lá dentro.²⁶²

Se pensarmos nas disputas que ocorriam no interior do partido, esse apoio recebido por Clair Castilhos dos “prestistas” nos remete para a articulação de um outro grupo dentro da ala progressista. Sua trajetória é um exemplo de que a militância comunista dentro do MDB/PMDB não era uma exclusividade dos pecebistas. Havia outros grupos disputando espaço neste partido.

Passadas as consultas internas do PMDB para decidir quem seria seu candidato a governador, começaram as movimentações das demais candidaturas que iriam concorrer naquele pleito. Em uma reunião da ala progressista (CASTILHOS, 2011) que discutiu quem seriam seus candidatos, aventou-se a necessidade de uma candidatura de professor universitário, que fosse da área da saúde, que conseguisse falar para um perfil de classe média mais intelectualizado. A indicação de Clair Castilhos para concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal surgiu neste contexto. Castilhos foi lançada candidata a vereadora, partindo de uma base de apoio distinta das demais candidaturas pemedebistas. De largada, é importante considerar que ela vinha de outra tradição comunista. Conforme afirmou, não tinha vínculos com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nesse período que estava ingressando no PMDB, mas dispunha de uma vinculação anterior a este partido, que remetia a um período de sua trajetória anterior à mudança para Santa Catarina:

porque quando eu estava em São Paulo e trabalhava lá, eu militava – militava no PCdoB Ala Vermelha, que era o racha do PCdoB e tinha ações de guerrilha urbana, essas coisas. Claro que eu não participava dessas ações porque nem tinha um nível de conhecimento e comprometimento dentro do partido que levasse a isso. Mas, eu me encontrava com alguns deles para discutir pontos e estratégias políticas. Então, mais ou menos era essa Ala que eu participava. Isso em São Paulo. Quando eu vim pra Florianópolis eu já não tinha mais contato com eles.²⁶³

²⁶² Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

²⁶³ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021. O historiador Daniel Aarão Reis (1990, p. 51) observa que o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB – AV), foi uma das

A Ala Vermelha do PCdoB constituiu-se em um grupo crítico à direção partidária, criticando a morosidade na tomada de posições revolucionárias e insurrecionais contra o regime militar, em favor da criação de um Governo Popular Revolucionário, e que buscou sua autonomia a partir de 1967 (RIDENTI, 1993, p. 32).

Mas, passada essa aproximação, Clair Castilhos deixou de ter uma vinculação mais estreita com qualquer grupo político e sua candidatura conseguiu obter diversos apoios, para além da militância comunista. Entre os apoios que obteve na construção de sua candidatura, ela menciona além dos “prestistas”, o PCdoB: “grande apoio do PCdoB, praticamente todos os quadros deles fecharam comigo”. Porém, a candidatura foi exitosa em ampliar seu foco para além da militância comunista organizada, conseguindo o apoio de grupos sem vinculações partidárias, como movimentos ligados à acupuntura, à fitoterapia e à ecologia, além de grupos de teatro, o movimento feminista e docentes da UFSC.²⁶⁴ Ela salienta que alguns desses movimentos estavam muito no início, em termos de organização. Mas, de maneira geral, esses temas eram preocupações que estavam presentes entre seus apoiadores e, em particular, em uma cidade em que os movimentos sociais que estavam se organizando no contexto da transição política abriam novos horizontes de participação popular e levantavam questões sociais que extrapolavam o âmbito tradicional das esquerdas até então e se desdobrariam dali em diante.²⁶⁵

Castilhos (2011) explicou que seu comitê eleitoral conseguiu reunir um conjunto de aproximadamente cem pessoas. Era um coletivo heterogêneo, todo constituído com base no trabalho voluntário. Ela sabia que representava aquele enorme grupo de pessoas. Essa seria sua referência em sua atuação como vereadora. Seus posicionamentos refletiam os anseios desse grande conjunto que participou da construção de sua candidatura. Cada grupo contribuía para a candidatura, elaborando propostas num campo temático com o qual tivesse afinidade. Em um

dissidências oriundas do PCdoB no ano de 1966. A primeira dessas dissidências resultou na criação Partido Comunista Revolucionário (PCR), que construiu núcleos na Zona da Mata nordestina e acreditava em uma guerra popular. A região do Nordeste deveria ser o centro das ações armadas. A outra dissidência, o PCdoB – AV, foi formado por uma oposição que havia no interior do PCdoB, formada por estudantes que retornaram de um estágio na China Popular bem como também tinha em sua composição outras bases estudantis. Por conta de discordâncias internas, eles foram expulsos do partido e construíram a nova organização. Inicialmente o PCdoB – AV possuía núcleos no RJ, RS, SP, ES, MG, CE e BA. Por sua vez, Ridenti (1993, p.32) salienta o caráter de guerrilha urbana do PCdoB – AV, e que suas principais proposições partiam da leitura que a revolução brasileira deveria ser antifeudal e anti-imperialista, de forma muito parecida com leitura feita pelo PCB, no período. Acreditavam na necessidade de um partido de vanguarda para liderar o proletariado no processo revolucionário, que também contaria com a participação da burguesia nacional, do campesinato, da pequena burguesia e o “semiproletariado”. Almejavam criar um “Governo Popular Revolucionário”.

²⁶⁴ Clair Castilhos narrou em outro depoimento que se filiou formalmente ao PCdoB somente em 1995 (TORNQUIST; PEREIRA; MARCELLINO, 2021, p. 9).

²⁶⁵ Sobre os conflitos sociais envolvendo moradores sem teto, em Florianópolis e suas representações sobre a cidade nas décadas de 1990 e 2010, ver Canella (2015).

espaço de dois meses esse grande coletivo conseguiu elaborar uma proposta, contendo uma análise de conjuntura capaz de contemplar os diferentes grupos que estavam contribuindo, mantendo assim o Comitê unido para a campanha em torno de sua candidatura.

A partir desse momento, a campanha foi para as ruas procurar novas adesões. Não havia alguém que financiasse a campanha. Dessa forma, o coletivo organizava ações para levantar fundos, fazendo rifas, por exemplo. Houve também uma participação fundamental da militante comunista histórica em Florianópolis, professora Eglê Malheiros, que usou seu talento como poetisa para traduzir a linguagem mais complexa empregada na elaboração das propostas, repleto de conceitos, para uma linguagem acessível ao povo. Todos foram aprendendo, a partir da contribuição de Eglê Malheiros, a comunicar seu conteúdo político de forma mais simples e a campanha sentiu um resultado positivo. Assim, a leitura de conjuntura elaborada coletivamente pôde alcançar mais pessoas.

Foi posta em prática uma forma diferente de se fazer uma campanha eleitoral. A lógica do engajamento voluntário mobilizava pessoas que se sentiam parte daquela candidatura, diferente das campanhas em que há recursos para contratação de pessoal – nas quais o envolvimento se dá por meio de uma remuneração, muitas vezes não havendo nenhuma identificação por parte de quem está na rua fazendo a campanha com a candidatura. De um lado, a candidatura de Clair Castilhos trazia novos temas, por conta de sua ampla base de apoio e da trajetória no campo da Saúde Pública da candidata, e de outro, era construída a partir do envolvimento de diversos coletivos, na forma de engajamento voluntário.

A economista e socióloga Clítia Helena Backx Martins, que estudou em seu mestrado (1987, p. 64) as relações de gênero no interior do PMDB catarinense, traz informações importantes a respeito da trajetória da Castilhos, de sua campanha e de sua atuação no PMDB:

Nas eleições de 1982, a ala progressista, fortalecida por ter conseguido passar o nome de seu candidato a governador, Jaison Barreto, na Convenção partidária (seguramente um dos candidatos a governo de Estado mais avançados que o PMDB lançou em 1982), selecionou, entre seus membros, aqueles que iriam representá-la nos outros níveis do pleito. Além de apoiar alguns candidatos a deputado estadual e federal, resolveram lançar na Capital três candidatos a vereador, sendo dois deles ligados ao PCB, Sérgio Grando e Adolfo Dias, enquanto o resto dos progressistas fechou em torno do nome de Clair.

Convém observarmos que essa ala progressista era uma espécie de mosaico no qual diferentes grupos se encontravam justapostos. A autora sublinha que entre os progressistas, além do PCB, PCdoB, MR-8 e os “prestistas”, havia também pessoas de esquerda que não tinham vinculação com essas organizações políticas mencionadas, bem como pessoas de centro ou centro-esquerda que não se identificavam com a ala moderada, predominantemente de corte

liberal-conservador. Portanto, uma fração da ala progressista fechou com a candidatura de Clair Castilhos, que recebeu 1.966 votos e foi eleita vereadora pelo município de Florianópolis.²⁶⁶

Sendo assim, pelo menos duas candidaturas alinhadas com os comunistas foram eleitas naquele pleito: o pecebista Sérgio Grandó e Clair Castilhos. No entanto, assim que começou seu mandato, Castilhos se deparou com uma dura realidade. Na sua condição de mulher, viu-se em um ambiente completamente dominado por figuras masculinas. Dos 21 vereadores eleitos, ela era a única mulher. Segundo um de seus testemunhos (CASTILHOS, 2011, p. 5), naquela ocasião havia sido a primeira mulher eleita em toda história do município de Florianópolis:

A plaquinha que dizia o nome “vereadora fulana de tal” a minha era “vereador Clair Castilhos”. Eu tive que mandar trocar, não existia feminino na Câmara. Eu tive debates incríveis quando na elaboração da Lei Orgânica do Município, logo pós-constituente. Porque aí na Constituinte veio também a Constituinte Estadual e a Lei Orgânica Municipal, que era uma espécie de Constituinte Municipal. E aí na Lei Orgânica queria incluir licença de gestação pra vereadoras. Porque não tinha. Não tinha nenhum item em todo o regimento interno, Lei Orgânica, anteriores, que previssessem primeiro a presença de vereadoras e depois a possibilidade dessas vereadoras se ausentarem. A não ser aquele clássico que todo mundo se ausente por doença. Aí eu entrei com a história de ter licença de 04 meses – na época era 04 meses – pra vereadoras. Não queriam de jeito nenhum. E o mais impressionante foi uma vereadora mulher do PDS que indignada disse: “não, não tem que ter licença. Isso é coisa da CLT e nós aqui não é emprego, é mandato. Então não tem que ter previsão de licença pra vereadora”.²⁶⁷

Uma das questões mais importantes de sua trajetória foi o fato de levar para o interior da Câmara Municipal debates a respeito da condição da mulher na sociedade brasileira. E isso se deveu também a um processo intelectual de amadurecimento que a então vereadora passou a ter no âmbito desta temática, ao longo de uma jornada em que foi se envolvendo nos debates, eventos, conhecendo diferentes grupos feministas.

Nesse sentido, Clítia Martins (1987) destaca que Clair Castilhos, quando disputou a eleição de 1982, fazia parte do autônomo “Grupo Feminista Vivências”. Este grupo foi organizado por Clair e outras mulheres em fins de 1981 e existiu até o segundo semestre de 1983. A trajetória de Clair Castilhos teve uma importância no interior do PMDB, pois ela contribuiu para o desenvolvimento dos espaços de atuação das mulheres na organização e de outra parte, para fora do partido, no que diz respeito à sua atuação enquanto vereadora. Segundo afirmou em seu depoimento sobre o movimento de mulheres no partido:

Quem organizou basicamente aqui em Santa Catarina fomos Anita Pires, eu, Terezinha Carneiro, Terezinha Serrano, Maria Shirlei Donato. Várias mulheres que eram do PMDB, de diferentes regiões aqui do Estado, que auxiliavam ou participavam juntas

²⁶⁶ Na eleição posterior, ocorrida em 1988, Clair Castilhos se reelegeu como vereadora, pela legenda do PSDB.

²⁶⁷ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

da organização do PMDB-mulher. Que é o que tava na época. Na verdade, a gente não se chamava ainda PMDB-mulher, era movimento de mulheres do PMDB.²⁶⁸

Ela mencionou também que participou intensamente na luta pela fundação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.²⁶⁹ De uma forma geral, os principais pontos do programa de ação de sua candidatura para a Câmara Municipal, em 1982, foram a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o enfrentamento aos pacotes eleitorais, a defesa da autonomia dos municípios, a luta pelos direitos de saúde, educação, pela igualdade dos direitos das mulheres, com ênfase na equiparação dos direitos civis e trabalhistas, bem como a defesa do meio ambiente. (MARTINS, 1987, p. 66).

A luta institucional se configura enquanto um espaço de disputas. Não é o único espaço, mas certamente é um dos mais importantes em que se desenvolve a luta política. Na conjuntura em que Clair Castilhos se elegeu, na legislatura em que ela atuou, estavam finalmente representados no âmbito das relações políticas, após um período de absoluta impossibilidade imposta pela ditadura militar, agrupamentos de forças antagônicas que empreendiam diferentes conflitos e confrontos. Ali também, os comunistas enfrentariam os apoiadores do regime. Enfrentariam também opositores dentro de seu próprio partido, em algumas ocasiões. De todo modo, era uma arena em que se fazia necessário tomar alguns cuidados. Ser capaz de construir entendimentos, encontrar consensos possíveis e fazer alianças para angariar força. No caso da vereadora, haveria, a priori, algumas questões que poderiam colocá-la numa condição de isolamento dentro da casa legislativa. Como ela própria disse: “enfim, eu tinha três coisas que acho que eles ‘adoravam’, entre aspas: comunista, sanitarista e feminista. Então, imagina, e eu sempre fiz o enfrentamento total com eles”. Mas, ao contrário, Castilhos sabia como debater sem gerar ruídos ou se isolar na Câmara:

Então eu criticava os atos do prefeito – que era biônico em meu primeiro mandato – depois eu criticava as políticas pro município, enfim, as coisas que precisava, principalmente a especulação imobiliária, a questão da saúde, do transporte coletivo, mas quando eu discutia essas coisas eu falava sempre tendo como marco de minha análise – pelo menos, eu não dizia isso, numa Câmara tu não vai falar no “marco de análise” da coisa ou não – mas eu partia do princípio que eram instâncias diferenciadas da luta de classes, que era um partido dominante que representava a ditadura militar, que a ditadura era um golpe, então partia por aí. Então eles ficavam perfeitamente incomodados, claro, mas eles não tinham muito do que me xingar porque eu não entrava nessas bolas divididas de se chamar de ladrão. Sem vergonha. Então era diferente a atuação. Aliás, a do Grandó também era assim. Me parece que os deputados, vereadores que são da esquerda e que tem uma formação de uma vertente comunista, a gente tem essa tendência de debater à luz da conjuntura e da estrutura de

²⁶⁸ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

²⁶⁹ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado durante o governo de José Sarney (PMDB), em agosto de 1985.

classes, coisa que esses outros não têm. Então eles ficam muito na questão pessoal, de descobrir corrupção ou coisas do gênero.²⁷⁰

Castilhos fazia o enfrentamento e não deixava de apresentar suas divergências. Tinha uma formação que lhe permitia tratar os temas de forma estrutural, de forma mais ampla e aprofundada. No entanto, nessa caminhada, em seu primeiro mandato, houve um episódio que exemplifica alguns dos aspectos da visão política da vereadora e dessa nova etapa da luta política de parte dos ativistas identificados, de diferentes maneiras, como comunistas em Florianópolis nos anos de 1980.

No início do ano de 1985, com a formalização do Partido da Frente Liberal (PFL), há alterações na correlação de forças na Câmara Municipal.²⁷¹ Se na eleição de 1982, conforme já abordamos neste texto, a correlação de forças havia sido estabelecida de forma que o PDS tinha a maioria de 13 das 21 cadeiras, a partir do surgimento deste novo partido, que era uma dissidência do PDS, o partido governista perdeu força. Foi quando o prefeito de Florianópolis, Cláudio Ávila, que havia sido indicado pelo governador Esperidião Amin, em 1983, aderiu ao PFL, e teve que renunciar ao cargo. Isso ocorreu em janeiro de 1985. Dessa forma, a cadeira de prefeito esteve vaga e, nesse caso, deveria assumir o cargo quem exercesse a presidência da Câmara Municipal. Dessa maneira, o cientista político Eduardo Viola (1986, p. 8), que estudou a eleição para prefeito em Florianópolis ocorrida em 1985, afirma:

a câmara de vereadores mudou sua composição: de 13 pedessistas contra 8 peemedebistas passou a 10 pedessistas, 8 peemedebistas e 3 frentistas. Imediatamente estruturou-se um acordo que constituiu a Aliança Democrática no nível municipal: os vereadores do PMDB e PFL elegeram Aloizio Piazza (PMDB) presidente da Câmara de Vereadores. Este assumiu automaticamente a prefeitura vacante nomeando um secretariado de coalizão PMDB-PFL.

Por essa conta, a Aliança Democrática teria 11 vereadores contra 10 do PDS. Portanto, para que os peemedebistas conseguissem controlar a prefeitura da capital era muito importante que não houvesse traições na eleição para o novo Presidente da Câmara Municipal, que ocorreria ao final de janeiro de 1985. Sobre este episódio, Clair Castilhos narrou que o PMDB junto com o PFL atingiu a maioria da casa e articularam a eleição do peemedebista Aloísio Piazza para ser o novo presidente da Câmara Municipal. E, na sequência, ele exerceria o cargo de prefeito de fevereiro de 1985 em diante.

²⁷⁰ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

²⁷¹ O PFL surge a partir da Frente Liberal, movimento dissidente do PDS, que ao longo do segundo semestre de 1984 passou a se articular junto ao PMDB em torno da candidatura de Tancredo Neves para Presidente da República.

Houve alguma tensão nas negociações. Segundo ela narrou, o vereador Içuriti Pereira, também do PMDB, tinha ambição de ser o presidente da casa, o que, conforme os trâmites políticos de então, demandaria que ele fosse o vice de Piazza. Quando este assumisse a prefeitura, aquele assumiria a presidência da Câmara. No entanto, Sérgio Grando, por ter sido o vereador mais votado em 1982, era o candidato natural à presidência da casa. Castilhos observa que o PFL não apoiaria Grando, pelo fato de que ele era comunista. Além dessa questão, houve também algum tipo de ameaça dentro do próprio PMDB. Caso Içuriti não fosse indicado para ser vice de Piazza, ele não votaria na composição, o que, dada a correlação de forças, arruinaria os planos da Aliança Democrática, gerando grande preocupação no PMDB.

O presidente regional do partido, Pedro Ivo Campos, o articulador da Aliança Democrática no âmbito estadual, estava preocupado. Tinha ambições eleitorais para o ano de 1986. Almejava se candidatar para o cargo de governador e precisava de gente do PMDB controlando a capital do estado. Seria importante ter a máquina pública municipal a seu favor no período eleitoral.

Como também na Assembleia Legislativa houve mudanças na correlação de forças e o governador Amin vinha defendendo eleições diretas, era de se esperar que ele não fosse indicar outro prefeito, após a renúncia de Cláudio Ávila. Haveria custos para sua imagem de “democrata” recém-convertido e ele precisaria buscar apoios no PMDB para evitar que a prefeitura caísse nas mãos do próprio PMDB. Dessa forma, se houvesse um acordo bem articulado, o prefeito que assumisse poderia ficar no cargo pelo menos até 1986, período em que ocorreriam novas eleições parlamentares, conforme a legislação então vigente, ainda do período autoritário. Ou seja, ganhando a prefeitura de Florianópolis no contexto de renúncia de Cláudio Ávila, Pedro Ivo Campos teria a prefeitura da capital catarinense a seu lado, no período eleitoral.

No entanto, Clair Castilhos era da ala progressista do PMDB. Tinha feito campanha para Jaison Barreto, derrotando justamente Pedro Ivo Campos, em 1982, nas consultas internas para decidir quem seria o candidato do partido. Também havia alguma desconfiança com relação à sua figura pessoal e seus compromissos. Castilhos tinha dúvidas quanto a apoiar essa composição:

Eu sei que era duas da manhã e aparecem aqui em casa o Wedekin, mais o Motta e tal, para conversar, de madrugada. No outro dia era eleição. Eu digo “não, é óbvio...”. Claro, eu como eles, nós todos comunistas, a gente sempre foi muito do centralismo. Se o partido decidiu, decidi. Ninguém vai trair partido numa eleição, ainda mais com a direita estando em jogo. Daí vieram eles, e depois no dia da eleição o Pedro Ivo chamou o Grando e eu lá na sede do PMDB: “por favor, vocês votem no Aloísio, tem que sair isso. E deixem o Içuriti ser o vice. Grando, por favor, renuncia. Deixa o Içuriti

ser o vice, porque senão ele vai trair. Aí foi um outro vereador do PMDB, pousou na casa do Içuriti, para um do PDS não ir para casa dele cantar o voto do Içuriti no outro dia de manhã. Eram coisas, assim, incríveis. Aí nesse dia o Pedro Ivo de manhã cedo nos chama na sede do partido. Fomos o Grando e eu: “Por favor, deixem o Içuriti ser o vice. Porque senão ele não vai votar, vocês sabem como é que é”. Aí ele olha para nós e diz assim: “porque para os maiores e melhores quadros é que a gente pede os maiores sacrifícios!”. A gente: “tá bom, tá bom”. Mas daí também resolvemos negociar.²⁷²

Considero esse ponto interessante para a reflexão. Em primeiro lugar chama atenção novamente a presença de Wedekin e Motta como articuladores, construtores de pontes, capazes de falar para além de seu grupo político, equilibrando seus objetivos entre diversos interesses. Além disso, o que se subentende no depoimento de Castilhos é um amadurecimento político. Não há sectarismo em seu posicionamento. Uma vez eleita, ela teve que lidar com outros parlamentares com tanta legitimidade para defender interesses quanto ela. Afinal, todos ali haviam sido eleitos por meio do voto da população. E, por fim, o cruzamento de articulações elaboradas em diferentes esferas do poder: as implicações da Aliança Democrática – costurada a nível federal – no âmbito municipal e os cálculos de Pedro Ivo, referência política dos moderados – que, mesmo sem cargo eletivo naquele contexto, estava conseguindo articular a conquista da prefeitura de Florianópolis. No meio dessas disputas, ela mencionou: “ninguém vai trair numa eleição, ainda mais com a direita em jogo”. Dessa afirmação percebemos que a vereadora também reivindicava, à sua maneira, algum interesse, que era isolar o PDS. Tirar o PDS dos espaços de poder, em todos os lugares. O que estava a seu alcance, na ocasião, era não permitir que a antiga ARENA, transformada em PDS, continuasse ocupando a prefeitura da capital catarinense. Havia dificuldades em diversas frentes. Não poderia desagradar pefelistas e teria que compor com os moderados pemedebistas. Até esse momento do relato, os comunistas estavam abrindo mão de posições, cedendo espaços, acompanhando uma articulação feita pelo alto, mas que dependeria muito de seu apoio para prosperar. No entanto, o trecho citado fecha com uma frase importante: “resolvemos negociar”.

Dessa forma, a depoente afirma que em troca do apoio, na negociação com Pedro Ivo, pediu em troca secretarias no futuro governo Piazza. No caso, as secretarias de educação e saúde, que seriam assumidas por pessoas que indicassem, assegurando suas posições como vereadores e intervindo na administração pública. Aloísio Piazza tornou-se prefeito e Içuriti Pereira o presidente da câmara. Como os pemedebistas precisavam muito dos votos, fecharam acordo.²⁷³

²⁷² Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

²⁷³ No início da gestão de Aloísio Piazza, em fevereiro de 1985, existia a Secretaria de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. O nome indicado inicialmente foi o do médico, funcionário da Prefeitura, Pedro Luiz

Outro ponto que chamou a atenção em seu depoimento está relacionado com as disputas travadas em torno da ocupação territorial do município. Tratava-se de um conjunto de disputas que se dava em torno do Plano Diretor da cidade. A postura da vereadora, segundo relatou, foi na direção de tentar impedir urbanização excessiva do território:

em geral os vereadores do PMDB me tratavam muito bem. Importante deles é que tinha mais um vereador do partido. E não que votassem muito nas minhas teses, mas a princípio apoiavam, sempre. Porque claro eu sempre votava junto com o partido. Sem dúvida. E eles eram uma força, eu era uma força deles e estava sempre junto com eles. E a gente divergia, às vezes. Tinha bastante divergências em votações, principalmente, do Plano Diretor. Porque tinha uns dois ou três vereadores do PMDB que eram alinhados com o lobby imobiliário do município. Que deviam receber apoio pra campanha. Essas coisas aí. Então, quando tinha alterações no Plano Diretor eles fechavam sempre com o lobby imobiliário. E eu era absolutamente contra porque inclusive eu era apoiada neste aspecto pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, da regional aqui de Santa Catarina-Florianópolis. Muito apoio dos arquitetos e dos planejadores do IPUF, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Pelo Movimento Ecológico Livre. Que todos defendiam o uso e ocupação do solo de Florianópolis – o solo urbano e a área dos balneários – de maneira racional, que respeitasse o ambiente. [...] ²⁷⁴

Tratava-se de conseguir equilibrar o fato de fazer parte do PMDB, com suas disputas internas, bem como com sua base de apoio que era formada por grupos diversos que reivindicavam entre outras bandeiras a defesa do meio ambiente. O que inevitavelmente se chocaria com os interesses de grupos privados ligados à construção civil. É importante considerar que os conflitos evocados pela vereadora, entre especulação imobiliária e proteção do meio ambiente, se deram numa conjuntura em que Florianópolis já tinha no turismo um elemento importante para seu desenvolvimento econômico, fato consolidado na aprovação do Plano Diretor de 1985, o que incidiria na maneira como os balneários da ilha seriam ocupados. (LENZI, 2016)

A depoente menciona um exemplo, que provavelmente está situado em seu segundo mandato de vereadora (1989-1992), quando ela havia se filiado ao PSDB. Em uma dessas disputas a proposta de alteração do Plano Diretor visava permitir a construção de prédios enormes, de até doze andares, em praias como Daniela, Canasvieiras, Praia Brava e Ingleses, na região Norte da Ilha de Santa Catarina. Articulada com movimentos sociais que ocuparam a Câmara para fazer pressão, Clair Castilhos iniciou e manteve um enfrentamento sobre a

Schmidt. Segundo informação obtida no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na edição do dia 11 de fevereiro de 1985, Pedro Schmidt, nome indicado por Clair Castilhos, foi nomeado já no dia 05 de fevereiro. Posteriormente, houve um desmembramento das pastas, e Eglê Malheiros foi indicada para assumir a Secretária de Educação.

²⁷⁴ Depoimento concedido por Clair Castilhos Coelho, em 05 de novembro de 2021.

questão. Em vez de doze andares, ficou estipulado um máximo de quatro andares para as edificações naquela área da cidade.

4.5 LEGALIZAÇÃO DO PCB E O DESENGAJAMENTO NO PMDB

Ao longo ano de 1985 um novo acontecimento provocou algumas mudanças na política catarinense, impactando a trajetória e os pontos de vista da militância comunista. Houve uma importante novidade no ambiente político partidário. Se, desde fins dos anos 1960, houve uma militância comunista engajada no MDB e, posteriormente, no PMDB, procurando ocupar diferentes espaços no interior do partido e se envolvendo nas disputas internas, passando por diferentes momentos, conforme estamos demonstrando neste trabalho, a partir deste ano uma nova configuração e um horizonte de intervenções políticas muito aguardado surgiu.

Em maio de 1985 a Emenda Constitucional número 25 foi aprovada pelo Congresso Nacional²⁷⁵. Essa emenda foi de grande importância para a época. Segundo a observação de Nicolau (2012), embora a referida alteração na legislação não tenha definido a data para a futura eleição presidencial, ela restituía a perspectiva futura, ainda sem data definida, de escolha direta no âmbito do Poder Executivo federal, bem como estipulava a escolha direta de governantes nos municípios nos quais até então a população era impedida de votar para o cargo de prefeito: aqueles que eram capitais de estados, as áreas de segurança nacional e as estâncias hidrominerais. Para essas cidades a emenda fixou a data da eleição: seria o dia 15 de novembro de 1985. Além desses pontos importantes, esta emenda permitia que cidadãos não alfabetizados pudessem votar, algo que até então não tinha ocorrido em todo o período republicano e configurava uma reivindicação histórica de setores populares e progressistas.²⁷⁶ Por fim, essa emenda permitiu que partidos que tivessem seus registros indeferidos até aquela data pudessem se reorganizar. A partir dessa emenda, os partidos comunistas, PCB e PCdoB, poderiam retornar à legalidade.

No entanto, antes de o PCB estar registrado novamente, os comunistas ainda travariam uma última disputa dentro do PMDB. Luiz Carlos Cancellier (1987, p. 45-46), que foi assessor de imprensa de Nelson Wedekin em sua campanha para o Senado em 1986, observou que, assim que o Congresso Nacional marcou eleição para capitais de Estado, iniciou no PMDB de

²⁷⁵ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm Acesso em 04 de junho de 2023.

²⁷⁶ Segundo o Nicolau (2012, p. 128), segundo o Censo de 1980, entre os adultos brasileiros cerca de 26% eram analfabetos. Nas eleições de 1985, apenas 65 mil analfabetos se inscreveram.

Florianópolis uma disputa interna para composição do diretório municipal. Isso decidiria quem seria o candidato do partido para a eleição de prefeito da capital. Surgiram duas chapas: a do deputado estadual Edison Andrino e a do deputado federal Nelson Wedekin. A eleição interna mobilizou aproximadamente cinco mil filiados. A corrente de Andrino venceu a disputa com 2.344 votos, contra 1.899 votos a favor da corrente de Wedekin, e então seu nome foi indicado para disputar a prefeitura.

Gerônimo Machado, que participou ativamente da legalização do PCB, traz sua memória do episódio:

Como nós perdemos a indicação do candidato a prefeito da Capital, na primeira eleição legal da capital, depois da ditadura, o nosso candidato foi o Deputado Federal Nelson Wedekin, pelo grupo dos autênticos do PMDB – contra os moderados – que tinham o seu candidato que, no caso, foi o Edison Andrino. [...] Acho que era deputado estadual. Ele foi o candidato do PMDB. E tinha muita popularidade em Florianópolis. Era muito mais forte do que o Wedekin. E o PMDB, com o PCB lá dentro, eu pelo PCB, lá dentro com a nossa turma toda, definimos a candidatura do Nelson Wedekin, deputado federal e trabalhamos muito por ela.²⁷⁷

O deputado federal Nelson Wedekin, apoiado pelos pecebistas, alguns meses depois de perder a prévia para o deputado estadual Edison Andrino, no mês de agosto anunciou que iria apoiá-lo – recebendo em troca algumas posições na executiva municipal do partido – e passou a concentrar seus esforços na campanha.²⁷⁸ Seu apoio à candidatura de Andrino é reconhecido como de grande importância para a vitória que o pemedebista obteve do dia 15 de novembro de 1985.

No entanto, após a legislação permitir a regularização do PCB, a tão aguardada reorganização do partido demandaria a presença de militantes. Isso implicaria que depois de muitos anos, comunistas que atuavam no PMDB deveriam decidir se deixariam a legenda para enveredar na aventura de reorganizar aquele que – naquela conjuntura – era um partido pequeno, com baixa adesão popular, com estrutura débil, mas que tinha formado algumas figuras públicas com potencial eleitoral. A tarefa era muito desafiadora.

São relevantes algumas considerações prévias sobre a fonte impressa que será mencionada a seguir sobre a conjuntura política do ano de 1985, em Santa Catarina. No periódico *O Estado* não eram comuns notícias a respeito do PCB. Geralmente os temas que ocupavam a página sobre política, no caso a página 3, estavam relacionados ao governo estadual, às movimentações do PDS e do PMDB, bem como acontecimentos políticos da esfera municipal. No entanto, de meados de 1985 até a eleição, algumas notícias foram veiculadas

²⁷⁷ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

²⁷⁸ *O Estado*, 10 de agosto de 1985, p. 3.

havendo certo destaque. Aparentemente ocorreu um pequeno interesse por parte do periódico com relação ao recém legalizado PCB.

A partir de 1985 houve um desentendimento na direita catarinense que provocou uma sutil mudança na maneira como o periódico cobria a cena política. Para mencionar somente os anos mais recentes, se desde a Reforma Partidária de 1979 a direita catarinense vinha atuando em bloco, o que inclusive foi um fator importante para vitória eleitoral do PDS em 1982, o mesmo já não se poderia observar desde fins de 1984. O senador e ex-governador Jorge Bornhausen foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal e, quando este partido foi formalizado, em janeiro de 1985, ele levou consigo diversos nomes que anteriormente estavam no PDS. Um caso relevante é o de Cláudio Ávila, por exemplo, mencionado anteriormente como pivô da disputa que favoreceu a tomada da prefeitura de Florianópolis pelo PMDB. Mudou também a correlação de forças na esfera estadual, o que deixaria Amin sem maioria na Assembleia Legislativa, o que só foi contornado pela articulação deste com o senador Jaison Barreto. A direita catarinense havia sofrido uma fratura que não cicatrizaria nos próximos dois anos. Estava dividida para a eleição municipal em Florianópolis em 1985. Do mesmo modo, para as eleições de 1986. Sofreu derrotas importantes neste período. Em 1985 o PFL lançou sua própria candidatura para prefeito de Florianópolis, encarnada na figura de Ênio Branco. Este contexto afetou também, de certa forma, o comando do periódico *O Estado*.

Conforme pude concluir na dissertação “Mídia Impressa e Democracia: um estudo de caso sobre a relação de 1985, em Florianópolis, nas páginas do periódico *O Estado*” (NEVES, 2016), o antigo dono do periódico, figura mencionada no primeiro capítulo deste trabalho, não viveu para ver este racha se aprofundar. Num período especialmente turbulento para o PDS, o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, veio a falecer. O óbito se deu em fevereiro de 1985. Aderbal era um articulador de grande importância. Foi presidente municipal do PDS nos primeiros anos de existência da sigla e um estrategista do partido. No entanto, após seu falecimento, quem assumiu o comando do periódico foi seu genro, José Matusalém Comelli. Então, desde o início de 1985, quem passou a dar a última palavra no periódico *O Estado*, foi ele. E, segundo as evidências reunidas no trabalho mencionado, ele esteve mais próximo das posições de Jorge Bornhausen na divisão que houve na direita catarinense. Isso implicou que o periódico *O Estado*, de forma sutil, procurou se alinhar aos interesses político-eleitorais do recém fundado PFL. Como este partido não tinha chances no pleito de 1985, o periódico se engajou de maneira a operacionalizar uma desconstrução da candidatura apresentada pelo PDS, abrindo o caminho para o PMDB. Tal movimentação obedecia a uma lógica, segundo a qual,

uma vez que o PFL não tinha chances de vencer aquela disputa eleitoral, era necessário enfraquecer o partido contra o qual ele disputava a base eleitoral – o PDS.

Dessa forma, é possível sugerir que, como o PCB era um defensor da Aliança Democrática, coligação que reunia o PMDB e o PFL, *O Estado* passou a conceder ao partido um espaço editorial de certo destaque durante aqueles meses que precediam a eleição de 1985 – especialmente quando seus dirigentes abordavam o tema da Nova República e seus compromissos. As inserções que envolviam a legenda faziam parte de um arranjo de vozes que era orquestrado pelo periódico de forma atingir seus objetivos.

Gerônimo Machado foi um dos que se desligou do PMDB para trabalhar a favor da legalização do PCB, assim como Vilson Rosalino. Mas, paralelamente à reorganização do partido, havia que se pensar na eleição que se aproximava. A partir de uma notícia no periódico *O Estado*, do dia 09 de agosto de 1985, podemos conhecer um pouco dos desafios enfrentados pelos pecebistas. Na ocasião, Vilson Rosalino argumentou que o partido estava discutindo se iria apoiar a candidatura do PMDB para o pleito de novembro:

[...] “Um acordo com o PMDB depende basicamente de uma integração a nível de programa. Os comunistas de Florianópolis acham necessário que o futuro prefeito apoie a Aliança Democrática, para fortalecê-la e, assim, viabilizar a negociação da dívida externa em níveis razoáveis, a convocação e o exercício de uma Constituinte livre e democrática e, naturalmente, o atendimento das necessidades dos trabalhadores”, declarou Rosalino. [...] No caso de uma saída independente, o PCB deverá escolher seus candidatos entre o próprio presidente e os professores Eglê Malheiros, Gerônimo Wanderley e Nildo Martins. [...]”²⁷⁹

O partido buscou um acordo com os peemedebistas. O que fazia sentindo, se considerarmos que o principal objetivo do PCB naquela conjuntura era contribuir para um acúmulo de forças voltado para superar a ditadura por meio de uma Assembleia Constituinte. Dessa forma, sair para disputa municipal como aliado do PMDB contribuiria no enfrentamento ao PDS, ao mesmo tempo que colocaria o PCB em melhores condições de participar do pleito. Se o plano desse certo, os dois partidos iniciariam o ano de 1986 em melhores condições eleitorais.

Porém, já na edição do dia seguinte em uma pequena notícia, foi publicada a informação de que o acordo não teria sido possível, pois “o PMDB não demonstrou interesse e não respondeu oficialmente à proposta”²⁸⁰. Ainda segundo a notícia, o PCB reivindicava participação nos tempos de rádio e TV e, em caso de vitória, algum posto na administração, segundo disse à reportagem o presidente municipal da legenda, Gerônimo Machado, além de

²⁷⁹ *O Estado*, 09 de agosto de 1985.

²⁸⁰ *O Estado*, 10 de agosto de 1985.

determinar a importância de que o candidato Edison Andrino apoiasse a Aliança Democrática.²⁸¹

Em seguida, no dia 11 de agosto, outra notícia trouxe informações a respeito da primeira convenção do PCB, após a legalização do partido. O encontro se daria naquele dia na Câmara Municipal de Florianópolis, na parte da manhã. A matéria jornalística menciona a questão da necessidade de se desmistificar a ideia negativa que muitas as pessoas tinham do PCB, de superar o anticomunismo:

O líder do PCB [Gerônimo Machado] entende que o espaço gratuito no rádio e na televisão, previsto pela legislação eleitoral possibilitará “uma maior difusão do programa do partido e esclarecerá a população sobre os caminhos pelos quais o PCB pretende chegar a uma democracia socialista”.²⁸²

De fato, as últimas eleições, de 1982, ainda tinham ocorrido sob a vigência da chamada Lei Falcão, de 1976, que estabelecia uma série de restrições para o uso do espaço eleitoral dos partidos no rádio e na TV. Apenas mensagens muito formais e estáticas eram possíveis. Em 1985, pela primeira vez desde a década anterior, os partidos e políticos poderiam dirigir-se diretamente aos eleitores, especialmente na TV, por meio de programas dinâmicos, depoimentos de eleitores e apoiadores, jingles e utilização de imagens com boa produção. Tratava-se de uma época em que a cultura televisiva passava a dominar por completo o discurso político e sua apropriação pela sociedade, o que já ocorria nos telejornais, debates e na programação em geral das grandes redes de televisão. (JARDIM, 2004)

João Vianney (1987) trouxe algumas informações sobre a campanha televisiva do PCB. Ele conta que o partido, em seu programa de TV, abordou temas como reforma agrária, distribuição de renda e lazer, sempre articulando músicas relacionadas às questões, quase sempre do compositor Chico Buarque, contando sempre com a presença de Vilson Rosalino, que “arrematava” os temas, reafirmando o posicionamento do partido sobre eles. O autor considera que o programa de TV do PCB trouxe ganhos para candidatura, que na última quinzena de outubro, há poucas semanas da eleição, deixou de figurar em último lugar, ultrapassando a candidatura do PTB.²⁸³

²⁸¹ Em meados de 1985, Edison Andrino, político pemedebista tradicionalmente vinculado aos moderados, era contra a Aliança Democrática. Ele queria, inclusive, que Aloísio Piazza desfizesse o acordo em nível municipal. Diferentemente de Nelson Wedekin, que sempre esteve mais à esquerda dentro do PMDB que Edison Andrino, mas que naquela conjuntura defendia o acordo entre PMDB e PFL, em todos os níveis.

²⁸² *O Estado*, 11 de agosto de 1985.

²⁸³ Segundo Vianney (1987, p. 31) “As novas leis, baixadas pelo Congresso Nacional extraordinariamente para o pleito de 85, e regulamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, colocaram à disposição das legendas que apresentassem candidatos uma hora diária de apresentação gratuita pelo rádio e pela TV. Podiam os políticos falar ou mostrar o que bem entendessem. Em cadeira independente para rádio e TV, de 14 de setembro a 12 de

Na sequência do texto jornalístico, na notícia mencionada do dia 11 de agosto, são abordados alguns pontos do programa partidário do PCB: que o partido almejava o socialismo como alternativa para o país, defendia que o pluralismo político e partidário é uma “premissa da ação política”, defendia a democracia, os direitos humanos, e tinha na “teoria de Marx, posteriormente desenvolvida por Lênin, as bases do seu método de análise da realidade”. O texto ainda trazia possíveis nomes que poderiam ser indicados pelo partido para concorrer à prefeitura: Vilson Rosalino, Eglê Malheiros, Nildo Martins e Gerônimo Machado. E, por fim, lançou uma expectativa com relação à adesão de parlamentares ao partido, aventando os nomes de Sérgio Grandó e de Clair Castilhos: “Para Gerônimo Machado, diversos políticos concordariam com a linha do Partido, mas relutam em aderir devido ‘aos preconceitos ainda existentes, resultado de vinte anos de propaganda anticomunista no Brasil.’”²⁸⁴

No dia 12, novamente, o PCB era objeto de elaborações por parte do periódico *O Estado*. Na metade inferior da primeira página uma nota intitulada “PCB indica Vilson e filia Grandó”, que completava a informação afirmando que para vice, o indicado era Gerônimo Machado, mas que o partido ainda procurava um entendimento com o PMDB. Nesta edição, o PCB era tema de quatro notícias na página que abordava política. Todas tocavam, de alguma forma, na necessidade de se fortalecer a Aliança Democrática:

Acompanhada por cerca de 40 pessoas, a convenção do “Partidão”, contou com novas filiações, somando as já existentes. A principal partiu do vereador peemedebista, Sérgio Grandó. A tônica dos debates, que precederam a escolha dos candidatos [...] foi em torno do acordo com o PMDB.²⁸⁵

Embora indique pessimismo entre os membros do PCB com relação a este acordo, pois percebiam o desinteresse da parte do PMDB, a mesma matéria reafirma quais eram as pré-condições dos comunistas para um entendimento com a candidatura de Edison Andrino: o candidato da coligação terá que se comprometer “a defender os objetivos da Aliança Democrática a nível nacional. Em seguida que o PCB participe dos comícios eleitorais e que o

novembro, os partidos e seus atores-candidatos apresentaram a novela sua de cada dia. Essa mesma legislação proibiu nos meios de comunicação eletrônica a propaganda política paga no período. Essa uma hora diária de programação gratuita esteve distribuída em duas sessões. Eram 30 minutos à uma hora da tarde e outros 30 à oito da noite. Para se calcular o tempo a que cada partido teria direito em cada sessão, foi utilizado o seguinte método de cálculo: metade do tempo dividido entre os partidos na exata proporcionalidade do número de vereadores de que dispunham na Câmara Municipal local, e a outra metade, 15 minutos, dividida em tempo igual para cada um dos partidos inscritos. Somadas estas duas parciais, o resultado era o tempo total de cada programa”. Partindo deste critério delineado pelo autor, a divisão do tempo de TV na propaganda eleitoral ficou da seguinte maneira: PCB – 01 vereador, 3’12’’; PFL – 04 vereadores, 5’21’’; PMDB – 06 vereadores, 6’46’’, PDS – 10 vereadores, 9’38’’; PT – sem representação, 2’29’’; PTB – sem representação, 2’29’’.

²⁸⁴ *O Estado*, 11 de agosto de 1985, p. 3.

²⁸⁵ *O Estado*, 12 de agosto de 1985, p. 3.

candidato do PMDB anuncie publicamente sua participação no acordo”.²⁸⁶ Por fim, os comunistas reivindicavam participação na elaboração do programa de governo e que o futuro governo municipal deveria ser de oposição ao governo estadual, do PDS. Os comunistas aguardariam até o dia 15 de agosto. Se não houvesse acordo, seguiriam com seus candidatos rumo à eleição.

A militância comunista agora tinha grandes responsabilidades. Afinal, estavam se tornando mais conhecidos, apareciam nos jornais. Finalmente conseguindo disputar corações e mentes na arena política, sem perseguições ou impedimentos. O partido de Rosalino e Machado, dois antigos militantes, perseguidos pela repressão, antigos exilados que agora se preparavam para disputar uma eleição na capital de Santa Catarina e tinham como base de apoio o mandato do vereador Sérgio Grandó.²⁸⁷ Militantes comunistas que, formados sob a influência das teses do VI Congresso do partido, há muito buscavam, com toda a sorte de obstáculos impostos pela ditadura, a possibilidade de transmitir uma mensagem: o conteúdo político de seu partido.

No entanto, ainda nesta edição do dia 12, três outras notícias estavam relacionadas com o PCB. Uma delas tratava da adesão do vereador Sérgio Grandó, que expressou os motivos de sua filiação: “a hora é, mais do que nunca, para o fortalecimento do pensamento progressista, tendo em vista que a direita, gradativamente, volta a se armar, condenando a política de reforma agrária e defendendo a privatização das empresas estatais”.²⁸⁸ Por fim, a notícia mencionava que Grandó estava confiante com relação ao acordo entre o PCB e o PMDB, desde que houvesse o fortalecimento da Aliança Democrática e o PCB mantivesse sua identidade partidária.

Duas outras informações tratavam de outros parlamentares muito próximos do partido: Roberto Motta e Nelson Wedekin. Em “Motta quer uma frente de oposição ao PDS”, o deputado estadual, que estava como convidado na Convenção do PCB, na Câmara Municipal, observava que uma frente política contra o PDS estava deixando de ocorrer em Florianópolis por conta dos posicionamentos dos PFL e do PMDB. Quando perguntado sobre sua filiação ao PCB, afirmou: “não faz parte dos meus planos ainda. Meu compromisso é com o PMDB”. E mais: teria lamentado “a filiação do vereador Sérgio Grandó (PMDB) ao PCB, ao analisar o expoente mais votado nas eleições de 1982”.²⁸⁹ Wedekin, que também acompanhou a Convenção do

²⁸⁶ *O Estado*, 12 de agosto de 1985, p. 3.

²⁸⁷ Nildo Martins, em seu depoimento, deu a entender que Sérgio Grandó, que era vereador, reservava a Câmara Municipal para que o PCB fizesse as reuniões do Diretório Estadual.

²⁸⁸ *O Estado*, 12 de agosto de 1985, p. 3.

²⁸⁹ *O Estado*, 12 de agosto de 1985, p. 3.

PCB, manifestou que iria permanecer no PMDB: ““não nego que tenho muita simpatia ao PCB, mas a curto prazo não vai haver filiação””²⁹⁰.

As recusas de Wedekin e Motta com relação ao tema da filiação ao PCB acabaram sendo emblemáticas, no sentido de que essa foi uma questão que dificultou o crescimento do partido a partir de sua legalização. Sobre esta questão ocorrida em Florianópolis, Machado lembra:

No PCB, nós queríamos que o Wedekin e o Motta (deputado estadual Roberto Motta), se legalizassem conosco, além de Sérgio Grando (nosso vereador), na Câmara Municipal de Florianópolis, para que um deles fosse o nosso candidato a prefeito da Capital, em 1985. Contra, no caso, o Edison Andrino, do PMDB. Mas o Wedekin não se filiou, o Motta também não.²⁹¹

No contexto regional, as recusas desses dois importantes quadros pesaram no papel que o partido viria a desempenhar nas eleições que se aproximavam. Rosalino interpretou essa questão de forma mais ampla, mencionando dois casos conhecidos de comunistas de São Paulo:

[...] até porque muitas figuras que militavam no PCB na ilegalidade, e no MDB na legalidade, tiveram dificuldades de ficar no PCB até porque alguns tinham mandatos e então essa opção poria em risco seus mandatos. O próprio Aloysio [Nunes – de São Paulo] era um que enquanto o PCB estava na ilegalidade ele se reunia com o PCB e claro que acaba indo para MDB. Depois no PMDB. Mas, na hora que o PCB vai para a legalidade o Aloysio, o [Alberto] Goldman [também de São Paulo], que eram pessoas que militavam no PCB, depois continuaram a vida no PMDB. É claro que nunca romperam, nunca ficaram inimigos. Nunca fizeram oposição, inclusive ao contrário. As teses do PCB eram amplamente difundidas e defendidas por eles todos. E, de certo modo, eles faziam a política, mas não assumiram publicamente a camiseta do PCB, digamos assim, a bandeira do PCB, para fazer com que ele saísse para a legalidade mais forte e mais volumoso. [...] Claro que eu entendo a posição deles, tinham construído uma trajetória política, uma carreira política no MDB. Tinha um eleitorado bom e visavam mandato e, ao mesmo tempo, visavam ressonância para seus discursos, portanto eram para ser respeitados. Mas, essa permanência inviabilizou, digamos assim, um PCB mais forte na legalização.²⁹²

Os muitos anos de dupla militância criaram uma situação em que diversos políticos preferiram não voltar ou não se registrar formalmente ao PCB. É interessante a observação do depoente quando sublinha que não necessariamente tal escolha se devesse a divergências políticas. Tratava-se de uma questão de pragmatismo eleitoral. No PMDB, as chances eleitorais eram muito maiores. E, quando mencionamos os casos de Nelson Wedekin e Roberto Motta, cabe considerar que tinham muita proximidade com o partido, sendo o segundo considerado um quadro orgânico do partido. Dessa forma, o partido saiu às ruas finalmente legalizado, mas

²⁹⁰ *O Estado*, 12 de agosto de 1985, p. 3.

²⁹¹ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 7 de outubro de 2021.

²⁹² Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019. Mencione-se que Alberto Goldman chegou a filiar-se formalmente ao PCB, mas após não ter conseguido a eleição para deputado federal em 1986 por este partido, retornou ao PMDB.

desfalco de figuras que sem dúvida seriam nomes importantes. Nomes que a militância comunista ajudou a construir em Santa Catarina.

No entanto, os que migraram para o PCB o fizeram com muita disposição de reconstruir a legenda. Os pecebistas entraram na campanha com muito entusiasmo. Foram com seus militantes para a rua. Sua propaganda eleitoral na televisão foi elogiada no periódico *O Estado*, pela capacidade de ser propositiva, sem atacar seus adversários:

olhando para o futuro que ultrapassa o 15 de novembro, parece fora de dúvidas de que o Partido Comunista Brasileiro é o mais beneficiado pelos espaços de propaganda gratuita no rádio e televisão proporcionados pela Justiça eleitoral, às agremiações político-partidárias. Até recentemente colocado na clandestinidade, o PCB passou a dispor de preciosos minutos diários no horário nobre para projetar sua imagem, fazendo uma sementeira que poderá lhe render valiosos frutos no amanhã. Veja-se o caso de Santa Catarina. Aqui as mensagens do partidão chegam a praticamente todos os cantos do Estado, já que as emissoras de TV de Florianópolis levam suas imagens a quase todas as regiões. Utilizando de forma inteligente os horários colocados à sua disposição, os comunistas estão sabendo faturar alto.²⁹³

Como naquele 15 de novembro de 1985 só haveria eleições na capital e nos municípios de fronteira, totalizando sete municípios, a propaganda eleitoral dos candidatos de Florianópolis era veiculada para todo o estado, o que acabou sendo uma oportunidade para os comunistas difundirem sua mensagem.

Em um panfleto utilizado pelos pecebistas naquela campanha podemos conhecer um pouco das ideias defendidas pelo partido naquela ocasião.²⁹⁴ O material, disponibilizado na sequência, tem o tamanho de uma folha A4 e, na frente, temos uma foto e os nomes dos candidatos: Vilson – Prefeito, Gerônimo-Vice, e o número 23. Há também dois slogans da campanha: “PCB é legal”, e “Vilson e Gerônimo: paz, democracia e socialismo”. Ainda na parte da frente do panfleto, a foto, o nome e a declaração de apoio do vereador do partido, Grando, com os dizeres: “convoco o povo de Florianópolis a votar nos candidatos do Partido Comunista Brasileiro, Vilson Rosalino e Gerônimo Machado. No verso, há elaborações textuais divididas em 4 tópicos: O PCB e a resistência; Sempre presente; Como nasceu o PCB? E Democracia só com o PCB.

²⁹³ *O Estado*, 12 de outubro de 1985, p. 5.

²⁹⁴ Agradeço ao professor Remy Fontana pelo material cedido.

Figura 1 – Panfleto utilizado pelo PCB, na campanha de 1985.

Convoco o povo de Florianópolis a votar nos candidatos do Partido Comunista Brasileiro, Vilson Rosalino e Geronimo Machado

GRANDO

23

**VILSON-Prefeito
Geronimo-Vice**

PCB

Vilson e Geronimo

PAZ, DEMOCRACIA E SOCIALISMO.

é legal!

PCB

Fonte: acervo pessoal

A partir da descrição desses itens podemos ter uma dimensão dos elementos históricos valorizados pelo partido em meados dos anos 1980, e do tipo de mensagem que difundia naquele período eleitoral. O primeiro tópico da propaganda eleitoral descreve, de maneira resumida, o processo de perseguição contra as forças democráticas posto em ação pela ditadura a partir de 1964. O partido teve que viver na ilegalidade durante todo este período, com “centenas de seus militantes presos, torturados e mesmo assassinados, como aconteceu com 10 de seus dirigentes, membros do Comitê Central.”. A partir desse ponto, um pequeno relato pontua que o partido “atuou na Resistência Democrática, que teve no PMDB a Frente Política de todos os democratas, onde o povo brasileiro expressou sua oposição à Ditadura. Participamos da luta e da vitória da Aliança Democrática, que elegeu Tancredo Neves e José Sarney”. No tópico “sempre presente”, lê-se que o PCB, ao longo de sua história, participou das lutas democráticas e das campanhas nacionalistas, inclusive na luta para que o Brasil se engajasse na segunda grande guerra para ajudar a derrotar o nazi-fascismo. E, no pós-guerra, o partido contribuiu para a democratização do Brasil. Menciona seu breve período de legalidade, os nomes dos seus parlamentares eleitos para a Assembleia Constituinte, bem como a nova imposição de ilegalidade. Mas, o documento reitera: ainda assim o partido esteve na luta, a favor da campanha “o Petróleo é nosso”, bem como influenciando na luta sindical e no apoio às reformas de base de João Goulart, até 1964.

No último tópico, “democracia só com o PCB”, os organizadores da campanha eleitoral do partido em Florianópolis mencionam o retorno à legalidade, fruto da luta das forças democráticas, “em particular do PMDB”. Estava nítida a projeção da imagem idealizada que se pretendia ser a mais próxima possível do que seria um partido comunista legalizado e voltado para a luta democrática e parlamentar: “hoje nós voltamos ao fortalecimento e construção do PCB legal estimulando a luta pela democracia, por um desenvolvimento independente que beneficie os trabalhadores e todo o povo brasileiro. Pela democracia, pela paz e pelo socialismo”. Dessa idealização, contudo, os pecebistas levavam às ruas um compromisso político concreto: “participamos da Aliança Democrática e apoiamos o governo do presidente José Sarney, para que o mesmo continue conduzindo o país à democracia com a convocação da Constituinte e a conquista das liberdades e que promova a mudança na política econômica”, para que se alcance a justiça social e desenvolva uma política independente. A mensagem é nítida quanto ao engajamento completo do PCB no processo político que legitimava o governo da chamada Nova República. Tal comprometimento explícito com o governo Sarney não deixaria de impactar o partido nos anos seguintes.

O documento é significativo para a compreensão do momento vivido pelo partido. E de como a ideia de liberdade política passou a ter uma proeminência entre seus dirigentes e militantes. O sonho da legalização havia sido concretizado, mas o sabor da nova configuração e do novo contexto não deixou de ser um tanto agri-doce. Em poucos anos militantes e ativistas comunistas de Florianópolis seriam tragados, juntamente com outros tantos em diferentes países, por processos que lhes escapavam e que ainda eram imperceptíveis naqueles dias de campanha eleitoral de 1985. A crise e o dismantelamento de referências fundamentais para os comunistas, especialmente a União Soviética, viriam a somar-se às enormes dificuldades que enfrentavam em escala local. Por outro lado, as frustrações e desencantos populares com uma transição política que deixou de enfrentar os graves problemas sociais do país deixavam os comunistas em dificuldades dado seu comprometimento com a Nova República.

Conforme a leitura feita por Carreirão (2009) a eleição para prefeito de Florianópolis teve uma dinâmica de polarização, com as duas principais candidaturas obtendo uma votação muito superior às demais. A eleição de novembro de 1985 em Florianópolis terminou, como já foi mencionado, com a vitória de Edison Andrino, do PMDB (vice: Pedro Medeiros, do PMDB), cuja candidatura contabilizou 54.592 votos. Ele foi seguido por Francisco de Assis Filho, do PDS (vice: Manoel Dias, do PDT), com 40.631 votos; em terceiro, Ênio Branco, do PFL (vice: Cesar Souza, do PFL), com 8.920 votos; em quarto lugar Jorge Lorenzetti, do PT (vice: Lucia Maria Pereira, do PT), com 3.805 votos; em quinto, Wilson Rosalino da Silveira, do PCB (vice: Gerônimo Machado, do PCB), com 2.920 votos e por último, José Mauro da Costa Ortiga, do PTB (vice: Oldir Caldas, do PTB), com 857 votos.²⁹⁵

A partir desse momento, o partido seguiu com sua reorganização em Santa Catarina. Como foi mencionado, o PCB disputou a eleição de 1986 lançando candidaturas para deputados estaduais e federais. Para as duas vagas de senador em disputa, e o cargo de governador, o PCB desistiu de lançar seus nomes para apoiar a candidatura de Nelson Wedekin, do PMDB, e a candidatura de Pedro Ivo Campos para o governo estadual. O partido não conseguiu conquistar representação nessa eleição. Certamente que o principal resultado eleitoral do PCB catarinense foi obtido na eleição municipal de 1988. Mas, houve pouco o que comemorar e muito o que questionar naqueles anos.

Nessa esteira, cabe ter em conta a questão levantada pelo historiador Fabrício Pereira (2007) a respeito da trajetória do PCB entre os anos de 1979 e 1992. O autor procurou compreender por que o PCB, ao longo deste período, deixou de ser uma referência para a

²⁹⁵ Fonte: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores> Acesso em: 05 de junho de 2023.

esquerda, perdendo lugar para o recém-fundado Partido dos Trabalhadores. A discussão tem por base a situação paradoxal de um partido cuja linha política definida décadas antes terminou por ser exitosa, ou seja, um caminho para a superação da ditadura que fosse “pacífico, negociado, progressivo”. Mesmo assim, o partido não obteve os frutos do que seria uma postura que se viu efetivada pelos jogos da transição política brasileira. O que teria ocorrido?

O autor tenta responder a esta pergunta, em primeiro lugar, considerando uma contradição inerente ao partido: a sociedade brasileira, naquele início dos anos 1980, passava por transformações, adquirindo maior complexidade. Um ponto de destaque nesta nova conjuntura é a participação vibrante da sociedade civil. Dessa forma, considera o Pereira (2007, p. 65-66), teriam mais chances de obter sucesso, as organizações partidárias “mais democráticas, desburocratizadas, plurais”. Nesse sentido, naquela conjuntura, “a persistência de concepções e práticas burocráticas ‘centralizadoras’ e mesmo antidemocráticas no PCB” poderia ser considerada como um dos fatores que teriam atuado para “a crise geral que acometeu o partido”.

A incapacidade de renovar formas de organização interna e abrir-se para novos movimentos sociais teria progressivamente isolado o partido, tornando-o incapaz de ser o que tanto almejava: ser o porta voz e a ferramenta transformadora da sociedade. Isso fica nítido quando se considera a “baixa representação pecebista entre os setores modernos do “novo” movimento sindical”, bem como a “paralisia interna derivada de sua progressiva divisão”. Além dessa questão central, o autor considera ainda dois outros pontos: por um lado, embora a transição negociada afirmasse o pretenso acerto das posições defendidas pelo partido, a posição dos comunistas no processo foi subalterna – a transição foi considerada “fracá”, com predomínio conservador. Ao passo que o Partido dos Trabalhadores, colocou-se explicitamente como opositor daquele processo e apresentou-se como uma força crítica que viria a predominar no campo das esquerdas, e também no movimento sindical. Por fim, como mencionado, a crise do mundo socialista também contribuiu para a desagregação do partido.

Dessa forma, ao longo dessa primeira metade dos anos 1980, em Santa Catarina, os comunistas obtiveram melhores resultados eleitorais enquanto estiveram vinculados ao PMDB. Na medida em que o PCB se legalizou, ficou evidente a debilidade eleitoral do partido e sua incapacidade em se comunicar com frações maiores da população e tornar-se um efetivo instrumento para as novas lutas das esquerdas brasileiras. Havia ânimo em se retomar a militância, agora em um partido legalizado. Mas, por outro lado, o partido havia ficado para trás. Não encontrava mais sua base social e tinha no Partido dos Trabalhadores um rival difícil de se derrotar, por estar mais adaptado àquela conjuntura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou contribuir com o conhecimento histórico a respeito da última ditadura militar (1964-1985), tomando como referência o ponto de vista de um grupo de militantes comunistas que viveu em boa parte do período na capital de Santa Catarina, Florianópolis. Por se tratar de militantes políticos isso fez com que a análise se desdobrasse para seus espaços de ativismo. Considerando militância enquanto uma prática social e política que visa provocar alterações no status quo. Neste caso, a prática de militar significa vincular-se a algum espaço de ativismo e mobilização.

Dessa forma, o objetivo de estudar a militância comunista e seu engajamento no Movimento Democrático Brasileiro procurou compreender como se deu este engajamento ao longo do tempo. Foi possível indicar uma relação complexa entre a defesa de ideias, posicionamentos políticos, formas de engajamento e um espaço de atuação com uma série de restrições, considerando o ambiente autoritário em que se vivia e os objetivos de um partido de oposição necessariamente ambíguo, em função dos limites que seus próprios membros se impunham na condição de opositores à ditadura militar. Os comunistas tiveram que militar em um espaço no qual a moderação apresentou-se como a forma definida como necessária, o que dizia respeito a um partido de oposição que atuou nos limites institucionais do regime.

Nos três capítulos se sobressaíram a organização e vinculação desses militantes em partidos políticos – sendo este o espaço em que atuaram de forma mais duradoura. Uma dupla militância marcou a trajetória de tais ativistas, ou seja, mesmo sendo comunistas, buscavam situar-se de diferentes modos no partido opositor legalizado pela ditadura. É o que se percebe no caso de Gerônimo Machado que, após sua trajetória no movimento estudantil, ingressou no MDB e, em seguida, passou também a militar no clandestino PCB.

Para delinear aspectos desse tipo de ativismo político foi necessário um trabalho de investigação que envolveu, além da coleta de seu testemunho oral, o levantamento de informações no principal periódico de Florianópolis no período, o jornal *O Estado*. Um período em que os espaços de atuação foram sendo dramaticamente reduzidos por uma série de medidas arbitrárias adotadas no governo Castelo Branco, não poupando nem mesmo o partido criado para ser a “oposição consentida”. Dessa forma pudemos perceber a interação entre militância e medidas autoritárias na escala de uma cidade brasileira que, em princípio estava na margem dos processos políticos mais abrangentes, em âmbito nacional: as cassações de mandato, as prisões e o início do engajamento clandestino, saída encontrada por Gerônimo Machado e por tantas outras pessoas para continuar dando vazão às suas aspirações pessoais ou coletivas. E foi

possível conhecer também o que acabou ficando para trás e como foi o destino de importantes lideranças do trabalhismo catarinense.

Na década de 1970, tomando predominantemente como referência a trajetória de Wilson Rosalino, a compreensão das práticas da militância comunista envolveu ter em conta que a sobrevivência política de muitos desses ativistas ocorria em um contexto no qual os espaços de ativismo permaneciam incrivelmente reduzidos. Dessa forma, a investigação deteve-se nas informações e indícios disponíveis sobre atuação no PCB na Juventude do MDB, sobre a qual restaram poucos vestígios, bem como a organização do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) em Santa Catarina. Por meio do uso de fontes disponíveis nos acervos em que são acessíveis documentos dos órgãos de informação e repressão política do regime, num ambiente de aumento expressivo do emprego da violência, foi possível compreender como a militância procurou se organizar e se desenvolver, inicialmente a partir Juventude emedebista, no caso da cidade de Florianópolis, por conta da densidade estudantil. Atuação esta que aconteceu paralelamente ao desenvolvimento clandestino dos Comitês Regionais do PCB. No entanto, este período de reorganização política, tanto do Comitê Regional do PCB quanto nos espaços no interior do MDB, foi drasticamente interrompido com a eclosão da Operação Barriga-Verde, em 1975, que resultou na prisão e em torturas de dezenas de militantes em Santa Catarina, praticamente inviabilizando a militância por algum período e desarticulando as estruturas do PCB local por diversos anos, mesmo que tal atuação ocorresse nos limites de uma organização partidária, o MDB, que tinha amparo legal.

Por fim, a partir de 1979, em um momento de implementação de medidas liberalizantes e democratizantes, por parte do regime, o depoimento de Nildo Martins foi fundamental para inscrever as lutas que resultaram no marcante episódio da Novembrada em uma linha de continuidade da militância comunista e de seus espaços de atuação. Afinal, uma nova geração estudantil, vinculada ao PCB, esteve na liderança desse movimento, chegando a um confronto político singular com o próprio general-presidente João Figueiredo, algo raro no período em âmbito nacional. A militância comunista se renovou, mas também recebeu o apoio de antigos militantes que retornaram do exílio. A análise dos testemunhos concedidos por Rosalino, Machado e Martins permitiu delinear a complexidade do engajamento ao agora renomeado PMDB, envolvendo lutas e alinhamentos internos a esta organização partidária. Diferente dos períodos anteriores, quando a militância comunista esteve na defensiva, no pós-1979 há um início de ofensiva contra o regime. Abriu-se um horizonte de expectativas diferente daquele das décadas anteriores. A militância ganhou em amplitude, intensidade e passou a vislumbrar no horizonte a possibilidade real de superar a ditadura militar.

Tomando como fio condutor o depoimento de Clair Castilhos pudemos perceber que novos temas foram construídos no debate, no ativismo e nos confrontos políticos de então, como a questão das mulheres na sociedade brasileira, bem como preocupações ecológicas. A militância comunista deu mostras de que se diversificou e mudou de substância em seu conteúdo e em sua forma de ativismo. A candidatura de Clair Castilhos foi capaz de mobilizar um grande número de voluntários e de construir consensos. Seu mandato demonstrou uma importante capacidade para as negociações parlamentares. Neste período, a militância comunista se engajou de forma mais intensa nos embates no interior do PMDB, elegendo vereadores e deputados.

Contudo, é um período de contradições, ambiguidades e frustrações. É indispensável considerar que a passagem da dupla militância para a atuação na reconstrução de partidos comunistas legalizados, particularmente o PCB, envolveu renunciar a uma estrutura partidária estabelecida e ampla, o PMDB, e passar para formas organizativas que se mostravam debilitadas por anos de clandestinidade. Isso significou um reduzido potencial eleitoral, o que se desdobrou na recusa de quadros e simpatizantes importantes em desengajarem-se do PMDB. Cabe ainda considerar que ao atuarem por anos na oposição legalizada, muitos comunistas passavam a ter com essa legenda uma identificação que se revelava na sua capacidade de arregimentar votos.

Dessa forma, a partir do jogo de escalas, foram evidenciados elementos próprios de uma trajetória de uma militância que construiu espaços próprios nos limites de um regime autoritário, cujas estruturas nacionais desdobravam-se em práticas sociais e políticas locais. Tal abordagem contribui para o entendimento daquele processo histórico de forma mais ampla, pois considerando algumas nuances que uma análise em escala nacional deixa escapar. Por outro lado, a vida política regional ganha outros sentidos, envolvida na complexidade de lutas sociais atravessadas por âmbitos de atuação social e militância que não se restringiam às lides locais. Cabe ainda considerar a necessária reflexão sobre a amplitude das medidas governamentais, mas também sobre as lutas políticas travadas na escala das trajetórias pessoais, com seus personagens e particularidades, constituindo-se em uma forma de visualizar o processo histórico naquilo que toca na concretude do vivido.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais:

Clair Castilhos Coelho, militante do PCdoB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 05 de novembro de 2021.

Gerônimo Wanderley Machado, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 07 de outubro de 2021.

Nildo José Martins, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 17 de novembro de 2021.

Vilson Rosalino da Silveira, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 18 de abril de 2019.

Fontes impressas:

Foram pesquisados exemplares diários do periódico catarinense *O Estado*, dentro do período de 1964 a 1985. Tais exemplares encontram-se disponíveis no acervo de periódicos da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Fontes Digitais:

ALESC. *Homepage*. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>

Câmara Municipal de Brusque. *Homepage*. Disponível em: <https://www.camarabrusque.sc.gov.br/web/index.php>

Câmara Municipal de Florianópolis. *Homepage*. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas>

Câmara Municipal de Pato Branco. *Homepage*. Disponível em: <https://www.patobranco.pr.leg.br/processo-legislativo/legislaturas>

Câmara Municipal de Porto Alegre. Memorial. *Homepage*. Disponível em: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadospresidentes/andre-forster/>

Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Resolução política do VI Congresso (dezembro de 1967). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

Partido MDB. *Homepage*. Disponível em: <http://mdb-sc.org.br/>

Portal de Notícia Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>

Portal ND Mais. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/advogado-do-pcb-foi-presos-na-operacao-barriga-verde>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/>

Documentos governamentais:

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Movimento estudantil – Jornais – “Movimento” e “Vanguarda Universitária”**. Documento: ACT_ACE_3293_82. 1968. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Atividades do PCB em Santa Catarina**. Documento: ACT_ACE_1137_81. 1975a. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Operação Marumbi**. Documento: APR_ACE_81_001. 1975b. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Operação Marumbi**. Documento: APR_ACE_81_002. 1975c. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Repercussão da Operação para desarticulação do proscrito PCB em SC**. Documento: ACT_ACE_1144_81. 1975d. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Juventude do Movimento Democrático Brasileiro em Santa Catarina**. Documento: ACT_ACE_2714_82. 1975e. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Operação Barriga Verde**. Documento: ACT_ACE_1006_81. 1976a. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Inquérito 49/75 – SR/DPF/SC, envolvendo militantes do PCB em Santa Catarina**. Documento: ACT_ACE_1161_81. 1976b. Disponível no Instituto de

Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Setor Jovem do MDB de Pato Branco/PR.** Documento: ACT_ACE_1780_81. 1978. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Wilson Rosalino da Silveira.** Documento: ACT_ACE_115_79. 1979. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Infiltração Comunista em diversos setores de atividades.** Documento: ACT_ACE_1156_81. 1980. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Escola de quadros do Partido Comunista da União Soviética.** ACT_ACE_3225_82. 1982. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), Fundo Nacional de Informações PR/SC.

BRASIL, **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília: Planalto, 1964b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília: Planalto, 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1965a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965.** Dispõe sobre a organização dos partidos políticos. Brasília: Planalto, 1965b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Institucional Nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1966a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MUV25>. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Institucional Nº 4, de 7 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1966b. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ksMRY>. Acesso em: 04 de out. de 2022.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969.** Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1969c. Disponível em: <https://abre.ai/gmyB>. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 17 de nov. de 2022

BRASIL. **Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.** Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1979b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6680.htm#:~:text=LEI%20No%206.680%2C%20DE%2016%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20entre,Art. Acesso em: 17 de nov. de 2022

BRASIL. **Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982.** Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.978%2C%20DE%2019,Art. Acesso em: 17 de nov. de 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Brasília: Planalto, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1969a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/efmxW>. Acesso em: 17 de nov. de 2022

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977.** Altera artigos da Constituição Federal, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210. Brasília: Planalto, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc08-77.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília: Planalto, 1969b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 14, de 9 de setembro de 1980**. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209. Brasília: Planalto, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc14-80.htm. Acesso em: 04 de out. de 2022

Demais Referências:

AGUIAR, Itamar. **As eleições em 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. 1991, 359 p.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, ed. Contexto, 2005. p. 155-202.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sydney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**. v. 2, n. 3, nov. de 2012. p. 11-19

ALVES, Marcio Moreira. **A força do povo: democracia participativa em Lages**. 8. ed -. São Paulo: Brasiliense, 1988. 172p

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 337 p.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**. Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez. 2007.

AUED, Bernadete; CICHACZEWSKI, João Carlos (Org.). **100 anos do PCB: histórias de comunistas de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2022. 342 p.

AURAS, Marli; FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura (Org.). **Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2021. 574 p.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. p. 27-31.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. p. 219-229.

BERNARD, Lepetit. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998. p. 77-102.

BRUNELO, Leandro. Os reflexos do regime militar no Paraná em 1975: a Operação Marumbi. **Diálogos**. Londrina. V. 13, nº 2, 2009. p. 461-484.

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas: O Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. Tese (Doutorado). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas; UFSC, 2013. 294 p.

CANCELLIER, Luís Carlos. Fundação do PCB 60. In: Aued, Bernadete; Cichaczewski, João Carlos (Org.). **100 anos do PCB: histórias de comunistas de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: ed. Insular, 2022. p. 321-331.

CANELLA, Francisco. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 215-242, ago./dez. 2015.

CARREIRÃO, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. **Perspectivas**. São Paulo, v. 35, jan/jun de 2009, p. 35-62.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)**. Dissertação. Florianópolis: PPGCS/CFH; UFSC, 1988. 278 p.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005. p. 115-147.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2012. 263 p.

COELHO, Clair Castilhos. Uma mulher no parlamento – Reminiscências e Reflexões. Registro escrito de sua fala para o I Encontro Estadual de Mulheres Parlamentares. Mesa: “Mulher, Política e Poder: desafios na participação”. Florianópolis, 20/08/2011, 2011. (mimeo)

DOCKHORN, Gilvan Veiga. A transição no Brasil como redefinição do Estado Autoritário. In: DOCKHORN, G. V.; NUNES, J. P. A.; KONRAD, D. A. (Orgs.). **Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a Democracia**. Santa Maria, RS: ed. UFSM; Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. 366 p.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun de 2012.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Edusc, 2003. 394 p.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. da UnB, 1980. 465 p.

FALCÃO, Luis Felipe. Rememorando tempos extraordinários (Resistência à ditadura e democratização no Brasil: contribuições da História Oral). **Revista Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, 1º sem. de 2014, p. 112-138.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado 'perdão aos torturadores'. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, v. 4, p. 318-333, 2010.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn, em 24 de julho, 2013. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2012. p. 67-100.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrilo. Os comunistas brasileiros na sua última clandestinidade: 1964-1985. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. Pelotas. v. 2, nº 2, 2014. p. 58-74.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. Historia reciente: apuntes sobre un campo de investigación en expansión. **Boletín del Instituto e Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 47, 2017, p. 190-217.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal a notícia**: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH/CFH; UFSC, 2015. 289 p.

GOLLO, Luiz Augusto. **Doutel de Andrade**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. 291 p.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional: ARENA, (1965-1979). Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad X, 2009. 301 p.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2013, 267 p.

HOBBSAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 336 p.

JARDIM, Marcia. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n, 28, junho de 2004, p. 45-58.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A Mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003. p. 213-230.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre os usos de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**. Vitória. v. 32, 2014a. p. 2-28.

JOFFILY, Mariana. As “sentinelas indormidas da pátria”: os interrogadores do DOI-CODI de São Paulo. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis. v. 1, n. 1, jan-jun de 2009. p. 259-278.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, p. 158-171.

KINZO, Maria d'alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB 1966-1979. São Paulo: ed. Vértice, 1988. 269 p.

KINZO, Maria Dalva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 4, out/dez de 2001. p. 2-12.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: ed. da UFSC, 1983. 384 p.

LENZI, Maria Helena. **A invenção de Florianópolis como cidade turística: discursos, paisagens e relações de poder**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. 246 p.

LUCA, Tânia Regina de. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2ª edição. São Paulo: ed. Contexto, 2008. p. 111-154.

MARTINS, Celso. **Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: ed. Paralelo 27, 1995. 255 p.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2006. 392 p.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina**. Florianópolis, 1987. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 176 p.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH/CFH; UFSC, 1998. 182 p.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**. São Paulo, n. 76, 2009. p. 11-48.

MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979**. Florianópolis: Insular, 1995. 93 p.

MONDAINI, Marco. **Do Stalinismo a Democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto, 2011. 308 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 6 e 7, 1996. p. 201-212.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: ed. UFOP, 1997. 212 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2021. 335 p.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaue. **Dos autênticos aos governistas: Gênese e trajetória do PMDB (1979-2002)**. São Paulo, 2019. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 302 p.

NADER, Ana Beatriz. **Juntando os fragmentos do discurso político nacional: História Oral de vida do grupo "Autêntico do MDB"**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação. 660 p.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: contexto, 2014. 365 p.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 28, n. 80, 2014. p. 41-58.

NEVES, Hudson Campos. **Mídia impressa e democracia**: um estudo de caso sobre a eleição de 1985, em Florianópolis, nas páginas do periódico *O Estado*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH; UDESC, 2016. 330 p.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2012. 176 p.

PCB. PCB: vinte anos de política, documentos, 1958-1979. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980. 353 p.

PENHOLATO, Diego Batista. **José Garrido nas Sombras do Poder**: Um Economista na Construção do Projeto de Modernização de 1964. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**. Rio de Janeiro. v. 21, n. 2, jul./dez. 2008. p. 79-92.

PEREIRA, Fabrício. Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992). **História Oral**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan/jun 2007, p. 63-92.

PEREIRA, Moacir. **Pedro Ivo**: um coronel democrata. Florianópolis: Insular, 2006. 295 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171 – 186, jan/jun de 2010, 2010.

REIS, Eliana Tavares dos. **Juventude, Intelectualidade e Política**: Espaços de Atuação e Repertórios de Mobilização no MDB dos anos 70. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PPGCP; UFRGS, 2001. 248 p.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. p. 203-209.

REVEL, Jacques. Apresentação. In:_____ (Org). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998. p. 7-14.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Florianópolis: edição do autor, 1990. 223 p.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1993. 284 p.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: ed. EDUSC, 1999. p. 39-50.

RODRIGUES, Arielle Rosa. **Os alternativos da ditadura:** o caso do jornal *Afinal* (Florianópolis, 1980-1981). Florianópolis, 2019. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. 159 p.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs). **Usos e abusos da História Oral.** 8ª edição. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. p. 93-102.

ROUSSO, Henry. **A Última Catástrofe:** a História, o Presente, o Contemporâneo. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2016. 344 p.

SALES, André Luís Leite de Figueiredo. **Militância e Ativismo:** cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade. Assis, 2019. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 134 p.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB.** São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981. 115 p.

SILVA, Elizabeth Farias da. **O MDB/PMDB em Lages:** análise de um partido de oposição no governo (1972/1982). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 230 p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 313-357.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2014. 320 p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988. 608 p.

SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga-Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. **Revista Perseu.** São Paulo. nº 11, 2016. p. 113-145.

SROUR, Robert Henry. **A política dos anos 70 no Brasil:** a lição de Florianópolis. São Paulo: ed. Econômica, 1982. 136 p.

STEPAN, Alfred. Introdução. In: _____ (Org). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988, p. 9-24.

STEPAN, Alfred. **Os Militares:** da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1986. 115 p.

TELLES, Janaína. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: ed. Boitempo, 2010. p. 253-298.

TORNQUIST, Carmem Suzana; PEREIRA, Silvana Maria; MARCELLINO, Binah Ire Vieira. Por entre lutas, entusiasmo e prazer: entrevista com Clair Castilhos. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021, p. 1-13.

TORRES, Mateus Gamba. **“A Justiça nem ao Diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Dissertação (mestrado). Florianópolis: PPGH; UDESC, 2009. 188 p.

VALENTE, César. A imprensa na grande Florianópolis. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Orgs). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2005. p. 71-84.

VIANNEY, João. **Virada eletrônica**: o marketing político na TV. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 180 p.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina**: de sua gênese até a Operação Barriga-Verde (1922-1975). Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH; UFSC, 1994. 122 p.

VIEIRA, Jaci Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. **Textos e Debates**. Boa Vista, n. 1, 1995. p. 37-44.

VIOLA, Eduardo. **As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina**. UFSC, 1985. 26 p. (mimeo).